

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Volume 31 1999

ISSN 1413-1803

Ministério da Cultura
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANAIS

MUSEU
HISTÓRICO
NACIONAL

Volume 31

1999

| | | | | |
|-----------------------|----------------|------|---------|------|
| Anais Mus. Hist. Nac. | Rio de Janeiro | v.31 | p.1-288 | 1999 |
|-----------------------|----------------|------|---------|------|

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Presidente Fernando Henrique Cardoso

MINISTÉRIO DA CULTURA
Ministro Francisco Correa Weffort

SECRETARIA DE PATRIMÔNIO, MUSEUS E ARTES PLÁSTICAS
Secretário Octávio Elísio Alves de Brito

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Presidente Carlos Henrique Heck

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL
Diretora Vera Lúcia Bottrel Tostes

CONSELHO EDITORIAL

PRESIDENTE

Vera Lúcia Bottrel Tostes - IPHAN-MHN

MEMBROS

Afonso Carlos Marques dos Santos - UFRJ
Carlos Ziller Camenietzki - CNPq/M. Astronomia
Denise Portugal Lasmar -
Guilherme Paulo Pereira das Neves - UFF
Lorelai Brilhante Kury - UERJ
Margarida de Souza Neves - PUC/RJ
Maria Beatriz Borba Florenzano - USP
Maria de Lourdes Parreiras Horta - IPHAN/M. Imperial
Rejane Maria Lobo Vieira - IPHAN/MHN
Roberto Conduru - UERJ
Ulpiano T. B. de Menezes - USP

EDITOR DESTE NÚMERO

José Neves Bittencourt - IPHAN/MHN

COMISSÃO EXECUTIVA

José Neves Bittencourt
Alessandra Bonruquer (revisão)
Maurício Ennes de Souza (projeto gráfico)
Sarah Fassa Benchetrit (resumos/abstracts)



Edição Alusiva a Transferência da
Corte Portuguesa para o Brasil
1808 - 1821

As opiniões e conceitos emitidos nesta publicação são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento oficial do Museu Histórico Nacional.
É permitida a reprodução desde que citada a fonte e para fins não comerciais.

Museu Histórico Nacional
Praça Marechal Âncora, s/nº
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 20021-200

<http://www.visualnet.com.br/mhn/>

Capa: Campos Gerais/Washington Dias Lessa

Catálogo na fonte: Biblioteca do Museu Histórico Nacional

-
- M986 Museu Histórico Nacional (Brasil)
Anais do Museu Histórico Nacional. - Vol. 1 (1940) -
Rio de Janeiro: O Museu, 1940 -
v.:il.;23 cm.
- Anual
Suspensa a partir do volume 26 (1975). Reiniciado em 1995
com o volume 27.
- ISSN 1413-1803
1.Política - História. 2.Sociedade - História. 3.Rio de Janeiro -
Sociedade - História. 4.Museu Histórico Nacional - Rio de Janeiro,
RJ. 5.Indumentária - História. 6.Museu Histórico Nacional -
História Naval. 7.Porcelana - China. 8.SPHAN - História. 9.Pedro
I, dom, 1798-1834 - Iconografia. 10.Política. 11.Carlotia Joaquina.
-

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| APRESENTAÇÃO | 6 |
| O PRÍNCIPE D. JOÃO E O MUNDO DE QUELUZ Oswaldo Munteal Filho | 9 |
| DA REPULSA AO TRIUNFO Lúcia Maria Bastos P. Neves | 35 |
| A "MARCHA CIVILIZADORA" NOS TRÓPICOS: PERCALÇOS E PARTICULARIDADES Angela Cunha da Motta Telles | 55 |
| O TRINÂNGULO DA DESORDEM NO RIO DE JANEIRO DE D. JOÃO VI Carlos Eugênio Líbano Soares | 69 |
| LUZES DAS CIÊNCIAS NA CORTE AMERICANA Maria Rachel Fróes da Fonseca | 81 |
| O MUSEU VISITA O RIO DE JANEIRO Aline Montenegro Magalhães e Elizabeth dos Santos Rabello | 107 |
| O VISCONDE E O INTENDENTE César Augusto Ornellas Ramos | 121 |
| INDUMENTÁRIA INFANTIL NO MHN Camila Perlingeiro e Vera Lúcia Lima | 135 |
| E FEZ-SE A MEMÓRIA NAVAL Walter Luiz C. de M. Pereira | 149 |
| SIMBOLISMO DA CERÂMICA E DA PORCELANA CHINESAS Ricardo Joppert | 161 |
| ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE MISSIONAÇÃO DOS JESUÍTAS NO BRASIL Jorge Couto | 179 |
| EM BUSCA DE UM BRASIL EDIFICADO Márcia Chuva | 201 |
| UMA DÁDIVA E MUITAS DÚVIDAS Maria Augusta Machado da Silva | 219 |
| D. PEDRO E O LIBERALISMO EM PORTUGAL Luís A. de Oliveira Ramos | 237 |
| CARLOTA JOAQUINA E A POLÍTICA DO PRATA Francisca L. Nogueira de Azevedo | 253 |

APRESENTAÇÃO

Da importância de se marcar e analisar fatos relevantes

Vera Lúcia Botrell Tostes *

As operações da memória consistem em lembrar e esquecer. De acordo com os conceitos da psicologia, estabelecidos por Wundt no séc. XIX, lembrar consiste em recuperar perceptos acumulados pelo cérebro através dos sentidos; e esquecer, é a impossibilidade de acessar tais perceptos no momento em que se fazem necessários.

Essas duas definições podem ser - e de fato têm sido - estendidas a todas as áreas das ciências humanas. Assim, as noções de memória social e memória histórica são as principais fontes da constituição da história como disciplina científica.

Os museus são instituições de memória, juntamente com arquivos e bibliotecas. Como diversos outros fenômenos sócio-históricos, deslocam-se no tempo e no espaço, tendo como portadores os agentes históricos - indivíduos ou coletividades. Se as operações de memória consistem em lembrar e esquecer, e se a memória pode ser social ou histórica (não deixando entretanto de ser memória), cabe às instituições deste campo promover a lembrança e lutar contra o esquecimento.

Desta maneira, os museus pretendem estar na linha de frente da luta contra o esquecimento; e, podemos dizer com toda segurança, tem sido este o objetivo perseguido pelo Museu Histórico Nacional em seus setenta e sete anos de existência. O trabalho de recolhimento e preservação do patrimônio histórico-cultural gerado pela formação social brasileira, muito embora, reconheçamos, seja a função última da instituição, deve ser sempre identificado, em essência, como um dentre os instrumentos da operação social de lembrar. Os objetos são como os perceptos acumulados pela mente: a operação de lembrar promovida pelos museus consiste no cuidadoso trabalho de conservação, pesquisa e divulgação desses "objetos-perceptos".

* Museóloga. Mestre em História pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-Rio). Diretora do Museu Histórico Nacional.

É com este fim, que fazemos nosso trabalho. O tratamento técnico em seus diversos aspectos; a conservação; a pesquisa; a exposição e as variadas atividades de divulgação cristalizam a possibilidade de lembrar. Para tanto, tem-se aplicado o Museu em desenvolver, cada vez mais, tais atividades. Usando as múltiplas possibilidades oferecidas pelo acervo, temos nos aprofundado não apenas em comemorar, mas também em analisar criticamente as personalidades e os fatos relevantes da nacionalidade brasileira.

Os *Anais do Museu Histórico Nacional* são o exemplo acabado deste “bom combate”. É a plataforma através da qual as atividades institucionais não apenas se desenvolvem, mas se perpetuam. Prestes a completar 60 anos, sem abandonar jamais o foco da divulgação do acervo e das atividades científicas do Museu, os *Anais* estão sendo constantemente aperfeiçoados. Na mesma medida em que, nos últimos anos, o Museu tem investido não só nas exposições de seu acervo, mas também fortemente nas atividades de caráter acadêmico, nossas edições se firmam como o veículo de divulgação deste acervo e destas atividades.

É dentro deste espírito que o volume 31, que temos agora a honra e a satisfação de trazer a público, é dedicado, em sua primeira parte, a D. João VI, o “Rei aclamado na América”, tema da exposição e do importante seminário internacional realizado este ano pelo Museu, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Porto e apoio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Instituto Camões.

Os cinco textos monográficos abordam os diversos aspectos relacionados ao período e à figura do Monarca: arquitetura, política, vida urbana, cultura e relações internacionais. Como de costume, a segunda parte volta-se para assuntos de interesse geral, tendo como foco o acervo e as atividades institucionais. Acrescentamos, neste volume, uma terceira parte, destinada a divulgar algumas das atividades desenvolvidas no seminário do ano anterior, enfocando a vida e o tempo de D. Pedro I.

O lançamento de mais este volume dos *Anais* tem para nós especial importância. Um dos principais instrumentos de visibilidade das atividades do Museu Histórico Nacional, é também uma das mais poderosas armas de que dispõe no cumprimento de sua função precípua: ser uma instituição de memória, na perene luta pela lembrança e contra o esquecimento.

DOSSIÊ D. JOÃO VI



D. João VI
óleo sobre tela
José Leandro de Carvalho, s.d.
Museu Histórico Nacional



O PRÍNCIPE D. JOÃO E O MUNDO DE QUELUZ

Despotismo ministerial, tensões estamentais e sacralização
do Estado na crise do Antigo Regime português

Oswaldo Munteal Filho*

“Dizia o povo de Roma que todos os reis deviam ser incluídos entre os animais de rapina.”

Thomas Hobbes.

De Cive

Introdução: Os diamantes são eternos

As “sociedades de corte” que se multiplicaram pela Europa entre os séculos XV e XVIII eternizaram como verdadeiras pedras preciosas as formas de sociabilidade, padrões de comportamento e de etiqueta, e, essencialmente, o combate perseverante dos soberanos em torno da unidade do poder do Estado.¹

Portugal certamente não foi diferente de tudo isso. Uma das chaves para a compreensão da crise do antigo regime ibérico está precisamente situada num território aparentemente insondável. No caso, refiro-me às transformações observadas no seio da própria sociedade lusa, e o “consentimento” desta, relativamente ao espírito conspiratório desenhado após a queda do Marquês de Pombal. O espírito desta época de reformas possui este ângulo privilegiado. O futuro rei João, acla-

*Historiador. Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

mado na América, foi o resultado de um ambiente cultural, político e intelectual ao mesmo tempo hostil e tributário do legado pombalino.²

A história política do antigo regime, da Ibéria ao Oriente, foi marcada essencialmente por uma luta tenaz do poder soberano pela superioridade estamental, face ao constante movimento de forças interdependentes que se rearticulavam o tempo todo em busca de ganhos efetivos, seja em termos pecuniários, seja através do acúmulo de prebendas e vantagens nobiliárquicas. Um dos motivos condutores do antigo regime era manter este difícil equilíbrio de forças. O príncipe D. João, em meio aos quadros políticos e intelectuais que se lhe apresentavam, administrou um império em crise e um reino potencialmente marcado por um aparelho burocrático sintonizado com a política colonial em curso em fins do século XVIII.

Mas afinal o que foi o Mundo de Queluz? Em muito pouco ele se diferenciou de outras cortes no que se refere às formas de sociabilidade típicas do antigo regime. Versalhes foi o espelho de todas as sociedades de corte. Seguida do Prado, das sedes dos principados italianos e alemães, por Viena de Dona Maria Teresa, ou mesmo pela corte papal. O oriente europeu também não ficou atrás, com as cortes de Pedro e Catarina na cidade de São Petersburgo. Os Estados modernos partilhavam um fim comum, ou seja, a centralização monárquica. Através dela foi possível atingir dois outros objetivos: a construção de um centro de sacralização e culto do poder secular e a institucionalização do carisma monárquico. Toda a etiqueta do antigo regime era estabelecida nesse sentido. Queluz, símbolo do poder mariano e joanino, viveu uma realidade bem distinta que comportou diversas concepções políticas, filosóficas e cortesãs dentro de um mesmo ambiente de culto ao soberano.

A Idade das Reformas em Portugal: 1750-1808

O centro de gravidade do poder régio em Portugal, como de resto na maior parte das cortes europeias, viveu em meio a uma intensa rede de conflitos que ostentava um movimento pendular de forças centrífugas e centrípetas desenvolvidas ao longo da história do Estado monárquico, e, de uma forma generalizada, na época moderna.

Este movimento de contínua centralização estatal foi traduzido sob a forma de choques intensos representados pelas tensões e pelos conflitos entre os estamentos burocráticos, como por exemplo os intelectuais, os clérigos e os administradores, no caso do Estado português, ligados ao despotismo ministerial introduzido por Pombal e aprofundado no período mariano e joanino até 1808.³ Além destes, podemos chamar a atenção para os comerciantes ultramarinos e para a nobreza cortesã. Todos estes grupos converteram-se em núcleos de pressão no interior das estruturas do poder régio, que por sua vez encontravam-se articuladas à lógica do antigo regime europeu.⁴

O advento da “viradeira” assumiu contornos específicos em meio às tensões estamentais do antigo regime europeu, por se tratar de um fenômeno muito próprio da história política portuguesa, marcada pelo trauma proporcionado pelo fim do consulado pombalino e o início turbulento do período mariano. Podemos observar este momento como uma fase de reconhecimento e mapeamento dos aliados de lado a lado.

Os novos agentes políticos foram estratégicos nos ataques ao que era mais representativo da Época Pombalina - no caso a virulência contra o próprio Marquês - sem, no entanto, alterar aparentemente os objetivos reformistas mais visíveis do reinado de Dom José. A “viradeira” consubstanciou-se num poderoso “laboratório” ou campo de observação das transformações ocorridas no interior da monarquia lusitana entre 1777 e 1808.

Enquanto isso, devemos considerar que a capital portuguesa - cenário privilegiado das ações políticas e o real epicentro da “viradeira” - exibiu uma trajetória de marcantes embates em sua vida cidadina. Lisboa caracterizou-se, verdadeiramente, como o palco privilegiado da luta entre a cruz e o crescente. Foi portanto, em tempos antanhos, o território dos mouros e da reconquista cristã de Dom Afonso Henriques, vítima de um cerco e do terremoto de 1755, que destruiu a capital lusa.

Portugal foi um dos principais teatros de operações militares dos comandantes das três invasões napoleônicas sucessivas no século XIX, entre 1807 e 1811. Além disso, a cidade de Lisboa, ao longo do espaço-tempo moderno, constituiu-se no centro nervoso do império colonial ultramarino.

Os lisboetas intelectualizados e formados no espírito da secularização despertaram de um sonho antigo e coletivo que perdurou por quase meio século (1750-1782), fundado numa hipotética desobstrução dos entraves que atrelavam Portugal à medievalidade e à superstição.

Apesar da modernidade no horizonte, as forças brutalmente resistentes ao pombalismo, entendido aqui como uma forma específica de exercício do absolutismo ilustrado português, comprometidas com a tradição, empurravam a história de Portugal para o colo da nobreza cortesã, em larga escala ostracizada, perseguida, condenada ao patíbulo e exilada à época do reinado de Dom José I.

Ao lado das nobiliarquias tradicionais que retornaram à península, vieram tanto os saudosistas da Companhia de Jesus como os ilustrados preparados no “laboratório” da Época Pombalina, sintonizados com uma nova geração de intelectuais/burocratas, pertencentes agora ao centro do poder da “viradeira”.

Para alguns o pesadelo já acabara tarde. Para outros ele apenas começara. Vem à talhe de foice recordar que as alterações da vida portuguesa se deram em diversos níveis, do político ao econômico, passando por uma espécie de mudança na atmosfera mental proporcionada pelo pombalismo. As obras de reconstrução da cidade empreendidas pelo Marquês de Pombal foram interrompidas depois da sua queda. Pararam as mudanças nos edifícios públicos, a Praça do Comércio manteve-se inacabada, os arruamentos salpicados de espaços vazios. Sobressaía com a “viradeira” a proliferação de igrejas, agora acrescidas com a Basílica da Estrela (que tem sob a sua guarda a cripta com os restos mortais da rainha D. Maria I) e o Convento das Carmelitas Descalças, que D. Maria a Piedosa mandara construir. Foi mantido, entretanto, o espírito do Jardim Público de Lisboa, para o passeio das senhoras e das crianças, em que Pombal transformou uma parte do terreno do lado do Norte do Rossio.

A hipótese teórica dentro da qual se moveu o discurso pombalino é a da monarquia absoluta, muito em particular na sua forma de absolutismo esclarecido, e não a de qualquer despotismo ou a de qualquer monarquia mista. De fato, o absolutismo ilustrado define a soberania como um poder ao mesmo tempo superior, sábio e benéfico. A superioridade da Coroa está, deste modo, servida por uma visão iluminada

dos interesses dos vassallos e encontra-se, por outro lado, a serviço da sua felicidade.⁵ A perspectiva de um administrador eficaz, respaldado pela monarquia absoluta, acomodou durante um certo tempo o estamento burocrático ministerial e a fração da nobreza lusa que sobreviveu ao furacão reformista e centralizador do rei Dom José I.

A estratégia reformista pombalina afastou, de certa maneira, a ameaça de uma conspiração cortesã, e transformou alguns ilustrados em homens de Estado, gravitando em torno do poder régio e com a capacidade irremediavelmente reduzida no sentido da geração de qualquer orientação projetista autônoma.⁶ O poderoso, temido e em certa medida odiado Marquês, investiu pesadamente no esvaziamento generalizado da distribuição de poderes que pudessem de alguma forma ameaçar a centralidade do poder corporificado pelo rei.

Portugal se diferenciava das monarquias modernas absolutistas no que concerne ao fato de que estas mantiveram um certo equilíbrio entre o poder régio e a sociedade cortesã de base estamental, numa relação de estreita interdependência entre o rei e a nobreza cortesã associada ao aparelho de Estado. O Estado português estava longe de se adequar a este modelo estatal até a época pombalina que, por sua vez, havia sido fundada debaixo das concepções políticas do despotismo esclarecido.⁷

As estruturas de poder das monarquias centrais europeias - como por exemplo a França, a Espanha durante um certo tempo, e a Inglaterra com um sistema monárquico próprio no contexto dinástico do ocidente europeu -, estiveram marcadas exatamente pela difusão de poderes, cujo centro era a autoridade régia, circundada pelos poderes distribuídos ora pelo parlamento, pelas cortes ou estados, ora pelo aparelho de Estado. O antigo regime encontrava-se enclausurado como um todo nesta densa estrutura corporativa.⁸

Acreditamos, entretanto, que a política pombalina não deve ser entendida como uma ação isolada; quer dizer, oriunda exclusivamente de uma espécie de atitude persecutória do Marquês contra os seus inimigos potenciais ou contra os efetivos, como por exemplo no caso dos Távoras ou contra a Casa de Alorna. A lógica do Estado luso - assim como o caso da Prússia e de algumas cidades-Estado italianas, e até mesmo a Espanha reformista de Carlos III - permitira um reforço do

uso da ação coercitiva, e de uma maior centralidade da autoridade pública. Ao lado deste movimento, a política josefina, pela mão do seu primeiro ministro, tomou a rota da eliminação dos poderes concorrentes. Isto implicou, conseqüentemente, na redução das tensões estamentais que se tornaram, no antigo regime europeu, um poderoso combustível para a alimentação das rivalidades em torno da Coroa.⁹

Um equívoco grave seria supor que esta ação foi desprovida de um sentido mais geral e racional, na perspectiva de uma determinada concepção de razão de Estado. Este era o modelo do absolutismo ilustrado da época pombalina. A ordem era enfraquecer internamente os nobres cortesãos, adversários de Pombal e Dom José, e limitar a ação isolada dos intelectuais reformistas. A iniciativa intelectual coletiva e compartilhada poderia se tornar um movimento fora do controle da Coroa. O reformismo ilustrado pombalino tentara resolver alguns problemas de ordem material e de natureza pedagógica, sem no entanto permitir a autonomização das instituições que formaram o aparelho de Estado. O reformismo pombalino consistiu num elevado padrão de centralização em torno das prioridades que deveriam ser estabelecidas pela Coroa, assim como dos rumos que os portugueses deveriam tomar na direção de uma determinada concepção de prosperidade do bem público fundada no protecionismo e na secularização da burocracia. As reformas estiveram condicionadas basicamente às ações políticas promovidas pelo Marquês de Pombal e às demandas exibidas pelo modelo estatal mercantilista que o próprio Sebastião José representara.

Não havia entretanto, entre os intelectuais da Universidade de Coimbra que aos poucos começavam a se organizar a partir de determinados campos disciplinares, uma unanimidade a respeito da tão propalada tirania de Pombal. Devemos relativizar o quanto as medidas ordenadas por Dom José poderiam ser danosas para os portugueses, ao observarmos cuidadosamente o mar revolto da política portuguesa, prenhe de incertezas, em fins dos setecentos.

Nos círculos intelectuais coimbrãos a hegemonia pró Marquês era garantida politicamente por Dom Francisco de Lemos, reitor da Universidade de Coimbra e responsável administrativo pela reforma de 1772. A confiança na possibilidade de uma monarquia esclarecida

adquire um tom bastante sincero quando se vê a comemoração dos aniversários de Dom José I e de D. Maria I, além das produções em louvor destes, como a seguinte passagem de um poema do poeta árcade Silva Alvarenga, membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, instituição que se constituiu em um dos centros da ilustração luso-brasileira na América Portuguesa, dedicado a Basílio da Gama: “Consulta, amigo, o gênio, que mais em ti domine / Tu podes ser Molière, tu podes ser Racine / Marqueses têm Lisboa, se cardeais Paris / José pode fazer mais do que fez Luís.”¹⁰

A política e a morte começaram a desenhar a sua sinuosa trajetória, com o nome de “viradeira”, alcunha pouco sugestiva, enganadora e muitas vezes traiçoeira. Esta definição da crise do antigo regime português adquiriu ao longo do tempo muitas apropriações, algumas delas inclusive excludentes entre si. “Viradeira”, para a historiografia luso-brasileira de uma maneira geral, quer dizer: revanche, ruptura, retomada, continuidade sob novas bases, movimento superficial, corte, morte ou “Reino Cadaveroso” e reformismo. A análise que empreendemos remete esta expressão ao processo de burocratização do Estado português.

Entendemos por Estado burocrático, em primeiro lugar, o caráter compartilhado do poder na época da “viradeira”, que caracterizou o despotismo ministerial do reinado de D. Maria I e a regência do príncipe D. João. O Estado burocrático deve ser compreendido como um processo tendencial à autonomização relativamente aos estamentos eclesiásticos e nobiliárquicos no contexto da secularização geral da sociedade.

O uso indiscriminado da palavra “viradeira” foi capaz, no entanto, de encapsular a historiografia luso-brasileira por muitas décadas, na crença da ruptura definitiva e insofismável com o passado pombalino ou na simples transmissão do poder de um rei para a sua filha (Dom José e Dona Maria I), garantindo assim o equilíbrio no futuro, em uma espécie de sinonímia fácil entre os dois reinados.

Estas explicações muitas vezes não traduzem a preocupação dos grupos liderados pelos nobres cortesãos ilustrados, aliados a alguns membros remanescentes do grupo pombalino, que se articularam no sentido de reaparelhar o Estado e permitir um reinvestimento

da exploração colonial fomentista, qualitativamente superior, do ponto de observação dos Projetos e dos Planos vislumbrados.

Muitas vezes estas perspectivas supervalorizam a continuidade de um período ao outro; como por exemplo desta forma:

“Poucas foram as modificações que se lhe introduziram - quanto ao despotismo esclarecido - no reinado de D. Maria I: os princípios não se alteraram, embora tivessem sido outros os ministros que os aplicaram, em especial José Seabra da Silva e D. Rodrigo de Souza Coutinho. É sobretudo a este último que se deve a maior parte das medidas que continuaram o “despotismo esclarecido” no reinado de D. Maria I e enquanto foi príncipe regente D. João. Citem-se as que se referem à construção de uma rede de comunicações, ao desenvolvimento das manufaturas e à concessão de responsabilidades governativas aos elementos mercantis e industriais.”¹

Não queremos postular uma total ruptura com o momento imediatamente anterior da história política lusitana, mas, isto sim, reivindicar aqui uma análise mais aprofundada das novas mediações e pressões que se apresentaram e aos poucos estabeleceram-se, sob a forma de uma tendência para a criação de um Estado de novo tipo. Este modelo que emergia estava apoiado nas iniciativas pragmáticas e científicas, que acabaram por conferir uma nova conformação política e mental à vida intelectual luso-brasileira nas duas últimas décadas do século XVIII.

O problema que envolveu a dinâmica da ruptura/continuidade em torno da “viradeira” pode ser compreendido também do ponto de vista das transformações mentais e político-institucionais. As tensões estamentais produzidas pelos políticos e intelectuais da “viradeira” ora provocavam um movimento de apoio às reformas pombalinas, com um pequeno desvio de rota no que se referia à ampliação da diversidade de campos disciplinares, ora estas mesmas tensões produziam uma aceitação das reformas, porém com uma mudança no modelo de condução política das mesmas.

Uma outra linha de argumentação, estruturada a partir de uma perspectiva jurídico-política da continuidade reinado josefino/realidade mariana, elaborou a seguinte reflexão sobre este movimento de alteração da conjuntura portuguesa:

“...o mais característico da teoria política pombalina e pós-pombalina é o imaginário político que subjaz às suas propostas mais imediatas. Ou seja, o modo novo como ela entende a sociedade e o Poder, ambos concebidos como produtos menores de uma ordem objetiva posta diretamente por Deus do que do jogo, pacto ou não, dos ímpetos individuais. Já nos ocupamos das raízes filosóficas do paradigma individualista. Mas, no contexto português, a sua súbita e clamorosa fortuna não pode ser desligada nem dos contextos prático-políticos, nem da inserção deste paradigma doutrinal no centro dos aparelhos de reprodução ideológica do pombalismo, nomeadamente a universidade. Os primeiros explicam a sua recepção; os segundos, a sua difusão fulgurante como ideologia social e política.”¹²

O absolutismo ilustrado lusitano pós pombalino, à época do reinado de D. Maria I e da regência do príncipe Dom João, demonstrou que era capaz de criar formas específicas de ordenamento do mundo natural das colônias, como uma força econômica remobilizadora do Império Colonial. Adviria daí, conseqüentemente, a fonte da “regeneração” do reino como um todo, para utilizar uma expressão da época. O bispo titular de Elvas e Inquisidor Geral, Dom José Joaquim da Cunha d’Azeredo Coutinho, já ironizava aqueles que falavam de conquistas e do mundo natural. Quando o Inquisidor procurava fontes seguras, partia para os relatos dos viajantes e para as descrições dos cronistas dos soberanos em suas explorações pelo Novo Mundo. O bispo reivindicava, dentre outras investigações, uma espécie de avaliação empírica do terreno onde se estava pisando, descartando se possível ilações estéreis. Vejamos isso tudo, resumidamente, nas próprias palavras de Azeredo Coutinho:

“Diz Montesquieu que o homem do país quente é frouxo, fraco, medroso, até mesmo sem espírito porque, diz ele, tem as fibras muito frouxas; e para dar uma prova desta sua afirmação, diz que se mêtá um homem em lugar quente e fechado e se verá que ele cai em um muito grande abatimento de coração: eis aqui toda a força do argumento de Montesquieu e dos sectários do sistema dos climas, sistema com o qual se pretende dar leis às nações, religião aos homens, e decidir da força e da coragem de

cada um; parece incrível que os homens sensatos tenham caído em tanta puerilidade."³

Azeredo Coutinho não critica, aqui, um inimigo da monarquia. Aliás, muito pelo contrário, se considerarmos a natureza reformista do pensamento do Barão de Montesquieu. O movimento ilustrado havia promovido a descoberta empírica do mundo, e, mesmo assim, os ataques do bispo são desferidos contra o apriorismo da filosofia francesa, que não sabia o que significava o drama e a experiência do "viver em colônias".

A orientação pragmática da geração de burocratas criados no reinado de Dona Maria I foi coincidente ou mesmo teria consistido no resultado das ações em torno da criação de uma instituição que abrigasse os homens de Estado, órfãos da Época Pombalina.

Ao mesmo tempo, tornava-se cada vez mais relevante, e talvez imperioso, a atuação de um grupo de intelectuais que servisse de ancoragem às demandas reformistas de novo tipo, encaminhadas pelo poder régio. O centro aglutinador de um novo ideário reformista, que atuasse como a base teórica e política do reformismo ilustrado pós-pombalino, foi a Academia Real das Ciências de Lisboa, criada em 31 de dezembro de 1779, debaixo da proteção régia.

O mundo da política de Queluz substituíra a utopia pombalina da reconstrução de Nossa Senhora da Ajuda. Numa passagem a respeito do novo espaço da corte lusitana, o historiador da arte José Augusto França faz a seguinte proposta:

*"Vencidas as veleidades de resistência da côrte, arredados os velhos amigos do rei, conspiradores assaz estúpidos. Pombal reorganiza, reforma, cria [...]. Ele encarna, em Portugal, o despotismo iluminado. [...]...fechado em si próprio o Palácio de Queluz embelezava-se, crescia em adições [...], centro de reação contra Pombal, [...] lugar privilegiado dos absolutistas nas suas intrigas dinásticas."*⁴

Além dos confrontos de natureza política e hierárquica, o Mundo de Queluz, com a "viradeira", passou a centralizar a deflagração das ordens régias para todo o Império Colonial Ultramarino, regendo ou conduzindo assim uma nova política colonial para o Novo Mundo português.

Enquanto o *Mundo de Queluz* conspirava, a Academia das Ciências inaugurava um novo lugar de produção do saber entre os lusos, deslocando aos poucos as influências dos antigos aliados coimbrãos do Marquês de Pombal. Os acadêmicos lisboetas projetavam o fomento econômico, elaboravam Memórias, preparavam instruções para os naturalistas do Ultramar português e adestravam quadros burocráticos para a tarefa de governar esclarecidamente.

Convém realçar as diferenças entre a memória psicológica e a Memória como era entendida na época a que nos referimos. Memória, no contexto das nossas investigações, significa o registro imediato ou a narrativa testemunhal de uma experiência empírica baseada na visualidade. Este tipo de registro estava atento aos mínimos pormenores dos objetos observados, sendo diferente, portanto, da concepção de memória como um processo ou faculdade psicológica historicamente construída. A Memória, no sentido conferido pelos sábios da Academia, é essencialmente pré-romântica, já que tenta excluir a dimensão subjetiva.

Elaborou-se, desta forma, uma nova pedagogia ilustrada no espaço cultural luso-brasileiro. Queluz catapultava para a ribalta dos ministros lusitanos um pombalino exemplar, o ultramarino-estrangeirado Dom Rodrigo de Souza Coutinho, responsável por muitas inovações e defensor de outras.

No ritmo de todos estes acontecimentos políticos e citadinos, sai de cena a Universidade de Coimbra, como o centro do debate intelectual, e assume uma posição especial a Academia Real das Ciências, como o lugar do debate científico e da gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural.

Alguns dos principais quadros estrangeiros e estrangeirados são convidados a permanecer como servidores do Estado, porém fora de Coimbra. Era fundamental recriar um ambiente intelectual fiel à rainha e, por conseguinte, aos cânones da “viradeira”.

Os burocratas de Queluz faziam rejuvenescer, através do quadro intelectual estrangeirado, eliminando as influências pré-pombalinas marcadas pelas reflexões, como por exemplo as do Cardeal da Mota¹⁵, sobre as funções das manufaturas. A orientação durante o reinado mariano era para que se desse a inclusão de exilados ou excluídos da

vida política pombalina, como o abade José Correia da Serra, munido do pensamento naturalista de uma forma abrangente, e dos seus contactos com a tradição intelectual botânica continental. O reconhecido naturalista foi, neste período pós-pombalino, um dos mais importantes articuladores da ação científica utilitária aliada aos interesses do Estado da “viradeira”.

Mudavam os preceptores do poder régio, afinal o século das Luzes foi o século dos preceptores, e alteraram-se os ícones da fé. A crença em Lisboa perdia o seu significado sincrético de unir as duas faces da cidade, a voltada para o oriente e a ocidental, ambas situadas dentro de um mesmo país. Retorna o embate, tendo como palco a cidade de Lisboa, caracterizada pelo traçado sinuoso da mouraria e pelas linhas modernas da reforma urbana de Pombal.

Debaixo do reinado mariano, a Basílica da Estrela, em certa medida afastada da ameaçadora faixa oriental da cidade e repleta de arcaísmos, converte-se no fulcro do credo e das cerimónias régias entre os portugueses. O padre da Academia é o oratoriano Teodoro d’Almeida, fervoroso adepto da filosofia natural e anti-jesuíta, o que fica patente na oração proferida pelo mesmo na solene sessão de abertura da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1780.

A “tavolagem do besteiro”, localizada na Alfama, palco privilegiado da ambígua crença lusa na Mesquita/Templo Cristão, teve, num conto escrito pelo historiador Alexandre Herculano, o espelho da vida dupla lisboeta. A história revelava uma face da cidade que, com a “viradeira”, perdia paulatinamente a sua razão de ser.

Os sobreviventes do ódio ao pombalismo cantaram, na Lisboa oriental, o lamento daquele literalmente fatídico 12 de outubro. A Alfama e a Mouraria ainda eram espaços fechados em si mesmos, e se juntaram aos que, ao contrário do apedrejar, choraram a morte de uma legenda. Os “mouros” ocidentalizados distanciavam-se progressivamente da Lisboa convencional, que acabava por restringi-los. Havia, nomeadamente, como já assinalou Alexandre Herculano, diferenciações lingüísticas, como por exemplo o emprego de gírias. Era sobretudo de noite que mais se notavam as fronteiras que separavam a boémia da sociedade respeitável.

A "Viradeira" em Questão

Há uma necessidade imediata de visualizar o momento da chamada "viradeira" como um movimento caleidoscópico, isto é, sem uma nitidez imediata de cores hegemônicas. Esta é a nossa rota. Peregrinar por uma das formas instantâneas assumidas pelas cores em constante transmutação, representadas pelas alianças conjunturais. Os homens formados dentro das orientações do reformismo-estrangeirado pombalino, como por exemplo a segunda geração representada por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Domenico Agostino Vandelli, João da Silva Feijó, Joaquim de Amorim Castro e Júlio Mattiazzi, deveriam passar a trabalhar, após 1777, lado a lado com os antigos rivais e exilados políticos: José Correia da Serra, Teodoro de Almeida, Duque de Lafões e a Marquesa de Alorna. Para além de tudo o que já foi dito aqui, este movimento, de cunho essencialmente político, sinalizava uma alteração do caráter do Estado português. A Academia Real das Ciências de Lisboa e as orientações deflagradas pelo Palácio de Queluz se constituíram nas principais artérias do novo centro do poder mariano, e foram as "instituições" responsáveis pelo desenho do novo Estado fomentista utilitário.

A política portuguesa, para alguns historiadores, retomava uma direção, após a morte do rei Dom José I e com o processo instaurado contra o Marquês, em caminho do obscurantismo, que Mello Franco caracterizou com o popular: "O Reino da Estupidez".

As tensões estamentais mobilizadoras, de uma maneira geral, da história do antigo regime europeu, acirraram-se especialmente em Portugal no período que se seguiu à Época Pombalina. Isto implicou na revelação de um quadro muito mais complexo do que supunham as análises historiográficas mais convencionais e/ou tradicionais. Passamos a observar, a partir deste momento, um verdadeiro laboratório de tensões corporativas, que neste trabalho será investigado através de um dos cenários pós-pombalinos mais relevantes: a Academia das Ciências, produtora de uma concepção de mundo científicista, pragmática e, sobretudo, política. Os lisboetas desta agremiação reformista-ilustrada vislumbravam ou apresentavam uma alternativa para a crise que então ameaçava a economia do Império e a estabilidade interna da Coroa portuguesa.

Seguimos, pois, na nossa história daqueles duros, difíceis e dolorosos dias do último ato do período josefino, encarnado ele mesmo no desenlace da vida e da morte do Marquês de Pombal. Devemos ter em mira a dimensão espectral do legado político do Ministro que serviu de base e inspiração para a geração posterior de intelectuais ilustrados. A absorção desta tradição reformista, entretanto, não se deu sem conflitos, tensões e, sobretudo, contradições.

O Marquês de Pombal (1699-1782) sem dúvida sobreviveu à própria morte. O poderoso ministro de Dom José preparou-se, em fins da década de setenta, para avançar em suas medidas reformistas, sobretudo no contexto da atualização econômica do Estado português diante do continente europeu. A orientação dominante era no sentido de torná-lo mais competitivo, ao menos em sua dimensão projetista. As monarquias modernas davam continuidade, celeremente, a um processo de profundas transformações - desde o início da segunda metade do século XVIII - em seus quadros intelectuais e administrativos. Pombal deparou-se, então, com um problema doméstico de proporções naquele momento inimagináveis: a morte do rei Dom José I e a repercussão deste fato, em princípio corriqueiro, para a vida cortesã. O aspecto mais grave da questão era o seguinte: o Marquês foi obrigado a confrontar-se com gargalos aparentemente insuperáveis, relativamente à aceitação do seu programa reformista ilustrado dependente da aprovação régia. As disputas renhidas que envolveram os grupos políticos pró e anti-pombalinos apontam para a luta pela hegemonia de uma futura primazia da autoridade régia sobre as reformas. Mas a questão posta era complexa: qual a direção que estas reformas tomariam com a “viradeira”? A propósito desta conturbada época, lembremos de uma pergunta que Sigmund Freud, em meio ao cenário ideológico e político do início do século XX, enfrenta em seus estudos acerca do problema da mortalidade, ao apresentar suas condolências a Ernest Jones, por ocasião da morte do seu pai: “O senhor consegue se lembrar de uma época tão repleta de morte quanto a atual?”¹⁶ Em meio à polêmica que recobriu a concorrência pela centralidade do poder, nos termos da sucessão ao trono que se aproximava, a escritora Agustina Bessa-Luís escreveu o romance histórico *Sebastião José*. Nesta obra, a escritora demonstra um senso agudo para os sentimentos que afluíam,

dicotomizados entre a vida/morte e a política. Destacamos aqui um pequeno trecho deste romance que, do nosso ponto de observação, serve como exemplo e, de certa maneira, síntese de algumas décadas de historiografia lusitana tradicional:

“Sebastião José morreu em Pombal, fosse de pedra biliar, fosse de edema dos pulmões, ou da simples nostalgia em que a corrupção física se baseia. Morreu talvez como Horácio, a quem os pressentimentos de Mecenas fizeram com que dissesse: ‘um mesmo dia trará a ambos a ruína’. E nesse momento o país retomou a sua inevitável inclinação ao comodismo tribal, fechado nas suas fronteiras e guardando pelas velhas alianças uma espécie de preferência que prescinde das afinidades, para respeitar a lei do parentesco.”¹⁷

O fantasma do Marquês pode ser explicitado pelo alcance temporal das suas reformas, quer dizer, pela perenidade das suas propostas, que foram muito além de sua existência física. O programa pombalino rasgou a península e alcançou a América Portuguesa - à maneira da jangada de pedra de José Saramago -, produzindo no Novo Mundo burocratas abastecidos do discurso reformista e das tomadas de consciência próprias do pombalismo. Este foi o caso, por exemplo, de burocratas como Dom Luís de Vasconcelos e Souza, do Marquês do Lavradio e do Visconde de Barbacena, este último responsável direto pelas conexões mais imediatas do projetismo-fomentista, que serviu de base à ciência produzida pela Academia das Ciências, com as especulações naturalistas realizadas na colônia.

O contragolpe derradeiro em Pombal e, evidentemente, em tudo o que ele representava em termos de organização do poder, o que era mais importante, foi dado a partir de Queluz, pela filha do rei, e de forma inapelável. A aristocracia européia já havia decorado o caminho da vilania, do circuito prebendário, que envolvia o sistema de trocas pecuniárias e de cargos na administração régia. Os portugueses não desconheciam estes caminhos. Além disso, as cortes evidentemente já haviam experimentado o “teor violento da vida”¹⁸, com a liquidação do ideal de cavalaria e com o fim do caráter espontâneo e apaixonado dos sentimentos de fidelidade ao príncipe. O antigo regime se constituiu num espaço/tempo onde a vida, na reflexão do historiador

Johan Huizinga em sua obra acerca do declínio da idade média, "...era tão violenta e tão variada que consentia a mistura do cheiro do sangue com o das rosas".

Os burocratas, intelectuais e fidalgos lusitanos travaram uma luta intensa pelo poder, a partir da obrigatoriedade dos compromissos com a ordem estabelecida, no caso, com o absolutismo ilustrado, materializado nas instituições que dão corpo ao Estado, na sua dimensão de sacralidade régia.

Devemos sublinhar que nesta época foi sendo paulatinamente excluída a razão de Estado imobilizada ou representada exclusivamente pela figura do soberano. As tensões estamentais produzidas na época da "viradeira" acabaram por gerar uma espécie de valorização dos corpos ou instituições da sociedade portuguesa de antigo regime, como por exemplo a Academia das Ciências, que foi assumindo cada vez mais um papel central na formulação da política fomentista, assim como na preparação de quadros intelectuais a serviço do Estado no ultramar.

Os princípios estatais reguladores do antigo regime entre os lusos referiram-se às regras clássicas da sociedade estamental, assim definidas claramente: pelo *status* que se adquire, pela função que se cumpre, pelo prestígio que se pode alcançar e pela honra que pode ou não lhe ser atribuída pelo Estado-soberano.¹⁹ Temos neste caso o retorno às bases fundadoras da velha ordem, sem a presença incômoda de um Rei-Máquina.

Os reformistas ultramarinos preparados no interior da Academia Real das Ciências passaram a constituir, após a "viradeira", uma nobreza de Estado, comprometida com um ideário reformista-ilustrado de base utilitária. A vida durante a "viradeira" foi marcada pela agonia, e, nas palavras do historiador português José Hermano Saraiva: "pelo manto da desconfiança e das acusações mútuas." Os homens da ilustração em Portugal foram severamente acusados de terem "enfeitado" o Marquês de Pombal com idéias que, na verdade, corromperam a natureza dos portugueses. Oliveira Martins, em sua obra "História da Civilização Ibérica", chegou a afirmar que os portugueses não precisavam copiar nenhum povo pois já haviam demonstrado a sua originalidade, coragem, destemor e galhardia em outros tempos, não

muito distantes. O iluminismo, para Oliveira Martins, se constituiu numa espécie de descaminho, ou mesmo perda da rota, em meio a viagem. Há mais: para o historiador romântico, Pombal teria criado um falso Portugal, apartado das suas tradições e aderente às experiências exteriores à história ibérica. Em um outro estudo clássico fica marcada a preocupação historiográfica com o julgamento do Marquês de Pombal. Neste caso, o historiador português J. M. Latino Coelho retratou a “viradeira” como uma aberração, e narrou os últimos meses de Pombal como um período de extremo sofrimento para a “alma portuguesa”.

O historiador João Lúcio de Azevedo lembra que os últimos momentos do Marquês de Pombal foram marcados por um prolongar da expectativa acerca do andamento do processo movido contra os seus “crimes”, e, ao mesmo tempo, pela reabilitação dos Távoras diante da corte e do Estado, ambos símbolos dos novos tempos.

Enquanto Pombal expiava, conta João Lúcio de Azevedo, a corte tramava e preparava o terreno para um novo conjunto de medidas e programas orientados para as reformas do Estado e da economia do reino como um todo. O desfecho dos últimos dias do Marquês foi trágico:

“...a doença prosseguia implacável, com a tortura na ardência das chagas, e a visível destruição dos tecidos, nas rubras empolas a desatarem-se em pus. Cada vez era maior o quebranto das forças. ‘Presentemente me acho quase de todo entrevado, sem poder pôr os pés no chão, nem sustentar-me sobre as pernas’, mandava dizer no mês de maio. Em outra carta descreve o seu estado: ‘Coberto de pústulas nos pés, pernas e corpo, que me não deixam sossegar, com as dores e comichões que me causam um carbúnculo que me sobreveio sobre a espádua esquerda, que me não permite estar deitado senão do outro lado’, tal era o dissolver do mísero invólucro daquela alma atribulada. Para lhe mudarem a cama, fétida dos soros purulentos e das dejeções mal contidas, tomavam-no os criados a pulso para um canapé. ‘Em vinte e quatro horas - conta uma testemunha ocular - poucas vezes tem mais de duas de descanso.’ Hediondo martírio, cuja dantesca atrocidade não suspeitou Camillo ao escrever a frase vingadora: ‘Morreu

impune o Marquês, coçando sossegadamente a sua lepra.' Não! No corpo e na alma, as fúrias todas dilaceravam a golpes veementes aquela vida. [...] Transcorreu mais um inverno, renovaram-se as campinas, e pelas vidraças Carvalho via reverdecerem as árvores; o verão chegou radioso, enchendo de sol o quarto, onde as alegrias da natureza não encontravam reflexo. [...] extinguia-se-lhe a vida a 8 de agosto de 1782. [...] Pombal ressuscitou na lenda, em toda a grandeza que os lisonjeiros lhe atribuíram durante o poder. Deformado o seu gênio, transfigurou-se o torvo déspota em corifeu da liberdade"²¹

A autópsia realizada pelos médicos identificava, figurativamente, incentivada pela atmosfera da “viradeira” e narrada por algumas crônicas da época, ao dissecar o corpo e investigar as vísceras, um coração que abrigara tantos ódios e o cérebro hipertrofiado, que era enorme, e foi o lugar privilegiado para o nascimento das ambições do “tirano”.

À maneira de um adágio lamentoso, a multidão se mobilizou para a solenidade em torno das exéquias feitas pelo bispo de Coimbra, Joaquim de Santa Clara. Populares e místicos acorreram à capital portuguesa vindos desde Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira do Arquipélago dos Açores, à Torres Vedras. Foram então exaltadas as virtudes e os merecimentos do morto. A homenagem póstuma ao homem teria, segundo testemunhas, irritado a corte, que, na perspectiva de João Lúcio de Azevedo, teria desencadeado uma “mesquinha vingança tripudiando ainda sobre o cadáver.” O clima de opinião ficou dividido entre as honras derradeiras e as respostas, marcadas pelo ódio, proferidas pelas odes e pelos elogios e execrações fúnebres, libelos e orações sarcásticas, como aquela que observamos no início de nossa história.

Os registros apaixonados sobre a vida e a morte de Pombal se imbricam nas fontes manuscritas e impressas, das ordens régias aos periódicos. Além disso, os elementos de passionalidade alcançaram, evidentemente, um outro tipo de registro documental: a historiografia, em seu movimento pendular, ora sublinhando a ruptura, ora marcando a continuidade. Este movimento, de continuidade e até de aprofundamento das reformas, tende a subtrair a força do ódio e do novo sentido, cortesão e corporativo, das reformas. A nova direção

política do poder régio foi suscitada, precisamente, pela atmosfera da reação, proporcionada pelo açoitamento das tensões estamentais e pela burocratização do Estado, verificadas no período que se segue ao reinado de Dom José.

Nosso esforço está concentrado numa tentativa de percepção dos sinais reformistas emitidos pelo *Mundo de Queluz*. As paixões deste cenário nobiliárquico sinalizam para uma orientação que era essencialmente política e de base ilustrada, dentro das possibilidades demarcadas pelo novo Estado absolutista que se desenhava após a morte do rei e de seu ministro que caíra em desgraça.

Muitos são os relatos que descrevem a divisão de determinados segmentos da população relativamente aos ataques desferidos contra Pombal. Alguns depoimentos chegam mesmo à perplexidade no que se refere às dúvidas acerca da probidade do Marquês e da sua conduta quanto aos negócios públicos. Em um fragmento da época podemos flagrar este depoimento: “Eu sempre morei em Lisboa, tratei com gente capaz, vi de perto os negócios de seu Ministério, e nunca vi nem tive notícia dessa flagelação de que você fala andando então por fora do reino.”²¹

A Coroa não consentiu sequer que a família transportasse o corpo para o jazigo, em Lisboa, na Igreja das Mercês. O cadáver ficou por isso mesmo em Pombal. Os franceses, quando da invasão napoleônica de 1811, chegaram a perscrutar a urna mortuária e despojar o esqueleto. O fato foi minimizado por um anônimo que recolheu os ossos e cerrou a tumba.

Para alguns historiadores - sobretudo para os que percebem a “viradeira” com toda a sua carga dramática e de revanche -, estes derradeiros momentos envolvendo a queda, o processo, a doença e o ritual funerário acabaram por aquietar as paixões e aplacar os ódios e os ânimos, e, como escreveu João Lúcio de Azevedo, “...e sobre o discutido nome pairou silêncio de muitos anos”.

O projeto de redenção material do reino freqüentou, durante algum tempo, o receituário dos intelectuais e dos defensores da política pombalina, como pode ser verificado neste Discurso político, observado de uma forma tópica:

“Das coisas precisamente necessárias que faltavam em Portugal; o comércio aniquilado em Portugal; nenhuma indústria de Portugal; mau sistema de política em Portugal; que a origem das riquezas de Portugal era viciada; que a fazenda real de Portugal estava inteiramente arruinada; reflexões sobre o influxo que tinham as minas de ouro do Brasil no sistema geral da Europa...”²²

Os problemas econômicos já estavam detectados e mapeados desde a época pombalina. Este discurso político, entretanto, não se originou do pensamento econômico português. O trabalho foi encomendado pelo Marquês de Pombal no sentido de responder às ameaças comerciais vindas da Inglaterra, face a situação de precária utilização dos meios de que dispunha o Estado luso para equilibrar a sua balança comercial. Outro problema abordado pelo referido discurso político se relaciona às potencialidades da agricultura e das colônias.²³

O conteúdo deste discurso foi analisado por Armando de Castro, com destaque para as questões políticas e diplomáticas que envolveram as relações entre Portugal e a Inglaterra desde o Tratado de Methuen até o contexto do século XIX, quando foi sensivelmente ampliada a dependência de Portugal relativamente à economia inglesa.²⁴

O sentido das reformas de inspiração ilustrada, impulsionadas pelo poder régio durante a época pombalina, resultou, de certa maneira, no...

“... conjunto das reações tomadas pelo aparelho de Estado para sua própria conservação em função da nova e sombria realidade produzida pela crise, particularmente para fazer face ao declínio acentuado dos seus rendimentos fiscais. Para atingir seus objetivos, o Estado teria levado a cabo uma completa ‘clarificação’ e ‘reestruturação’ tanto do seu aparelho como da sociedade como um todo. A idéia de ‘Crise’ é fundamental em tal esquema explicativo. Como crise entende-se a verdadeira mutação imposta, em meados do século XVIII, ao Estado e à sociedade estruturados em função do ‘exterior’ - os rendimentos da exploração colonial e mercantil. O declínio de tais fontes de recursos, em conexão, aliás, com a enfeudação à Inglaterra, teria forçado o Estado português a voltar-se sobre si mesmo (leia-se aí, o Reino), devendo então buscar na própria metrópole a compensação para aquela parcela cada vez maior de rendimentos que já não

mais afluíam do 'exterior' (leia-se: Brasil). [...] À luz de tal teoria, deveríamos explicar as práticas reformistas do período pombalino como aquele conjunto de medidas impostas ao Estado como imprescindíveis e inadiáveis para a manutenção desse mesmo Estado. Sua marca comum seria assim o sentido de 'interiorização' enquanto forma de sobrevivência."²⁵

A defasagem de Portugal era estrutural, se considerarmos os seus principais rivais no continente. Cabia então aos membros do grupo ilustrado mariano resgatar a função de um Estado consistente e potencialmente reformador. O Estado mariano da "viradeira" sinalizava um reordenamento da exploração colonial que viabilizasse um retorno dos rendimentos da Coroa através do mundo natural das colônias.

Os caminhos da ilustração luso-brasileira passaram por uma estratégia voltada para um projeto de reaparelhamento da burocracia, secularizada no tempo de Pombal, e para uma tendência ao investimento no sentido do trabalho coletivo e útil dos acadêmicos lisboetas. Paralelamente a tudo isto, o poder régio, progressivamente, habilitava os reformadores do ultramar para a definição do direcionamento "prático" e "cotidiano" da política fomentista.

O problema mais complexo nisso tudo, no entanto, ainda viria, logo após o desiderato da "viradeira", e estava assim colocado: conferir uma identidade político-cultural ao poder régio que repudiara com tanta veemência o passado josefino.

A dimensão da morte de um homem/mito, para a época, e para uma parte considerável do pensamento luso-brasileiro que sobre este homem/processo se debruçou, tem em José Saramago uma síntese, em um ensaio sobre a dimensão mítica da vida e da morte, que considero extremamente oportuno e denso para as nossas pretensões:

"... A queda acabou ali. O homem ficou deitado, enfim, de costas, olhando o céu. Mar que se tornava profundo por cima dos seus olhos, mar com pequenas nuvens paradas que eram ilhas, vida imortal. O homem girou a cabeça de um lado para o outro: outra vez mar sem fim, céu interminável. Então olhou o seu corpo. O sangue corria. Metade de um homem. Um homem. E viu que os deuses se aproximavam. Era tempo de morrer."²⁶

NOTAS

1. Muitos historiadores dedicaram-se ao estudo das diversas formas assumidas pelo antigo regime em espaços e tempos diversos. Devemos destacar que os trabalhos de António M. Hespanha, Norbert Elias e José A. Maravall forneceram elementos teóricos para as reflexões desenvolvidas neste estudo sobre as relações de poder na modernidade europeia e o seu impacto sobre a península ibérica.
2. A historiografia do século XVIII português, especialmente quanto a este aspecto, tem uma importante contribuição em FRANCIS, David. *Portugal 1715-1808 - joanine, pombaline and rococo Portugal as seen by british diplomats and traders*. London : Tamesis Books Limited. 1983.
3. Ver MAXWELL, Kenneth R. *Eighteenth Century Portugal: Faith and reason, tradition and innovation during a Golden Age*. Lisboa : Estudos Gerais da Arrábida/Conferências do Convento, 1996. PP.103-131.
4. Acerca desta discussão, ver HESPANHA, António Manuel. *Portugal às vésperas do Leviatan*. Coimbra : Almedina, 1985. Para a discussão da categoria “despotismo” ver BOBBIO, Norberto. “Despotismo.” In: *A teoria das formas de governo*. São Paulo : Paz e Terra, 1991. No que se refere à problemática das disputas e dos conflitos de natureza estamental ver MARAVALL, Jose Antonio. “Las tensiones de la sociedad estamental. Su interno proceso de transformacion.” In: *Estado Moderno y Mentalidad Social (Siglos XV a XVII)*. Madri : Alianza Editorial, 1986. Tomo II. PP.3-56.
5. Para maiores esclarecimentos ver DIAS, J. S. da Silva. “Pombalismo e Teoria Política.” In: *Revista Cultura - Filosofia e História*. Lisboa : Instituto Nacional de Investigação Científica. PP.45-114. Ver também o ponto de vista do pensamento industrialista em MACEDO, Jorge Borges. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. Lisboa : Querco, 1982. Ver também sobre este aspecto HAYES, Carlton J. H. “The new metaphysics: the ‘Enlightenment’.” In: *A political and cultural history of modern Europe*. New York : Macmillan Press, 1932. Volume 1. PP.496-577.
6. Os “Diálogos”, de Alfredo de Campos Matos com Antônio Sérgio, revelam uma posição curiosa do ensaísta lusitano acerca do papel político desempenhado pelo Marquês de Pombal. A pergunta elaborada por Campos Matos foi a seguinte: “Gostaria de lhe recordar as objeções que pôs a propósito da construção do monumento ao Marquês de Pombal na Rotunda, em 1918, na Pela Grei,

tendo então observado ser 'inacreditável' este caso, por ser 'elevado por liberais e em nome da liberdade!' Quer comentar?" Resposta de António Sérgio: "O que importa é isto: porque é que Pombal expulsou os jesuítas? Ou ainda: que idéias atacou ele quando atacou a Companhia? Ora, essas idéias que Pombal atacou nos jesuítas são as seguintes: princípio da soberania popular; o republicanismo; a afirmação do direito de resistência aos tiranos; o livre-câmbio; a concepção internacionalista da República ocidental européia. E sobre tudo isto não há dúvida possível; temos a declaração do próprio Pombal; temos a Dedução Cronológica. Por isto mesmo os enciclopedistas, precursores da Revolução Francesa e viscerais inimigos dos jesuítas, se indignaram apesar disto contra o acto do tirano. Repetimos: na luta entre Pombal e os jesuítas as idéias democráticas estavam do lado dos jesuítas. Mas a reforma dos estudos? [...] a parte positiva (a qual, aliás, já começara muito antes a ser praticada pelos Oratorianos, favorecidos por D. João V), a parte positiva, criadora, deve-se aos Verney, aos Ribeiro Sanches, aos discípulos ou colaboradores desses grandes homens. [...] Ora, Ribeiro Sanches e Verney foram, desprezado um, infamissimamente perseguido o outro, por Pombal. Por qualquer lado que vejamos a questão, só encontramos neste último traço em todos os atos de responsabilidade sua - ofensas gravíssimas às idéias civilizadoras e ataques contraproducentes - e antidemocráticos - ao jesuíta. O mito pombalino (a que devemos esta renitente mania lusitana de cifrar o gênio político na tesura) é além de uma insensatez, uma injustiça para com a plêiade brilhantíssima dos nossos intelectuais da segunda metade do século XVIII, cuja obra Pombal não fez mais do que deturpar, caricaturar e comprometer." Para maiores detalhes, ver MATOS, A. Campos. *Diálogo com António Sérgio*. Lisboa : Presença, 1989. P.65. Queremos crer que esta posição revela uma postura historiográfica que criticava o desenraizamento de Portugal do Ocidente, ao lado do problema que envolve a mitificação de Pombal, que na verdade até a década de 50 dividiu a historiografia portuguesa.

7. Para uma reflexão mais aprofundada sobre as bases "legais" da realeza, sobre o problema da legitimidade no antigo regime, e sobre o conceito de representação nas monarquias absolutistas, ver BONNEY, Richard. *O Absolutismo*. Lisboa : Europa-América, 1991.

8. "Que se entende, então, por 'estado' [...]? É o conjunto das pessoas que gozam, em virtude da comum condição em que se encontram, da mesma posição no que diz respeito aos direitos e aos deve-

res políticos; que, pelo fato de gozarem conjuntamente dessa posição, elaboram e praticam formas de gestão da sua posição que são precisamente comunitárias ou, pelo menos, representativas." Conforme SCHIERA, Pierangelo. "Sociedade 'de estados', 'de ordens' ou 'corporativa'." In: HESPANHA, Antônio Manuel (org). *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: FCG, 1984. P.147. Ver, na mesma coletânea OESTREICH, G. "Problemas estruturais do absolutismo europeu." PP.179-201. Ver também WEBER, Max. "Classe, status e partido." In: *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

9. As rivalidades, provocadas pelas disputas intra-cortesãs de natureza dinástica ou mesmo de cunho burguês, receberam uma atenção especial da historiografia europeia do antigo regime, em especial pelos pesquisadores que se dedicaram aos problemas das relações de poder na Europa Moderna. Ainda que o período em si dos trabalhos que indicaremos a seguir se descole das nossas investigações, algumas reflexões foram fundamentais para os nossos estudos sobre a natureza do reformismo-ilustrado, e o caráter do Estado que então insuflara as reformas políticas e econômicas de cunho fomentista, que os portugueses exibiram após a queda do Marquês de Pombal. Nesse sentido, ver as seguintes perspectivas acerca das relações entre a formação dos estadistas-natureza das tensões estamentais-crise do sistema absolutista: LUBLINSKAYA, A. D. *La crisis del siglo XVII y la sociedad del absolutismo*. Barcelona: Editorial Crítica, 1983; ELLIOT, John. *Richelieu and Olivares*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991; MOUNIER Roland. "La Fronda." In: *Revoluciones y rebeliones de la Europa moderna*. Madri: Alianza Universidad, 1978. PP.145-175; PORSHNEV, Boris. "El Problema de la Fronda." In: *Los levantamientos populares en Francia en el siglo XVII*. Madri: Siglo Veintiuno de España Editores S/A, 1978; STONE, Lawrence. "La inflación de los honores." In: *La crisis de la aristocracia - 1558-1641*. Madri: Biblioteca de la Revista de Occidente, 1976. PP.51-75.

10. "Epístola a José Basílio da Gama." Apud SALLES, Fritz Teixeira. *Silva Alvarenga: antologia e crítica*. Brasília: UnB, 1973. Ver também para uma discussão de maior alcance: MERCADANTE, Paulo. "O Romantismo Literário." In: *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Saga, 1965. PP.183-193; CLASTRES, Pierre. "O retorno das Luzes." In: *Arqueologia da violência: ensaios de antropologia política*. São Paulo: Brasiliense, 1982; HIRSCHMAN, Albert O. "Suavidade, poder e fraqueza da sociedade de mercado. Interpretações rivais, de Montesquieu a nossos dias." In: *A econo-*

mia como ciência moral e política. São Paulo : Brasiliense, 1986. PP.11-49.

11. MACEDO, Jorge Borges de. "Despotismo Esclarecido". In: Joel Serrão (org). *Dicionário de História de Portugal*. Porto : Figueirinhas, 1985. Tomo II. P.292.

12. HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. "A representação da sociedade e do Poder." In: MATTOSO, José Mattoso (org). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa : Estampa, 1992. Vol. 4. P.138.

13. COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. *Obras Econômicas*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1966. P.101. Ver também nesta mesma edição a "Apresentação", estudo clássico e datado de Sérgio Buarque de Holanda acerca do pensamento ilustrado-liberal luso-brasileiro.

14. FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa : Bertrand, 1977. P.232-233.

15. A este respeito MACEDO, Jorge Borges de. "O pensamento econômico do Cardeal da Mota: contribuição para o seu estudo." Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. (III série. N.º4.) Lisboa : 1960. PP.79-97.

16. Apud GAY, Peter. *Freud - Uma vida para o nosso tempo*. São Paulo : Cia das Letras, 1990. P.358.

17. BESSA-LUÍS, Agustina. *Sebastião José*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. P.246.

18. Para maiores detalhes acerca da nostalgia da corte sobre os seus antigos valores em crise: honra, tradição, aventura e hierarquia, ver HUIZINGA, Johan. *O declínio da idade média*. Lisboa: Livros Pelicano, s/d.

19. Ver sobre este aspecto MARAVALL, José Antonio. "Funcion del honor y regimen de estratificacion en la sociedad tradicional." In: *Poder, honor y elites en el siglo XVII*. Madrid : Siglo Veintiuno Editores de España S/A, 1989. Especialmente as páginas 59 a 61.

20. COELHO, José Maria Latino. "Martírio" e "Conclusão." In: *O Marquês de Pombal*. Lisboa : Livraria-Tipografia Moderna, 1905. Especialmente as páginas 297 a 307.

21. *Acusação e defesa d' El rei Dom José e do Marquês de Pombal seu ministro. Demonstradas e seladas com as mesmas confissões que os portugueses fizeram desde o ano de 1777 até 1786*. B.N.L. Coleção Pombalina. Códice 676, fl.24.

22. *Discurso político das utilidades que Portugal poderia tirar das suas desgraças*. B.N.L. Coleção Pombalina. Códice 736, fl.20.
23. Ver a este respeito FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo : Ática, 1983; BARRETO, José. "O discurso político falsamente atribuído ao Marquês de Pombal." In: *Revista de História das Idéias*. (Tomo I.) Coimbra : Instituto de História e Teoria das Idéias/FCG/IPL, 1982; CASTRO, Armando de. *O pensamento econômico no Portugal moderno: de fins do século XVIII a começos do século XX*. Lisboa : ICP, 1980.
24. Conforme CASTRO, Armando de. *A dominação inglesa em Portugal: estudo seguido de antologia - textos dos séculos XVIII e XIX*. Porto : Afrontamento, 1972.
25. FALCON, Francisco José Calazans. "As práticas do reformismo ilustrado pombalino no campo jurídico." In: *Revista Biblos*. Coimbra : 1996. PP.86-87.
26. SARAMAGO, José. "Centauro." In: *Objecto Quase*. São Paulo : Companhia das Letras, 1994. P.127.



DA REPULSA AO TRIUNFO*

Idéias francesas no Império Luso-Brasileiro, 1808-1815

Lúcia Maria Bastos P. Neves**

Em 1808, no novo cenário que a Corte de Portugal inaugurou no Rio de Janeiro, não estava ausente a necessidade básica de criação de uma sociedade culta e ilustrada ao seu redor. Ao mesmo tempo, a instalação na cidade de uma sociedade de corte, cujos hábitos e exigências tendiam a difundir-se pela população, iria contribuir para aquilo que Nobert Elias denominou de processo civilizador.¹ Por fim, a recriação do aparelho central do Estado português em terras americanas despertou a antiga colônia para uma modernização segundo padrões europeus.

A presença da Corte contribuiu assim decisivamente para alterar o estilo de vida no Brasil, principalmente no tocante ao próprio comportamento social. Uma nova concepção de sociabilidade, copiada do modelo europeu, sobretudo francês, conduziu ao aumento de festas e saraus da elite. O luxo penetrou na cidade com a moda, influenciada pelo estabelecimento de casas comerciais destinadas a atender a uma parcela restrita da sociedade, mas que ditava as regras do bom gosto.² A partir de 1813, o teatro de São João, mais tarde chamado Pedro de Alcântara, começou a dar espetáculos com artistas portugueses amadores, depois substituídos por profissionais dos teatros europeus, propiciando diversão aos grupos enriquecidos da cidade. Precariamente, outros pequenos teatros surgiram: um era local de curiosos

*Esse trabalho é resultado de um projeto de pesquisa, financiado pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), intitulado – *Brasil, França e Portugal: atrações e repulsas imaginadas, 1808-1861*.

** Historiadora: Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

com orquestra de amadores; outro fora organizado por Grandjean de Montigny, mas não deixou maiores lembranças.³

Paralelamente, implantou-se a Imprensa Régia, pelo decreto de 13 de maio de 1808. Além de documentos oficiais, ela cuidou da publicação de jornais e de muitas obras de cunho científico e literário. De forma idêntica, instalou-se a Biblioteca Nacional, com um acervo trazido de Portugal, composto de cerca de sessenta mil livros, constando de obras diversas de autores estrangeiros, de manuscritos, de incunábulos e de vários outros opúsculos. Na linguagem laudatória da época, essa Real Biblioteca era “a primeira e mais insígne que existe no Novo Mundo, não só pelo copioso número de livros de todas as ciências e artes impressos nas línguas antigas e modernas”, mas também “pela preciosa coleção de estampas, manuscritos e outras ricas e singulares coisas que muito a enriquecem”.⁴

Igualmente, o número de livrarias, consideradas como estabelecimentos comerciais que vendiam essencialmente livros, aumentou. Em 1813, Luís dos Santos Marrocos indicava apenas dois livreiros especializados estabelecidos no Rio de Janeiro. Eram, sem dúvida, João Roberto Bourgeois e Paulo Martin, os primeiros livreiros do Rio de Janeiro e de origem francesa. O primeiro encontrava-se estabelecido com casa de comércio, pelo menos desde 1799, e o segundo já vendia em sua loja, situada à rua da Quitanda, o primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro*.⁵ Nos anúncios desse jornal, entretanto, são muito mais numerosos os nomes que surgem, como Manuel Jorge da Silva, Francisco Luís Saturnino Veiga, Silva Porto e Manuel Mandillo. Poucos anos depois, Ferdinand Denis, em carta ao pai, já se referia à existência de quatro livrarias na Corte.⁶ Em 1821-1822, pode-se identificar, através dos anúncios de jornais, onze livrarias, enquanto um número igual de estabelecimentos vendia publicações do dia, entre outros artigos de natureza variada.⁷

Assim, os anos que se seguiram ao início dos oitocentos ampliaram de forma muito significativa as opções existentes na vida cultural do país. Tratava-se, sem dúvida, de um projeto cultural e político voltado para a homogeneização das elites e para o estabelecimento de uma felicidade pública em moldes ilustrados. Contudo, na esteira da Revolução francesa e em época de guerras napoleônicas, devia consti-

tuir também um meio de conter a propaganda e a infiltração de franceses e de suas idéias, consideradas perigosas. Na tensão do combate contra as tropas invasoras de Portugal, a repulsa e a aversão à cultura francesa tornavam-se a tônica marcante do poder oficial. Ao reforçar, porém, a vigilância do poder oficial contra os *abomináveis princípios franceses*, dava-se igualmente início a um processo de ingerência do poder público, considerado *coisa* do Estado, no domínio das relações culturais.

Uma vez que a opção vitoriosa na política externa portuguesa fora a proposta pelos *inglesados*, liderados por Rodrigo de Souza Coutinho, que voltou às boas graças do trono e assumiu, em 1808, o cargo de Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, a Inglaterra transformou-se no modelo mais próximo e real para o império luso-brasileiro.⁸ Homem ilustrado e adepto convicto do liberalismo econômico, D. Rodrigo foi um dos primeiros portugueses a estudar a obra de Adam Smith e tornou-se um dos principais negociadores dos tratados de 1810.⁹ Embora abominasse a “horrída revolução” da França, não deixava ele de advogar reformas no interior da monarquia, no sentido de repensar o império português em função de um império luso-brasileiro. Para isso, era preciso consolidar as novas fronteiras do Brasil, com a anexação da Guiana Francesa e a integração da Banda Oriental do Uruguai, e ocupar-se com maior empenho de seu desenvolvimento econômico e cultural. D. Rodrigo, no entanto, não se revelava avesso a qualquer idéia francesa, desde que útil aos interesses da monarquia. Em correspondência de 1811, louvava a atitude de João Severiano Maciel da Costa em tentar desvanecer “todas as falsas prevenções que existem contra o nosso governo” em Caiena, com o intuito de atrair ao Brasil hábeis cultivadores e homens industriais de que tanto se necessitava. Ainda na mesma carta, informava que S. A. R. aprovava imprimir-se na tipografia, encontrada em Caiena, não apenas os *Lusíadas*, “mas aqueles livros que julgue interessantes para a administração e para fazer odioso o governo francês, fazendo-o conhecer e desmascarando-o”.¹⁰ Contudo, se assimilava à sua administração esquemas reformistas da economia e da sociedade, permanecia em alerta contra os ideais jacobinos e revolucionários, ou considerados como tais.

Nesse sentido, o poder público logo fez sentir sua interferência em todos os aspectos, sobretudo culturais, que pudessem ameaçar à ordem estabelecida. Em primeiro lugar criou-se, pelo alvará de 5 de abril de 1808, no Rio de Janeiro, uma Intendência Geral de Polícia, semelhante àquela que existia em Lisboa desde 1790.¹¹ Sua principal missão era garantir a tranqüilidade da Família Real, evitando os transtornos naturais que adviriam numa cidade cuja população aumentara consideravelmente com a chegada da Corte. Ainda no mesmo ano, o governo português, por seu intermédio, começou a acompanhar a entrada de franceses no Rio de Janeiro. O rigor era indispensável, nesse tempo sombrio de invasão napoleônica, a fim de evitar-se que debaixo da “aparência de amigos, se não introduzam verdadeiros inimigos”. Para cumprir esse objetivo, o intendente Paulo Fernandes Viana abriu um livro para “a legitimação dos estrangeiros na Polícia”, no qual seriam registrados, para cada indivíduo, “por ordem cronológica, o dia de sua apresentação, seu nome e naturalidade, o motivo que o conduziu até aqui, seu modo de vida, e a declaração da pessoa ou pessoas que o conheçam”.¹² O papel do Intendente era “arredar de nossos lares os espões e os partidários dos franceses” que, em todo o lugar em que chegavam, tudo corrompiam, “com pestífero hálito das suas irrevolucionárias e irreligiosas doutrinas”.¹³ Até a paz européia de 1815, a inquietação maior recaiu sobre os franceses, que por qualquer incidente acabavam sendo conduzidos à prisão e algumas vezes expulsos do país, ainda que pudessem provar inocência. Em 1809, o Intendente Paulo Fernandes Viana escrevia em ofício a D. Rodrigo, fornecendo informações sobre o francês João Jacques Piyer. Este, apesar de ter chegado como “cirurgião de um navio”, há “9 para 10 anos, quando estávamos em boa inteligência com a França”, ter-se casado no país, servir de Procurador do Conselho da povoação de Mamanguape, embora removido posteriormente por ser estrangeiro, “veio remetido da Paraíba e se acha preso na Fortaleza de Villegagnon, para se decidir se ele está no caso de ser isento de suspeita e obter sua liberdade”. Segundo o intendente, vivia ali do comércio, “sempre bem quisto e sem nota em contrário”, tendo sido preso somente pela “qualidade de estrangeiro, e estrangeiro francês”¹⁴. Em 1811, igualmente, informava o mesmo Intendente:

*“Tenho há muitos tempos na Cadeia Luiz Nicolão e José Marenier, franceses: este preso nesta Corte e aquele na Vila das Alagoas por serem franceses e ter-se suspeitas de que poderiam ser espiões, mas dos processos estão elas desvanecidas ou ao menos não são bem fundadas, [mas] estou certo que não devem aqui estar, e entendia que em algum brigue de guerra ou nos Correios deveriam ser mandados para Portugal, para seguirem para a Inglaterra e limparmos o Brasil desta raça que julgo aqui muito prejudicial porque assim se tem mostrado em toda a parte [...]”*¹⁵

As medidas de controle, porém, também se fizeram sentir na questão cultural. Com a instalação da Imprensa Régia, a censura ficou nas mãos de sua Junta Diretora, que tinha a obrigação de “examinar os papéis e livros que se mandarem publicar e de vigiar que nada se imprima contra a religião, a moral e os bons costumes”.¹⁶ A Mesa do Desembargo do Paço, contudo, ainda em 1808 logo reivindicou, com base na legislação portuguesa de final do século XVIII, o direito de exercer a jurisdição sobre o exame dos livros, incluindo os importados. Atendida a solicitação, voltou-se à situação de nada mais imprimir-se sem a censura prévia da Mesa; os originais encaminhados à Imprensa Régia, por aviso da secretaria de Estrangeiros e da Guerra, passaram a ser igualmente examinados pelos censores régios do Desembargo do Paço. Da mesma forma, nenhuma obra importada poderia ser retirada das alfândegas sem a devida licença do Desembargo do Paço, e toda a divulgação de obras estrangeiras, que então invadiam o Brasil, só poderia ser realizada mediante a apresentação dos anúncios à polícia. Aqueles que se furtassem a essa regra, fossem nacionais ou estrangeiros, seriam “presos na cadeia pública” e pagariam “de pena duzentos mil réis”.¹⁷ Era o medo dos princípios difundidos pelo Século das Luzes, especialmente pelas idéias francesas, que confundiam “a liberdade e felicidade das nações com a licença e ímpetos grosseiros dos ignorantes, desassossegavam o povo rude, perturbavam a paz pública e procuravam a ruína dos governos”.¹⁸ Aos ilustrados da época, para furtarem-se a essa vigilância, só restava trazer determinadas obras estrangeiras sob o capote.¹⁹

No Rio de Janeiro, foram principalmente os livreiros franceses que enfrentaram os maiores problemas com a censura. Ao solicitarem

autorização para retirar seus livros das alfândegas, tinham como resposta que esses eram identificados como proibidos, pois traziam idéias muito próprias para “incitar revoluções e entreter facções e partidos contra a ordem pública e a segurança das monarquias estabelecidas”. Aliás, segundo o censor régio Mariano José Pereira da Fonseca, a leitura dos livros franceses era “popular e vulgar”, devendo se dar preferência aos livros escritos em outros idiomas, como o inglês, que tinha um público mais restrito devido à dificuldade da língua e à complexidade das matérias que tratavam.²⁰

Além disso, os importadores ainda estavam sujeitos à opinião pessoal do censor, mesmo que a obra não constasse do índice dos livros proibidos. Assim, José da Silva Lisboa, num parecer sobre as obras de Mably, afirmava que deviam ser censuradas apesar do “mérito literário do autor”, porque ele muito contribuiu “para a revolução da França pelas doutrinas monárquicas e extravagantes da igualdade e liberdade das democracias e pelos falsos princípios de moral”.²¹ Igualmente, o mesmo censor negava licença para o trabalho de Barreres [sic], intitulado *De la liberté des mers*, porque o autor desta obra foi um dos mais sanguinários sócios do monstro Robespierre. Que se pode esperar desse aqui-revolucionário? Ainda que o escrito parece ter por objeto mera questão de Direito das Gentes, sobre a liberdade de navegação, ele não é mais do que um outro libelo difamatório contra o governo britânico e seus aliados, que intitula seus escravos; e, sobretudo um pregão continuado de princípios revolucionários da soberania do povo, igualdade e liberdade, ódio aos monarcas, até com calúnia à religião.²²

A simples proscricção desses autores, em conjunto com as idéias por eles defendidas, era indicativa da presença deles no universo mental da elite intelectual, tanto portuguesa quanto brasileira. Era necessário, por conseguinte, atacar tal ideário, preservando a Coroa lusa das ameaças de uma revolução liberal. Nessa perspectiva, mesmo após a derrota napoleônica, já no clima da Restauração, os censores do Desembargo do Paço no Brasil ressaltavam que:

“Há, [...] na língua francesa, livros ímpios, sediciosos, inflamatórios e de uma execranda obscenidade, diretamente compostos e destinados para abalar e subverter o trono, o altar e os bons

*costumes. É contra estes, particularmente, que deve exercer-se a severidade censória, e tomar-se medidas mais austeras e vigorosas do que contra a peste, cujo dano me parece muito menor que o do moderno contágio mental e moral.*²³

Paralelamente a essa interferência do poder da Coroa, verificasse, principalmente na conjuntura de 1808 a 1815, uma aversão espontânea ao espírito francês, manifestada em jornais, folhetos e panfletos que circularam em Portugal e no Brasil, e que também fizeram vislumbrar, pelo debate que subentendiam, a possibilidade de intervenção do homem na condução dos destinos da *coisa pública*. Tanto pelo preço como pelo pequeno número de páginas, os folhetos e panfletos constituíam uma publicação mais acessível e adquiriam uma circulação mais intensa. Divulgavam acontecimentos que passavam assim do domínio privado ao público, e convertiam-se em *novidades*. Propiciavam, por outro lado, a agitação, o falar “de boca” do cotidiano e tornavam acessível a camadas sociais mais amplas um certo imaginário, e a apreensão de idéias e concepções de mundo novas entre o *povo*, pois as mensagens já não se restringiam ao círculo estreito da obra escrita. O folheto político, os panfletos, a anedota, as páginas de pequenas histórias foram publicações que as guerras napoleônicas fizeram pulular nos dois lados do Atlântico.²⁴

Na *Gazeta do Rio de Janeiro*, entre 1810 e 1813, o livreiro francês Bourgeois anunciava, em sua loja da rua da Quitanda, nº 33, “obras novas”, intituladas *Portugal desafrontado*, *Diálogo entre um Francês e um Eclesiástico*, *Partidista contra Partidista* e *Jacobinos Praguejados*. De forma semelhante, Paulo Martin divulgava folhetos que já haviam sido impressos em Portugal, ou reimpressos no Rio de Janeiro, que se destinavam a combater e denegrir Napoleão Bonaparte, como a *Verdadeira Vida de Napoleão Bonaparte*, a *Besta de Sete Cabeças e Dez Cornos ou Napoleão, Imperador dos franceses* e a *Receita especial para fabricar Napoleões*. Este último, um soneto escrito por “um amigo de ganhar vinténs”, ensinava:

*Toma um punho de terra corrompida,
Um quintal de mentira refinada,
Um barril de impiedade alambicada,
De audácia uma camada bem medida*

*A cauda do Pavão toda estendida,
Com a unha do Tigre ensangüentada,
De Corso o coração, e a refalsada
Cabeça de Raposa envelhecida;
Tudo isto bem cozido em lento fogo
De exterior fagueiro, meigo e brando,
Atrevida ambição lhes lances rogo:*

*Deixa que se vá tudo incorporando,
E assim mui presto espera; porque logo
Sai um Napoleão dali voando.²⁵*

Em todos esses escritos, havia uma preocupação comum: o combate e a crítica ao “tirano” Napoleão Bonaparte, considerado pelos homens de época o continuador da Revolução Francesa. Era descrito como o “usurpador resoluto e violento”, o “Corso”, o “Déspota Furioso”, o “Dominador da Europa” ou a “Besta de Sete Cabeças e Dez Cornos”.²⁶ Em uma Ode pela restauração da cidade do Porto e total derrota dos franceses pelas tropas inglesas, oferecida pela “nação portuguesa”, vendida no Rio de Janeiro pela Loja da Gazeta, o imperador era assim descrito:

“Debalde o fero Corso sitibundo/ Horror da natureza,/ D’homem e fera produção medonha,/ Que a França acolhe e a seu trono eleva [...]”²⁷

Em outro folheto, intitulado “Sentinela contra Franceses”, o autor descrevia o que lhe vinha à memória ao ver o retrato de Napoleão: “este tem cara de hesiarca”. “Lí em seu rosto uma profunda hipocrisia e em sua vista perspicaz e sombria, uma malvada intenção”. E, concluía sua análise evocando uma comparação:

“(...) eis aí Maomé escrito e escarrado; e, para completar o paralelo, também tocado de epilepsia, como o filho da Meca. Ambos vieram ao mundo para arruinar os fundamentos da verdadeira fé e do império dos Reis; e, ambos têm feito correr rios de sangue humano nas três partes do mundo.”²⁸

Se Napoleão era o alvo preferencial dessas críticas, o ataque visava ainda a influência real que a França sempre exercera no mundo

ibérico. Esta era apresentada como uma “Nação degenerada, coberta de vícios e de crimes”, e os franceses como “homens grosseiros e ignorantes, sem princípios, sem educação e sem religião”. Eram os “assassinos da espécie humana”, que deviam ser combatidos pela espada e pela pena.²⁹ Assumiam a forma de uma caricatura em que se destacava o grotesco: obesos e calvos; malfeitores, ladrões, grosseiros e ignorantes. Em síntese, na visão dos “honrados portugueses”, eles eram...

“... [uma] matilha de leões, desaforado bando de deístas, sacrílegos, de traidores, insultante tropa de velhacos conquistadores, corja terrível de bárbaros, cruéis e sanguinários, enorme tropel de atrevidos ignorantes, degenerada porção da humanidade, homens cujas ações serviram de perpétuo horror a todo o ser humano.”³⁰

A França era um país “só coberto de ladrões, assassinos e de algozes”. Por fim, eram “monstros em forma humana / com que o mundo se ilude e desengana”.³¹ Em um aviso da Gazeta do Rocio, lia-se:

“Perdeu-se um anel de um só brilhante, que era de um homem que tinha em sua casa um oficial francês; faz-se aviso a todos os moradores desta Cidade que têm franceses em casa para que andem sempre olho vivo, quando não ficarem, em breve tempo, só com o fato que tiverem no corpo.”³²

A esta crítica ao francês, enquanto homem político e moral, associava-se àquela enquanto indivíduo religioso: eram infiéis, acolhendo a doutrina que lhes trazia maiores proveitos: “cristão pela manhã, no meio dia turco, à tarde índio, depois da digestão do jantar materialista, às portas fechadas ateu chapadíssimo”.³³ Não respeitavam os lugares e funções sagradas, como apontava, em refinada “ironia e tom de irrisão”, pois esse era o melhor modo de ridicularizar os franceses, o Espião Patriota:

“(...) estes vândalos fazem dos templos e altares, cavalariaças e manjedouras. [...] Parece anunciada a época do mundo anti-cristão por aqueles mesmos desavergonhados, que nos pregam em papéis públicos, que a nossa religião será respeitada, e que ela é a mesma que a sua!”³⁴

De modo semelhante, eram criticados, nessa literatura de circunstância, os portugueses que se aliavam aos franceses. Chamados de Jacobinos ou Partidistas, eram considerados como indivíduos “falso[s] à Pátria”, “um vil assalariado por promessas”, homens “sem religião alguma, um mortal que só se alimenta de peçonha, que não respira senão veneno, com que empesta as Leis e os costumes”. Enfim, era “um cruel assassino, um desenfreado ladrão e um verdugo da humanidade”.³⁵ Os partidaristas do governo francês transformavam-se aos olhos dos portugueses em “dementes voluntários e de capricho”, que deviam despertar precauções, não devendo ser escutada “sua doutrina estragadora”.³⁶

Em meio a exclamações exaltadas, repletas de figuras de linguagem, as mensagens desses escritos políticos reduziam-se a uma dualidade simplista, que evidenciava o bem e o mal, a luz e as trevas. A sociedade liberal era sinônimo do mal, enquanto aquela do Antigo Regime representava o bem. Críticas de uma sociedade aristocrática, ainda predominante no mundo luso-brasileiro, julgavam as novas idéias como a proposta de homens sem nascimento, sem luzes, sem talentos e sem humanidade, que pretendiam substituir famílias distintas e nobres.

Nessa conjuntura de combate à cultura francesa, a maçonaria também se viu atingida, sendo que a crítica à seita dos pedreiros livres revestiu-se de uma linguagem exarcebada, em que se formulavam improperios contra todo um mundo misterioso de idéias revolucionárias, de forças ocultas e condenadas. O título de um folheto, indicativo da penetração no mundo luso-brasileiro das idéias do célebre abade Barruel, é bastante sugestivo para demonstrar essa tendência: *Os pedreiros livres e os iluminados, que mais propriamente se deveriam denominar os tenebrosos, de cujas seitas se tem formado a pestilencial irmandade a que hoje se chama jacobinismo*.³⁷

Na imprensa carioca, no único jornal regular que existia na Corte desde 1808, a Gazeta do Rio de Janeiro, encontravam-se ainda críticas contundentes a Napoleão Bonaparte e aos princípios franceses. De um lado, havia as notícias transcritas de jornais europeus, em que se buscava divulgar as derrotas francesas ou a opinião do público de além-mar contra os desvarios do imperador. Um artigo, ao comentar o descontentamento das tropas francesas que chegavam à Espanha, informava que um soldado francês exclamara: “desgraçado soldado francês,

vítima da tirania de Bonaparte”; e, “arrojou com furor a espingarda. Os companheiros que o ouviram, repetiram o mesmo”. O texto informava ainda que era grande a deserção entre os franceses, causada “pelo medo que infundem as nossas guerrilhas [portuguesas], e pela falta de pagas e fardamento”.³⁸ Um outro comentário sobre as operações dos exércitos franceses na Península Ibérica louvava a eficácia dos soldados portugueses, que em breve veriam “reduzido a poeira o malvado Napoleão, que nos inquieta sem causa”. Incentivava a continuação da luta, pois Napoleão “não é imortal, ainda que assim se julgue no delírio dos seus planos. Nero também se julgava imortal, mas a História nos diz dele: “tale monstrum XIV annos perpessus terrarum orbis tandem destruit”.³⁹

De outro lado, os anúncios da venda de livros e folhetos traziam comentários perspicazes como o que se segue:

“Na loja da Gazeta se acha a História secreta da Corte e Gabinete de S. Cloud, 2 vol., por 5\$600 réis. Esta obra, que tem tido um consumo extraordinário, tanto em Inglaterra como nos Estados Unidos, dá bem a conhecer ser a produção mais interessante que neste século tem aparecido sobre os caracteres, projetos, crimes e barbaridades execrandas de Bonaparte, e de toda a sua família; assim como de todos os seus generais e de todas as pessoas que têm figurado na funesta Revolução Francesa.”⁴⁰

Também digno de se destacar é o aviso de venda, na loja de Manoel Pereira de Mesquita, da obra *Discurso sobre a Coroação de Bonaparte*. Nesta eram analisadas, segundo o anúncio, as palavras que o pontífice dizia na sagração dos príncipes cristãos; e se verificava, “com a maior evidência”, que elas não eram adequadas a Bonaparte, “tanto por causa da manifesta usurpação do trono da França, que por todo o direito pertence à ilustre e antiga casa de Bourbon, como pela infâmia das suas qualidades pessoais”. Ainda ressaltava que as promessas que os verdadeiros e legítimos príncipes fazem em semelhante ocasião, frente aos altares, “não foram na boca daquele monstro mais do que uma refinada hipocrisia e uma irrisão de um ato tão respeitável e sagrado”.⁴¹ Era nítida, por conseguinte, uma postura da mentalidade luso-brasileira de aversão e de repúdio frente à propagação das novas idéias liberais, especialmente em relação às idéias francesas.

No entanto, a partir de 1814 a Coroa portuguesa principiou a adotar uma nova política em relação à França. Essa mudança de atitude resultava de dois fatos: da derrota dos exércitos napoleônicos pelas forças aliadas européias, com a conseqüente restauração dos Bourbons no trono francês, e da ascensão ao ministério da Marinha e Domínios Ultramarinos de Antonio Araújo de Azevedo, Conde da Barca. Adepto do chamado partido francês, a volta de Araújo ao poder significava uma nova perspectiva em relação à política diplomática luso-brasileira, distinta daquela defendida por D. Rodrigo em prol dos ingleses, até o momento de sua morte em 1812. Não se pode afirmar que o Conde da Barca fosse um liberal radical ou defensor das idéias jacobinistas; pregava porém uma política de aproximação tanto com a França quanto com a Inglaterra, uma vez que, em sua visão, a consideração central era a posição de Portugal na Europa, e não mais o Império luso-brasileiro.⁴²

Dessa forma, já em julho de 1814, assinou-se um acordo entre o representante português, Conde de Palmela e o secretário de Estado de Luís XVIII, Talleyrand, a fim de estabelecer “um ajuste provisional para a renovação das relações diplomáticas e comerciais entre Portugal e França”, cuja portaria, datada de setembro de 1815, foi publicada no ano seguinte na Gazeta do Rio de Janeiro. Em conseqüência dos novos vínculos de amizade, as duas monarquias restabeleciam as relações de comércio, e os vassallos de cada um dos dois Estados, residentes no outro, em especial os embaixadores e agentes diplomáticos, passavam a gozar das “mesmas vantagens sobre o pé da mais perfeita reciprocidade”.⁴³ Buscava-se uma política comercial, na qual os bens culturais não estavam excluídos.

Logo depois, o conde da Barca tomou ainda a iniciativa de convidar e hospedar uma missão francesa que representava, na sua conduta, aspectos “louváveis ou desejáveis”, segundo a ótica do período, daquilo que a civilização francesa representava de positivo nas relações entre os povos. Em início de abril de 1816, a Gazeta anunciava a chegada ao Rio de Janeiro do navio Calphe, vindo do porto do Havre, com um número de artistas de profissão para residir nesta capital, a fim de implementar as artes úteis ao país. Alguns desses indivíduos eram bonapartistas convictos, foragidos da França, como os irmãos

Taunay; um deles, pintor, membro do Instituto Real de França, que trazia consigo sua mulher e cinco filhos; e o outro, escultor, acompanhado de um aprendiz; Grandjean de Montigny, arquiteto, trazendo sua mulher, quatro filhas, dois discípulos e um criado; e, Joaquim Le Breton, secretário, recém-demitido, da Classe das Belas Artes do Instituto Real de França. Além desses, vinham um pintor de história e decoração; um gravador em pintura e miniatura; um professor de mecânica; um compositor de música, discípulo do célebre Haydn; um curador de peles, além de auxiliares e assistentes destes ofícios.⁴⁴

Em conseqüência, a influência francesa passou pouco a pouco a ter um papel significativo nas relações culturais. Nos avisos da *Gazeta do Rio de Janeiro* aumentaram vertiginosamente as ofertas de produtos de luxo franceses, tais como quadros, papel pintado, *canquilha*s, porcelanas, cristais, vidros, anunciados por Dumont, ourives francês;⁴⁵ panos de linho, cambraias, plumas; vestidos das últimas modas, oferecidos por Carlos Durand;⁴⁶ vinhos em barrica e em garrafas de Bordeaux, licores engarrafados, vinhos de Champagne; e mesmo pão fabricado “com trigo lavado à moda de França”.⁴⁷ Enfim, eram colocados à venda “um sortimento completo, o mais variado e satisfatório, de todos os gêneros de produção do terreno e indústria francesa”.⁴⁸ Outros anúncios indicavam ainda a presença de modistas, alfaiates, cabeleireiros e de todos os apetrechos para a moda e beleza das damas da Corte:

*Catelino, cabeleireiro de homens e senhoras, e sua consorte, modista, chegados há pouco de Paris, anunciam ao público que abriram loja na rua do Rosário, n. 34, onde se acham chapéus, e todos os mais objetos necessários para o enfeite das senhoras, composto tudo segundo o gosto mais moderno; achar-se-á juntamente toda a sorte de perfumes em essências, águas e pomadas das melhores fábricas de França; oferece na sua loja todos os cômodos necessários e decentes para as pessoas que nela se quiserem ou pentear ou cortar os cabelos.*⁴⁹

Esse cabeleireiro - Antoine Louis Amadée Castelineau - foi ainda criado da casa real, sendo reposteiro de Sua Majestade, tendo partido para Lisboa em novembro de 1821. No mapa de estrangeiros escritos nos Livros de Matrícula feitos pela Intendência Geral da Polícia da

Corte e Reinos do Brasil encontram-se registrados 412 franceses, sendo superados apenas pelos ingleses, que totalizavam 470.⁵⁰

Se, em anúncios anteriores a 1814, para oferecer seus serviços um francês devia justificar a sua presença por estar “naturalizado português, por decreto de Sua Alteza Real” ou por considerar-se “emigrado no tempo da Revolução, igualmente respeitável pelos seus vastos conhecimentos e retidão de costumes”⁵¹, a partir desta época o atributo de ser francês tornou-se um chamativo para o público. “Madame Clementiny, novamente chegada a esta Cidade, tendo dirigido em França por espaço de dez anos uma casa de educação de meninas, propõe-se a dar lições de música vocal, harpa, de piano e de língua francesa”. Para comprovar “sua suficiência na arte que professa”, anunciava que daria um concerto para os amantes das belas artes, sem que, no entanto, se preocupasse em justificar sua origem, embora fosse trabalhar na educação das filhas das senhoras da Corte.⁵² Doravante, a vida cultural brasileira passou a comportar-se segundo parâmetros franceses, e o Rio de Janeiro converteu-se em pólo aglutinador dessas iniciativas, por seu papel de capital do país. E o incipiente negócio de livros, tipografias e jornais, estabelecido desde 1808, ampliou-se à medida que a parcela de indivíduos envolvidos com essas atividades encontrou, no próprio Estado, um apoio para novas atividades culturais sistemáticas.

Apesar de todas as precauções, a influência francesa não deixou de penetrar no ideário e no cotidiano da elite luso-brasileira. Essas idéias, vindas do mundo de fora, surgiram pouco a pouco nos principais movimentos políticos e sociais do século XIX, nas representações, conhecimentos e crenças que fundamentavam as práticas possíveis no interior de um sistema político por parte dos grupos envolvidos.

O ideário e os novos valores culturais, considerados não apenas os elementos de permanência e as grandes regularidades, mas também as variações da conjuntura e as transformações de ordem qualitativa, sem excluir o acontecimento que se entrelaça às mudanças, alterou o sentido de que estava dotada a sociedade daquele momento.⁵³

Inserida “nas palavras, nos gestos e nos ritos”⁵⁴, essa *cultura* atuou como um conjunto de mecanismo de controle - planos, regras, instruções - que regeu os homens, mas também forneceu os elementos para as representações através das quais os indivíduos do nascente mundo

brasileiro construíram o sentido de sua existência. Entretanto, no âmbito do *privado* de uma sociedade ainda escravocrata, tocada pelas Luzes apenas nas fímbrias de uma elite intelectual reduzida, as idéias não dispunham de espaço para transformarem-se em mercadorias destinadas à arena política, em que pudessem se decidir os interesses dos setores dominantes. Nessas condições, a Coroa, ou seja, o *público*, no momento da construção do Império do Brasil, tendeu a continuar recorrendo à censura e à proibição como instrumentos, por excelência, para conter a influência das idéias perigosas, quase sempre consideradas de origem européia. Nesse dilema, jogou-se o destino do Brasil-nação.

NOTAS

1. ELIAS, Norbert. *O processo civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote, 1989. Volume 1.
2. Para a vida quotidiana desse período, cf. SILVA, Maria Beatriz N. da. *Vida privada e quotidiana no Brasil: na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.
3. Cf. NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil*. 2ª ed. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL, 1979. P. 101.
4. SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1981. v. 1. P. 308-9.
5. Para Bourgeois, cf. Arquivo Histórico Ultramarino. Códice 807. Passaportes 1791-1798, fl. 127; Códice 808. Passaportes 1798-1806, fl. 68. Para Paulo Martin, ver Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1811. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 282-230, jan-mar. 1969.
6. MARROCOS, L. Joaquim dos Santos. *Cartas de ... escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821*. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 55: 161 (carta 56), 1939. Para F. Denis, cf. BOURDON, Léon (ed.). *Lettres familières et fragments du journal intime de Fernand Denis à Bahia*. Brasília. Coimbra, 9:191, 1958.
7. Para a pesquisa nos anúncios de jornais, ver NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Comércio de livros e censura de idéias: a actividade*

dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*. Lisboa, 23: 61-78. 1992-1993.

8. Para a análise entre as disputas de inglesados e afrancesados, ver DIAS, Graça & DIAS, J. S. da Silva. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*. 2ª ed., Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986. v. 1, t. 2. P. 422-450; ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993. P. 127-164.

9. Para análise da ação política de Rodrigo de Souza Coutinho, cf. Diniz-Silva, Andrée Mansuy. Rodrigo de Souza Coutinho. In: M. SILVA, Beatriz N. da (coord.). *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994. P. 222-5; DINIZ-SILVA, A. Mansuy. *L'année 1789 vue de Turin par un diplomate portugais*. *Dix-Huitième Siècle*. Paris, 20:289-313, 1988.

10. Arquivo Histórico do Itamaraty. Lata 171, maço 1, pasta 9. Correspondência recebida, Conde de Linhares. 17/julho/1811

11. SILVA, M. Beatriz N. da. *Intendência Geral da Polícia*. In: Idem (coord.). *Dicionário da história ...* P. 440-2. Silva, M. Beatriz N. da. *Intendência Geral da Polícia: 1808-1822*. Acervo. *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 1(2):187-204, 1986.

12. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 370, v. 1. fl. 1. Ofício de 20/março/1808.

13. SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história*. V.1. P. 203. Para uma análise dos franceses no Brasil, cf. SILVA, M. Beatriz N. da. "Fazer a América: franceses no Brasil (1815-1822)". *Revista de Ciências Históricas* (Vol. 10) Porto : 1995. Separata. PP. 299-316.

14. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 323, v. 1. fl. 15-15v. Ofício de 28/março/1809.

15. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Códice 323, v. 3. fl. 60-60v. Ofício de 30/julho/1811. Grifo meu.

16. Aviso de 24 de junho de 1808, apud Araújo, José P. de F. *Legislação Brasileira [...] de 1808 até 1831*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve & Comp., 1836. P. 28-30.

17. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Desembargo do Paço. Caixa 154, pac. 4, doc. 111, 12/ setembro/1808; Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Desembargo do Paço. Caixa 153, pac. 3, doc. 25, 27/setembro/1808; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Edital da Intendência Geral da Polícia, 30/maio/1809. Para o medo da divulgação das obras estrangeiras, especialmente as francesas, no

- Brasil, ver Neves, Lúcia Maria Bastos P. das & Ferreira, Tania Maria Bessone da C.. O medo dos "abomináveis princípios franceses": a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 4(1):113-119, jan-jun 1989.
18. Beirão, C. D. *Maria I: 1777-1792*. 4ª ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1944. P. 339.
19. A expressão em grifo é de Daniel Roche in: *Les Républicains des Lettres: gens de culture et Lumières au XVIIIè siècle*. Paris: Fayard, 1988. P. 26.
20. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Desembargo do Paço, caixa 171, pac. 3 doc. 43. 16/outubro/1820.
21. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Desembargo do Paço, caixa 169, pac. 1, doc. 8. 10/novembro/1818.
22. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Desembargo do Paço, caixa 169, pac. 3, doc. 101 14/fevereiro/1818. Grifo no manuscrito.
23. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Desembargo do Paço. Caixa 171, pac. 3, doc. 43. 21/ janeiro/1819.
24. Para uma análise dos folhetos do período das invasões napoleônicas, ver d'alcochete, Nuno Daupias. *Les pamphlets portugais anti-napoléoniens*. Arquivos do Centro Cultural Português. Paris, 11: 507-516, 1977. Cf. ainda Lisboa, João Luís. "O surto panfletário". In: *Idem. Ciência e Política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991. P. 163-176.
25. Receita especial para fabricar Napoleões, traduzida de um novo exemplar impresso em espanhol por um amigo de ganhar vinténs. (É infalível). Reimpresso no Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1809. P. 1.
26. As expressões foram retiradas dos folhetos de época, tais como: Neves, J. Acúrsio das. *Manifesto da Razão contra as usurpações francesas*. Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1809; Neves, J. Acúrsio das. *A Voz do Patriotismo na Restauração de Portugal e Espanha*. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1808; *Chalça de Napoleão ou Proteção Universal oferecida aos apaixonados dos Franceses*. Lisboa: Off. Nunesiana, 1808; e, *A Besta de Sete Cabeças e Dez Cornos ou Napoleão Imperador dos franceses, por um presbítero andaluz*. Lisboa: Off. de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões, 1809. Essas obras eram anunciadas na Rio de Janeiro, pelo jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*.

27. Ode pela feliz Restauração da Cidade do Porto, e total derrota dos franceses neste Reino, conseguida pelos exércitos das duas nações inglesa e portuguesa ... oferecidas pela voz da nação portuguesa em sinal dos mais generosos acontecimentos. Rio de Janeiro: Imp. Régia, 1809. P. 6. Para a venda da obra, cf. Rio de Janeiro. Gazeta do Rio de Janeiro. n° 95, 9/agosto/1809.
28. Capmany, d. Antonio. Sentinela contra franceses. Lisboa: Imp. Régia, 1809. P. 18.
29. Para a primeira citação, ver Portugal Desafrentado. Diálogo entre um oficial francês da Legião do Meio-Dia e um eclesiástico da província de Entre-Douro-e-Minho. Lisboa, 1808. P. 13 (obra vendida no Rio de Janeiro, na Loja de J. Roberto Bourgeois); para a segunda, cf. Diálogo entre as principais personagens francesas apud Lisboa, João Luís Lisboa. Ciência e política ... P. 168.
30. Carta de despedida ao resto do exército francês pelos fiéis e honrados portugueses. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1808. P. 3.
31. Neves, J. Acúrsio das. Manifesto da Razão ... P. 9; Carvalho, Antonio Joaquim de. Na Restauração de Portugal, libertado do jugo dos franceses, verdades críticas. Lisboa: Tip. Lacerdina, 1808. P. 2.
32. Gazeta do Rocio. n° 6. In: Coleção das célebres Gazetas do Rocio que para seu desenfado compôs certo Patusca, o qual andava à pesca de todas as imposturas, que o intruso ministério francês fazia imprimir no Diário Português. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1808.
33. Diálogo entre dois mortos ou entendimento entre dous soldados, que morreram na batalha do Bussaco, um inglês e outro francês, enterrados ambos no mesmo lugar, por H.V.M. Parte III e última. Lisboa: Impressão Régia, 1811. P. 7-8. Esse folheto foi reimpresso no Rio de Janeiro, pela Imp. Régia, no mesmo ano.
34. O Espião Patriota ou carta de Paulo Mendes Mirrado a um seu amigo em Lisboa, participando-lhe os passos do exército francês, depois da invasão de Portugal. Lisboa: Imp. Régia, 1811. P. 11.
35. Partidista contra partidista e Jacobinos Praguejados. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1809. P. 19.
36. Freire, José Antonio da Silva. Demonstração do erro e demência dos partidistas do Governo francês, oferecida aos verdadeiros portugueses. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1808. P. 16.
37. Reimpresso no Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1809. 36 p.

Cf. também *Questão nacional sobre a autoridade e direitos do povo em o governo; ou exposição e demonstração dos verdadeiros princípios acerca da soberania*. Publicada em Paris em 1791, por seu “digno” autor o Abade Barruel. Traduzida do francês em 1821 por Luiz Gaspar Alves Martins, autor do liberalismo desenvolvido, abade de Vilar, pregador do rei; a quem o mesmo tradutor respeitosamente a oferece e dedica em 1823. Lisboa, na Impressão Régia.

38. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 43, 29/maio/1811.

39. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 72, 7/setembro/1811.

40. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 40, 18/maio/1811. Grifo do texto.

41. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 85, 23/outubro/1811.

42. Para uma análise da política do Conde da Barca, cf. Silva, Armando B. Malheiro da. In: Silva, M. Beatriz N. da (coord.). *Dicionário da história ...* P. 99-100; Dias, Graça & Dias, J. S. da Silva. *Os primórdios da ...* P. 422-9; Alexandre, Valentim. *Os sentidos do Império ...* P. 290-305.

43. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 5, 17/janeiro/1816.

44. Para o anúncio ver, *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 28, 6/abril/1816. Para a análise da Missão Artística Francesa, cf. Taunay, Afonso de E.. *A Missão Artística de 1816*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1983; Silva, M. Beatriz N. da. *Missão Artística Francesa*. In: Idem (coord.). *Dicionário da história ...* P. 556-8; Lima, M. de Oliveira. *D. João VI no Brasil: 1808-1821*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

45. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 26, 29/março/1817.

46. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 85, 23/outubro/1816.

47. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 54, 8/julho/1815; no 62, 5/agosto/1815.

48. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 60, 27/julho/1816; no 53, 3/julho/1816.

49. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 96, 30/novembro/1816.

50. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de Manuscritos - II- 34,32,28. *Mapa de Estrangeiros registrados na Intendência Geral da Polícia da Corte e Reinos do Brasil*. 1819.

51. *Gazeta do Rio de Janeiro*. no 74, 14/setembro/1811; no 28, 7/abril/1813, respectivamente.

52. Gazeta do Rio de Janeiro. no 63, 6/agosto/1817.
53. Cf. as reflexões sobre estrutura/acontecimento, em Sahlins, Marshall. Ilhas da História. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. Passim.
54. Chartier, Roger. Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime. Paris: Seuil, 1987. P. 7 e 17.



A "MARCHA CIVILIZADORA" NOS TRÓPICOS: PERCALÇOS E PARTICULARIDADES

Grandjean de Montigny, as festas reais e a Praça de Comércio

Ângela Cunha da Motta Telles*

Neste trabalho, procuraremos tentar compreender a cidade como uma grande representação da condição humana, conforme proposto pelo teórico Aldo Rossi. A arquitetura, nessa percepção, é a "cena fixa mais profunda". Valoriza Rossi "os fatos urbanos" que são no seu entender "o dado último verificável da complexa realidade da cidade e constitui o ponto de vista mais concreto com o qual se pode encarar o problema."¹ Nessa percepção, o fato urbano se torna semelhante à obra de arte "à qualidade, ao seu *unicum*". Como a obra de arte "eles [os fatos urbanos] são uma construção na matéria e, não obstante a matéria, de algo diferente; são condicionados mas condicionantes"².

A percepção de um fato urbano qualquer é sempre complexa e particular. Ou seja, em uma cidade, um bairro, uma rua, um palácio, "sempre restará um tipo de experiência possível apenas para quem tenha percorrido aquele palácio, aquela rua, aquele bairro."³

Observa ainda Rossi que, nas cidades da Europa, existem palácios ou conjuntos de edificações que constituem verdadeiros pedaços da cidade e cuja função dificilmente é a função original. A forma estrutura a cidade.

*Historiadora. Mestranda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Museu Histórico e Diplomático/Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ.

É nesse viés de interpretação que pretendemos observar as construções realizadas por Grandjean de Montigny, arquiteto francês, no Rio de Janeiro. A forma porta valores que nos informam sobre o contexto daquela sociedade e, ao mesmo tempo em que é forma condicionada, é condicionante da cidade do Rio de Janeiro.

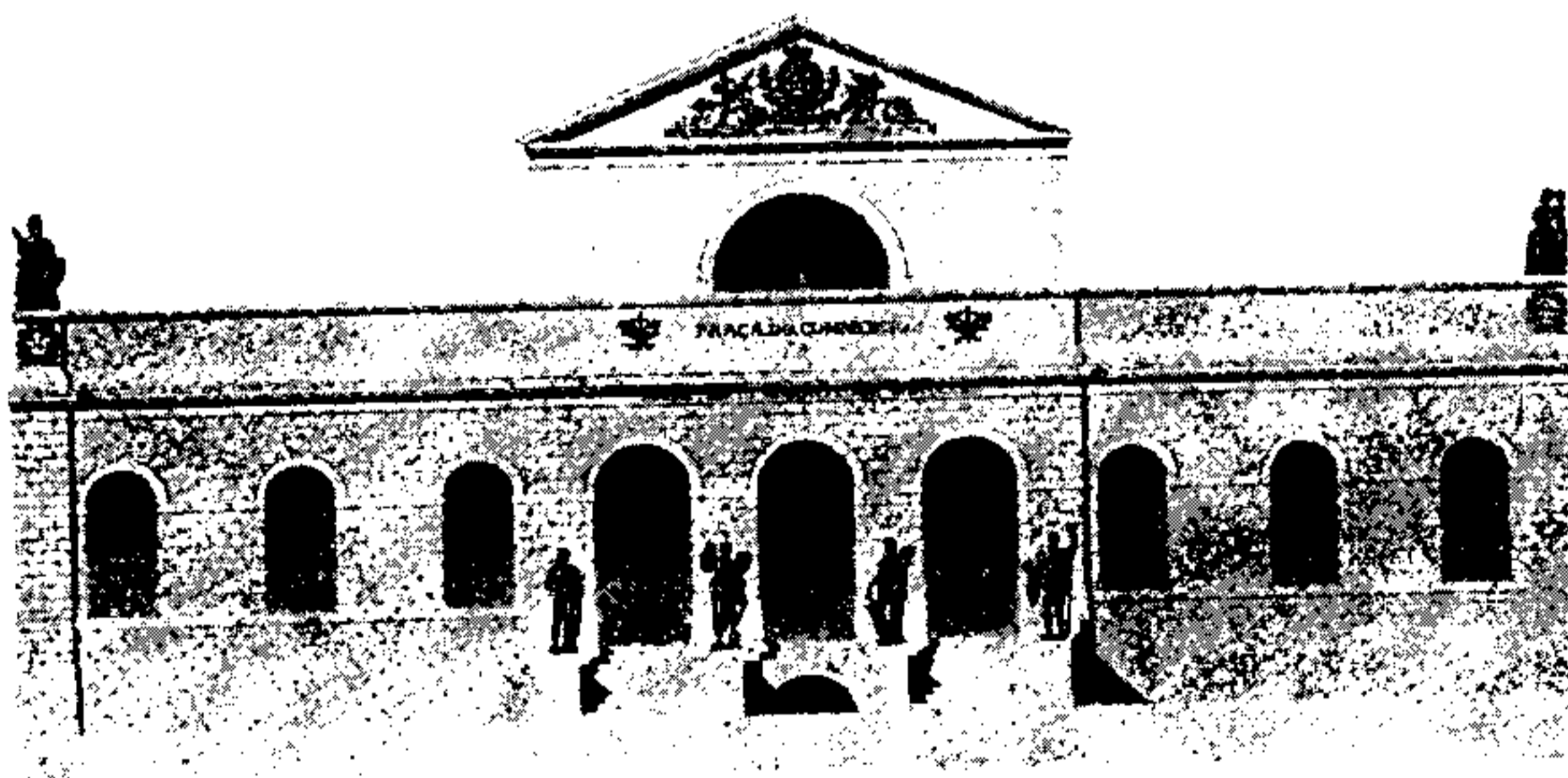
Essa questão da cidade entendida como obra de arte, como construção, nos remete ao historiador da arte italiano Giulio Carlo Argan, que assim a entendia. Pensar a cidade nos leva também a discutir a problemática da cidade ideal, que, como observa Argan, “nada mais é que um ponto de referência em relação ao qual se medem os problemas da cidade real”.⁴ Grandjean, como urbanista, concebeu diferentes projetos para a cidade que pretendia ser a sede de um império tropical; portanto seus projetos podem nos informar sobre os problemas da cidade real, naquele momento de adaptação da cidade colonial em cidade imperial.

As cidades ideais nos informam sobre a concepção de espaço de diferentes sociedades e também sobre os projetos políticos que as moldaram.

A hipótese que levantamos é que os trabalhos de Grandjean de Montigny, arquiteto da Missão Artística Francesa de 1816, materializam um projeto civilizador que, em última análise, buscava adaptar a cidade colonial a um império transatlântico idealizado pela elite portuguesa, e teve seus resultados condicionados por um ambiente plasmado pela colonização em bases escravistas. Por conseguinte, as formas concebidas por Grandjean são portadoras de valores que nos informam sobre o projeto político e civilizatório pretendido. Idealizadas e concretizadas em alguns monumentos, surgem como recortes do todo em que a cidade se constitui.

Já sublinhamos que entendemos a cidade como uma construção. O gesto de construir nunca é despreocupado, ele fixa um modelo social. Como observa Margareth da Silva Pereira, “a imagem do Rio-paráíso natural esconde uma das cidades mais artificiais do mundo, avesso do avesso de todas as utopias.”⁵

Nos primeiros séculos de colonização a lógica em relação à cidade era de natureza militar e estratégica, por parte do poder metropolitano. Em meados do século XVIII, mais precisamente quando da discussão para o local de construção da nova Sé, percebe-se na escolha do lugar - fora dos limites da cidade - uma mudança de atitude dos governantes em relação ao desenvolvimento da *urbis* carioca. No início do século XVIII, a preocupação de defesa dos primeiros séculos de colonização ainda aparece nos muros que cercariam a cidade, projetados pelo engenheiro militar Massé. O projeto para a construção da Sé aponta para um novo pólo de desenvolvimento da cidade - "novo centro religioso monumental da cidade"⁶, como observou Giovanna Del Brenna - concebida com conceitos iluministas entre 1747 e 1750 por Mardel, o mesmo arquiteto da Lisboa pombalina. Isto confirma que algumas das soluções encontradas pelos arquitetos que planejaram a Lisboa pombalina foram experimentadas antes na colônia. Outro pólo importante na cidade que passou por reformas foi o Largo do Paço.



Praça do Comércio
Projeto de Grandjean de Montigny
Fachada principal da Praça do Comércio,
depois Alfândega, atual Casa França-Brasil.
pena e aguada de nanquim
Escola Nacional de Belas Artes

Nos documentos oficiais passou a ser denominado Praça do Carmo, por causa da igreja do mesmo nome que se encontra nesta praça. Interessante observar que na arquitetura portuguesa os largos, como nos informa Miguel Faria, podem ser comparados a *piazza* italiana, “de características orgânicas, identificada com a morfologia do espaço, praças centrais irregulares sempre associadas a pelo menos um edifício público (civil ou religioso).”⁷ O largo seria uma solução espontânea do desenvolvimento urbano da Lisboa de morfologia medieval, onde a rua ocupava um lugar de destaque e o largo surgia para aliviar a “tensão capilar dessas ruas.”⁸ O largo é, portanto, diferente da praça programada, regular e monumental, surgida sob a ótica da racionalidade clássica. Essa praça programada é uma marca da Lisboa iluminista, pombalina. A nova organização de cidade idealizada para a reconstrução de Lisboa cria um outro espaço: o Passeio Público, lugar de distração da nova *urbes* disciplinada. O Rio de Janeiro, quando da chegada da Missão Artística Francesa, já apresentava espaços como o Passeio Público, portadores desses valores caros à Ilustração, faltando apenas, para completar o cenário de signos que vinha da organização pombalina, a Casa da Praça de Comércio. D. João VI incumbiu o arquiteto Grandjean de Montigny do projeto e da construção da Casa da Praça, e essa obra foi a primeira construção não efêmera do arquiteto no Rio de Janeiro, concluída em 1820.

O projeto político idealizado pela elite reinol vinculou-se a um outro projeto de caráter civilizatório que, como observou Marques dos Santos, afetou a fisionomia da cidade. “A cidade não se constituirá em mero cenário para eventos de afirmação do poder, mas num verdadeiro laboratório de civilização”⁹ Os artistas franceses contratados por D. João no Rio de Janeiro, egressos do império napoleônico, intervêm naquela cidade que se queria imperial.

A arte era percebida, naquele momento, como um instrumento poderoso capaz de educar e transformar a sociedade. Como citado por Iara de Carvalho Souza, “tal arte deveria ser exemplar em si mesma, pelo que mostrava e exaltava, sendo necessário guardá-la para o conhecimento e desfrute dos que virão.”¹⁰

As Festas Reais: a chegada da princesa Leopoldina e a Aclamação de D. João VI.

O Rio de Janeiro passa a ser palco de vários festejos nunca imaginados na América. O rei, figura antes somente imaginada e distante, faz sua aparição triunfal com todas as pompas e honras. Para a produção desses eventos festivos da realeza toda a cidade era mobilizada. Como informa Iara Liz de Carvalho, “implicava um esforço conjunto de três instituições, a Câmara, a Igreja e os quartéis. Toda a rotina da cidade era alterada.”¹¹

Os artistas franceses já haviam adaptado à festa revolucionária as comemorações do império napoleônico e no Rio de Janeiro criaram cenários onde se podia perceber o projeto de civilização que a elite reinol pretendia construir nos trópicos.

Por ocasião dos festejos da chegada da princesa Leopoldina e bodas reais, em 1817, Grandjean e Debret idealizam uma decoração com arcos triunfais, cujo impacto foi comentado nos jornais da época. Em pelo menos um dos artigos publicado na “Gazeta do Rio”, em 12 de novembro de 1817¹², podemos perceber que o redator tenta não diminuir, segundo sua própria observação, “a grandeza do objeto” percebida como a chegada da princesa Leopoldina e o casamento real; mas ao dedicar a maior parte do texto à minuciosa descrição dos arcos comemorativos não consegue esconder a perplexidade e admiração pelos cenários criados pelos artistas franceses, e estes passaram a ser o enfoque central do texto.

O arco mandado erigir pelos comerciantes, que simbolizava a “Feliz União” entre os consortes reais, parece ter sido o que mais impressionou o redator, mostrando o papel relevante desse segmento naquela sociedade. O comércio, como observa Iara Liz de Carvalho, “era uma fonte de riqueza e um instrumento capaz de amenizar os costumes, confraternizar as nações, levar o progresso de um lugar ao outro, um instrumento civilizatório.”¹³

A decoração criada por esses mestres dos efeitos especiais, os artistas franceses, foram alvo de comentário minucioso de um outro atento observador daquele momento: o Padre Perereca, que descreve o Arco do Comércio erguido por ocasião da chegada de D. Leopoldina.

“Na entrada da rua Direita com a frente para o Arsenal Real da marinha o corpo do comércio fez erigir um magnífico arco romano, que pela sua beleza e gosto de arquitetura merecem os devidos aplausos, dados geralmente por todos ao seu arquiteto Mr. Grand-Jean de Montigny, e ao pintor de história Mr. Debret, artistas pensionados d’El Rei Nosso Senhor, como também à acertada administração dos comerciantes Joaquim José Pereira de Faro e Francisco Pereira de Mesquita, encarregados por parte do comércio da sua ereção.

*Este arco pois continha três aberturas na sua largura: o grande arco do meio com vinte e seis palmos de alto, deixando para cada lado por entre as colunas passagem livre de oito palmos. A altura deste monumento de quinta palmos, a sua largura pela parte da rua Direita de quarenta, que é toda a largura da mesma rua neste lugar, e da parte da praça do Arsenal de sessenta; sendo necessário tomar maior espaço nesta frente, em cujos lados haviam dois lanços de muralha, os quais serviam como de pedestais às figuras do Rio de Janeiro e do Danúbio, tendo aquela por símbolo as armas do Reino Unido português, e estas as águas do Império Austríaco, e as legendas: *Januarium – Danubius*. Entre as colunas, que sustentavam o grande arco, estavam dois pedestais de seis palmos de altura. Os baixos relevos, que ornavam a parede do sobre-arco do lado do Arsenal representavam em bronze dourado os emblemas do antigo e novo mundo, reunindo o caduceu do comércio, e em ação de fazer sacrifícios: do lado da rua Direita mostravam duas figuras da Fama, uma com o facho do Himeneu embocava uma trombeta, e a outra depositava sobre o altar do mesmo Himeneu as cifras reunidas de Suas Altezas Reais PC Pedro, Carolina. Por baixo da grande cornija se via de ambos os lados a inscrição seguinte em grandes letras de ouro: *A Feliz União o Comércio*; e sobre três degraus, que assentavam sobre a mesma cornija um grupo de duas figuras assentadas com os atributos da paz reuniam em uma coroa de flores as cifras dos augustos esposos. Esse monumento, que todo fingia ser de mármore branco, estava ricamente ornado de festões de finas, e delicadas flores de França, e das cifras de Suas Altezas*

*Reais feitas em rosas, assentadas em medalhões revestidos de seda cor de ouro e além de outros de seda azul , cujas letras PC eram de ouro.*¹⁴

Os cenários que envolveram a cidade transmitiam a ilusão de se estar numa capital europeia, traduzindo a vontade dos portugueses enraizados no Centro-Sul de se constituir como um império civilizado nos trópicos.

A festa forjada na revolução, como observa Starobinski, “se desenvolve como um ato fundador; é uma comunhão instauradora: não será a espuma brilhante e logo dissipada na vaga de um tempo transitório [da festa aristocrática], mas o núcleo de uma nova promessa que a sucessão dos tempos deverá manter.” Na festa revolucionária, o juramento, com toda sua carga significativa, cria a soberania em oposição a sagração dos reis, que recebia dos Céus o seu poder.¹⁵

Para a festa da Aclamação de D. João VI três foram os monumentos erguidos: um templo consagrado a Minerva, um arco do Triunfo e um obelisco. Trabalharam na confecção dessas obras os artistas Grandjean de Montigny, Debret e Auguste Taunay. Esses monumentos portavam, como observou Debret, uma “iluminação brilhante [que] clareava toda a praça, mostrando a rica oposição dos estilos gregos, romanos e egípcio.”¹⁶

Segundo Debret, às 7 horas da noite D. João VI e o séquito real apareceram no balcão construído para o evento a fim de “apreciar as iluminações do largo do palácio, da Ilha das Cobras e de todas as embarcações de guerra do porto, cujas as lanternas habilmente combinadas formavam desenhos variados. esses contornos luminosos ligavam-se insensivelmente, graças ao efeito do recuo, ao clarão das fogueiras acesas do outro lado da baía, indicando os diferentes planos do terreno ocupado pelas propriedades de Praia Grande, somente perceptível em virtude do colorido vigoroso das montanhas que fecham o horizonte desse lado.”¹⁷

Os artistas franceses, mestres em cenografia, utilizaram uma forma de iluminação com lampiões de zinco, inédita no Rio de Janeiro; iluminação essa que realçava os detalhes das decorações projetadas. A decoração erguida pelo Senado da Câmara para a festa da Aclamação seguiu o mesmo projeto de um templo dedicado a Minerva ideal-

zado por Grandjean em 1817, por encomenda dessa instituição, para o reverso de uma medalha em homenagem ao novo reino.¹⁸ Nessa medalha encontra-se gravada, no anverso a efígie de D. João VI, e no reverso o templo dedicado a Minerva desenhado por Grandjean.

O sonho da medalha pretendido pelo Senado da Câmara só veio a se concretizar em 1820. Mas o desenho idealizado por Grandjean se materializou em 1818, na festa da Aclamação, em uma escala infinitamente maior do projetado para a medalha. Em proporções jamais sonhadas, todos os detalhes do projeto se fizeram bem legíveis. Um templo dedicado a Minerva onde, como observou Debret, “se via a figura do rei coroado pela Deusa.”¹⁹

Segundo Maria Beatriz Mello e Souza, o templo de Minerva protegia o busto de D. João VI retratado como um imperador romano.²⁰ Minerva é a deusa padroeira das ciências, artes e ofícios, iluminadora da civilização no Reino. Observa Beatriz Mello e Souza que a imagem dessa deusa da Antigüidade Clássica, protetora destas três áreas de saber, substitui a imagem da Imaculada Conceição, mãe de Deus, da tradição da Casa Real portuguesa²¹. E - acrescentaríamos -, Minerva, iluminando D. João VI, quer sugerir que os poderes do rei não vêm do Céu, e sim do compromisso do monarca em promover a Ilustração (ciências, artes e ofícios) na sede de um império, “maior que os dois romanos, o qual estendia o seu poderio pelas cinco partes do globo terrestre.”²² A vasta extensão do domínio



Medalha Comemorativa da Aclamação de D. João VI
prata
Zéphérin Ferrez, 1820
Museu Histórico Nacional

imperial português, nesse momento, foi o motivo de outra alegoria, onde aparecem os rios Danúbio, Eufrates, Nilo e Amazonas.

Essa festa/monumento da Aclamação quer dar a ver, como a festa revolucionária, uma “promessa que a sucessão dos tempos deverá manter”²³, como observou Starobinski. Os artistas franceses criaram uma decoração que enfatizava esse compromisso do rei na América: o compromisso assumido por D. João VI de fundar um império no novo mundo, que há muito alimentava os sonhos dos europeus e que no século XVIII “começaram a suscitar,[...] utopias políticas, sociais e sobretudo o nascimento do urbanismo”²⁴; Novo Mundo português de proporções continentais [do Amazonas ao Prata] que ingressava pela Casa dos Bragança na marcha que encaminha à civilização.

O sentimento de se estar a fundar um império na América nos moldes europeus e de querer ser lembrado como criador de um império alinhado à civilização nos trópicos pode ser percebido em diferentes documentos da elite reinol desse momento. Debret, em seu livro “Viagem pitoresca e histórica ao Brasil” confirma esse sentimento: “[...] deixamos a França, nossa pátria comum, para ir estudar uma natureza inédita e imprimir nesse mundo novo, as marcas profundas e úteis, espero-o da presença de artistas franceses.”²⁵

Esses artistas acreditavam, como já sublinhamos, no poder educador da arte de transformar cidade e sociedades. Mas a cidade do Rio de Janeiro não era uma tábua rasa onde o sonho do artista podia ser impresso sem interferências. A cidade colonial é real, as novas construções se fundem nessa cidade dando-lhe novas formas.

A Casa da Praça do Comércio: o ideal da forma perfeita

A Praça de Comércio, monumento emblemático da Lisboa de feições clássicas pós-terremoto, é o “fórum de uma nova estrutura política”, como apontado por José Augusto França²⁶. O Terreiro do Paço, que desde o século XVI era o lugar do paço real, transforma-se em Praça do Comércio - *locus* do “despotismo esclarecido” na Lisboa reformada por Pombal após o grande terremoto. As catástrofes estão, como nos informa Aldo Rossi, “entre os meios mais conhecidos da dinâmica urbana”²⁷. A Lisboa pós-terremoto será palco da implementação de projetos anteriormente experimentados na colônia

americana pelos engenheiros militares. Os projetos das praças regulares com o pelourinho no meio são exemplos dessa experiência de construção colonial, como observou Miguel Faria, ao estudar “O modelo praça/monumento central na evolução urbanística da cidade de Lisboa.”²⁸ O referido autor salienta que a praça, na concepção forjada na colônia, adquire uma redobrada valorização, “como elemento urbano regulador e espaço simbólico onde se concentravam os edifícios mais representativos”²⁹. A Praça do Comércio, como informa Miguel Faria, foi “a primeira praça programada” na cidade de Lisboa, e o modelo adotado “foi o da *Place Royale* francesa: espaço regular dominado por uma estátua real ao centro”³⁰.

O modelo urbanístico implementado na reconstrução de Lisboa se manifesta na colônia - o Passeio Público, de iniciativa do Vice-Rei Luís de Vasconcelos (1778-1790), sinaliza o início do programa estético pombalino.

A Praça de Comércio, construída por Grandjean de Montigny em 1820 no Rio de Janeiro, pode ser percebida como um monumento que vinha completar o cenário estético de poder elaborado na governação pombalina. Daí talvez a prioridade desse monumento em detrimento da Academia de Belas Artes, que só veio a ser construída em 1826, no primeiro reinado. Mas a Praça de Comércio no Rio não é a simples transposição de um modelo, não obedece as mesmas características formais da praça de Lisboa, modelo de praça/monumental como uma Praça Real. A Praça de Comércio no Rio de Janeiro não é uma praça, é uma casa - uma casa que se assemelha formalmente a um templo e é conhecida como a Casa da Praça de Comércio, sublinhada em alguns documentos da época. O projeto idealizado por Grandjean de casa/templo/prança, lugar para reunião de homens de negócios, emprestava, como observou Iara de Carvalho Souza, “à atividade comercial um caráter grandioso, ansiado pelos próprios negociantes [...] insinuando aí sua importância política.”³¹ Como já ressaltamos, o desenvolvimento urbano no Rio nos moldes iluministas vinha ocorrendo em diversos pontos da cidade, como focos de embelezamento monumental. A Casa da Praça de Comércio também constituía mais um foco de embelezamento monumental; entretanto esta construção difere das demais por portar as marcas do neoclassicismo que se espalha

pelo Ocidente como um modelo universal. Grandjean dominava a linguagem da arquitetura clássica: foi aluno de Percier e Fontaine, arquitetos de Napoleão e preferidos de Josefina, mestres na decoração, idealizadores do “estilo império”, autores do arco do Triunfo, do Carroussel, da ampliação de Versailles. Viajou à Itália, quando ganhou o *Prix de Rome*, escreveu um livro sobre túmulos renascentistas do século XV e XVI (1813)³² e outro sobre arquitetura Toscana, publicado em 1815.

Alguns aspectos significativos da construção da Casa da Praça do Comércio no Rio de Janeiro merecem ser ressaltados, em relação à planta e à escala. Grandjean, mestre em criar efeitos especiais, utiliza um tipo de planta em forma de cruz e de escala inusitadas em construções laicas no Rio, o que não passou despercebido a um atento observador daquele momento, ao responder a uma crítica em relação a não-atenção e devida utilização do governo dos artistas franceses:

*“Mr. Grandjean não ficou sem ter o que fazer: foi chamado para Arquiteto da Casa da Praça (Bourse); no entanto, dando-lhe a configuração de uma Igreja; naturalmente lembrou-se que na Revolução Francesa, a Igreja de Petits Pères serviu de casa da Praça dos Comerciantes de Paris, por concomitância julgou dever fazer semelhante a do Rio de Janeiro [...]”*³³.

Essa observação parece comprovar o estranhamento provocado pela planta em forma de cruz e pela escala construtiva numa construção laica. Outro aspecto a ser observado, quanto ao interior dessa construção, é sua semelhança com aquele projetado por Soufflot para o *Panthéon* (Igreja de *Saint- Geneviève*), onde as colunas de fuste cilíndrico e independentes parecem sustentar a cobertura³⁴.

Essa concepção arquitetônica parece ter-se inspirado nas idéias de Laugier. Considerado primeiro filósofo da arquitetura moderna, por ter visualizado a casa primitiva, constituída de esteios verticais, uma cumeeira e uma cobertura de duas águas, Laugier declarou que esta era a imagem definitiva da verdade arquitetônica.³⁵ Dessa forma poderíamos dizer que a Casa da Praça de Comércio idealizada por Grandjean seria a tentativa de construir um edifício perfeito nos moldes sonhados por Laugier. Edifício perfeito para aquele lugar e para aquela sociedade.

O projeto do interior da Casa da Praça é muito parecido com outro do próprio Grandjean, realizado para um dos muitos concursos do período napoleônico, no qual obteve medalha de ouro.³⁶ O projeto não realizado durante o império francês concretizou-se em terras tropicais. O sonho do bom selvagem e da cabana primitiva, que alimentava o imaginário europeu, talvez quisesse sugerir uma imagem ideal, uma “forma perfeita” na qual o império que se queria construir nos trópicos deveria se inspirar. Essa “forma perfeita” era o objetivo a ser alcançado. Esse edifício/monumento, símbolo do projeto político e civilizatório que se queria construir na América portuguesa - assim como o *Panthéon* em Paris - foi também palco de debates políticos. Por ocasião da implantação da Constituição espanhola no Reino Unido, em abril de 1821, seu interior foi cenário de um episódio que acabou em sangue. As tropas invadiram a assembleia, Miguel Feliciano de Souza foi morto, Clemente Pereira ferido a baioneta, muitos se jogaram ao mar e outros fugiram pelas ruas³⁷.

O edifício da Praça de Comércio foi a escolha da política joanina no Rio de Janeiro, signo de uma vontade em pedra e cal. Templo/monumento emblemático de um projeto de império tropical e de inserção daquela sociedade mercantil escravista na nova ordem internacional liderada pela França e pela Inglaterra.

NOTAS

1. ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo : Martins Fontes. 1995. P.23.
2. Idem. P.23.
3. Idem. P.4.
4. ARGAN, Giulio C. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo : Martins Fontes. 1995. P.161.
5. PEREIRA, Margareth da Silva, “Uma cultura do ver: natureza e artefato na problemática de um mundo novo”. In *Barroco 15*. Belo Horizonte : IEPHA/MG, 1990. P.224.
6. BRENNNA, Giovana Del. “Projetos urbanos no Rio de Janeiro em meados do século XVIII”. In: *Lisboa Iluminista e o seu tempo*. Lisboa : UAL/Universidade Autónoma de Lisboa. 1994. P.273.

7. FARIA, Miguel. "O modelo praça/monumento central na evolução urbanística da cidade de Lisboa – sobre toponímia, urbanismo e história dos monumentos públicos de Lisboa". *In Lisboa iluminista e o seu tempo. Op. Cit.* P.53.
8. Idem, ibidem.
9. SANTOS, Afonso Marques dos. "Buenos Aires y Rio de Janeiro; construções simbólicas de la nacionalidad". Conferência apresentada ao Seminário de Historia Argentina-Brasil en la transición al siglo XXI. De la consolidation de las nacionalidades a construción de projetos civilizatórios. Buenos Aires. Novembro 1998. P.2. Mimeo.
10. SOUZA, Iara Lis de Carvalho, *A Pátria Coroada: o Brasil como corpo político autônomo-1780- 1831*. Assis, SP : Ed. UNESP, 1998. P.289.
11. Idem. P. 14.
12. Apud *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Departamento de Artes PUC-RJ/FUNARTE/Fundação Roberto Marinho. 1979. P. 39.
13. SOUZA, Iara Lis de Carvalho. *Op. cit.* PP.190-191.
14. SANTOS, Luís Gonçalves. *Memórias para servir à História do Reino do Brasi*. Rio de Janeiro : Livraria Editora Zélio Valverde 1943. PP.587-588.
15. STAROBINSKI, Jean. *1789: Os emblemas da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. P.70.
16. DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo : Livraria Martins, EDUSP, 1972. Tomo II, vol.2, p.63.
17. Idem. P.61.
18. Idem. P.181. Debret, fez em seu livro, a observação de que o projeto do templo da festa da Aclamação seguiu o mesmo desenho de Grandjean para a medalha.
19. Idem, ibidem.
20. MELLO e SOUZA, Maria Beatriz. "Três monumentos, três artistas, três reinos, um rei: as obras da aclamação real de Dom João VI (Rio de Janeiro)". In *ANAIS do Seminário EBA 180*. UFRJ/ Centro de Letras e Artes/Pós graduação da Escola de Belas Artes. RJ. Novembro 1996. P.60.
21. Idem. P. 60.
22. Idem, ibidem.

23. STAROBINSKI. *Op Cit..* P.70.
24. PEREIRA, Margareth da Silva. In: Barroco 15. *Op. cit*, 226.
25. DEBRET, Jean Baptiste. *Op cit.* P.2.
26. FRANÇA, José Augusto. "Lisboa Pombalina e a estética do Iluminismo". In: *Lisboa Iluminista e o seu tempo*. Lisboa: UAL/ Universidade Autónoma de Lisboa. 1994. P.11.
27. ROSSI, Aldo. *Op. cit.* P.4.
28. FARIA, Miguel. *Op. cit.* P.51.
29. Idem. P.65.
30. Idem, ibidem.
31. SOUZA, Iara lis de Carvalho. *Op cit.* P. 13.
32. O título do livro é *Recueil des plus beaux tombeaux exécutés en Italie les XV. e XVI. soècles d'apr's les dessins des plus célèbres arqchitectes e sculptures, Mesurés et dessinés par G. de M., 1813*. Um exemplar pode ser encontrado na Biblioteca da Escola de Belas Artes-UFRJ, no Rio de Janeiro.
33. Uma cidade em questão I. *Op. cit.* P.43.
34. SUMMERSON, John. *A linguagem clássica da arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. P.91.
35. Idem. P.93.
36. BRASIL, UFRJ, Museu D. João VI. Catálogo geral documento nº 79.893.04.
37. SOUZA, Iara Lis de Carvalho. *Op. cit.* P.104.



O TRIÂNGULO DA DESORDEM NO RIO DE JANEIRO DE D. JOÃO VI

Escravos, senhores e policiais

Carlos Eugênio Líbano Soares*

No dia 13 de fevereiro de 1818 um escravo de nome Francisco Congo fora preso pela Guarda Real de Polícia. Parecia um fato absolutamente rotineiro no dia-a-dia deste corpo policial, criado dez anos antes pelo rei de Portugal, e que mantinha a ordem pública nas ruas do Rio de Janeiro, a nova capital do império ultramarino português.¹

Mas este fato desencadearia uma pequena crise entre o todo-poderoso chefe de polícia da corte, o intendente Paulo Fernandes Vianna, e o comando da Guarda Real de Polícia. Esta crise revelaria o intrincado enredo que podia se esconder atrás de atos repressivos desta nova corporação chamada Polícia, que tinha somente uma década no Brasil.²

No relatório enviado ao comando policial, os soldados executores da prisão afirmaram que Francisco Congo tinha sido preso por “estar jogando a capoeira” no local chamado Matadouro. Detido, ele foi levado para o calabouço - alguns metros dali -, e recebeu o cruento castigo de trezentos açoites. Depois ainda foi levado para as “obras públicas”, que neste momento significavam trabalhos forçados na construção da Estrada da Tijuca, que ligava a corte com o chamado Sertão Carioca.

* Historiador. Doutor em História pela Universidade de Campinas. Professor do Mestrado em História da Universidade Severino Sombra, Vassouras, Estado do Rio de Janeiro. Chefe do Centro de Documentação Histórica da mesma universidade.

Mas a verdade era outra. De acordo com os informes recebidos posteriormente, o intendente soube que Francisco Congo, escravo de João dos Santos Cardoso, fora preso quando estava na rua São José, próximo ao Largo do Palácio, consertando a roda da sege do Coronel Manoel Inácio de Andrade, possivelmente amigo de seu senhor. Fugindo da investida policial, Francisco se dirigiu ao paço e depois para a casa do Cônego da Sé de Coimbra, o venerável Vicente Pereira de Melo, um dos mais importantes funcionários eclesiásticos da corte do Rio de Janeiro.

Mas mesmo este asilo não intimidou os soldados da Guarda Real. O africano foi preso ali mesmo e enviado para o Calabouço do Castelo. Todos os informes que chegarem ao intendente – inclusive de vizinhos e pessoas do relacionamento pessoal e da maior confiança do próprio intendente, como ele relatou ao Comandante da Guarda Real – davam conta de que o objetivo da ação policial fora uma represália contra o proprietário do escravo, por algum motivo desde longa data desafeto dos soldados.

O Intendente estava furioso com a falta de confiança nos informes policiais, pois sabia que seu controle da máquina repressiva na Corte estava na dependência da veracidade dos relatórios entregues pelos soldados da polícia. Mas o protesto do Intendente Paulo Fernandes Vianna revelava apenas a ponta do *iceberg* de uma realidade muito mais complexa: as prisões de escravos na Corte joanina como parte de um jogo triangular que envolvia cativos, senhores e agentes de polícia, desvelando a face oculta do conflito entre particulares e o Estado, em uma nova fase da formação do Estado Nacional.

Este artigo busca revelar este complexo a partir das informações oriundas primordialmente de um dos participantes deste “jogo”: a corporação policial e sua vasta documentação, que mesmo não podendo ser vista como imparcial, pode revelar muito das estratégias escravas e senhoriais de driblar a nova ordem policial nas ruas.

Outra das metas deste artigo é colocar em discussão algumas abordagens já tradicionais da historiografia sobre escravidão no Rio de Janeiro, e que, de tanto serem reiteradas, passaram ao *status* de pontos pacíficos para alguns estudiosos: entre estas, a de que o poder privado escravista no Rio de Janeiro e o Estado Joanino – na transição para o

Estado Imperial Independente – eram aliados permanentes no controle da circulação escrava na cidade, e na repressão aos atos de autonomia cultural e política da massa cativa.

Esta versão foi encampada por grande parcela dos estudiosos antigos e contemporâneos. Entre estes últimos destaca-se Leila Mezan Algranti. Em sua obra sobre escravidão urbana no Rio joanino³ Algranti interpreta o poder policial no Rio de Janeiro dos inícios do século XIX como o substituto do feitor da clássica *plantation* rural, como o controlador da circulação escrava e da disciplina do trabalho escravo, em um cativeiro caracterizado pela ausência da autoridade senhorial direta. Assim, a polícia joanina, na visão de Algranti, cumpria importante papel na sedimentação da autoridade senhorial privada em um regime escravista atípico.

Mais recentemente o trabalho de Thomas Holloway⁴ voltou a tocar nesta questão. Seu tema era a formação da corporação policial no meio urbano do século XIX, tendo a cidade do Rio de Janeiro como palco primordial. Holloway demonstra um profundo conhecimento do debate sobre a formação do Estado Moderno no mundo ocidental, e aplica magistralmente este conhecimento para entender o nascimento do Estado Nacional monárquico do Brasil a partir da polícia. Mas pouca atenção ele dedica aos conflitos que separavam os senhores privados da polícia – braço armado do Estado – dentro da problemática do monopólio da circulação escrava; ou mesmo a leitura que os escravos faziam deste conflito, muitas vezes em seu próprio benefício. A visão de poder privado e poder estatal como aliados no controle da massa negra escrava ainda alinha muitas de suas perspectivas.

Pretendemos redefinir este debate. Para nós, a Intendência de Polícia e a Guarda Real de Polícia representavam fundamentalmente o braço armado do Estado absolutista português no Rio colonial, e desta forma não apenas buscavam controlar a imensa massa escrava que diariamente enchia as ruas da Corte, mas também disciplinar os proprietários privados, que geralmente pouco ligavam para os problemas de desordem urbana na municipalidade. Desta nova perspectiva, o novo Estado joanino quebrava o antigo equilíbrio entre cativos e seus senhores, equilíbrio muitas vezes dirimido pelo direito costumeiro e por laços de fidelidade, dependência e confiança.

No século XVIII e nos distantes tempos coloniais o poder de polícia na cidade do Rio era prerrogativa do estamento militar. Os quadrilheiros, convocados ocasionalmente para fazer a ronda pelas ruas da cidade, eram um arremedo de poder de polícia, e em qualquer desordem maior o exército colonial – ordenanças, milícias, tropa paga, auxiliares, etc. – era chamado a intervir.⁵ A partir de 1809 o Rio e o Brasil vão ter sua primeira polícia profissional.

A documentação policial do período joanino tem abundantes referências aos conflitos entre senhores e autoridades policiais. Inicialmente estes conflitos eram fruto da inexperiência dos primeiros agentes de polícia, que não estavam acostumados com a prática rotineira da informação, e sim com o simples arbítrio. O intendente Paulo Fernandes Vianna, nos primeiros tempos, mandou várias reprimendas por escrito para o comandante da Guarda Real por prisões de escravos realizadas sem nenhuma informação escrita do motivo da prisão. Ainda demoraria para que a rotina de uma polícia burocratizada fosse introjetada pelos seus agentes.⁶

As violências arbitrarias cometidas por soldados de polícia no Rio joanino eram frutos de uma sociedade escravista, onde a truculência e a tortura eram parte do cotidiano. Paulo Vianna teve muito trabalho para colocar sua Guarda Real na ordem. E as trocas sociais entre escravos e policiais eram igualmente vetores de inquietude. Um caso clássico, e que causou furor na corte, foi do senhor espancado por soldados da Guarda Real porque um dos soldados estava tendo um caso com uma escrava daquele, e esta pediu que eles dessem uma surra no seu proprietário.⁷ Alianças ocasionais entre cativos e soldados vão pontilhar por toda a documentação. Estes liames provavelmente causavam mais temor que as desordens puras e simples encabeçadas por soldados, fato ordinário da época.⁸

Logicamente, os tratos entre escravos e policiais não eram somente fruto de trocas culturais. O grande mercado de “peças da Guiné” que se abre no Rio com a chegada da Corte Real portuguesa acende a cobiça de ciganos e contrabandistas de escravos, que roubam ou “seduzem” cativos para serem vendidos para outros senhores. Ficou célebre nos anais da crônica policial o caso do cigano que vendia sua “peça” para um senhor para que depois ele fugisse, voltando para seu antigo



Aguadeiros no chafariz do Largo do Paço (detalhe)
desenho a grafite e nanquim
Johann Moritz Rugendas, 1827
Museu Histórico Nacional

dono, que tratava então novas “vendas” com outros “fregueses”.⁹ Soldados de polícia também participavam ocasionalmente deste “mercado negro”.

Assim, escravos e soldados de polícia compartilhavam o mesmo ambiente e usavam armas semelhantes. Como no caso do crioulo Francisco Antônio, que teve um entrevero com nada mais nada menos que um tenente-coronel da Guarda Real de Polícia, e foi levado para o Calabouço para o castigo de costume, mas logo depois libertado por um bilhete urgente do próprio intendente, pois pertencia ao Príncipe Regente Dom João VI. Vemos assim como escravos articulavam a hierarquia social de seu senhores para derrotar desafetos, mecanismo comum nos mundos da escravidão.¹⁰

Estes mecanismos de compadrio eram utilizados à exaustão por cativos para livrá-los das duras penas do castigo policial. Até mesmo o comandante da Guarda Real foi porta-voz de proprietários de escravos frente ao todo-poderoso Intendente Geral de Polícia. Assim, escravos castigados por simples soldados podiam acionar uma intrincada escala de apadrinhamentos que chegava até – como no caso acima do escravo Antônio, de uma certa Dona Ana – à mesa do supremo mandatário da ordem policial, abaixo somente do próprio rei.¹¹

Em vários trechos da documentação se retrata o quanto a troca social entre escravos e policiais era prejudicial a hierarquia da corporação militar. Os libambos - grupos de negros condenados que atravessavam as ruas em correntes carregando água para repartições públicas - não eram exceção. Diversas vezes o intendente reclamou da prevaricação e negligência de soldados que faziam a escolta destes grupos. Um caso flagrante foi em dezembro de 1811, quando um libambo de 10 negros conseguiu fugir para o morro do Castelo, onde quebraram as correntes e fugiram. Sua escolta militar neste mesmo tempo estava “passeando” pelo terreiro do Paço.¹²

Mas o próprio intendente Paulo Fernandes Vianna foi enredado na teia que misturava escravos, senhores, soldados de polícia e outros. Ao responder ao rei sobre um caso de um escravo pertencente a uma irmandade, que requeria continuamente a compra da alforria deste cativo, o que não era aceito por seu proprietário, Vianna propôs a criação de um tribunal especial que cuidaria especificamente dos casos mais intrincados relativos a liberdade. Explicitamente, ele defendeu sua proposta também como um recurso para os casos de sevícias e torturas excessivas cometidas contra cativos por seus donos. Nestes casos ele afirmava que o melhor remédio era alforriar o cativo para tirá-lo do domínio cruel de seu senhor.¹³

Mas esta proposta tocava em um ponto chave da legitimidade da dominação senhorial: o poder de dispor do escravo como bem aprouvesse no ambiente doméstico, ou “de portas para dentro” como se dizia na época. Ainda que o poder público estivesse próximo de estabelecer sua hegemonia no espaço da rua – o espaço público – o universo doméstico ainda era visto como local sagrado da autoridade.

de senhorial privada, e qualquer intervenção do Estado neste campo a favor de cativos era visto como uma ameaça ao “mando dominical”.

Paulo Fernandes Vianna tinha em mente apenas uma proposta, ao enviar o ofício ao Príncipe Regente, mas provavelmente este assunto circulou, pois poucos anos depois ele se queixou que uma saraivada de reclamações de escravos que teriam sido seviciados chegou a sua mesa, e prontamente desistiu de um projeto tão “perigoso” para as tradicionais relações senhores-escravos.

Mas nada é mais candente que as próprias declarações do intendente Paulo Fernandes Vianna, ao acentuar os perigos de tal empreitada:

“Por um instinto natural todos recorrerão a clemência de Sua Majestade todos os dias. El Rei verá em torno de si montes de tais pertenções de sua liberdade, e desenganados de não conseguirem se desviarão de tornar as casas e serviços de seus senhores e aí se tornarão fugitivos, salteadores de estradas e inimigos mais poderosos de seus senhores.”¹⁴

Mas o Estado joanino teriam um impacto duradouro sobre o poder senhorial privado na cidade do Rio de Janeiro. As continuadas prisões de escravos nas ruas da corte provocariam a ira senhorial, manifesta nas centenas de reclamações que chegavam todos os dias ao gabinete do intendente. Ainda que o responsável pelo policiamento da cidade as tratasse com o tradicional desprezo dos funcionários do regime absolutista, ele sabia que mais dia menos dia elas chegariam ao trono, e isto poderia bloquear sua autoridade.

Estes obstáculos não impediram, entretanto, que diversos escravos recorressem ao mais alto grau da autoridade pública no campo da ordem urbana, como Dionísio Dias Carlos, um crioulo que alegou que seu senhor tinha falecido e lhe deixado carta de alforria, mas a viúva tinha desaparecido com o documento.¹⁵ Vianna recusou vigorosamente o requerimento do escravo, mesmo quando este pleiteou que podia pagar sua alforria.

A maioria dos escravos que recorreram ao intendente eram crioulos, nascidos na terra e familiarizados com os costumes vigentes. Estes usavam com mais habilidade o confronto inevitável entre

o poder público e o senhorio privado. Paulo Vianna sabia disto e em diversas ocasiões protestou contra a sanha ladina dos filhos da terra, como ao se referir a outro escravo pardo.

“O suplicante, ou por malvadez, por imprudente, é um daqueles mulatos a que neste país se chamam capadócius, pernósticos, e pois quer falar tudo sem saber o que diz, e passa entre os seus como mais atilado, o que é perigoso nesta classe e neste país.”¹⁵

Mas ele não conseguiu ficar neutro. A repercussão do caso ocorrido com uma escrava barbaramente espancada por sua senhora foi a gota d'água para o intendente da Corte decretar o fim da impunidade absoluta do domínio privado senhorial. “[...]nem a humanidade nem as leis de Sua Majestade podiam jamais sofrer que um senhor desumano pudesse ter mais liberdade que a autoridade pública para continuar seu arbítrio.”¹⁶

Deste modo, o Estado no Brasil entrava em definitivo no campo das relações domésticas, talvez no mesmo sentido que Gilberto Freyre apontou como sinal do início da decadência do velho patriarcalismo colonial na virada do século XVIII para o XIX, tendo como palco a gênese urbana da era imperial. A chegada do monarca português não deixa de ser um sinal dessa mudança de direção.

O último ano da administração de Paulo Fernandes Vianna na Intendência Geral de Polícia da Corte ainda foi tumultuado pelo espectro da proximidade entre soldados, pretos livres e escravos, aproximação esta agora encabeçada pelos famigerados “jogos de casquinha” que inauguraram a longa tradição carioca de repressão aos jogos de azar.

“É tão escandaloso o espetáculo de ver-se nas praias e praças e mesmo nas ruas e pontes soldados a jogar a chapa e a casquinha com gente negra e parda, e com os viandantes e vivandeiros que vêm de Minas e São Paulo que já cansei (convenho o digo) de tomar as providências que estão ao meu alcance para os vedar, pois que devendo elas ser executadas por meirinhos e militares, estes alegam os não vigiar e aqueles por medo.”¹⁷

Mas outra rica fonte de informações sobre as trocas sociais entre escravos, senhores e policiais são os boletins de ocorrência da

Guarda Real de Polícia, com relatos sumários das prisões feitas na cidade.¹⁸ Em alguns poucos casos se percebe o quanto escravos e policiais compartilhavam um campo de significados comuns, repleto de chantagens, trocas, subornos; um jogo de forças que passava ao largo da suposta superioridade dos agentes do Estado sobre “miseros” escravos.

Luís Pardo, conhecido por capoeira, foi perseguido pela polícia e paradoxalmente acabou encontrando refúgio na casa do tenente-coronel Luís José Viana. Decerto não foi um encontro furtivo, e a habilidade de capoeira para serviços de capangismo e violência pode ter aberto para Luís um espaço de negociação com gente importante da hierarquia social da cidade.¹⁹

Damião Cassange, diferentemente, tinha boas relações nos corredores da justiça, pois conseguiu extraviar de um escravo do encarregado de execuções, João Dourado, dois processos em que eram incriminados outros cativos, provavelmente também da sua relação. Infelizmente não se sabe se Damião foi processado pelo feito audaz.²⁰

Algumas vezes o objetivo era passar por livre, ou liberto, o que importava em relativa maior mobilidade frente aos “morcegos” - como eram chamados os soldados da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia. O pardo Pedro de Souza escondia um sapato dentro da camisa quando foi surpreendido pela polícia, e Antônio Cabra fez de sua senhora refém enquanto não recebesse sua carta de alforria.²¹ Este perigo decerto rondava muitos lares e pode ter sido importante no jogo de força e favor que permeava as relações escravo-senhor no recesso do lar privado.

Algumas vezes, a informação dos boletins é nebulosa mas deixa certa impressão de que por trás de tramóias perpetradas por escravos está o braço senhorial, ou pelo menos alguém que detenha certa respeitabilidade no seio da sociedade branca. É o que aflora no caso do crioulo forro Teodoro e do cativo Francisco Rebolo, que foram surpreendidos com cartas falsas pedindo donativos em dinheiro para uma “causa cristã”. Dificilmente eles agiriam sem uma certa cobertura por detrás.²²

Um caso flagrante do uso da respeitabilidade senhorial por parte de escravos para lidar com os “morcegos” desafetos foi o caso de José Congo. Encontrado por uma patrulha embriagado e aos berros, foi ordenado que calasse, mas respondeu altivamente que seu senhor era negociante e que assim “podia fazer a bulha que quisesse.”²³ Mesmo que tenha sido preso efetivamente, isto não remove a noção que, para muitos cativos urbanos, a hierarquia social de seus proprietários era um alibi para acobertar atos de desafio a ordem policial nas ruas.

O período joanino é uma época relativamente fértil de informações sobre estratégias escravas no meio urbano. A chegada do complexo aparato de uma corte européia nos trópicos - algo inédito até aquela época - trouxe para as costas brasileiras toda a revolução administrativa e burocrática que atravessava os estados europeus na virada do século XVIII para o XIX. Esta revolução se manifestava por uma síndrome de registro por parte das autoridades militares, eclesiásticas e civis de todos os acontecimentos sociais.

A cidade do Rio de Janeiro foi privilegiada assim com um acervo de coleções documentais diversas que iluminam todos os planos da vida urbana. Ao contrário do século precedente, no qual quase só tínhamos a correspondência dos vice-reis e governadores para escutar o movimento da sociedade, nos inícios do século XIX uma plêiade de burocratas, escrevães e administradores vigiam cada sinal de desordem, descontentamento ou barulho daqueles que formam a ampla maioria.

Esta visão, que denominaríamos de mais “miúda”, menos distante que um despacho do governador, traz fragmentos valiosos que iluminam realidades que pensamos serem muito anteriores ao período joanino. Realidades ainda plenamente integradas à chamada sociedade colonial, entre elas as relações entre escravos e senhores. Ao contrário do modelo ainda dominante em parte da historiografia, que abusa da dicotomia típica de uma sociedade escravista, podemos perceber nos embates com a novíssima polícia joanina como senhores e escravos teciam redes de cumplicidade mútua, que visavam burlar o assédio de um Estado cada vez mais envolvente e onipresente.

Somente nos meados do século, na cidade do Rio (em outras partes do Brasil o processo vai demorar ainda mais), é que podemos

afirmar seguramente que o braço policial do Estado nacional vai assegurar a hegemonia efetiva sobre o controle da desordem escrava, em prejuízo de senhores cada vez mais cerceados em sua autoridade, e mesmo de escravos temerosos de perder as margens de autonomia conseguidas após décadas de negociação e conflito com a legitimidade senhorial.

NOTAS

1. BRASIL, Arquivo Nacional. *Códice 403, Livro de Prisões do Rio de Janeiro*. Volume (doravante V.) 2, 13/02/1818.
2. A reclamação do intendente está no *Códice 327, registro de ofícios da polícia ao Comandante da Real e depois Imperial Guarda de Polícia*, 1815-1831, V.1, 14/03/1818, NA.
3. ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos de escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. Petrópolis : Vozes, 1988.
4. HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro : Ed. FGV, 1997.
5. Para uma síntese do policiamento no Rio colonial ver Holloway, op. cit. "O legado colonial." PP.43-46. EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro no tempo dos Vice-Reis*. Rio de Janeiro : Ed. Aurora, 1951; CAVALCANTE, Nireu. *A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: as muralhas, sua gente, os construtores. (1710-1810)*. Rio de Janeiro : UFRJ/IFCS, 1997. (Tese de doutoramento)
6. BRASIL, Arquivo Nacional. *Códice 323*. Vol.1, 01/04/1809, f.17.
7. Idem. Vol.2, 05/12/1810.
8. Desordens praticadas por soldados no Largo de Santa Rita, BRASIL, Arquivo Nacional. *Códice 323*, Vol.1, 11/04/1809. Também há o caso de um soldado que roubou uma casa e foi seguido por uma multidão, Idem, f.157, v.
9. Em maio de 1809 o intendente afirma a um juiz de Parati, no sul da província, que dois escravos do Rio foram "desencaminhados" da cidade por um "cabra" e andavam fugidos por seu município. Cód. 23. Vol.1, 13/05/1809. F.54. O próprio Governador das Armas teve seu escravo "seduzido" por um morador da sua vizinhança. O grande ponto de receptação de escravos roubados é a Praia Grande. Cód. 323. Vol.1, 27/09/1809.

10. BRASIL, Arquivo Nacional. *Códice 323*. Vol.1, 18/08/1809, f.111.
11. Idem. 08/09/1809, f.147.
12. Idem. 10/12/1811. Três dos escravos deste *libambo* tinham dito que pertenciam ao Príncipe Regente e foram desmascarados. O próprio termo *libambo* é de origem africana, e vem do quimbundo *lubambo*, corrente. SCICÍNIO, Alaôr Eduardo. *Dicionário da escravidão*. Rio de Janeiro : Léo Christiano Editorial, 1997. P.232.
13. BRASIL, Arquivo Nacional. *Códice 323*. Vol.3, 01/06/1812, f.106.
14. Idem. Vol.5, 17/12/1818, f.84.
15. Idem. Vol.4, 12/10/1816 (grifo nosso).
16. Idem. Vol.5, 17/12/1818, f.84.
17. Idem. 16/11/1818, f.74.
18. Idem, Vol.6, 03/09/1820, f.21.
19. BRASIL, Arquivo Nacional. *Códice 403*. Volumes 1, 2 e 3.
20. Idem. Vol.1, 23/03/1814, f.193. Sobre o uso de capoeira por capangas políticos já no segundo Reinado ver SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro : Ed. Access, 1999. Cap. 5. "Da Flor de Gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial."
21. BRASIL, Arquivo Nacional. *Códice 403*. Vol.2, 25/09/1817.
22. Idem. 26 de agosto de 1818 e 10 de fevereiro de 1818.
23. Idem. 4 de janeiro de 1821.



LUZES DAS CIÊNCIAS NA CORTE AMERICANA

Observações sobre o periódico "O Patriota"

Maria Rachel Fróes da Fonseca*

"Eu me apliquei então cuidadosamente a fazer todas as observações de que era capaz, segundo as luzes, ainda que tênues, que eu tinha adquirido, para que meus patrícios tivessem alguma coisa que lhes fosse própria,[...]"

Manuel Arruda da Câmara.

Memória sobre a cultura dos algodoeiros...

Este estudo propõe-se a reconstituir as "luzes" das ciências, as principais expressões do pensamento científico no Rio de Janeiro das primeiras décadas do séc. XIX, e a analisar seu significado no processo de conscientização de uma "nacionalidade", ainda que embrionária. Busca-se recuperar os antecedentes da história da emancipação no Brasil, através de instâncias que não a da política propriamente, mas pelo estudo da forma pela qual um grupo social - o dos cientistas - compreendeu o papel do conhecimento científico no direcionamento da sociedade. Em termos mais pontuais, pretende-se perceber a forma pela qual a ciência era compreendida enquanto significado social, destacando-se a produção científica (memórias, ensaios, artigos) divulgada no periódico "*O Patriota*" (1813-1814).

*Historiadora, Doutora em História. Pesquisadora, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ.

O conhecimento da natureza despertara um grande interesse entre os estudiosos brasileiros desde o final do século XVIII, os quais trataram de descobrir o país, seus recursos, sua flora, não apenas para retratá-los cientificamente, mas fundamentalmente, para conhecer as utilidades que daí poderiam advir. Inseridos numa concepção pragmática da ciência, desenvolveram importantes trabalhos nos vários campos da ciência, entre os quais a botânica destacou-se, especialmente por meio de estudos que a relacionavam as outras áreas do conhecimento, como a medicina, a agricultura e a química.

As associações e agremiações científicas e/ou literárias, como a Sociedade Literária do Rio de Janeiro (final do séc. XVIII) e Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), e periódicos como “O Patriota”, foram os principais espaços para divulgação do saber e da investigação científica da natureza, e ofereceram os recursos técnicos para expressar o tipo de “pátria”¹ que começava a ser imaginada. Os estudiosos das ciências procuravam, por meio de seus trabalhos e do exercício de suas funções, apontar a relevância dos estudos práticos sobre a natureza e sobre as potencialidades das terras americanas, e a difusão de obras preconizadoras da ciência moderna.

A Divulgação das “Luzes” das Ciências: “O Patriota”

“*O Patriota, Jornal Literário, Político, Mercantil do Rio de Janeiro*” foi o primeiro periódico brasileiro a dedicar-se especialmente à divulgação das ciências e das letras, entendidas como instrumento desencadeador de progresso. Fundado no Rio de Janeiro por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838), circulou de janeiro de 1813 a dezembro de 1814, primeiro mensalmente e, no seu segundo ano, de dois em dois meses.

Sua epígrafe reforçava o significado da divulgação dos conhecimentos científicos, enquanto instrumentos para o benefício da sociedade, e portanto exercícios de um sentimento “patriótico”:

“Eu desta glória só fico contente, que a minha terra amei, e a minha gente”²

Em seu primeiro número afirmava que propunha-se a resgatar os conhecimentos que encontravam-se esquecidos, à espera de que algo, ou alguém, os reunisse e os divulgasse, sempre “desperto ao brado da Pátria”.³

Figuras em evidência no cenário intelectual da época foram seus principais colaboradores: José Bonifácio de Andrada e Silva, Mariano José Pereira da Fonseca, Cláudio Manuel da Costa, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Manuel Arruda da Câmara, Jacinto José da Silva Quintão, Ildefonso José da Costa e Abreu e Antônio de Saldanha da Gama.

Dedicado à divulgação das “luzes”, consagrava diversas seções para a veiculação dos chamados conhecimentos úteis: Literatura, Mineralogia, Topografia, História, Política Nacional e Estrangeira, Medicina, Estatística, Comércio, Botânica, Eloquência, Geografia, Agricultura, Química, Hidrografia, Artes, Navegação Hidráulica, Matemática, Gramática Filosófica e Obras Publicadas.

A busca de sintonia com a produção científica europeia evidenciava-se por meio da reprodução de artigos e das principais notícias do mundo científico europeu, embora as produções locais, sempre referidas como “nacionais”, fossem os maiores destaques do “O Patriota”. As memórias e estudos ali divulgados inseriam-se num movimento de renovação cultural, fundamentado nas principais idéias iluministas, ou seja: a utilidade da ciência, o racionalismo, o ecletismo, o uso de procedimentos experimentais e a luta contra a tradição escolástica.

As ciências passavam a receber uma orientação mais prática, desenvolvendo-se um grande interesse pelo incremento das “artes úteis”, das ciências aplicadas, como a agricultura, a mineração, e a metalurgia. Incorporava-se, além dos conceitos e modelos, os instrumentos, os aparelhos e os procedimentos especificamente científicos.

A idéia central era a de que, à medida em que essas “luzes” fossem propagadas, obter-se-ia o pleno conhecimento dos recursos e dos proveitos da natureza brasileira, e assim alcançar-se-ia a felicidade pública. A visão depreciativa da natureza americana, defendida entre pensadores europeus (Buffon, De Pauw) preocupava o editor e os colaboradores d’ “O Patriota”, que definiam como principal objeto do periódico o de “fazer conhecer este continente, tão ignorado, ou tão desfigurado por aqueles, que às cegas, ou prevenidos, tem escrito a seu respeito [...]”.⁴

A saúde, compreendida entre os conhecimentos úteis, merecia grande atenção de nossos ilustrados, por meio dos estudos sobre as

novas espécies vegetais para a produção de medicamentos, a incidência de moléstias e a definição de medidas profiláticas.

As virtudes da natureza brasileira e seus benefícios para o bem estar da população eram descritas (espécies, nomes vulgares, virtudes e usos) no trabalho “Mapa das Plantas do Brasil, suas virtudes, lugares em que florescem. Extraído de ofícios de vários médicos e cirurgiões”⁵, de Luiz José de Godoy Torres.

A incidência de várias moléstias no país, especialmente na cidade do Rio de Janeiro, foi objeto de inúmeros trabalhos, com especial destaque os estudos sobre as questões de salubridade, publicados em 1813. Tais estudos foram induzidos pelo questionário proposto (em 1798) pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro, o qual buscava explicações para a grande incidência de moléstias ditas endêmicas, como sarna, erisipela, impigens, tuberculose, bouba, morféia, elefantíase, bicho dos pés, dispepsia, hemorróidas, edemas de pernas; e as epidêmicas, como as chamadas febres intermitentes e a epidemia das Bexigas (varíola).

O questionário solicitava aos principais médicos da cidade suas opiniões sobre as possíveis influências do clima, da dieta alimentar e dos hábitos na constituição daquele quadro endêmico e epidêmico. Manoel Joaquim Marreiros, em suas respostas, destacou as impropriedades decorrentes das disposições topográficas, do solo impregnado de água e de hidrogênio, dos charcos, que promoviam uma umidade excessiva e colocavam as pessoas vulneráveis ao acometimento de moléstias (erisipelas, impigens, sarnas, edemas, febres renitentes e nervosas). Bernardino Antonio Gomes, por sua vez, distinguiu as moléstias endêmicas e epidêmicas, afirmando que muitas das moléstias que grassavam de forma epidêmica em outros países aqui não agiam da mesma maneira. Admitia a ocorrência de epidemias esporádicas ou extraordinárias, e apontava como uma de suas principais causas as condições climáticas, ou seja, o clima quente e úmido, propício à putrefação das substâncias (animais e vegetais) e à produção de miasmas. Por último, Antonio Joaquim de Medeiros concordava com a idéia de que as enfermidades podiam acometer qualquer pessoa, independente de sua idade, seu sexo e local de moradia, e sinalizava como agravantes do quadro sanitário a situação topográfica desfavorável e a construção inadequada das habitações.

No conteúdo destas respostas visualizava-se a promoção do conhecimento das condições sanitárias vigentes e a proposição de medidas preventivas e terapêuticas no combate às moléstias.

Desta busca de conhecimento derivaram trabalhos sobre a utilização de vegetais nativos na elaboração de medicamentos, resgatando inclusive o potencial das plantas utilizadas pelos indígenas. Estes estudos significaram tentativas pioneiras e incisivas em se estudar os chamados males tropicais, abrangendo as experiências realizadas sob o comando de médicos e botânicos.

A natureza brasileira oferecia a estes estudiosos os objetos para suas investigações, como as madeiras, as árvores frutíferas, o urucu, a cultura do algodão, as plantas medicinais. As diferentes capitânicas mereceram estudos descritivos e históricos, que procuravam resgatar os fatos e os elementos característicos de cada uma das regiões.

O interesse pela introdução e o aperfeiçoamento de culturas como a do anil, café, algodão e cochonilha ocupava as páginas de "O Patriota". Domingos Borges de Barros, em seu trabalho sobre a cultura de café, ressaltava a necessidade de uma leitura crítica das descrições existentes a respeito e de muita observação na definição das condições para o cultivo. A afirmação das peculiaridades dos recursos naturais brasileiros concretizava-se por meio das observações e investigações sobre o desenvolvimento de diferentes cultivos. As memórias produzidas sobre os algodoeiros, de autoria de Manuel Arruda da Câmara, enfatizavam a "naturalidade" do algodão, ou seja, o fato de que, por estas terras, o algodão crescia naturalmente, sem muitos esforços, e assim seriam inúteis os projetos dos europeus de "naturalizarem" aquela planta em seus países. Ou seja, era uma planta própria ao país e esta natureza oferecia as virtudes necessárias para o seu pleno crescimento.

A importância das minas⁶ e a ciência prática do laboratório químico⁷ ampliavam o conjunto dos conhecimentos científicos divulgados pelo periódico, correspondendo plenamente aos objetivos propostos, ou seja, a difusão das "luzes" para o benefício e o progresso da sociedade.

Na busca do conhecimento e da afirmação da natureza brasileira, os estudos e as trajetórias do médico Jacinto José da Silva Quintão e do botânico Manuel Arruda da Câmara destacam-se nas páginas de "O Patriota".

"O Patriota" Manuel Arruda da Câmara

Manuel Arruda da Câmara (Vila de Pombal, Paraíba-1752 - Pernambuco-1810), botânico, realizou seus primeiros estudos em Goiânia. Consagrou-se religioso carmelita (1783) e obteve o Breve de Secularização entre 1791 e 1792.

Sua formação acadêmica iniciou-se com o Curso de Filosofia na Universidade de Coimbra (1786), onde também formou-se em Matemática (1787). Ingressou, posteriormente, no Curso de Medicina da mesma universidade, interrompendo-o devido a problemas com estudantes, em função, segundo alguns, de sua posição favorável às idéias da Revolução Francesa. Prosseguiu com sua formação em medicina na Faculdade de Medicina de Montpellier, onde obteve os títulos de Bacharel e Licenciado, doutorando-se em 1791 com a tese intitulada "Investigações fisiológicas e químicas sobre a influência do oxigênio na economia animal, principalmente no calor e na cor dos homens", a qual, baseada na teoria de Antoine Lavoisier, versava sobre a influência do oxigênio no metabolismo animal.

Ao regressar ao Brasil, após uma excursão⁸ aos países nórdicos a convite de José Bonifácio da Andrada e Silva, retornou à Vila de Itambé (na divisa entre Paraíba e Pernambuco), onde exerceu a medicina e fundou uma sociedade liberal e secreta, o "Areópago de Itambé".

Foi encarregado, por uma Ordem Régia (11/11/1796), da realização do exame e investigação das nitreiras no Rio São Francisco (Pernambuco) e das minas de salitre e cobre de Jacobina (Bahia). Posteriormente, foi designado pelo Governo português para preparar os herbários e mostruários de madeiras, óleos e resinas, com os quais presentear-se-ia museus nacionais e estrangeiros, como o Museu Real e o Jardim Botânico de Lisboa. Notabilizou-se como Membro da Comissão de naturalistas incumbida de dar parecer e aperfeiçoar a obra de Frei Mariano da Conceição Veloso, a "Flora Fluminense". Sua obra foi perpetuada não só pela divulgação de seus estudos botânicos como pelo reconhecimento que alcançou junto a outros cientistas, como Saint-Hilaire que, em sua homenagem, deu o seu nome a um gênero da família das gutíferas, a "Arrudea".

Sua inserção do mundo das ciências consolidou-se por meio de sua atuação em várias associações, como a Academia das Ciências de

Lisboa, a Academia Médica de Montpellier, a Sociedade de Agricultura de Paris, e principalmente como sócio correspondente da Sociedade Literária do Rio de Janeiro.

Na trajetória de Câmara destacaram-se suas relações, por vezes de natureza política, com o Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho e com o Marquês de Abrantes, do qual teria recebido instruções sobre o incentivo à propaganda revolucionária⁹, e outras de caráter profissional, com José Bonifácio de Andrada e Silva (a quem teria homenageado com a atribuição da denominação de “Andradea” a uma nova espécie), Jacinto José da Silva Quintão e Vicente Gomes da Silva.

A Natureza Brasileira e Arruda da Câmara

Manuel Arruda da Câmara, em seus estudos e memórias, afirmava a importância da ciência e sua utilidade para o crescimento do país. O conhecimento deveria ser fundamentado na experiência, a única linguagem possível e decisiva. As reflexões teóricas dos “sonhadores de gabinete”¹⁰ representavam um tempo perdido, pois não influiriam no crescimento da riqueza do país.

Acreditava que a necessidade e o acaso eram as principais fontes de criação do conhecimento científico, e assim as ciências que deveriam ocupar o lugar de excelência seriam aquelas que mais diretamente interessavam à existência humana, como a agricultura dos alimentos, a medicina e a cirurgia:

“A necessidade e o acaso são as duas principais mães ou fontes, donde nascem as ciências e as artes: as necessidades crescem e se multiplicam à proporção que se civilizam os povos; nos homens que vivem rusticamente, perto, para assim dizer, de uma vida selvagem, as suas necessidades não se estendem a muito: assim as mais antigas artes e ciências devem ser aquelas que interessassem a existência e o cômodo, tal qual podiam ter os primeiros homens [...] Pelo que a Agricultura dos alimentos, a Medicina, a Cirurgia, que interessavam imediatamente a sua saúde e a sua existência, deveriam ocupar o primeiro lugar na ordem dos tempos; [...]”¹¹

Arruda da Câmara concebia o conhecimento e o domínio da natureza como tarefas fundamentais para a promoção da felicidade

pública. Era da natureza que se extraíam os recursos para o sustento e sobrevivência dos homens. O reino vegetal, como se referia, era, na mais pura concepção da Ilustração do século XVIII, a mais importante fonte de riquezas de qualquer nação, e portanto chegara o momento para o seu conhecimento e seu desbravamento.

Neste sentido, elaborou inúmeras dissertações, versando sobre os diversos vegetais existentes nas terras brasileiras, com especial destaque àqueles cuja exploração representaria resultados econômicos, tais como os que forneciam óleos, linho, vinho, féculas, farinhas, frutas e medicamentos. Descreveu mais de cem plantas, contemplando não somente as de grande interesse econômico como também as de cunho medicinal, entre as quais destacam-se:

- “Aviso aos lavradores sobre a inutilidade da suposta fermentação de qualquer qualidade de grãos ou pevides para aumento da colheita.” Lisboa, 1792.
- “Memória sobre a cultura dos algodoeiros e sobre o método de escolher e ensacar o algodão, em que se propõem alguns planos novos para seu melhoramento.” Lisboa, 1799; publicado em *O Patriota*, n.º 1, jan. 1813; n.º 2, fev. 1813 e n.º 3, mar. 1813.
- “Discurso sobre a instituição de hortas nas principais Capitais do Brasil.” Rio de Janeiro, 1810.
- “Memória sobre as plantas de que se pode fazer barrilha no Brasil.” Lisboa, 1814.
- “Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais províncias do Brasil, oferecido ao Príncipe Regente.” Rio de Janeiro, 1810. Depois publicado no *Auxiliador da Indústria Nacional* em 1840.
- “Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos, próprias para muitos usos da sociedade e suprir a falta de cânhamo.” Rio de Janeiro, 1810. Depois publicado no *Auxiliador da Indústria Nacional* em 1841.
- “Flora pernambucana” ou “Centúria das plantas

pernambucanas.” (Segundo Sacramento Blake, estas obras perderam-se com o falecimento de Câmara, permanecendo inéditas.)

- “Dicionário de Botânica ou Compêndio dos vegetais do Brasil, tanto indígenas como aclimados, ampliado e publicado por Joaquim de Almeida Pinto.” Rio de Janeiro, 1873.

Notabilizou-se pelos estudos sobre diversas culturas, especialmente sobre o cultivo dos algodoeiros, dissertando sobre o processo de sua introdução no país, seu potencial econômico, a descrição de suas diferentes espécies, suas condições de plantio e os métodos mais adequados. Evidenciava a existência de muitas espécies vegetais brasileiras totalmente desconhecidas por brasileiros e estrangeiros.

A afirmação das peculiaridades de cada região direcionou seu estudo sobre a cultura do algodão, partindo da constatação de que esta planta crescia naturalmente em duas regiões do mundo, a Ásia e a América, e que portanto seriam infrutíferas quaisquer tentativas de a naturalizarem em outras terras.

O desconhecimento dos recursos naturais brasileiros era comum, inclusive entre os cientistas, e decorria, segundo Arruda da Câmara, da ausência de critérios e fundamentos na elaboração de suas análises:

“Lendo as obras dos Naturalistas, que falam do Algodoeiro, vejo que se enganaram a respeito do terreno mais apto para a melhor produção deste gênero de planta tão importante; e meditando profundamente a causa disto, não posso deixar de supor que escreveram por notícias de viajantes, e homens que não tratam ex-professo desta cultura. Todos que tenho lido dizem que o Algodoeiro produz melhor nos terrenos arenosos e áridos, e que não duram mais de três anos. Se na Ilha de S. Domingos, e outras paragens sitas na mesma latitude, o Algodoeiro não chega à idade mais avançada, ou é por ser plantado em terreno impróprio, tal como o arenoso, ou porque a inclemência do clima lhe encurta a vida. Nesta Província de Paranambuc, onde cultivo este gênero, há veia da terra em que o Algodoeiro vive 10 12 anos, e mais, frutificando sempre com o maior proveito do agricultor: eu os tenho desta idade pouco mais ou menos.”¹²

Procurou ressaltar, em vários de seus estudos, a insuficiência dos sistemas explicativos produzidos por europeus, em especial a classificação de Lineu, a qual não contemplava adequadamente todas as espécies brasileiras, como a “cassia”, ou as descrevia inadequadamente.

A incompreensão do caráter natural de cada espécie vegetal gerava o não conhecimento das propriedades do cultivo e das suas especificidades de plantio (localização, clima e solo). A falta de informações corretas sobre o cultivo do algodoeiro, ou sobre qualquer outra cultura, determinava inevitavelmente o fracasso de seus resultados, e conseqüentemente sua rentabilidade econômica.

As características climáticas e de solo eram fatores decisivos no cultivo do algodoeiro. A constituição do solo representava um dos componentes básicos para o bom desempenho do algodoeiro, e neste aspecto acreditava que as terras brasileiras eram beneficiadas:

“Não conheço país algum onde o Algodão chegue a estes anos: logo, a qualidade deste terreno deve-se considerar como a mais própria para esta cultura. Tenho observado que as partes que melhor produzem o Algodoeiro constam de uma mistura de barro (argila) e terra arenosa, a qual sem esta mistura nunca convém à vegetação do Algodoeiro.”¹³

A afirmação da naturalidade das espécies era um ponto fundamental no seu esforço de caracterização das especificidades da natureza brasileira, questão central para estes cientistas, pois “a natureza deu a cada país, ou a cada clima, seus privilégios exclusivos, e que sempre gozaram apesar de todo o esforço de arte.”¹⁴

As terras brasileiras apresentavam peculiaridades que não poderiam ser desprezadas, pois eram justamente estas especificidades que as distinguiam e que lhe conferiam uma existência rica. Ressaltava, ainda, que as características naturais brasileiras eram as mais adequadas para o cultivo do algodão:

“Neste País não se distinguem, como na Europa, as quatro Estações constantes, apenas se marcam duas, verão e inverno. [...]. Onde não há esta multiplicidade de serras e os campos são mais espaçosos, as chuvas não são tantas, a tempérie do ar é seca e quente, chamam mimoso. Este é o clima mais conveniente para

*a plantação do Algodoeiro; aí cresce bem, produz abundantemente, contanto que se escolha a terra, que inculquei por melhor no cap. antecedente, aí finalmente, dura o Algodoeiro 10, 12, 14, e mais anos [...].*¹⁵

Afirmava a positividade da natureza brasileira e questionava a tão propalada benignidade e superioridade do Velho Continente. Arruda da Câmara acreditava que justamente nos trópicos encontravam-se as regiões mais adequadas para a presença do ser humano, onde poderia alimentar-se da riqueza e variedade de suas terras e climas. Em suas terras poderiam ser cultivadas, igualmente, plantas da Europa, África e Ásia, e para tal seria eficaz e de grande utilidade o estabelecimento de jardins botânicos ou hortos públicos. Em contrapartida, sentenciava a Europa como uma região pouco dotada pela natureza, e portanto não se sobrepunha à natureza brasileira.

A natureza era a “mestra” de todos, fornecendo os subsídios necessários para a compreensão do processo de produção das espécies vegetais:

*“Não precisa ter grandes instruções da Física dos vegetais para vir no conhecimento desta verdade; basta não fechar os olhos aos fenômenos que a Natureza nos mostra a cada passo. Se caem sobre a terra muitas sementes de qualquer vegetal amontoadas, ou apinhadas, e chegam a nascer, crescem sempre fanadas; porque o terreno, que apenas seria suficiente para nutrir uma só planta, se emprega em fazer vegetar muitas ao mesmo tempo; além de que o ar, que também ser por si, e pela água e umidade, que consigo traz em dissolução, não pode circular livremente entre elas. Se a natureza não tivesse prevenido esta desordem, brevemente se teria acabado a continuação da produção dos entes vegetativos.”*¹⁶

Com relação ao suprimento de fios e fibras sugeria a utilização das folhas dos anazeiros manso e bravo como substitutos do linho; fato muito relevante, tendo em vista o significado econômico desta produção.

O conhecimento da natureza brasileira não só representava a possibilidade de sua exploração econômica como também proporci-

onava um conjunto de ensinamentos para a ciência médica através da constatação da propriedade medicinal de inúmeras plantas brasileiras, como as folhas do cálix no tratamento de feridas.

Caracterizou as moléstias que acometiam diversas plantas como o algodão, de forma análoga à tipificação dos males dos seres humanos, identificando-as como debilidade, resfriamento, cancro, golpe do sol ou destruição.

Corroborando o pragmatismo científico em voga, afirmava que o conhecimento científico deveria, necessariamente, ter como parâmetro para sua elaboração a idéia de utilidade para a sociedade, para o bem comum:

“Eu me apliquei então cuidadosamente a fazer todas as observações de que era capaz, segundo as luzes, ainda que tênues, que eu tinha adquirido, para que meus patrícios tivessem alguma coisa que lhes fôsse própria, e não mendigassem de livros estranhos, que são raros, as noções que necessitavam. [...] é que eu devo consagrar este pequeno trabalho, com o qual procurei contribuir, segundo a fraqueza de minhas forças, para o bem comum da Pátria [...]. O bem comum é o edifício para cuja construção todos os particulares têm obrigação de trazer os materiais, conforme os seus talentos [...]”¹⁷

Na construção da idéia de bem comum esboçava a idéia de uma comunidade para a qual todos deveriam contribuir com seu trabalho, buscando conhecer e alcançar tudo que lhes era próprio. Embora fosse um conceito ainda incipiente de nacionalidade, já evidenciava um forte sentimento e consciência nesta direção, ao afirmar o significado do domínio efetivo sobre as terras brasileiras e a relevância da compreensão da especificidade destas mesmas terras.

O conhecimento da natureza brasileira promovia o enriquecimento do país, através dos resultados decorrentes da exploração de culturas, que não só prometia grandes lucros e valorização das terras e dos portos, como também significava a oportunidade de trabalho para muitos. Importava, na sua avaliação, que estas metas fossem alcançadas rápida e decididamente em benefício da “Nação”, para supri-la, aumentar seu comércio e favorecer toda a sua população. A esta idéia de crescimento econômico estava atrelada a de autonomia econômica:

“Cuido que desta maneira se verá em pouco tempo o Brasil mais enriquecido e independente das outras partes do mundo, no que respeita às produções que a Natureza espalhou por todas: ajuntemo-las e apropriemo-las; e se a isto se ajuntar, ainda, a indústria de manufaturas, ao menos as bastantes para o nosso consumo (o que é muito de esperar do nosso sábio Ministério) que Império haverá no mundo igual a este?”¹⁸

A Emancipação no Areópago de Itambé

A atuação de Arruda da Câmara transcendeu os limites do fórum científico evidenciando-se, igualmente, na vida política brasileira, especialmente a partir de seu envolvimento com a criação da sociedade secreta do Areópago de Itambé.

A preocupação com a informação, característica na trajetória de Arruda da Câmara, apresentava igualmente uma outra dimensão que não a científica, qual seja, a informação em torno das idéias políticas em voga no Velho Continente. Neste sentido, no retorno ao Brasil em 1798, trazia um projeto político, o qual segundo depoimentos da época¹⁹, seria o de buscar os meios para implantar o sistema republicano no Brasil. Esta preocupação política o teria levado a criar²⁰, nesta ocasião, uma sociedade política e secreta, denominada Areópago de Itambé.

O Areópago instalou-se nas proximidades de Pedras de Fogo (hoje cidade de També), intencionalmente na divisa entre as capitânicas de Pernambuco e da Paraíba, visando facilitar a divulgação das idéias em ambas as regiões.

Integravam o Areópago o capitão André Dias de Figueiredo, os Padres Antônio Félix, Velho Cardoso e José Pereira Tinoco, Antônio de Albuquerque Montenegro e João Ribeiro e Pessoa. Existem registros da participação de Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, e Francisco Arruda da Câmara (irmão de Manuel).

O caráter maçônico geralmente atribuído a esta sociedade foi questionado por Sérgio Buarque de Holanda²¹, que defendeu a idéia de que, embora se tratasse de um núcleo secreto e com fins

emancipacionistas, não apresentava a estrutura e organização de uma loja maçônica, com seus rituais característicos.

O Areópago funcionava como um aparelho informativo, no qual eram discutidas as idéias européias de maior expressão, através da leitura de livros e periódicos. Desta forma, difundiam-se as notícias relativas aos principais acontecimentos políticos europeus, notadamente os de influência libertária.

Em 1801, a partir da denúncia de que os irmãos Francisco e Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, integrantes do Areópago, tramavam uma revolução em Pernambuco, apoiados por outros americanos e até por Napoleão Bonaparte, o governador da Paraíba enviou tropas com a missão de prender os envolvidos. Em decorrência destas medidas, alguns de seus membros dirigiram-se para Goiânia ou Recife, onde organizaram outros clubes secretos. Outros integrantes foram detidos e tiveram seus bens confiscados, tendo sido depois libertados dadas as insuficiências do inquérito.

O Areópago de Itambé dissolveu-se após estas denúncias e a viagem de Arruda da Câmara para Lisboa, mas surgiram, em seguida, outras organizações com as mesmas doutrinas, como as Academias do Cabo e Paraíso.

É preciso ressaltar o fato de que esta sociedade apresentava uma concepção de caráter continental sobre o processo de independência. Neste sentido, Arruda da Câmara, pouco antes de falecer, externou suas preocupações quanto à circulação de alguns de seus documentos, em uma carta-testamento (Itamaracá, 02 de outubro de 1810) ao padre João Ribeiro de Melo Montenegro, seu amigo e discípulo:

*“A minha obra secreta manda com brevidade para a América Inglesa ao nosso amigo N., por nela conter coisas importantes, que não convém ao feroz despotismo ter dela conhecimento [...] Remete logo a minha circular aos amigos da América Inglesa e Espanhola; sejam (os do Brasil) unidos com esses nossos irmãos americanos, porque tempo virá de sermos todos um; e quando não for assim, sustentem uns aos outros.”*²²

O envolvimento de Arruda da Câmara com movimentos como a Revolução Pernambucana de 1817 tem sido objeto de muitas controvérsias, sendo por vezes negado. Existem, entretanto, registros inte-

ressantes que corroboram esta vivência política, como a averiguação e devassa sobre esta revolução, realizadas por autoridades judiciais de Pernambuco alguns anos após o falecimento do naturalista. Tais procedimentos apontaram-no como um dos primeiros que teria divulgado as idéias liberais e republicanas, notadamente as oriundas da Revolução Francesa. Outros autores²³ chegam a afirmar que a sua carta-testamento teria sido adotada como programa político da sedição pernambucana. Nesta carta declarava ainda que, mesmo que a monarquia ainda imperasse, a população de cor deveria participar da prosperidade do Brasil.

Jacinto José da Silva Quintão e os "Patrícios Zelosos"

Jacinto José da Silva (Rio de Janeiro, 1750?-1827) médico, matriculou-se na Faculdade de Medicina de Montpellier em 1776 e obteve seu doutorado em 1778, com a Tese *Tentamen Medicum de Phthisi Pulmonari*, considerada uma das primeiras teses brasileiras sobre as doenças pulmonares²⁴. Exerceu a medicina no Rio de Janeiro, mediante a aprovação da Real Junta do Protomedicato, sendo posteriormente nomeado juiz-comissário do mesmo órgão.

Estabeleceu relações profissionais e de amizade com Manuel Arruda da Câmara e Vicente Gomes da Silva, por ocasião de sua formação na Faculdade de Montpellier. Em termos profissionais, destacava-se sua amizade com João Manso Pereira, um químico em evidência no cenário intelectual do Rio de Janeiro.

Defendia a idéia da necessidade de se empreender medidas que propiciassem a produção de conhecimentos científicos úteis para a sociedade. Neste sentido, participou efetivamente da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, sendo preso juntamente com outros membros por ocasião da Devassa ordenada pelo Conde de Resende.

Preocupava-o o conhecimento e a classificação das espécies vegetais brasileiras e, principalmente, a introdução e o aperfeiçoamento de culturas economicamente interessantes, como a da cochonilha. Desta forma, na sua produção destacam-se a "Classificação de plantas brasileiras" e a "Memória sobre a cochonilha e o método de a propagar, oferecida aos lavradores brasileiros, por um patriota zeloso e amante da felicidade pública".²⁵

Nesta perspectiva, compreendia o estudo dos recursos naturais existentes nas terras brasileiras como de grande utilidade para a promoção do país. Entre as diversas culturas, a da cochonilha²⁷ mereceu muito de sua atenção, dissertando sobre suas características, seu método, suas técnicas e sua importância econômica.

O interesse pela cochonilha, como também pela cultura do anil, decorria em parte do significado econômico deste ramo de comércio - tinturas de luxo -, que encontravam-se em ascensão no mercado. A indústria têxtil ocupava significativo espaço na economia européia e colonial, determinando assim, como uma necessidade imperiosa, a busca de matérias-primas fundamentais para tal indústria, isto é, novos produtos tintórios. Ambas as culturas, do anil e da cochonilha, eram praticamente monopólio espanhol, de alta produtividade, sendo produzidas principalmente na Nova Espanha, onde representavam a terceira riqueza, junto com o ouro e a prata. A Nova Espanha era praticamente a única fornecedora de cochonilha para a indústria têxtil européia.

O próprio governo português, na sua política fomentista para fazer frente à crise econômica pela qual passava, havia avaliado positivamente esta cultura, sugerindo ao vice-rei Marquês do Lavradio²⁸ a adoção de medidas para seu incentivo, como a criação de associações como a Academia Científica do Rio de Janeiro.

Para a criação da planta apropriada e do inseto, na colônia, Jacinto Quintão adotou como referências as observações de Menonville (*"Traité de la culture du Nopal et de l'éducation de la Cochenille"*), de Antonio Herrera e, especialmente, as do mexicano José Antonio Alzate (*"Memoria en que se trata del insecto grana o cochinilla, de su naturaleza y série de su vida, como también del método para propagarla y reducirla al estado en que forma uno de los ramos más útiles de comercio, escrita en 1777 por el autor de esta Gaceta."*²⁹) Os métodos praticados no México foram os selecionados para a prática no Brasil, embora tenham sido alterados parcialmente, em função de observações e experiências locais.

O estudo proposto por Jacinto José da Silva Quintão apresentava, segundo José Henriques Ferreira, opiniões singulares com relação a outras posturas citadas. A ausência de conhecimentos verdadeiros a respeito desta espécie de inseto e de suas potencialidades foi sinalizada

pelo médico, de imediato, como a causa dos resultados precários obtidos em certas condições com esta cultura.

Tornava-se então fundamental o conhecimento das características, das condições e das vantagens da cochonilha. Iniciou seu estudo descrevendo o inseto, desconhecido no Brasil:

“A Cochonilha, vulgarmente assim chamada, é uma Larva (Lagarta) de uma Mosca (est. f. 1) que, como os mais Insetos da sua ordem, e segundo a natureza de cada um, procura pasto próprio para nele pôr, e chocar seus ovos, tirar e sustentar seus filhos até a sua metamorfose.”³⁰

E prossegue na descrição do animal.

“A larva no seu terceiro e quarto estado de crescimento tem o feitio de percevejo, porém arrasta-se, isto é, não tem patas: ela pode-se considerar em três estados: quando ela nasce, que é muito pequena, e em que não faz conta a sua colheita, (f. 2) época esta em que os seus casulinhos são miudíssimos: quando ela tendo chegado ao seu perfeito crescimento (f. 3 e 4) os casulinhos, em que está envolvida, ficam redondos e cheios, porque ela os enche com o crescimento do seu corpo, e nesta época é de grande proveito pela bela cor, e a abundância do suco, e não deve o cultivador esperar pelo ultimo estado, porque ela principia a perder a cor vermelha, e a passar gradualmente para escura, até converter-se em ninfa. Eu observei que no cardo, que dá a flor vermelha, e de que o fruto no estado de maduro fica externamente vermelho, a Cochonilha adquire melhor cor: pelo que o cultivador deve escolher estes dentre os outros, para a sua plantação, e criação da Cochonilha.”³¹

O desconhecimento das etapas da cultura e das suas especificidades seriam, na sua concepção, as causas dos insucessos econômicos.

No decorrer de seus estudos percebe-se um apurado sentido de observação, que não omitia nenhum detalhe ou etapa básica de sua produção. Descreveu minuciosamente o inseto, suas características e seu processo de crescimento, até o momento da formação do casulo junto às folhas das plantas, de onde posteriormente apareciam os

pequenos insetos, dos quais podia se extrair o carmim, destacando sempre os proveitos econômicos desta atividade.

O conhecimento das facilidades de sua cultura e das vantagens econômicas próprias desta atividade eram, na sua concepção, um convite para a sua adoção em prol do crescimento do Brasil:

“Este exemplo [do México] devem seguir os nossos lavradores, se quiserem ser úteis a si, e à Pátria, pois que não pode haver uma planta de menos trabalho, e mais lucrativa, a que qualquer terreno sirva, e que possa melhor servir de herdade, e que nem lhe seja necessário tanta escravatura, para fazer uma fortuna perene. [...] Eu convido os meus Patrícios Roceiros a plantarem grandes roçarias de cardos, para criarem e colherem grande soma de Cochonilha, cujo trabalho de bom proveito não os embarçará das outras plantações do uso comum, porque para a Cochonilha não se necessita tanta escravatura para tirar lucro.”³²

Preocupava-se, de modo relevante, com a produção de conhecimentos úteis e com a divulgação dos mesmos para a promoção da sociedade brasileira. Expressou-se, neste sentido, na dedicação de seu estudo sobre a cultura da cochonilha:

“Dedicatória. A quem com mais satisfação poderia eu comunicar as minhas observações do que a vós? É a Cochonilha este útil ramo de comércio, que teve o seu princípio neste nosso País no Vice-Reinado do Excelentíssimo Marquês de Lavradio, e depois no do Excelentíssimo Luís de Vasconcelos e Souza, que fizeram quanto puderam para introduzir, e elevar neste País ao maior auge a sua cultura: mas a falta dos verdadeiros conhecimentos sobre esta matéria foi a causa de não terdes visto realizados os seus louváveis trabalhos e desejos; porque o errado método, que vos foi ensinado, de então propagar a Cochonilha, tirando parte da vermina de uns cardos, e pondo-a em outros, não vos produzindo a sua desejada propagação, deu-vos causa de ser totalmente abandonada esta cultura, para que é tão próprio este clima: porém eu animado, e esperançado nos desejos, que tenho de ser útil a vós e a Estado, vou participar-vos as verdadeiras luzes, que tenho adquirido sobre este objeto, dando-vos o método de a

*propagardes para que sejais útil a vós mesmos, e promovais a felicidade da minha e vossa Pátria, e da nação inteira, e de ter eu a satisfação de ver aceito, e posto em prática o meu trabalho pelos meus Patrícios zelosos, e agradecido, e agradecidos às riquezas da onipotente Natureza, julgando-me ser o primeiro que com tanta individuação vos faça conhecer a Cochonilha, e a sua propagação.*²⁸³

Dedicou seu estudo sobre a cochonilha, aos lavradores, aos lavradores “Brasileiros”³⁴ como se referia, os quais poderiam ser, juntamente com ele, verdadeiros instrumentos da felicidade pública.

Como membro da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, conheceu diretamente o processo de criação e o significado desta associação. Jacinto Quintão vinculava o surgimento da Sociedade Literária à trajetória da Academia Científica do Rio de Janeiro, criada anteriormente na gestão do vice-rei Marquês do Lavradio. Imbuído pela concepção utilitarista da ciência, concebia como o principal objetivo daquela associação a promoção da felicidade pública:

*“... de promover a felicidade pública por meio da Agricultura, como também de desenvolver idéias profícuas adormecidas em cabeças, que pareciam obtusas, e pouco científicas. (Tanto pode a emulação fomentada pelas almas grandes!).”*²⁸⁵

A análise de seus depoimentos por ocasião da Devassa da Sociedade Literária nos possibilita conhecer a dimensão política de sua trajetória, ou pelo menos as incriminações de natureza política a ele atribuídas. Os autos o incriminavam não só pela posse de obras consideradas perigosas, como “De l’Eglise du Pape”, como também pelo teor de sua correspondência com o médico português Manoel José Novais de Almeida na qual este narrava os acontecimentos políticos da França e lhe sugeria algumas propostas, como a alforria dos escravos.

A motivação de sua prisão lhe era totalmente desconhecida, conforme afirmava categoricamente. Entretanto, não negava o seu envolvimento com a Sociedade Literária do Rio de Janeiro e com seus integrantes. Refutava, assim como os demais implicados no processo, qualquer vinculação com doutrinas ou atitudes comprometedoras da ordem, tais como as idéias libertárias francesas.

Ao funcionamento desta associação atribuía o conhecimento de diversas culturas, de grandes benefícios para o crescimento do país:

*“... e que então se devera à mesma a cultura do anil e se introduzira e propagara a da cochonilha [...], e que então se descobrira pelos trabalhos da mesma sociedade, o álcali tirado dos engastes das bananas, a extração da aguardente da raiz do sapé, o álcali do mangue e outros descobrimentos úteis à sociedade e ao comércio, [...]”*³⁶

A preocupação com o conhecimento em prol do bem-estar da população e com o seu progresso, fundamentaram sua trajetória identificando-o como um “patriota zeloso”.

A Emancipação Intelectual

Afirmava-se, desta forma, a plena capacidade dos “brasileiros” de pensar, produzir e gerar recursos para seu próprio benefício, confrontando com a imagem de degeneração física e incapacitação mental veiculada por pensadores europeus.

Suas memórias e ensaios caracterizavam-se pela busca da “prosperidade pública”, do engrandecimento da “pátria”, através da proposição de novas técnicas, de novos cultivos e novos medicamentos, totalmente direcionados e adequados àquela realidade.

Arruda da Câmara e Jacinto Quintão procuravam, por meio de seus estudos, evidenciar a capacidade científica de seus “patrícios” e participar da introdução ou do aperfeiçoamento de culturas e atividades, que representassem subsídios para uma auto-suficiência econômica.

Preocupava-os as visões deturpadas sobre a natureza brasileira, de autoria de pensadores e viajantes europeus. Eram freqüentes a caracterização da população brasileira por sua “indolência, a desonestidade, um espírito de vingança, e excessos de todo o gênero não são pouco freqüentes entre a grande massa do povo.”³⁷ Para o editor de “O Patriota” a existência de tais concepções decorria da falta de informações e de critérios:

“Tal homem, dotado por ventura de alguns conhecimentos de história natural, entra em um país desconhecido: vê pequenas amostras de produtos naturais, avista (como pôde examinar?) em um ligeiro trajeto pessoas talvez da última ralé, deixa-se levar das aparências grosseiras, que muitas vezes são capa de um interior virtuoso, e pernoitando, ou transitando por uma Cidade, uma Vila, ou ainda um lugar, se gaba de conhecer os costumes até do todo dos habitantes.”³⁸

A idéia de “pátria” presente nas páginas de “O Patriota” e nas trajetórias de Arruda da Câmara e de Jacinto Quintão, embora ainda incipiente se compreendida em termos do significado que alcançará posteriormente, já esboçava a defesa e o reconhecimento das qualidades da terra brasileira, os valores de pertencimento àquele território no qual habitavam, como um embrião da conscientização do ser americano. E, neste sentido, pontuamos a correlação da prática científica e o processo de emancipação em construção que, em um momento posterior, alcançará outro norte, a independência política propriamente dita.

Acreditamos na idéia de um protagonismo social da ciência na América Latina. Pretendemos assim assinalar o processo através do qual a construção e a afirmação da prática científica (produção científica, trajetória dos cientistas, associações científicas e/ou literárias, periódicos) contribuiu claramente para a tomada de consciência do ser americano. Nesta medida, a ciência adquiriu uma conotação de amplitude social e política. Apropriando-me das brilhantes palavras de Ana Pizarro,³⁹ diria que a emancipação do discurso cientificista antecedeu à emancipação política.

As expressões “nação” e “pátria” e suas distinções apontavam para um processo progressivo de afastamento em relação à metrópole, por meio do qual já não se viam mais como portugueses propriamente. Suas idéias científicas permitiam a construção dos fundamentos para o conhecimento e afirmação dos recursos e valores (humanos e econômicos) próprios de sua realidade, e representaram os elementos desencadeadores deste processo de distanciamento.

NOTAS

1. O termo pátria, muito freqüente nos textos destes ilustrados, significava uma referência ao local de nascimento; e a idéia de nação relacionava-se à metrópole portuguesa.
2. *O Patriota*. Rio de Janeiro : Impressão Régia. N.º 1, p.1, janeiro 1813.
3. "Introdução." *O Patriota*. *Op. cit.* N.º 1, p.IV-VI, janeiro 1813.
4. *O Patriota*. *Op. cit.* N.º 3, p.61, setembro 1813.
5. TORRES, Luiz José de Godoy. "Mapa das Plantas do Brasil, suas virtudes, lugares em que florescem. Extraído de ofícios de vários médicos e cirurgiões." *O Patriota*. *Op. cit.* N.º 4, p.3, julho-agosto 1814.
6. ANDRADE, José Bonifácio de. "Memória feita pelo Desembargador José Bonifácio de Andrade." (Seção de Mineralogia.) *O Patriota*. *Op. cit.* N.º 1, p.11-17, julho 1813.
7. AZEVEDO, Antônio de Araújo. "Método imaginado, e praticado no Laboratório Químico do Excelentíssimo Antônio de Araújo Azevedo, nesta cidade do Rio de Janeiro, para a extração do óleo de mamona (*Ricinus Communis, Lin.*)." *O Patriota*. *Op. cit.* N.º 2, p.12-14, fevereiro 1813.
8. Segundo o biógrafo José Antônio Gonçalves de Mello, existem controvérsias quanto a sua participação nesta excursão e a data de seu regresso.
9. Sobre o assunto ver TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife : Impr. Industrial, 1917.
10. CÂMARA, Manuel Arruda da. "Memória sobre a cultura dos algodoeiros oferecida ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho Ministro e Secretário de Estado da Repartição da Marinha e Negócios Ultramarinos por Manuel Arruda da Câmara Doutor em Medicina pela Universidade de Montpellier, da Academia das Ciências da mesma Cidade, Correspondente da Sociedade de Agricultura de Paris e da Academia Real das Ciências de Lisboa, e naturalista empregado no Serviço de S.M. Fidelíssima na Capitania de Paranaíba. Ano 1797." In: *Manuel Arruda da Câmara: Obras Reunidas*. Recife : Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. P.253.
11. CÂMARA, Manuel Arruda da. "Memória sobre a cultura dos algodoeiros, por Manuel Arruda da Câmara, Doutor em medicina pela Universidade de Montpellier, da Academia..., correspondente

da Sociedade de Agricultura de Paris e da Academia Real das Ciências de Lisboa, e naturalista empregado no Serviço de S.M. Fidelíssima na Capitania de Paranambuc - Ano 1797." *O Patriota*. *Op. cit.* N.º1, p.23-24, janeiro 1813.

12. Idem, ibidem.

13. Idem. P.54.

14. Idem. P.48.

15. CÂMARA, Manuel Arruda da. "Memória sobre o Algodoeiro continuada do nº 2 pag.43." *O Patriota*, *Op. cit.* N.º3, pp.39-40, março 1813.

16. Idem. PP.41-42.

17. CÂMARA, Manuel Arruda da. "Memória sobre a cultura dos algodoeiros oferecida ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D.Rodrigo de Sousa Coutinho..." In: Manuel Arruda da Câmara... *Op. cit.* PP.109-111.

18. CÂMARA, Manuel Arruda da. "Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos próprios para muitos usos da Sociedade, e suprir a falta do Cânhamo, indagadas de ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor por Manuel Arruda da Câmara doutor em Medicina. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810." In: Manuel Arruda da Câmara... *Op. cit.* P.204.

19. Apud HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. São Paulo : EDUSP, 1996. P.278.

20. Existem algumas controvérsias quanto à criação do Areópago. Ver Manuel Arruda da Câmara... *Op. cit.* P.59.

21. HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo : Difel, 1965. Tomo II, 1º vol., p.209.

22. Carta de Arruda da Câmara a João Ribeiro Pessoa. 02 de outubro de 1810. Apud RIZZINI, Carlos. "Dos clubes secretos às lojas maçônicas." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. (Vol. 190, janeiro-março 1946). Rio de Janeiro : 1947. P.31.

23. GUERRA, Francisco. *El médico político - estudios biográficos sobre la influencia del médico en la historia política de Hispanoamérica y Filipinas*. Madrid : A. Aguado, 1975. P.59.

24. V. HERSON, Bella. *Op. cit.*

25. *O Patriota*. *Op. cit.* N.º4, p.11-19, outubro 1813.

26. QUINTÃO, Jacinto José da Silva. "Memória sobre a Cochonilha e o método de a propagar, oferecida aos lavradores

- Brasileiros, por um patriota zeloso, e amante da felicidade pública." *O Patriota. Op. cit.* N.º4, p.13, outubro 1813.
27. A cochonilha é um inseto. Colocado em determinados arbustos, que lhe serviam como fonte de nutrição e local para a colocação de ovos, produzia, durante o processo de metamorfose, um "suco" de cor vermelha, base para a produção de corante.
28. "Relatório do Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o Governo a Luiz de Vasconcelos e Souza, que o sucedeu no vice-reinado." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Vol. 16, janeiro 1843). Rio de Janeiro : 1844. PP.409-486.
29. Ver *Gaceta de Literatura de México*. (Noviembre, 1793 - enero, 1794.)
30. QUINTÃO, Jacinto José da Silva. Memória sobre a Cochonilha... *O Patriota. Op. cit.* N.º4, p.14, outubro 1813.
31. Idem. P.16.
32. Idem. PP.17-18.
33. Idem. PP.11-12.
34. Idem, ibidem.
35. Idem. P.13.
36. BRASIL, Estado do Rio de Janeiro. *Autos da Devassa* - prisão dos letrados do Rio de Janeiro, 1794. Niterói/Rio de Janeiro : Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, 1994. P.172.
37. GRANT, Andrew. *History of Brazil, comprising a geographical account of that country, together with a narrative of the most remarkable events, wich have occurred there since its discovery; a description of the manners, customs, religion, & c. of the natives and colonists*. Londres : 1809. Apud *O Patriota. Op. cit.* N.º3, setembro 1813. P.73.
38. / editor /. "Exame de algumas passagens de um moderno Viajante ao Brasil, e refutação de seus erros mais grosseiros, por um Brasileiro." *O Patriota Op. cit.* N.º3, setembro 1813. P.69.
39. PIZARRO, Ana. "La emancipación del discurso." In: _____ *.América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo/Campinas : Memorial/Ed. UNICAMP, 1994. P.23.

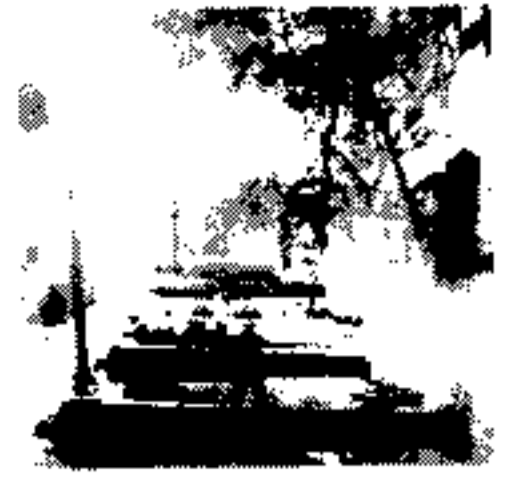


D.João VI e D. Carlota Joaquina
óleo sobre tela
Manoel Dias de Oliveira, s.d.
Museu Histórico Nacional

Museu Histórico Nacional

1998 - 1999





O MUSEU VISITA O RIO DE JANEIRO

As leituras sobre cidade nos Anais do Museu Histórico Nacional

Aline Montenegro Magalhães *
Elizabeth dos Santos Rabello **

“A Capital de um País é como que uma amostra do grau de desenvolvimento, de progresso e de civilidade de qualquer nação.”

Carlos Sampaio,
prefeito do Rio de Janeiro,
1921.

Foi no sentido de se constituir como uma cidade moderna do século XX, exemplo de desenvolvimento, progresso e civilidade, que a cidade do Rio de Janeiro passou por uma série de reformas nos primeiros anos deste século. Tomaremos por referência as obras de princípios da década de vinte, lideradas por Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal (1920-1924) que, preocupado em dar continuidade ao processo de remodelação urbana iniciado por Pereira Passos (1903-1906), implementa novas reformas de embelezamento e saneamento.

Em 1922, quando o Brasil comemorava cem anos de Independência, havia a preocupação em inserir o país nos padrões de “progresso” e “civilidade” do século XX. Foi nessa perspectiva que as obras para modernização da cidade do Rio de Janeiro varreram os chamados “resquícios do atraso colonial”, como se pode observar na derrubada do morro do Castelo¹

* Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

** Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Os questionamentos em torno da demolição foram inúmeros. Uns eram contra, afirmando que o morro constituía a paisagem natural do espaço urbano, além de ser um lugar de memória da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, nascida a seus pés e por ele protegida. Outros o consideravam como um “dente cariado”² que devia ser extraído, abrindo os caminhos para a modernidade e civilização. Com a vitória desses últimos, na sua maioria engenheiros e médicos higienistas, nem a memória de Estácio de Sá, que tinha seus restos mortais guardados na Igreja de São Sebastião, localizada no alto do morro, foi poupada.

A derrubada do morro do Castelo significou uma ruptura com a tradição fluminense. O culto à memória de Estácio de Sá e ao berço da cidade esvaziou-se diante do 7 de setembro de 1822. A tradição que celebrava a fundação da cidade estava em vias de ser substituída por outra que celebrasse a fundação da nação. Sendo assim, a invenção de novas tradições³ apresentou-se como preocupação central neste momento, posto que não era do interesse das autoridades conciliar antigas formas de celebração com a modernização da cidade do Rio, responsável pelo papel de “vitrine do progresso” da nação que comemorava cem anos.⁴

A fabricação de novas tradições teve como uma de suas oficinas a Exposição Internacional comemorativa, instalada no bairro da Misericórdia, entre o antigo Arsenal de Guerra e o novo mercado, estendendo-se em parte da área aterrada com o desmonte do morro do Castelo. Este evento, que durou de 7 de setembro de 1922 a 24 de julho de 1923, constituiu-se como um mostruário dos progressos da nação e de seu passado “glorioso”, através do qual se devia cultivar o orgulho patriótico dos brasileiros e despertar a admiração das personalidades estrangeiras.

No sentido de compor a Exposição Internacional, o Museu Histórico Nacional foi criado pelo Presidente Epitácio Pessoa em 2 de agosto de 1922, ocupando o prédio da antiga Casa do Trem, que correspondia à última seção do evento. Constituiu-se como lugar de memória⁵ da nação e da cidade do Rio de Janeiro, como uma forma de reconciliação com o passado, substituindo a tradição de culto à memória a partir do morro do Castelo por uma nova tradição construída no

âmbito do espaço museal. Assim, celebra-se o passado vinculando-o ao processo de modernização do Rio de Janeiro, concebido como modelo de civilidade para outras cidades brasileiras e cartão postal da nação para o mundo.

O novo culto à memória, fundado no Museu Histórico Nacional, adota por referência a cidade do Rio de Janeiro como expressão do Brasil. Parte-se da premissa de que esta cidade é a síntese da nação, por ter sido palco de acontecimentos históricos considerados fundamentais e abrigar o centro político e administrativo do país. Neste sentido, ela é lida como cenário privilegiado da história nacional.

As leituras da cidade do Rio de Janeiro, realizadas pelos pesquisadores⁶ do Museu Histórico Nacional, foram analisadas a partir da historiografia produzida no interior dessa Instituição e vinculada aos *Anais*, seu principal órgão de divulgação. As várias construções desta cidade contemplam os projetos historiográficos e museológicos implementados nesta instituição ao longo de sua existência.

Três projetos foram identificados após a leitura dos artigos constantes nos 30 volumes dos *Anais*, publicados entre 1940 e 1998. O primeiro deles é executado no período de 1922 a 1959, quando Gustavo Barroso esteve a frente do Museu como diretor. O segundo corresponde ao período de 1965 a 1975, quando, com a morte de Barroso, a instituição sofre algumas mudanças, permanecendo contudo ainda muito marcada pela concepção barroseana de museu. O terceiro é explicitado na nova linha editorial dos *Anais*, que em 1995 voltam a ser editados após vinte anos sem publicação.

No primeiro e segundo projetos identificados, correspondentes ao período de 1922 a 1959 e 1960 a 1975 respectivamente, a cidade do Rio de Janeiro é tema recorrente. Ora é exaltada como lugar da tradição, ora como lugar da modernidade. Nosso objetivo é perceber como essas leituras são construídas e em que medida contemplam a proposta de culto à memória nacional a partir do antigo Distrito Federal, tendo em vista que este configurava o Brasil que se desejava mostrar. Com isso esperamos contribuir para a história dos *Anais*, que completa 60 anos de existência (às vezes ocultada) no vindouro ano 2000.

A cidade do Rio de Janeiro, desde a segunda metade do século XVIII, era apresentada como cidade urbanizada, passando por vários

processos de remodelação que se tornaram mais fortes e evidentes a partir da primeira metade do séc. XIX, com a chegada da nobreza portuguesa à colônia. A cidade passou a se destacar como centro urbano, político, comercial e administrativo colonial, sustentado pelo comércio e economia agrária. Contudo, grande parte da população ainda vivia no campo, sendo o deslocamento das áreas rurais para a urbana difícil e de alto custo. Viver em um espaço urbano era sinônimo de prestígio social, pois somente pessoas que tivessem “boa situação financeira” poderiam arcar com as despesas da mobilidade. Isso levou a uma concentração da aristocracia nesta cidade.⁷

Foi sublinhando esses aspectos da cidade do Rio de Janeiro que Gustavo Barroso elaborou seu projeto de culto à memória nacional para o Museu Histórico. A cidade é tratada como capital da tradição civilizatória, tão nobre quanto qualquer outra europeia. Assim, é possível notar que as características atribuídas ao centro fluminense eram interpretadas como extensivas a todo Brasil, numa tentativa de forjar um passado nobre. Os objetos expostos davam base para a legitimação deste culto, como podemos observar em Rusins, conservador da Instituição:

“Por que elogiar o que é de fora com interesse manifesto de menosprezo pelo que é nosso? Nossa novel nobreza brasileira em nada ficava a dever àquela [europeia]. As carruagens utilizadas pelos nossos imperantes atestam o que vimos afirmado. E não é imaginação enriquecida por uma fantasia exaltada. São documentos coevos[...]”⁸

Essa maneira específica de abordagem da cidade do Rio de Janeiro pelo Museu Histórico Nacional demonstra sua relação com o projeto do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), implantado por Francisco Adolfo Varnhagem. Por um lado, esse projeto apresenta caráter iluminista sustentado na idéia de que a história é a única via de esclarecimento das elites responsáveis pela condução do restante da sociedade à civilização. Ou seja, a história é vista como instrumento de consolidação da nação, indissociada da idéia de culto à pátria. Por outro lado, recupera a concepção clássica de história como mestra da vida para ensino da história nacional, que se fundamenta na herança da colonização europeia.⁹ Enfatiza-se o Brasil branco e civilizado, ocul-

tando a “amalgamação de metais heterogêneos”¹⁰ composta, também, por negros e índios.

A busca das origens “nobres” da nação era constante nas páginas dos Anais. Voltava-se para a vinda da família real portuguesa para o Brasil numa tentativa de marcar a origem da nação brasileira, tendo a aristocracia imperial - a elite esclarecida - como referência. A forma como as personalidades foram cultuadas no Museu deveria conferir legitimidade ao passado “glorioso” nacional. Podemos perceber essa preocupação no artigo onde Poliano estuda uma pedra brasonada, encontrada sob escombros de um terreno sobre o qual se construía um edifício, em 1940:

“Que história nos contaria ela [pedra brasonada]? A que fidalgo pertencera, qual sua época exata e que casa ornamentara e enobrecera? (...) Antigos moradores da cidade, ligados à história das suas ruas e da sua vida política, merecerão sem dúvida, na “Genealogia Carioca” da nossa colega Iolanda Marcondes Portugal um lugar destacado”¹¹

Nesse período, muitas vezes os locais do Rio de Janeiro são estudados devido às pessoas que lá habitaram. Em artigos que fazem referência a bairros cariocas, seu estudo é legitimado por ter sido local de residência ou hospedagem “dos mais ricos e notáveis titulares do Imperador.”¹²

“Esse palacete [onde residiu o Marques de Abrantes, localizado no bairro de Botafogo] famoso pelas recepções organizadas por D. Carolina Baia, filha do Visconde de Meriti e esposa do Marquês de Abrantes, durante quarenta anos recebeu o escol da sociedade imperial. Em seus salões desfilaram políticos, literatos, beldades e padrões de elegância da época, tendo sido tais reuniões freqüentadas até mesmo pelos próprios imperantes e princesas imperiais”¹³

Partindo dessa perspectiva de estudo dos bairros considerados históricos, nota-se que a cidade do Rio de Janeiro é vista como o lugar da tradição aristocrática brasileira, sendo ignorada a existência de pobres, negros e mestiços. Sua apresentação é de uma capital de luxo, beleza e riqueza, onde oculta-se qualquer informação que possa ser

considerada negativa dissonante para a imagem que se quer passar. Essa é a história que deveria ser ensinada no Museu com vias a formar uma identidade nacional.

É importante lembrar que essa historiografia encontra-se articulada à organização dos objetos no Museu. Sob esforços de ensinar história pátria com base nos grandes exemplos, o espaço é dividido em salas, cada uma responsável pelo culto da memória de uma personagem ilustre: sala D. João VI, representando a origem da nação com a vinda do Estado português e da civilidade; D. Pedro I, representando o Primeiro Reinado; D. Pedro II, representando o Segundo Reinado e Duque de Caxias, representando a Guerra do Paraguai.

Nestas salas estavam expostas as coleções de objetos pessoais dos vultos ilustres, conforme podemos verificar na lista de doação da família do Barão de Cotegipe, feita por Nair de Moraes Carvalho em 1950¹⁴: mobiliários, aparelhos de jantar e relógios. Objetos que, pela proximidade com a personagem, eram tratados como relíquias por Gustavo Barroso, conferindo ao culto da memória um sentido religioso, no qual o Museu representa um templo sagrado, guardião das relíquias dos “santos” que fizeram a história.

Vale ressaltar que o caráter conservador atribuído ao culto do passado implementado por Barroso possui relação com o clima de decepção instaurado na política brasileira. A República vigente nos primeiros anos deste século era incompatível com a almejada por seus idealizadores. Este clima favoreceu o “culto da saudade” da monarquia centralizadora do poder e do Exército mantenedor da ordem nacional, na forma que Gustavo Barroso cultuou, enquanto pode, neste lugar de memória.

Após o falecimento de Gustavo Barroso, a escrita da história ali realizada começa a se configurar de outra maneira. Deixa de ser uma história do Brasil contada a partir de suas personagens e suas coleções de objetos pessoais, tornando-se uma narrativa processual. Podemos notar tal mudança a partir do volume XIII dos Anais, publicado em 1964.

Os vultos ilustres são desmontados para que o acervo seja organizado de acordo com os períodos cronológicos. Sendo assim, grande parte das peças do museu - que desarticuladas da representação de uma

personalidade histórica perdem seu sentido - é transferida para uma reserva técnica, para serem utilizadas em exposições de época idealizadas.¹⁵

A partir de então o Museu se filia a uma história onde o mais importante é o fato, e não as personagens. É o momento que pode ser caracterizado pela dessacralização do acervo, tendo em vista que este perde seu valor de relíquia, passando a ser uma ilustração para o fato histórico.

Nesta segunda fase, a cidade do Rio de Janeiro permanece como “lugar privilegiado” nas páginas dos Anais e nas salas do Museu. Continua a ser um dos principais temas trabalhados nessa instituição; contudo, não fica imune às mudanças, passando a fazer parte da história processual e evolucionista.

“Muita briga, muita discussão, muito espancamento, correrias, gritos e vaias – entre escravos e policiais que tinham de manter a ordem - foi teatro o Largo do Paço... Como vai longe este tempo! Hoje a nossa cidade é uma das mais belas do mundo. O progresso entrou, estabeleceu-se nela, modificando os costumes primitivos, dando-lhe nova vida, ampliando-lhe a beleza, acompanhando passo a passo a civilização universal.”¹⁶

Observa-se a preocupação em ressaltar a evolução da cidade. Não se esconde mais a existência de negros e pobres “de costumes primitivos”. Contudo, essa existência é atribuída a um tempo que “já vai longe”, em oposição ao grau de civilidade que a cidade teria alcançado através dos anos.

Tratada como capital da tradição aristocrática, a partir de então a cidade do Rio de Janeiro passa a ser vista como símbolo de modernidade nacional. É considerada como lugar de progresso e evolução, que se reflete por todo o país. De acordo com esta concepção, as obras que foram feitas para a melhoria da cidade, principalmente as reformas de Pereira Passos, são enfatizadas como um ponto de partida no passado para a evolução que se estende até a contemporaneidade.

“Comemorando-se este ano o 4º centenário da cidade do Rio de Janeiro, não é possível relegar-se a um modesto segundo plano o administrador pioneiro da transformação da antiga cidade de

“fisionomia colonial” (...) competindo com Angola – em um contraste gritante com a beleza exuberante de sua paisagem na urb moderna, hoje orgulho de todo país.”¹⁷

Essa posição da cidade do Rio de Janeiro como lugar de progresso, enfatizada no segundo projeto do Museu, apresenta indícios de articulação com uma idéia apologética ao governo republicano. No momento em que este discurso é construído, a política é liderada pela Ditadura Militar, sob a justificativa de “colocar ordem” na República, buscando sua legitimidade “nos progressos que a nação havia alcançado”. Neste sentido, Pereira Passos é considerado o pioneiro da modernidade que se estenderia por todo o Brasil, a partir do antigo Distrito Federal, graças a nova organização política do País.

As leituras da Cidade sob prisma do evolucionismo e da modernidade se confronta, em parte, com a leitura realizada no Museu Histórico Nacional sob direção de Barroso. No primeiro projeto desenvolvido, os avanços civilizatórios da nação eram atribuídos ao “meio século de bondade”¹⁸ do Governo Imperial, substanciado na figura do monarca esclarecido, D. Pedro II. Nesta perspectiva, a República viria a dar continuidade a um processo fundado pelo Imperador e pela aristocracia luso-brasileira no século XIX. A tradição, tão defendida e cultuada por Barroso, está articulada à genealogia dessa elite esclarecida que se concentrou na cidade do Rio de Janeiro, transformada em centro difusor dos valores cívico-nacionais. Por isso, os aspectos tradicionais da cidade eram enfatizados nessas primeiras leituras realizadas na Instituição.

No período de 1960 a 1975 percebe-se que há um esforço em atribuir modernidade ao período republicano. Nomes como Gomes Freire de Andrade, governador da cidade do Rio no século XVIII, condutor de obras para remodelação urbana, não deixam de ser mencionados, mas enfatiza-se Pereira Passos por ter conseguido transformar a cidade de “fisionomia colonial... competindo com Angola em uma *urb* moderna hoje orgulho de todo país”. É a República reivindicando seus méritos e mostrando que os “verdadeiros” avanços nacionais não são tão “antigos”.

Durante essa “segunda fase” dos Anais, é comemorado o IV centenário da fundação da cidade do Rio de Janeiro, sendo feito um

volume especial para esta data em 1965. Essa celebração foi preparada com antecedência, visto que no volume X de 1959 saiu publicado um artigo de estudo preliminar sobre a Capital Federal em função do seu aniversário.¹⁹ Esses estudos se estenderam até o volume XVI, publicado em 1966, onde ainda podem ser encontrados 5 artigos sobre a cidade, lembrando o seu IV centenário.

No volume X, por exemplo, produzido ainda sob direção de Gustavo Barroso e publicado em 1959, Antonio Pimentel Winz escreve o artigo “Iconografia do Rio de Janeiro segundo a coleção fiducitária existente no Museu Histórico Nacional”, em comemoração ao IV centenário da cidade do Rio de Janeiro, que viria a ser comemorado em 1965. Nesse artigo percebemos o esforço em reafirmar o Museu Histórico como lugar de memória da nação e da cidade, segundo o Regulamento escrito pelo então Diretor da Instituição e dirigido aos conservadores, autores dos Anais, em 1955:

“Os trabalhos versarão sobre assuntos técnicos ou históricos, de preferência relativos ao museu, não aceitando crítica de livros ou de estudos alheios à Casa, nem elogios a qualquer personalidade viva. (...) não serão publicados os originais que deixarem de satisfazer as exigências”²⁰

No artigo de Winz, conservador do Museu, trabalha-se com três aspectos fundamentais dentro do que a Instituição, enquanto lugar de memória da cidade e da nação, permite e interdita em seu Regulamento²¹: 1) moedas que fizeram parte do sistema monetário nacional; 2) moedas que possuem imagens da cidade do Rio de Janeiro gravadas em suas faces e 3) moedas que pertencem ao acervo museal. Desta forma, é perceptível a preocupação em mostrar “a evolução paisagística e urbanística da cidade através dessas cédulas, [onde] como num caleidoscópio, desfila todo um passado que já vai longe...”²² vinculando à comemoração do IV centenário da Cidade a divulgação da seção de numismática do Museu e a própria história da Instituição.

Josué Montello, diretor do Museu em 1965, reforça essa idéia em sua justificativa para a publicação do volume XV, no mesmo ano. Afirma que:

“Esse volume comemorativo do IV centenário da cidade do Rio de Janeiro devia-se a duas principais razões: uma de ordem geral, relacionada ao sentido nacional da efeméride, outra de ordem particular, relacionada à circunstância de estar o Museu Histórico vinculado a cidade, tanto por sua própria história como por sua localização na velha casa do trem.” “(...) Desse modo a homenagem desta instituição, obra exclusiva de seus servidores, testemunha bem o interesse de todos eles pela comemoração de uma data da maior importância na história do Brasil”²³

O Regulamento escrito por Barroso já não se encontra mais em vigor, pois objetos históricos de outras instituições passaram a ser estudados, assim como autores que não faziam parte da “Casa” conquistaram espaço nesta publicação. Contudo, a história do Museu continua a ser articulada ao evento comemorativo.

Ainda conforme o diretor do Museu, esse volume era obra exclusiva dos servidores do Museu Histórico Nacional, pois o IV centenário da Cidade do Rio de Janeiro não deveria ser esquecida por ser importante para a história do Brasil, mesmo após a cidade ter deixado de ser a Capital Nacional. Por um lado, afirma-se a importância da cidade para a pátria, preservando seu papel de ser a expressão nacional.²⁴ Por outro, percebe-se uma decepção com a transferência da Capital para Brasília. Assim, o passado era evocado mostrando a importância da cidade em épocas anteriores, realçando que isso não mudou; ao contrário, a cidade foi evoluindo e tendendo a melhorar na atualidade.

“Assistindo ao transcurso de seu 4º Centenário como unidade autônoma entre as demais unidades da federação, o Rio de Janeiro continuou a desempenhar um papel relevante de expressão nacional, que não se perderá como o tempo, antes há de se aprimorar”²⁵

As origens da cidade são recuperadas para legitimar a permanência de seu lugar na história pátria, mostrando que, embora ela tenha deixado de ser a capital, sua história provava seu desenvolvimento. Há uma preocupação em afirmar que a cidade não perdeu sua importância política e administrativa, continuando a ser essencial para a nação.

Dentro dessa perspectiva, uma das preocupações neste período de comemorações é estudar a história da cidade do Rio de Janeiro. Os

atos heróicos feitos em favor da fundação da cidade são destacados na tentativa de demonstrar que, desde sua fundação, ela estava predestinada a se tornar a capital nacional e lugar de destaque. O culto a Estácio de Sá, que havia sido esvaziado em função das comemorações de 100 anos da nação, é recuperado, como podemos perceber no artigo de Bornay, que denuncia a falta de culto a memória desse herói.

“Inteligente e valoroso, com títulos que comprovam nossas assertivas, Estácio de Sá está incorporado definitivamente no patrimônio histórico do Brasil. (...) Somente uma personalidade marcante pode resistir à ação destruidora das gerações que se sucedem”²⁶

Outra preocupação é o estudo da arquitetura, que conta um pouco sobre a história da cidade. As propriedades são destacadas por sua beleza e história. Enfatizam-se as construções feitas por artistas europeus renomados. Aqui, é possível perceber traços de permanência da concepção tradicionalista de Gustavo Barroso no Museu, haja vista que os prédios tratados são aqueles mais antigos e que pertenceram a algum aristocrata. Edificações que ainda exercem uma função na sociedade, como por exemplo o palácio do Catete, que pertenceu ao Barão de Nova Friburgo e hoje abriga o Museu da República.²⁷

Assim, podemos notar que a história da cidade do Rio de Janeiro continua a ser vista como de suma importância para nação. Embora a abordagem seja diferente, o seu papel continua sendo o de, no Museu Histórico, expressar o país. Os objetos que diziam respeito à história fluminense adquirem uma conotação nacional. A história local representa a história do Brasil, que deve ser conhecida e lembrada por toda a população.

Como lugar da tradição ou da modernidade, percebemos que aspectos do Rio de Janeiro foram postos em evidência no sentido de melhor configurar o Brasil, que tinha sua história contada a partir desta cidade nos dois primeiros projetos historiográficos desenvolvidos no Museu Histórico. Podemos considerar esta dicotomia como uma reprodução da própria tensão que envolve a legitimação de um Museu enquanto lugar de memória: casa moderna voltada para o culto das tradições.

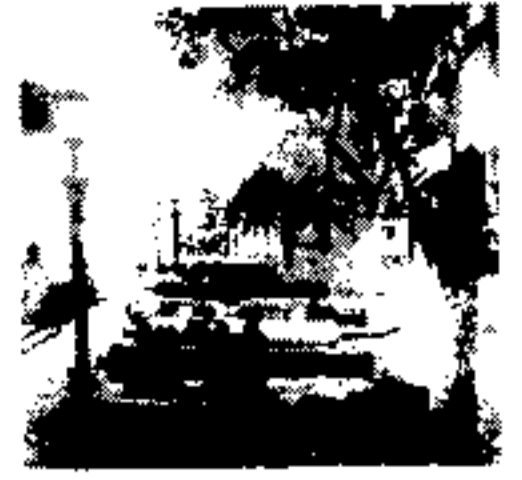
NOTAS

1. Sobre a derrubada do morro do Castelo e a administração de Carlos Sampaio ver KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho: O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio*. Rio de Janeiro : PPGIS-IFCS, 1997. (Dissertação de mestrado.)
2. Assim chamado pelos engenheiros e médicos higienistas devido às construções lá erguidas sob condição precária de segurança e higiene, que abrigavam pessoas de pouca renda, de forma desordenada e anti-estética.
3. Sobre a fundação de tradições ver HOBBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. São Paulo : Paz e Terra, 1997.
4. Sobre as comemorações do centenário da Independência ver MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz 100 anos*. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, 1992.
5. Sobre lugares de memória ver NORA, Pierre. "Entre história e memória: a problemática dos lugares". Projeto História (Vol. 10, dezembro 1993.) São Paulo : USP, 1993. P.7-28.
6. Grupo de conservadores formados pelo curso criado por Gustavo Barroso, que também criou essa carreira. Esses pesquisadores compunham o núcleo de escritores dos Anais do Museu Histórico Nacional, reproduzindo hegemonicamente concepções barroseanas de história, memória, passado, objeto, etc.
7. PEREIRA, Sônia Gomes. "O Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX: expansão urbana e transformação na paisagem construída." Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol. 30, 1998.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1998. P.109.
8. RUSSINS, Alfredo Teodoro. "As carruagens imperiais do Brasil". Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol. 2, 1941.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1943. P.221.
9. GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional." Estudos Históricos. (N.º1, 1988.) Rio de Janeiro : FGV, 1988.
10. ANDRADA E SILVA, José Bonifácio. *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Sobre a escravidão*. Rio de Janeiro : 1823. P.8.
11. POLIANO, Luis Marques. "Uma pedra brasonada do Rio Antigo". Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol. 4, 1943.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1947. PP.159 e 179.

12. BOTELHO, Nilza. "Evocações de Botafogo antigo." Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol. 3, 1942.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1945. PP.347-361.
13. Idem.
14. CARVALHO, Nair de Moraes. "A coleção Cotegipe." Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol. 6, 1945.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1950. PP.144-196.
15. ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégia de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro : Rocco/Lapa, 1996. PP.182-183.
16. MAURÍCIO, Augusto. "Lago do Paço: suas relíquias, suas lembranças". Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol. 16, 1966.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1966. PP.37-38.
17. CARVALHO, Maria de Lourdes Rodrigues de. "O Prefeito Pereira Passos: resumo de uma grande administração." Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol. 16, 1966.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1966. P.209.
18. Como Gustavo Barroso denominava o Segundo Reinado. Citado por ABREU, *op. cit.* P.180.
19. WINZ, Antonio Pimentel. "Iconografia do Rio de Janeiro, segundo a coleção fiducitária existente no Museu Histórico Nacional." Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol. 10, 1949.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1959. PP.81-262.
20. BRASIL, Museu Histórico Nacional, Setor de Apoio Administrativo. Catálogo Geral, AS/DG, 232.2. (Grifo nosso.)
21. Sobre o que o permite e o que interdita: o lugar de produção historiográfica, ver CERTEAU, Michel de. "A operação histórica." In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1976.
22. WINZ, Antônio Pimentel. *Op. cit.* PP.81-83.
23. MONTELLO, Josué. "Apresentação." Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol. 15, 1965.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1965. P.3.
24. Idem, *ibidem*.
25. Idem, *ibidem*.
26. BORNAY, Clóvis. "Estácio de Sá: primeiro conquistador desta terra e cidade." Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol.15, 1965.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1965. PP.231-232.

27. MATHIAS, Herculano Gomes. "O palácio do Catete." Anais do Museu Histórico Nacional. (Vol. 15, 1965.) Rio de Janeiro : Museu Histórico Nacional, 1965. PP.29-52.

Este trabalho é fruto da conclusão da primeira etapa da pesquisa *Escrevendo história nos museus, o Projeto do Museu Histórico Nacional*, realizada nesta instituição no período de novembro de 1998 a março de 1999. Esta etapa correspondeu à análise da escrita da história produzida no Museu e vinculada aos *Anais*. O projeto se constitui como parte das atividades desenvolvidas pelo Programa de Teoria, Historiografia e História da Cultura - PROCULT - da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Tem por objetivo analisar as diversas narrativas e representações do passado produzidas neste lugar de memória. Sua equipe é composta pelo professor Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães (coordenador) e Itamar Freitas de Oliveira (monitor). O artigo ora apresentado foi um desdobramento da pesquisa, escrito pelas bolsistas Aline Montenegro Magalhães e Elizabeth dos Santos Rabello, ambas graduandas do Curso de História da mesma Universidade e responsáveis pela pesquisa de campo que criou o corpo documental que informa o projeto. *



O VISCONDE E O INTENDENTE

Reflexões acerca da trajetória memorialística e
representação de classe (Rio de Janeiro, 1772-1889)

Cesar Augusto Ornellas Ramos *

O presente artigo pretende assinalar e desenvolver algumas reflexões a respeito do binômio família-poder, no contexto do ideário e das relações sociais de segmentos da elite Colonial e Imperial brasileira, com ênfase para a interpretação crítica da memória familiar, da representação de classe e do processo de configuração do poder de Estado (no qual as instâncias públicas e privadas estavam bastante mescladas); à partir da análise das coleções de documentos particulares oriundos das famílias Carvalho e Mello & Fernandes Viana, poderosos núcleos familiares do Rio de Janeiro no século XIX, que integram o acervo do Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.

Em virtude da oportunidade de ter analisado em detalhes as duas expressivas coleções de documentos privados pertencentes às famílias de elite supra citadas, cujos membros ocuparam postos na alta esfera administrativa do aparelho de Estado luso-brasileiro, pude visualizar nitidamente um conjunto de relações quase que simbióticas entre a família patriarcal e o poder de Estado, relações essas que transcendiam o mero nepotismo, os casamentos de conveniência, as concessões de mercês e de graças honoríficas.

Nesta perspectiva, podemos ressaltar que as referidas coleções nos fornecem indícios significativos para o mapeamento das influênci-

*Historiador, mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Pesquisador visitante, Museu Histórico Nacional.

as da família patriarcal no contexto da organização da sociedade Colonial/Imperial, viabilizando a reflexão sobre a circularidade dos “poderes” no âmbito da estrutura familiar das elites, notadamente no sentido de elucidar aspectos de interação entre o público e o privado.

Entretanto, simultaneamente às considerações acerca das relações de poder no interior das famílias da elite em questão, podemos observar os elementos que demonstram o processo de transformação de segmentos das elites econômicas regionais com vistas à constituição de uma elite política prestigiada e enobrecida.

Assim sendo, pelo fato das famílias Carvalho e Mello & Fernandes Viana possuírem suas bases no centro-sul da América Portuguesa, com ênfase para a cidade do Rio de Janeiro, a maior parte da documentação produzida e acumulada se refere a assuntos públicos e privados ambientados na referida cidade e em sua área de influência, sobretudo após a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, consubstanciando o processo de “interiorização da Metrópole na Colônia”.

Em virtude de ter sido capital do Vice-Reino (1763-1808), sede da Corte Portuguesa e, conseqüentemente, capital do Império Lusitano (1808-1821) e capital do Império do Brasil (1822-1889), a cidade do Rio de Janeiro (e sua região de influência direta) representou um pólo de concentração de intensa atividade mercantil. Cidade-porto, ligação atlântica com a Europa, o Rio de Janeiro era uma espécie de “portal de entrada” para um vasto e exuberante território, ponto de convergência de viajantes estrangeiros, diplomatas, militares, navegadores, refugiados, naturalistas e notadamente de comerciantes, sejam eles autóctones ou de além mar.¹

A efervescência econômica oriunda da exploração aurífera na região das Minas Gerais, ao longo do século XVIII, contribuiu de forma decisiva para o estabelecimento de comerciantes de porte no centro-sul, mesmo após o declínio das regiões mineradoras, quer nas cidades mineiras, quer na Praça do Rio de Janeiro. No contexto de uma sociedade patriarcal e escravista, inserida como área produtora de matérias-primas no âmbito da ordem econômica internacional, podemos mencionar que, segundo estudos recentes, havia uma tendência para que os comerciantes, uma vez que tivessem acumulado consideráveis capitais, investissem

seus cabedais em terras, tornando-se proprietários rurais. Tal procedimento, entretanto, não significava necessariamente o abandono das atividades mercantis, sendo porém as mesmas exercidas com discrição.²

Nesse contexto, podemos situar a trajetória biográfica do clã dos Carneiro Leão, no qual estavam inseridas por matrimônio as famílias Carvalho e Mello & Fernandes Viana. O Coronel Brás Carneiro Leão (1732-1808), patriarca do referido clã, estava plenamente ambientado na realidade acima descrita. Português natural da cidade do Porto, dedicou-se ao comércio em sua terra natal e por volta de 1756 transferiu-se para o Rio de Janeiro, passando a ser em pouco tempo um dos maiores negociantes da referida Praça e uma das fortunas mais opulentas do Brasil Colonial. Em 1772 contraiu matrimônio com D. Ana Francisca Maciel da Costa (1757-1832), futura Baronesa de São Salvador de Campos em 1812.

Patriarca de numerosa descendência, Brás Carneiro Leão foi uma espécie de “self-made man”, detentor de grande poder econômico, sem contudo possuir títulos honoríficos, conseguiu inserir seus filhos nos quadros da nobiliarquia através de estratégias matrimoniais e de sua influência como potentado.

Entretanto, apesar da relevância do patriarca, nos acervos em questão existem poucos documentos acerca de Brás Carneiro Leão, sendo a maior parte dos registros produzidos e/ou acumulados por dois genros do citado patriarca: Luís José de Carvalho e Mello (1764-1826) e Paulo Fernandes Viana (1758-1821), respectivamente titulares das coleções Carvalho e Mello e Fernandes Viana.

Nesta perspectiva, à título de contextualização, tomemos alguns traços biográficos dos titulares das coleções documentais privadas em estudo:

Luís José de Carvalho e Mello, 1º Visconde de Cachoeira, com grandeza, nasceu na cidade de Salvador, na Bahia, em 06 de maio de 1764; e faleceu no Rio de Janeiro em 6 de junho de 1826. Filho do alferes português Euzébio José de Carvalho, natural da cidade do Porto (Portugal) e de D. Antônia Maria de Melo, natural de Santo Amaro (Bahia). O titular formou-se em Ciências Jurídicas na Universidade de Coimbra em 1786.³ Ainda durante sua permanência em Portugal, pelo fato de ser letrado, Luís José foi alçado ao cargo de Ouvidor da Vila de Ponte

de Lima (região do Alto Douro), função que exerceu de 1789 a 1794. Neste último ano retornou ao Brasil para ocupar o prestigioso cargo de Desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Em 1800 casou-se com D. Ana Vidal Carneiro da Costa (1779-1851), fluminense, filha dos já mencionados Coronel Brás Carneiro Leão (1732-1808) e de sua esposa D. Ana Francisca Rosa Maciel da Costa (1757-1832), Baronesa de São Salvador de Campos. À partir de seu casamento, Luís José exerceu sucessivamente vários cargos importantes na administração colonial entre 1800 e 1808.

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, o referido titular foi nomeado pelo Príncipe Regente D. João para os seguintes cargos: Desembargador do Paço; Corregedor do Crime da Corte; Juiz Relator do Conselho de Justiça; Deputado da Real Junta do Comércio; Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, além de exercer funções como Censor Régio. Ainda em 1808 recebeu a mercê do foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

Por volta de 1813, Luís José de Carvalho e Mello foi nomeado para a função de Juiz Ouvidor da Alfândega da Corte, recebendo ainda a Comenda da Ordem de Cristo. Em 1818 o mesmo foi condecorado com a Ordem de N. Sra. da Conceição de Vila Viçosa. Jurista bem conceituado, em 1823, já no período Imperial, foi eleito Deputado pela Província da Bahia, tomando assento na Assembléia Nacional Constituinte (da qual foi Vice-Presidente).⁴

Por deliberação do Imperador D. Pedro I, em 1823 foi designado para a pasta de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, além de ter sido nomeado Conselheiro de Estado. Por circunstâncias de ordem política, Luís José contribuiu para a dissolução da referida Assembléia Constituinte de 1823, tendo integrado a comissão de juristas que elaborou o projeto da Constituição Política do Império do Brasil em 1824, sendo neste último ano agraciado com a Ordem Imperial do Cruzeiro.

Em reconhecimento aos serviços prestados, em 1825, Luís José recebeu das mãos imperiais o título de 1º Visconde de Cachoeira, com grandeza. No ano seguinte (1826) foi eleito Senador pela Província da Bahia, não chegando a tomar posse em virtude de seu falecimento no Rio de Janeiro, aos 62 anos de idade.

Com relação à produção intelectual do referido titular, podemos ressaltar que a mesma foi bastante profícua, resultando em inúmeros pareceres jurídicos, memórias e projetos acerca do Código Penal Militar, da Constituição Imperial, de política econômica e questões diplomáticas. De sua lavra foram os estatutos das duas primeiras faculdades de Direito do Império do Brasil (Pernambuco e São Paulo).

Paulo Fernandes Vianna, nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 1758 e faleceu na mesma cidade em 1º de maio de 1821. Filho do negociante Luís Fernandes Vianna e de D. Maria do Loreto Nascen-tes, foi remetido à Portugal em 1772 para estudar na Universidade de Coimbra, onde formou-se em Ciências Jurídicas em 1780. Pelo fato de ser letrado, em 1781 foi nomeado para o cargo de Juiz de Fora e Órfãos da Vila de Monsarás (Portugal), função que exerceu até 1790, ano em que retornou ao Brasil por ter sido contemplado, pela Rainha D. Maria I, com o prestigioso cargo de Intendente do Ouro da Comarca do Rio das Velhas, Minas Gerais.⁵

Em 1800, Paulo Fernandes foi designado pelo Vice-Rei, Conde de Rezende (D. Luís de Melo e Castro) para a função de Juiz Comissário da Tesouraria dos Defuntos e Ausentes, bem como para o cargo de Conservador de Índios da Vila Nova de São José d'El Rei (na atual região de Itaboraí-RJ) e de Santo Antônio de Guarulhos (na atual região de Guarus, Campos de Goytacazes-RJ).

Paulo Fernandes Vianna contraiu matrimônio em 03 de fevereiro de 1803, com D. Luísa Rosa Carneiro da Costa (1786-1843), fluminense, filha de Brás Carneiro Leão e de D. Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, já mencionados. Notaremos portanto que D. Luísa Rosa era irmã de D. Ana Vidal Carneiro da Costa, 1ª Viscondessa de Cachoeira, esposa de Luís José de Carvalho e Mello. Ainda no mesmo ano de 1813, o titular foi armado Cavaleiro da Ordem de N. S. Jesus Cristo.

Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, foi nomeado para o cargo estratégico de Intendente Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil, função administrativa de grande relevância e que concentrava importantes atribuições, não apenas no âmbito da manutenção da ordem pública, mas também no contexto

de áreas como o saneamento básico, abastecimento, obras públicas, agricultura, transportes e colonização, dentre outras. A nomeação de Paulo Fernandes Vianna para tal cargo demonstra um indício da sólida confiança depositada pelo Príncipe Regente em sua pessoa, bem como em reconhecimento de suas relações com a influente família Carneiro Leão. Ainda por volta de 1808 recebeu a mercê do foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real.

Em 1809 o titular foi designado para ocupar as funções de Desembargador do Paço e de Deputado da Mesa da Consciência e Ordens. Em 1810, Paulo Fernandes recebeu do Príncipe Regente D. João a doação da Estância de São Simão ou dos Povos Guaranis, vasta propriedade rural situada na Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul (depois Província do Rio Grande do Sul).

Por ocasião da Aclamação do Rei D. João VI, em 1818, foi agraciado com a Comenda da Ordem de N. Sra. da Conceição de Vila Viçosa. Paulo Fernandes veio a falecer de um "ataque repentino", em 1º de maio de 1821, na cidade do Rio de Janeiro, aos 63 anos de idade.

Após esta ligeira síntese biográfica dos titulares das coleções documentais que integram o elenco de fontes primárias a serem analisadas no decorrer da referida pesquisa histórica, temos elementos para situar a ambiência por onde transitaram os atores sociais em questão.

Considerando os documentos privados e oficiais como indícios do cotidiano familiar e de inserção pública dos titulares em questão, conforme argumentações anteriores, o principal elenco de fontes primárias utilizado para a fundamentação do presente artigo consiste basicamente nas coleções particulares pertencentes a membros das famílias Carvalho e Mello & Fernandes Vianna. Assim sendo, convém enfatizar a relevância de uma análise comparativa entre a documentação de foro íntimo e os registros oficiais públicos, inerentes a uma determinada família ou grupo social; pois, com base nos indícios revelados em livros de assentos particulares, correspondências, recibos, testamentos, memórias e diversos outros tipos de documentos pessoais, podemos identificar formas de pensamento e aspectos da vida quotidiana de seus produtores, informações nem sempre explícitas em documentos de cunho eminentemente oficial.

Em termos metodológicos, segundo a historiadora Maria R. Nizza da Silva, a leitura linear de registros privados não seria a mais

adequada, sendo preferível uma leitura seriada dos documentos, de forma a possibilitar a identificação das trajetórias familiares no contexto de cada tema em particular.⁶

Com isto, no âmbito das coleções familiares acima referidas, podemos identificar a existência dos seguintes temas: funções públicas (dos titulares); estrutura familiar; formas de instrução e índices de fortuna. Assim sendo, a partir da leitura comparativa da documentação, organizada de acordo com cada um dos temas, teremos elementos para a investigação do ideário e do cotidiano dos respectivos titulares e suas famílias, sendo que alguns recortes temáticos se apresentam mais documentados do que outros, em virtude das oscilações de quantidade e qualidade de registros de um tema para outro.

Nesse contexto, conforme vimos anteriormente nas sùmulas biográficas dos titulares das referidas coleções, as mesmas demonstram trajetórias de vida bastante semelhantes, mantendo inclusive vínculos familiares entre si. Entretanto, as coleções mantêm sua autonomia e especificidades, oferecendo contribuições distintas para iluminar o tema em questão. Vejamos, pois, o perfil temático de cada uma das coleções documentais em pauta.

Coleção Família Carvalho e Mello:

Série: Luís José de Carvalho e Mello, 1º Visconde de Cachoeira, com grandeza (1764-1826)

Série: Pedro Justiniano Carneiro de Carvalho e Mello, 3º Visconde de Cachoeira (1811-1888)

Coleção Família Fernandes Vianna

Série: Paulo Fernandes Vianna (1758-1821)

Série: Luiza Rosa Carneiro da Costa (1786-1843)

Série: Paulo Fernandes Carneiro Vianna, Barão e Conde de São Simão (1804-1885)

a) Funções públicas:

Em virtude de ter sido um jurista de renome, com reputação aclamada na Metrópole e na Colônia, Luís José de Carvalho e Mello exerceu, como vimos anteriormente, diversos cargos na administração superior do Estado em Portugal e no Brasil, dos quais podemos destacar

cinco mais estratégicos, a saber: Ouvidor da Vila da Ponte de Lima (Portugal), Desembargador do Paço, Deputado da Mesa da Consciência e Ordens, Conselheiro de Estado e Ministro-Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros.

Trilhando os mesmos caminhos do precedente e sendo um homem de Leis, Paulo Fernandes Vianna exerceu vários cargos administrativos metropolitanos e coloniais, com ênfase para as funções de Juiz de Fora e Órfãos da Vila de Monsarás (Portugal); Intendente do Ouro da Comarca do Rio das Velhas (Minas Gerais); Intendente Geral de Polícia da Corte e Estado do Brasil; Desembargador do Paço; Deputado da Mesa da Consciência e Ordens e Conselheiro de Estado. Convém assinalar que todas as funções públicas exercidas por Paulo Fernandes Vianna estavam inscritas nos quadros administrativos do Estado português e do Brasil colonial, não chegando o mesmo a ser inserido na dinâmica governamental do Primeiro Reinado (1822-1831).

Assim sendo, no contexto da organização das referidas coleções documentais, podemos ressaltar a existência de várias cópias de ofícios, minutas de cartas e pareceres jurídicos, bem como cópias e originais de documentos acumulados, como alvarás, cartas régias, provisões e portarias referentes aos assuntos da alçada dos cargos exercidos. Através do cruzamento de informações obtidas em documentos dessa categoria com a correspondência particular do titular, teremos elementos para avaliar os impactos das responsabilidades públicas no âmbito de sua vida privada.

b) Estrutura familiar e formas de instrução

Soteropolitano de nascimento, filho de um alferes português e de uma baiana, o titular foi enviado à Portugal em 1780, com 16 anos, para estudar Ciências Jurídicas na Universidade de Coimbra, onde formou-se em 1786. Consta que o mesmo possuía apenas uma irmã, D. Francisca Maria da Conceição Carvalho e Mello, viúva de um abastado negociante da Praça de Salvador.

Em termos da estrutura familiar, podemos mencionar especialmente que o titular, já no Rio de Janeiro desde 1794 e exercendo os cargos de Desembargador da Relação e de Ouvidor Geral do Crime e Cível, contraiu matrimônio em 1800, aos 36 anos, com D. Ana Vidal Carneiro da Costa (1779-1851), uma jovem de apenas 21 anos, filha do

Coronel Brás Carneiro Leão (1732-1808), um dos mais abastados comerciantes da Praça do Rio de Janeiro e de D. Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, Baronesa de São Salvador de Campos.

Os filhos oriundos do referido casamento foram quatro, a saber:

Carlota Cecília Carneiro de Carvalho e Mello (1804 -1873)

Luís José Carneiro de Carvalho e Mello (1808 -1827)

Anna Henriqueta Carneiro de Carvalho e Mello (1809 -1840)

Pedro Justiniano Carneiro de Carvalho e Mello (1811-1888)

Com relação à instrução da referida prole, a documentação revela dados bastante precisos a respeito da definição precoce das formas de inserção dos filhos no contexto da família e da sociedade. O filho que havia sido preparado desde cedo para suceder o titular na carreira jurídica e na chefia da família foi Luís José Carneiro de Carvalho e Mello (1808-1827), 2º Visconde de Cachoeira; entretanto, este veio a falecer solteiro aos 19 anos.

Em face de tal fato, coube ao segundo filho varão do titular, Pedro Justiniano Carneiro de Carvalho e Mello (1811-1888), o título de 3º Visconde de Cachoeira, bem como a liderança da Casa dos Carvalho e Mello, tendo sido o filho mais longevo do titular. Pedro Justiniano cursou a Imperial Academia Militar do Rio de Janeiro, atuando também como membro do Conselho do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, em virtude de ter se tornado um abastado cafeicultor na Província do Rio de Janeiro. Casou-se em 1851, aos 40 anos, com sua prima D. Maria do Loreto Carneiro Vianna (1832-1883), filha de seu primo, Conde de São Simão, tendo quatro filhas e dois filhos.

Com referência às duas filhas de Luís José de Carvalho e Mello, consta que ambas foram educadas por preceptores, cultivando a literatura, o estudo de idiomas como o francês e o inglês e a música clássica, tendo sido preparadas desde a tenra idade para freqüentarem os salões da Corte. A primeira filha, D. Carlota Cecília Carneiro de Carvalho e Mello Mattos (1804-1873), casou-se em 1829, aos 25 anos, com o Conselheiro Eustáquio Adolpho de Mello Mattos, tendo três filhos. A segunda filha do titular, D. Anna Henriqueta Carneiro de Carvalho e Mello, faleceu solteira em 1840, aos 31 anos de idade.

Assim sendo, podemos argumentar que a ambiência que envolvia a estrutura familiar em questão, bem como os indícios revelados pela

documentação referente à educação da prole do titular, apontam para a configuração de uma família de elite, inserida plenamente na sociedade de Corte, cujos membros, quando não exerciam diretamente funções administrativas elevadas, atuando na esfera política, manifestavam seu poder econômico como negociantes e/ou proprietários rurais abastados.

Paulo Fernandes Vianna era carioca de nascimento, filho de mercadores brasileiros da Praça do Rio de Janeiro, tendo sido remetido em 1772, com 14 anos de idade, para a Universidade de Coimbra (Portugal), onde concluiu o curso jurídico em 1780. A documentação revela a existência de dois irmãos do titular, a saber: Lourenço Fernandes Vianna, também remetido para Coimbra para estudar na referida Universidade, e o alferes João Fernandes Vianna.

Retornando ao Brasil em 1790, para assumir o cargo de Intendente do Ouro da Comarca do Rio das Velhas-MG, o titular foi nomeado, 13 anos depois (1803), Juiz Comissário da Tesouraria dos Defuntos e Ausentes, sendo também armado Cavaleiro da Ordem de Cristo. No mesmo ano de 1803, aos 45 anos de idade, contraiu matrimônio com D. Luiza Rosa Carneiro da Costa, então com apenas 17 anos, filha dos já citados Coronel Brás Carneiro Leão e D. Ana Francisca Rosa Maciel da Costa, sendo pois irmã de D. Ana Vidal Carneiro da Costa (1ª Viscondessa de Cachoeira). Deste casamento nasceram seis filhos, a saber:

Paulo Fernandes Carneiro Vianna (1804 - 1885)

Luís Fernandes Carneiro Vianna (1807 - 1830)

Maria do Loreto Fernandes Carneiro Vianna (1808 - 1826)

João Fernandes Carneiro Vianna (1811 - 1858)

Braz Fernandes Carneiro Vianna (1814 - 1859)

Ana Luiza Carneiro Vianna de Lima e Silva (1816 - 1874)

Com relação ao encaminhamento da formação educacional e das carreiras seguidas pelos filhos de Paulo Fernandes Vianna, podemos destacar que o primogênito, Paulo Fernandes Carneiro Vianna, Barão e posteriormente Conde de São Simão, foi o filho preparado para sucedê-lo. Entretanto, não chegou a seguir a carreira jurídica, mantendo contudo sua influência política na Corte e o comando dos negócios familiares dos Fernandes Vianna, sobretudo após o falecimento da matriarca, D. Luiza Rosa Carneiro da Costa, em 1843.

O Conde de São Simão casou-se em 1830 com D. Honorata Carolina Benigna Penha de Azevedo Barroso Vianna, filha de abastados comerciantes (da qual viria a se separar mais tarde), tendo apenas uma filha legítima, D. Maria do Loreto Carneiro Vianna, e vários filhos naturais. Esta última contraiu matrimônio em 1851 com Pedro Justiniano Carneiro de Carvalho e Mello, 3º Visconde de Cachoeira, seu primo em segundo grau, tornando-se Viscondessa do mesmo título.

Ainda sobre os filhos de Paulo Fernandes Vianna, podemos mencionar que Luís Fernandes Carneiro Vianna era negociante e faleceu precocemente aos 23 anos; João Fernandes e Brás Fernandes Carneiro Vianna eram bacharéis em Direito e proprietários rurais em Cantagalo e Santa Maria Madalena, Província do Rio de Janeiro, não sendo detentores de títulos nobiliárquicos. Com relação às duas filhas do titular, a situação era bastante distinta de seus irmãos, com exceção do Conde de São Simão, sendo ambas enobrecidas pelo matrimônio: D. Maria do Loreto Fernandes Carneiro Vianna casou-se com D. Francisco da Costa de Souza e Macedo (1788-1852), Visconde e Marquês de Cunha (Mordomo-Mor da Imperatriz D. Leopoldina); e D. Ana Luiza Carneiro Vianna de Lima e Silva contraiu núpcias em 1833 com Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), Barão, Marquês e mais tarde Duque de Caxias, Marechal com projeção no cenário político nacional, sobretudo ao longo do Segundo Reinado (1840-1889).

Em síntese, podemos ressaltar que, no âmbito do segmento temático em questão, os documentos que iluminam de forma mais profunda o assunto são as certidões de casamento, registros de batismo e óbito, demonstrativos de despesas pessoais em geral, diplomas e principalmente a correspondência privada.

No caso específico das famílias da elite em questão, podemos adicionar ao elenco de fontes acima as memórias e anotações de caráter genealógico e heráldico, viabilizando a análise do estabelecimento de identidades no interior das famílias e no contexto social no qual as mesmas estavam inseridas. No seio de uma sociedade colonial/imperial escravista, a lógica que informava o estabelecimento de relações de classe preconizava não apenas a necessidade de distinção entre senhores e escravos, mas também indicava como sendo de suma importância a reafirmação de hierarquias no interior dos próprios segmentos da elite dominante.

c) Índices de fortuna:

Compartilhando da proposta de análise de documentos particulares, preconizada pela historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva em sua obra “Cultura no Brasil Colônia”, podemos ressaltar que os registros demonstram dados bastante expressivos quanto aos chamados índices de fortuna. A partir da análise de séries de testamentos, escrituras, recibos e principalmente de inventários *post-mortem*, é possível montar um campo significativo para a avaliação do patrimônio material acumulado pela família em questão, sendo também possível, por vezes, a reconstituição das trajetórias de aquisição do referido patrimônio.

Nesta perspectiva, a família Carvalho e Mello, entendida como família de elite com extensa parentela, detinha um opulento cabedal.

O 1º Visconde e a Viscondessa de Cachoeira possuíam, já na segunda década do século XIX, bens imobiliários e rendas bastante vultosas. Além de terras na região de Ilhéus (Bahia), Luís José de Carvalho e Mello era senhor de fazendas em Sabará e Curvelo (Minas Gerais). Entretanto, as maiores propriedades rurais do titular estavam situadas nas imediações do Rio de Janeiro, nas regiões de Itaboraí e Cantagalo, além da enorme fazenda do Rio Dourado, em Barra de São João-RJ, herança de seu sogro Brás Carneiro Leão, com grande número de escravos.

Convém ainda assinalarmos a residência da referida família na Corte do Rio de Janeiro e a chácara de recreio. De acordo com os padrões de distinção vigentes na sociedade do período, o hábito de residir no centro da cidade significava uma demonstração de riqueza e fidalguia; assim, a residência do titular na Corte era um grande sobrado situado na Rua do Ouvidor, principal logradouro da cidade, palco de manifestações políticas e dos relevantes acontecimentos registrados pelas crônicas de costumes da elite dirigente.

O titular era proprietário ainda de uma chácara nos bucólicos arredores da Praia de Botafogo, residência de verão utilizada também para reuniões íntimas da família. A propósito dessas reuniões, vejamos o depoimento de Maria Graham, viajante inglesa que visitou os Carvalho e Mello em 1823:

“Passei o dia com Miss Hayne e acompanhei-a à noite a fim de cumprimentar D. Ana, mulher do Sr. Luís José de Carvalho e Mello, pelo seu aniversário. A família estava em sua casa de cam-

*po em Botafogo. É uma bela casa, construída com muito gosto e ricamente mobiliada. As paredes são decoradas com papéis franceses e molduras douradas, tudo no mesmo nível. Mas a melhor decoração nessa noite foi a presença de uma quantidade das mais belas mulheres que já vi no Brasil, pela maior parte irmãs, primas ou sobrinhas da dona da casa, cuja mãe é a Baronesa de Campos.*²⁷

Ao compulsarmos a documentação privada oriunda de membros da família Fernandes Vianna, notaremos a existência de cabedais compostos principalmente por imóveis urbanos, exceção feita à principal propriedade do Intendente Paulo Fernandes Vianna, a Estância de São Simão, enorme fazenda situada entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, no Rio Grande do Sul. Tal estância foi doada pelo Príncipe Regente D. João ao titular em 1811 e consistiu num dos principais itens do patrimônio legado pelo Intendente a seus descendentes.

A título complementar, podemos registrar que Paulo Fernandes possuía chácaras, terrenos e inúmeras “casas térreas e de sobrado” em vários logradouros da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para sua vasta residência, um sobrado situado à Rua do Conde da Cunha (atual Frei Caneca), esquina com o Campo de Santana; amplo aterrado nos confins da cidade, área tradicionalmente utilizada para desfiles militares e outras solenidades públicas, sobretudo após as festividades pela Aclamação do Rei D. João VI em 1818.

Como caracterização de fontes, os documentos mais úteis para o levantamento dos índices de fortuna, apresentando informações detalhadas sobre o tema, são os inventários *post-mortem*, testamentos, recibos, extratos de contas bancárias, escrituras de compra e venda e contratos de arrendamento. Com base na análise integrada dos registros acima, teremos condições de mapear as formas de acumulação e circulação de bens no interior da estrutura familiar, reunindo dados que possibilitam a interpretação dos processos de formação, manutenção e redimensionamento do patrimônio das referidas famílias da elite dominante do centro-sul do Brasil.

Em termos conclusivos, podemos observar que a relevância temática e a originalidade do referido acervo documental criam condições favoráveis para o resgate dos aspectos históricos de grande impor-

tância, não apenas para uma reflexão crítica acerca das representações de classe, das crônicas de costumes e dos referenciais da memória familiar, mas também representam uma oportunidade de redimensionar parâmetros de abordagem referentes à História Social e Política do Brasil, com ênfase para a transição da ordem Colonial para o Império, tendo como pontos focais o chamado Período Joanino (1808-1821) e o desencadear dos processos de formação e consolidação do Estado Imperial (1822-1840).

Em suma, a análise do acervo em questão significa um mergulho fascinante na mentalidade de representantes da elite letrada colonial brasileira, egressa do Século das Luzes, prestigiados Vassallos d'El Rey, bem como de seus descendentes, genuínos integrantes da sociedade imperial escravista, inseridos na lógica do patriarcalismo e da manutenção dos atributos simbólicos de distinção social durante o auge e o declínio do Império.

NOTAS

1. FRAGOSO, João Luís R. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista colonial (1790-1888.)* Niterói : UFF/Depto. de História, 1994. P.45 (Tese de Doutorado. Publicada com modificações pelo autor sob o título "Homens de grossa aventura". Arquivo Nacional, 1996.)
2. FARIA, Sheila Siqueira de Castro - *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII.)* Niterói : UFF/Depto. de História, 1994. P.37.
3. MELO, Pedro Justiniano C. de Carvalho e. *Notas biográficas.* Rio de Janeiro : Tipografia G. Leuzinger, 1887. PP.3-9.
4. BRASIL, Museu Histórico Nacional, Arquivo Histórico. *Catálogo Geral.* Coleção Família Carvalho e Mello. Série Luís José de Carvalho e Mello. Documentos Pessoais.
5. BRASIL, Museu Histórico Nacional, Arquivo Histórico. *Catálogo Geral.* Coleção Família Fernandes Vianna. Série Paulo Fernandes Vianna. Documentos Pessoais.
6. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura no Brasil Colônia.* P.46.
7. GRAHAM, Maria - *Diário de uma viagem ao Brasil (1822-1824).* São Paulo : Cia Editora Nacional, 2.^a ed., 1972. P.270.



INDUMENTÁRIA INFANTIL NO MHN

Camila Perlingeiro ^{*}
Vera Lúcia Lima ^{**}

Introdução

O Museu Histórico Nacional possui uma significativa coleção de indumentária civil e militar compreendida entre os séculos XIX e XX. A Instituição, que preserva a memória nacional, registra o modo de vestir através de trajes que revelam uma grande variedade de modelos e usos de diferentes países, o esmero e o talento artesanal. Também representam um valor documental incontestável para cada época. Este acervo está sendo reunido graças à inúmeras doações, continuando assim a ser o Museu o depositário das mais preciosas lembranças, cuidando e divulgando as tradições do passado e do presente.

Fazendo parte da indumentária civil, há uma pequena mas importante coleção de indumentária infantil, composta, até o momento, de 100 (cem) peças; sendo que parte delas já foi cedida por empréstimo para exposições temporárias a outras instituições.

Neste universo infantil podemos encontrar, por exemplo, sapatinhos chineses para pés atrofiados (prática comum na China Imperial); trajes folclóricos da Grécia, de Portugal, da África, do México, do Peru; a camisola da Princesa Leopoldina, filha de D. Pedro II e D. Tereza Cristina; dois cueiros bordados com fios de ouro e prata que pertenceram a Maria Luiza Wanderley, filha recém-nascida do Barão

* Consultora de moda. Mestranda em Museologia para indumentária e tecidos, Fashion Institute of Technology, Nova Iorque, EUA.

** Museóloga. Pesquisadora, Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

de Cotegipe; camisolas inglesas que fizeram parte de um enxoval de um menino nascido em 1900; camisolas de batizado; vestidos de meninas de diversas décadas; vestido de primeira comunhão, toucas; sapatinhos; camisinhas de pagão; babadores...

A coleção, em sua totalidade, encontra-se na Reserva Técnica 1, estando acondicionada em armários especiais com todo um tratamento adequado à sua melhor preservação.

As Crianças Trajadas como Adultos

O traje tipicamente infantil surge apenas no final do século XVIII. Na antigüidade, a vestimenta adulta mantém-se simples e preservada na tradição de adaptar-se às formas naturais do corpo humano. Povos como os egípcios quase não se vestiam e as crianças permaneciam nuas durante toda a sua infância. Os gregos tiveram uma atitude parecida, pois embora usassem na infância simples túnicas e mantos, se exercitavam na ginástica completamente nus, pois não havia o sentimento de vergonha em expor o corpo. No império romano as meninas usavam um traje simples chamado *quítón*, feito de duas peças de linho fino ou seda costuradas na cintura e ombros. A versão infantil era menos elaborada que a dos adultos.

Já os meninos usavam uma túnica feita de duas peças de linho ou lã, também presas pelos ombros e cintura, usados com um cinto. Eram geralmente bordadas na barra dos tornozelos e braços. Poderia ser tingida de cores como roxo, amarelo, vermelho, ao contrário do que pensamos. Acreditamos que as cores não existiam nos trajes romanos porque, nas estátuas, as vestimentas não têm cor, mas isso é só porque as cores desbotaram com o tempo. Além disso, para meninos e meninas havia uma outra diferença: os trajes eram mais curtos do que para os adultos.

No século XIII, pelo traje infantil da época confirma-se quanto a infância era pouco particularizada na vida real. Assim que deixavam os cueiros (faixa de tecido que era enrolado no seu corpo), as crianças eram vestidas como os homens e mulheres de sua condição. Na Idade Média, a única preocupação era em manter visível, através da roupa, os degraus da hierarquia social, vestindo-se indiferentemente qualquer idade.

A partir do século XIV, nos meios urbanos abastados verifica-se uma nova atitude em relação a criança, no sentido de melhor preservar sua vida, ao contrário do passado, quando a infância não era reconhecida, sucumbindo diante de uma sociedade onde só parecia haver lugar para os adultos. Conseqüentemente, as que conseguiam sobreviver às próprias limitações da época sofriam um processo de “adultização” ao adquirir seus hábitos e costumes. Assim, o desconhecimento da infância como um período que requer cuidados especiais fomentava as altas taxas de mortalidade. No século XVI surge a formação do sentimento de infância - o que não significava o mesmo que afeição pelas crianças -, e que corresponde à consciência da particularidade infantil, ou seja, aquilo que distingue a criança do adulto e faz com que ela seja considerada como um adulto em potencial, dotado de capacidade de desenvolvimento. Esse fato histórico reflete-se na indumentária, ocasionando a especialização de trajes infantis, que por idade passam a ser os seguintes:

- até dois meses de idade para ambos os sexos: cueiros e faixas de tecido enroladas em volta do corpo e da cabeça;

- até cerca de 4-5 anos para ambos os sexos: camisolas de flanela, babador de linho, boné sobre touca. Nos ombros eram presas guias-tiras de tecido - lisiéres ou tatas - que servia para segurar a criança que estava aprendendo a andar. Esse traje se chamava à la bavette;

- até cerca de 8 anos para os meninos: usavam jaquette, um vestido longo abotoado na frente, com gola masculina, sobre as calças;

- até cerca de 8 anos para as meninas: vestiam-se como suas mães.

“[...] a roupa tornava visível as etapas do crescimento que transformava a criança em homem. Essas etapas, outrora despercebidas, haviam-se tornado espécies de ritos que era preciso respeitar.”

Nas representações das crianças do século XVII, nota-se que, tanto no caso dos meninos pequenos como no das meninas pequenas, havia um ornamento que não era encontrado na roupa das mulheres: duas fitas largas, presas ao vestido atrás dos ombros, pendentes das costas, que só mais tarde iriam desaparecer, com a transformação na indumentária infantil.

Nesse período, e até a primeira metade do século XVIII, a moda se torna complexa, e é a vez do corpo humano se submeter a sacrifícios em prol da elegância. Além disso, vestimentas para as crianças não eram importantes. Dessa maneira, ela passa a se vestir desconfortavelmente, e é comum vermos “[...] crianças pequenas vestidas com todas as inconveniências da moda adulta: golas franzidas, conhecidas como rufo, anquinhas, calções bufantes, mangas ornamentadas, saias compridas e pesadas, sapatos de salto alto e chapéus carregados de penas e flores.”² Uma moda que era sofrível para todos, independentemente da idade. Naturalmente, elas se sentiam mais incomodadas ainda, se tornando pálidas e com o aspecto de doentes, porque as vestimentas não as permitiam praticar atividades físicas, coisa que consideramos indispensável atualmente.

As meninas pequenas foram as que talvez sofreram mais. Usavam espartilhos revestidos de ossos e muitas vezes eram obrigadas a dormir com eles de forma a manter a cintura fina, tão popular naqueles tempos, desde sua tenra infância. Já os meninos não tinham nenhuma restrição quanto a forma de seu corpo, mas usavam sempre meias de seda com gibão de cetim e casacos com brocados e ajustados ao corpo.

Uma Liberdade Temporária

Depois da segunda metade do século XVIII, pensadores como Jean Jacques Rousseau aconselhavam que as crianças deveriam ser livres e que, mudando sua educação e conseqüentemente suas vestimentas, elas poderiam manter a sua infância por mais tempo e praticar exercícios, se tornando assim mais saudáveis.

“[...] O melhor é fazer com que as crianças usem batas durante o maior tempo possível e, então, prover-lhes roupas folgadas, sem tentar definir as formas, o que não passa de mais uma maneira de deformá-las. Seus defeitos de mente e corpo talvez remontem todos à mesma fonte, ao desejo de torná-las homens antes do tempo.

³

Mesmo sendo acusado de ter iniciado a Revolução Francesa, as crianças deveriam ser gratas a ele pelo fato de que sua influência fez com que fosse criada uma moda específica para elas.

Como resultado, podemos ver no final do século XVIII meninas pequenas usando batas e vestidos de musselina de cores decotadas e claras, com adornos simples de fitas na cintura ou rendas na bainha e mangas. Apesar de longas, as vestimentas não possuíam nenhum tipo de incômodo nas cinturas ou quadris. Os cabelos eram usados curtos para meninas e meninos até quase a adolescência e não precisavam empoar perucas, moda difundida entre os mais velhos. Os meninos vestiam roupas largas, confortáveis e de cores claras. Foram finalmente liberados de usar coletes justos e camisas de colarinhos altos, que foram trocados por calças compridas, jaqueta curta e camisas de colarinhos frouxos. É importante notar que a calça comprida foi adotada pelos meninos uma geração antes de serem aceitas para os homens adultos.

Foi uma moda totalmente voltada para as necessidades das crianças, uma condição perfeita que, infelizmente, não foi predestinada a durar. Quando a Rainha Vitória tomou o poder e diversas formas de tirania atingiram a Europa, as crianças mais uma vez foram confinadas às duras exigências da moda adulta.

No início do século XIX os meninos eram vestidos em calças compridas e jaquetas curtas sem rabo, derivadas do *spencer*, mais conhecida como “jaqueta Eton”. Eram roupas extremamente desconfortáveis e justas, embora não tanto quanto no século XVIII. As golas mais uma vez voltaram a ficar altas, na altura do pescoço, e os chapéus que eles usavam eram amplos e de formas diversas. Essas roupas eram geralmente confeccionadas em tecido grosso, usado para confecção de sacos, o que não permitia ver a sujeira tão facilmente. Também é interessante notar que os vitorianos tinham verdadeiro horror à mãos nuas, e podemos perceber que a maioria das pranchas e arquivos daqueles tempos mostram adultos e crianças, de ambos os sexos, sempre usando luvas.

Já os meninos pequenos eram mantidos em saias o máximo de tempo possível e, como se pudesse ser ainda pior, usavam *pantalettes*. Nesse período houve uma crescente feminilidade nas vestimentas masculinas infantis, a ponto de não conseguirmos distinguir meninos de meninas. E essas roupas femininas não permitiam quaisquer jogos de meninos, pois a facilidade de sujar as vestimentas não permitia tais brincadeiras.

As meninas tiveram que optar pela moda de suas mães, com as vestimentas ficando cada vez mais escuras nos primeiros dez anos de reinado da Rainha Vitória. O tecido era bem sóbrio e pesado e o número de babados nas saias rodadas eram cada vez maior. Para manter a forma dos vestidos, meninas e mulheres usavam várias anáguas, geralmente de flanela vermelha.

Quando o peso das anáguas atingiu o ponto de se tornar insustentável, surgiu a crinolina, ou anágua de arcos. Não era a primeira vez que as saias foram armadas por arcos: as crianças também pensaram com as desajeitadas *farthingales* da era elisabetana e os *paniers* laterais do século XVIII, seguindo a moda de suas mães. A crinolina porém era circular, consistindo em oito aros de arames flexíveis. Ela podia ser presa à cintura costurada na anágua ou então formando uma peça separada. Podemos dizer que a crinolina foi o instrumento de liberação dessas meninas, que não precisavam carregar o fardo de um número absurdo de anáguas. Apesar do efeito visual ser mais armado do que nunca, o peso não era um problema e os aros flexíveis permitiam que pudessem se movimentar e até mesmo sentar com certa facilidade.

É claro que existia um perigo eminente de se ter pernas à mostra, o que era absolutamente imperdoável nessa época. Segundo o especialista inglês James Laver, era costume usar por baixo da gaiola de aço pantalonas compridas de linho com renda na barra, e as vezes chegando até o tornozelo.

*“As meninas também usavam essas pantalonas, apesar de suas saias serem comparativamente mais curtas. De fato, passou a ser marca de distinção deixar aparecer as pantalonas de renda. As mães que não podiam comprar o traje completo tinham de se contentar com as chamadas pantalettes, simples tubos de linho branco que terminavam logo acima dos joelhos.”*²⁴

Essa moda perdurou por mais ou menos vinte anos, e já era sofrimento suficiente para as crianças. Na verdade, foi apenas o início: no princípio da década de 1870, as roupas infantis se tornaram ainda mais desconfortáveis e absurdas.

A crinolina usada pelas meninas foi primeiramente substituída pela metade de uma gaiola, ou seja, apenas parte da crinolina, também feita de aros flexíveis, sendo que dessa vez ela se concentrava apenas na

parte de trás dos vestidos. Logo depois, ela mais uma vez evoluiu no que conhecemos como anquinha, que tinha como objetivo puxar o vestido para trás de forma a colar nos quadris e levantar na altura das costas. A medida tornava o caminhar e a movimentação extremamente difíceis, principalmente para as pernas curtas das meninas que mal conseguiam se mover. Além disso, as sapatilhas sem salto, tão charmosas e confortáveis, foram substituídas por apertadas botas de cano alto. Essa moda de sapatos durou até o início do século XX, antes da Primeira Guerra Mundial.

No fim do século, o retorno do excesso de rendas bordadas pelos vestidos os tornavam ainda mais elaborados e desconfortáveis. Meninas seguiam ainda a moda de suas mães, seus vestidos eram muito ajustados na cintura e elas voltaram a usar espartilhos, de forma a torná-las ainda mais afinadas. Estes eram presos por cordinhas atrás ou na frente e tornava impossível se vestir sozinha, necessitando do uso de camareiras para tal. As saias eram justas não só na cintura, mas ainda mais apertadas na altura dos quadris e drapeadas.

A indumentária para os meninos se tornou ainda mais desconfortável, se é que isso poderia ser possível. Ainda vestiam-se como seus pais, e a gola Eton, solta, foi substituída por um colarinho alto e duro, dificultando os movimentos do pescoço, passando eles assim a ter uma atitude altiva, imitando seus pais desde a tenra idade. Segundo Alp Rendu, os meninos brasileiros também seguiam a mesma moda.

“[...] aos sete anos, o jovem brasileiro já tem a gravidade de um adulto, passeia majestosamente, uma bengalinha na mão, metido numa toailete que mais faz recordar as marionetes de nossas feiras do que um ser humano; em lugar de vestes largas e cômodas que permitiam os membros livres movimentos, ele é ataviado ridiculamente com umas calças fixas aos pés e com uma jaqueta ou um casaco que o aprisiona e constrange. Nada mais triste, segundo nós, do que estas pobres crianças condenadas a sofrer as exigências de uma moda absurda[...]”

Alp Rendu foi um encarregado do Ministério de Instrução Pública da França para vir ao Brasil estudar as doenças que atacavam mais frequentemente os indígenas e os europeus. Ele permaneceu no

país durante os anos de 1844 e 1845, e, ao regressar, escreveu o livro “Estudos do Brasil” onde criticava a moda infantil, conforme citamos acima. Rendu foi severamente criticado por brasileiros, dentre eles o Dr. Moncorvo Filho, que achava que seus comentários eram mentirosos e miseráveis, que destruíam a honra da mulher brasileira e que era um absurdo que tal visitante - que foi muitíssimo bem recebido no país - tenha esquecido a hospitalidade brasileira ao escrever tais críticas...

Terminamos o século XIX com a popularização do traje de marinheiro e do traje Fauntleroy. O primeiro surgiu com a disseminação dos esportes. Qualquer fosse sua preferência, esportes ao ar livre eram a última moda e para cada esporte existia uma vestimenta específica. Foi quando, inclusive, os esportes foram incluídos no currículo escolar obrigatório.

O traje de marinheiro foi criado no final do século XVIII para os rapazes que treinavam para a Marinha. Mas desde que o Príncipe de Gales, Eduardo da Inglaterra, foi retratado por Winterhalter usando esta roupa, tornou-se moda infantil, para crianças de todas as idades. Os meninos com jaqueta e calça comprida ou curta, e mais tarde as meninas que trocaram as calças por saias. Na cidade e no campo, em casa e fora de casa, em azul marinho para aquecer ou em branco no verão e nas festas, o traje de marinheiro foi o início de um abrandamento, pois era largo e aberto no colarinho.

Já o traje Fauntleroy foi admirado pelos pais e detestado pelos filhos, que eram obrigados a usá-los. Segundo Alison Lurie, ele foi popularizado por Frances Hodgson Burnett e retratado por Reginald Birch. Consistia em “uma jaqueta preta ou azul-safira de veludo e calças usadas com uma camisa branca com um largo colarinho de renda Vadyke. Era completado por uma faixa de seda colorida, meias de seda, sapatilhas afiveladas, uma boina grande de veludo e cabelos cacheados.”⁶

A Modernização do Traje Infantil

Na virada do século, acompanhando as mudanças das roupas em geral do final do século XIX, há um abrandamento da postura da sociedade em relação a indumentária infantil.

Mas as primeiras significativas mudanças, já no século XX, surgiram após a Primeira Guerra Mundial. Na década de 20 jérseis e meias soquetes brancas e sapatos com tiras nos tornozelos eram os mais comuns. As meninas usavam vestidos soltos de cintura baixa, tornando-se mais simples, com tecidos leves e bordados delicados. Já os meninos vestiam *shorts* curtos abotoados na barra da camisa. Eram geralmente confeccionados em linho fino e enfeitados com franzidos coloridos em casa de abelha na altura dos ombros. Ambos usavam chapéus de palha para se protegerem do sol.

A década de 30 foi marcada pela influência do cinema de Hollywood na indumentária infantil, mais precisamente por Shirley Temple. Depois de sua estréia aos três anos de idade, fez sucesso por mais de dez anos ininterruptos e, com isso, seus modelos eram sistematicamente copiados, ditando a moda das meninas. Com isso notamos o uso contínuo de vestidos com manga balão e golas Peter Pan.

Com a Segunda Guerra Mundial, o mundo passou por inúmeras transformações em todas as áreas. Essas mudanças se refletiram na indumentária e os trajes passaram a ser extremamente confortáveis e simples. No traje infantil nota-se que a prioridade era a durabilidade. Os tecidos que não amarrotavam eram os ideais para as roupas infantis e a influência americana trouxe o suéter de tricô em padrões geométricos, jaquetas com capuz e zíper, calças curtas e camisas xadrez. Já as meninas usavam vestidos estampados, floridos, de golas arredondadas e abotoados.

O *baby-boom* do pós-guerra foi o que caracterizou os anos 50. Nesse período a produção em massa atingiu o setor de vestuário, e roupas que eram tradicionalmente feitas à mão passaram a ser confeccionadas nas grandes máquinas industriais. A descoberta da utilização de novas fibras fez com que os tecidos não mais amarrotassem, quando então se dá o início de um mercado infantil paralelo ao mundo adulto, onde crianças e adolescentes são influenciados pela cultura *pop*.

As meninas passam a usar vestidos curtos ou compridos, bem estampados, principalmente com motivos florais e tons pastel. Já os meninos usavam calças curtas ou compridas e camisas com botão feitas de tecido de algodão de trama aberta. Sandálias baixas de tiras e couro eram populares para ambos os sexos.

Uma importante e prática invenção surge nesta época: o macacão de bebê. Feito em tecido elástico, era usado como peça única, com botões ou presilhas na parte de dentro das pernas, para permitir a troca das fraldas das crianças sem que se precisasse despí-la. Foi projetado e patenteado pelo comerciante austríaco Walter Artzt, e aperfeiçoado todos estes anos. Hoje, é reconhecido internacionalmente em diversas cores e modelos, fazendo parte integrante do vestuário infantil.

Os anos 60 foram marcados principalmente pela criação da minissaia. Além disso, tecidos sintéticos eram largamente utilizados, principalmente as malhas, como a helanca. Nesse período, as roupas começam a ficar mais baratas por causa da produção em massa e da concorrência, cada dia mais acirrada. Materiais alternativos, como o plástico PVC, se adequaram ao mercado infantil para o uso de capas de chuva, galochas, botas e acessórios para a cabeça. A influência do *op art* fazia com que as estampas fossem coloridas e geométricas, e as cores mais fortes, como o azul-turquesa, verde, vermelho e amarelo.

No Brasil, o início da década de 60 é o período em que surgem as casas especializadas em roupas infantis de festas, como “O Príncipe”, “A Boneca” e “A Bonita”. Meninos e meninas usavam roupas claras em tecidos delicados, enfeitados com trabalhos de agulha e casas de abelha. Os meninos usam calças curtas e camisas de botão com mangas curtas ou compridas. Às vezes o traje era completado com uma gravata borboleta colorida, cinto e mocassins. As meninas usavam os vestidos clássicos de organdi, com grandes laços amarrados à cintura.

No final dos anos 60, o movimento *hippie* surge nos Estados Unidos, influenciando o mundo e toda a uma geração. Foi o início de uma revolução no modo de vestir, que teve seu ápice nos anos 70. A influência era étnica e as fibras utilizadas eram as naturais. Uma oposição ao movimento *pop*, ao trabalho de massa especializado e à padronização. Acessórios de osso, coral e materiais alternativos naturais eram os mais utilizados, e nesse período a moda ficou mais *unissex*. Meninos e meninas usavam túnicas de algodão, calças boca de sino, camisas de helanca de gola *rolé* e boleros de tricô. O *jeans* já era totalmente popularizado em calças, saias, bermudas (as calças curtas) e jaquetas. As meninas usavam vestidos longos e fluidos, com retalhos formando um

patchwork, e lenços na cabeça completando o ar campestre. Os cabelos eram invariavelmente longos para meninos e meninas. Os sapatos eram variados, como sandálias de dedo e mocassins. Além disso, foi nessa época que os tênis, usados para a prática de esportes, passaram a ser utilizados em ocasiões informais. Confeccionados em lona ou couro, se tornaram um mercado em expansão e, hoje em dia, milionário.

Os anos 80 foram marcados pela influência da televisão. Dos desenhos animados aos filmes e à MTV, tudo era copiado dos modelos e personagens da televisão. O modelo americano passou a ser o ícone do mercado infantil, e com isso há uma disseminação de bonés de beisebol, tênis e *jeans*. Camisetas de malha com estampas diversas e bem coloridas simplificaram o modo de vestir, que passa a ser cada vez mais *unissex*.

A influência de todas as tendências do século XX faz com que os anos 90 não tenham um estilo próprio. O número de marcas dedicadas exclusivamente ao público infantil se multiplicou, e o fato mais marcante é uma evolução natural dos anos 80. A cada estação vemos novidades e estilos reeditados, já que as mudanças acontecem de forma cada vez mais vertiginosa. A roupa dos adultos passa a ser, mais uma vez, adaptada ao público infantil, na reprodução dos figurinos dos ídolos do momento, dos heróis, dos desenhos animados. O que caracteriza o *status* dentro da família é simplesmente a *griffe* utilizada, e não mais o estilo de vestir.

Os Trajes Religiosos

Desde a primeira metade do século XIX, alguns trajes fazem parte da cultura católica e sempre exigiram especial atenção: as camisolas de batizado e as roupas de primeira comunhão.

Meninos e meninas usavam camisolas de batizado, que eram confeccionadas por exímias bordadeiras ou compradas mais tarde em casas especializadas. Nelas estavam representadas o *status* familiar, pois a criança era o centro das atenções no dia da cerimônia. Sempre apreciada por todos, um verdadeiro tesouro, pela qualidade do tecido, do bordado, da renda, podiam atingir até um metro e meio de comprimento. Os outros filhos geralmente usavam a mesma camisola, que era passada de geração em geração dentro da mesma família.

Às roupas da primeira comunhão se dedicava um grande cuidado, e eram confeccionadas com o maior esmero, pela seriedade e o sagrado momento em que eram utilizados. Predominantemente branca, o traje das meninas era longo, geralmente em cambraia, com pregas religiosas e singelos bordados. Uma pequena bolsa bordada e rendada guardava o terço e o lenço. O véu era o complemento indispensável. Nas mãos, o primeiro missal.

As roupas dos meninos eram mais simples: um terno com calças curtas, meias e sapatos brancos. Nas mãos carregavam o terço, o missal e uma vela, simbolicamente para “iluminar o caminho”.

Com o passar dos anos, esses trajes foram sofrendo diversas transformações. Ainda hoje percebemos na sociedade brasileira a preocupação da família com as roupas de batizado e primeira comunhão, embora não seja prática tão comum o uso das vestimentas tradicionais. Nas cerimônias atuais, é comum vermos crianças trajadas com uma roupa nova, de cor branca, mas sem a preocupação de se ater às réplicas das vestimentas antigas.

Pinturas, Gravuras e Fotografias para Referência

1. Delfim Carlos Orlando
Mestre de Moulins - 1495
óleo sobre tela
Museu do Louvre - França
2. Ama de Leite
final do século XVI
cerâmica
Museu de Artes Decorativas - França
3. O Pintor e sua Família
Cornelis de Vos - 1621
óleo sobre tela
Museu de Bruxelas - Bélgica
4. Três Crianças no Parque
Jacob Guerritz Cuyp - circa 1640
óleo sobre tela
Museu Boymans Van Beunigen - Rotterdam

5. Infanta Maria Teresa
Velázquez - circa 1659-1660
óleo sobre tela
Museu do Prado - Espanha

6. James Stuart e sua irmã Maria Teresa
Largillière - 1695
óleo sobre tela
National Portrait Gallery - Londres

7. Luis XIV e sua Família
Largillière - 1711
óleo sobre tela
Coleção Wallace - Londres

8. O Delfim, Futuro Luis XVII, com traje de marinheiro
Atribuído à Mme. Vigée Lebrun - circa 1790
óleo sobre tela
Museu de Auxerre - França

9. A Família Schimmelpennick
- P Prud hon - 1801
óleo sobre tela
Rijksmuseum - Amsterdã

10. O Duque de Bordeaux e sua Irmã
Hersent - 1821
óleo sobre tela
Museu de Versailles - França

11. Vestido de Primeira Comunhão
Ilustração da revista "Le Moniteur de la Mode"
Jules David - 1843
Biblioteca Nacional, Gabinete de Gravura - Paris

12. Traje de Contramestre para Menina
Fotografia - 1887
Coleção União Francesa de Artes e Costumes

NOTAS

1. ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro : Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1981. P.72.
2. LURIE, Alison. *A linguagem das roupas*. Rio de Janeiro : Editora Rocco, 1997. P.51.
3. Idem, ibidem.
4. LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo : Companhia das Letras, 1989. PP.178-179.
5. MONCORVO Filho. *Histórico da proteção à infância no Brasil 1500-1922*. Rio de Janeiro : Empresa Graphica Editora, 1926. P.11.
6. LURIE, Alison. *Op. cit.* P.56.



E FEZ-SE A MEMÓRIA NAVAL

A coleção Edoardo de Martino no museu histórico nacional *

Walter Luiz C. de M. Pereira **

Um passeio pelo segundo andar do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, nos leva ao século XIX; ou melhor, à Memória do Estado Imperial Brasileiro. A sala dedicada à exposição das pinturas de Edoardo De Martino dá a sua obra uma característica fundamental. Se hoje alguns de seus quadros estão ali condensados numa galeria, como monumentos de nossa História, os mesmos já circularam pelos salões da Corte feito telas de cinema - num sentido mais atual, como uma boa matéria de propaganda. Galeria Moncada, Salão Imperial do Teatro São Pedro de Alcântara, Salão de Exposições da Academia Imperial de Belas Artes, atraíam multidões para privilegiar a arte verdadeiramente superior para a época. A imagem pictórica contida nas obras do pintor, expostas principalmente entre os anos de 1869/1873, ao final da Guerra do Paraguai, impressionava por sua grandiosidade e por seu conteúdo, mostrando ao público, letrado ou não, as glórias e o triunfo do poder imperial que buscava seu fortalecimento, trazendo para a sociedade a memória da Guerra como parte de um processo civilizador.

Todo este movimento de construção da Memória através de monumentos iconográficos, neste caso através da pintura histórica, tem a propriedade de conservar informações nas relações com uma História do imaginário, onde os quadros são transformados em docu-

* Este texto tem como base principal meu trabalho monográfico intitulado "Guerra do Paraguai: o discurso e a memória nas telas de Edoardo De Martino", apresentado para a conclusão da Graduação no Curso de História da Universidade Federal Fluminense, em Niterói - RJ, Agosto de 1999.

** Historiador, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

mentos históricos e a obra de arte é transportada ao campo da observação histórica e ao local de preservação da Memória: o Museu Histórico. Se ao entrar na sala me deparo com as palavras de Jacques Le Goff¹, é a ele que novamente recorro, reafirmando sua observação com outra, de que tudo ali exposto é produto daquela sociedade e suas relações com o poder; relações que se expressam através das obras encomendadas ao pintor Edoardo De Martino dentro dos parâmetros estabelecidos pela arte academicista, que regulava e controlava a produção artística sob supervisão estatal, com fins políticos e ideológicos.

Artista italiano, nascido no Reino de Nápoles em 1838, Edoardo De Martino veio para o Brasil supostamente em 1868, embora possa aqui ter estado anteriormente, em virtude de alguns dos seus estudos retratarem as Ilhas Malvinas (Falkland) em 1866. Deixa a oficialidade na Marinha italiana, fixando sua residência em Montevideu e Porto Alegre. Como aluno da Real Escola Naval e do Instituto de Belas Artes de Nápoles, especializou-se em temas marinhos, e sua aptidão para a arte na reprodução da temática histórica determina sua designação pelo Imperador Pedro II para acompanhar a oficialidade superior na Guerra do Paraguai e, como pintor oficial da Corte, registrar pictoricamente os acontecimentos no *front*. Participa das Exposições Gerais da Academia Imperial de Belas Artes, onde em 1870 é premiado com medalha de ouro por seu trabalho "Uma Noite de Luar no Cabo d'Horn". No ano de 1871 é agraciado com dois títulos: Membro Correspondente da Academia Imperial de Belas Artes e Cavaleiro da Ordem do Rosa, condecoração concedida pelo Imperador Pedro II.

Residindo no Rio de Janeiro até 1875, o pintor tem como estúdio uma oficina do Arsenal da Marinha Imperial na Rua das Laranjeiras. Neste ano, após casar-se com uma brasileira, parte para Londres, onde em 1895 é designado pela Rainha Vitória como pintor oficial da marinha inglesa. Esta ligação com a corte britânica - tendo sido ele o último a receber tal título - trouxe-lhe encomendas e homenagens de outras cabeças coroadas da Europa, tais como o Kaiser Wilhelm II da Alemanha e o Czar Nicolau II da Rússia. Após sucessivos problemas de saúde a partir de 1879, que o deixam com o lado direito do corpo paralisado e o obrigam a pintar amparado pela mão esquerda, Edoardo De Martino morre em 21 de maio de 1912. Sua morte repercute no

Brasil, como se vê no artigo da Revista Marítima Brasileira de 12 de junho de 1912, que lembra a importância de sua obra: “Foi um achado para a história posterior de nossa Marinha, cujos episódios gloriosos fixou em telas de admirável concepção e verdade histórica.”²

Os quadros de Edoardo De Martino estão espalhados por vários museus e coleções particulares do mundo: Inglaterra, Itália, Espanha, EUA e outros. Na América do Sul, há números que falam em torno de 340 quadros, deixados no Brasil, Argentina e Uruguai.

No Brasil, seus quadros pertencem ao acervo de diversas instituições além do Museu Histórico Nacional: Museu Naval e Oceanográfico da Marinha, Museu Nacional de Belas Artes, Clube Naval, Palácio Maçônico do Lavradio, Salão Nobre do Edifício Marquês de Tamandaré, Museu da República, todos estes no Rio de Janeiro; além do Museu Imperial de Petrópolis, Museu de Arte de São Paulo e Museu de Arte do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

De Martino certamente não assistiu a tudo, tendo recorrido à descrição de terceiros ou à anotações nos diários de bordo dos oficiais. A versão da Revista Marítima Brasileira de julho de 1908 reporta: “De Martino esteve algum tempo junto ao quartel general de Caxias, a bordo da fragata Imperatriz, em Curupaity, e a bordo do Lima Barros, que fazia a borda avançada de Humaitá.” Provavelmente o pintor esteve presente no teatro de guerra de 1868 a 1870. Num de seus estudos, deixa pistas de que tenha produzido nos campos de batalha: De Martino se auto-retrata numa carroça atolada na região do Chaco, tendo junto a si seus pincéis e telas.

Em celebração à Memória do Estado Imperial, registrada por ele, encontram-se em exposição no Museu Histórico Nacional as seguintes obras: “Uma Noite de Luar em Montevideu”, “Abordagem da Corveta Maceió pela Escuna Dois de Dezembro”, “Combate Naval do Riachuelo”, “Abordagem do Encouraçado Barroso e do Monitor Rio Grande”, “Acampamento no Chaco”, “Abordagem dos Encouraçados Cabral e Lima Barros”, “Bombardeio de Curuzu” - expostos nesta ordem e obedecendo ao sentido anti-horário de quem entra pela frente da sala; além de dois outros quadros de tamanhos menores situados em colunas no centro da sala: “Fragata Independência” e “Canoas em Vigília no Chaco”.

Procurando me deter especificamente na memória dos feitos navais do Império brasileiro, limito a análise deste texto aqueles quadros que efetivamente representam uma série documental sobre os conflitos em que se envolveu o governo imperial no século XIX na região platina; obras máximas da pintura histórica elaborada pelo pintor.

Um destes quadros se reporta ao conflito com a Argentina em 1827: “A Abordagem da Corveta Maceió e da Escuna Dois de Dezembro”, pintado em 1873, sendo este um dos maiores quadros de De Martino, - a tela mede mais de quatro metros quadrados, tendo sido pintada posteriormente à série implementada sobre a Guerra do Paraguai. Suas dimensões caracterizam a tendência de De Martino em fixar todas as cenas representativas de batalhas ou do *front* em tamanhos significativos, ao contrário das telas que estampavam outras ilustrações marinhas. Outro exemplo, embora exposta em outra sala do Museu, seria a tela “Chegada da Fragata Constituição ao Rio de Janeiro”, pintada em 1872. O retrocesso de seu trabalho no tempo se dá ao fim da sua estada no Império, e quanto mais o tempo avança, mais De Martino retrocede na pintura do fato histórico. A obra documentária passa a abranger todo o período imperial e ganha um caráter benéfico. Estes dois quadros teriam sido expostos no Salão Imperial do Teatro de São Pedro, no Rio de Janeiro, em 15 de Maio de 1873, em benefício das vítimas da explosão do Arsenal de Marinha da Corte, ocorrido em 27 de Março de 1873.⁴

Mas foram aos acontecimentos relativos a Guerra do Paraguai que De Martino dedicou a maior parte de seus trabalhos de caráter histórico. Somente entre os anos de 1868-1872, temos uma produção estimada (levando-se em conta o acervo conhecido) de algo em torno de onze telas de grandes proporções, retratando episódios do conflito; dentre as quais cinco delas nesta sala do Museu Histórico Nacional. Especial atenção deve ser dada ao quadro “Combate Naval do Riachuelo”, pintado em 1870, que faz alusão ao momento decisivo da batalha, ocorrido em 11 de junho de 1865 no Rio Paraná - onde a Fragata Amazonas, no centro da tela e tendo ao lado os outros navios que participaram do conflito, mostra a triunfante figura do Barão do Amazonas. (A título de curiosidade, é interessante observar posição

semelhante no quadro de Vitor Meirelles sobre o mesmo tema.) Com essa vitória, a Marinha Imperial impôs um bloqueio fluvial que isolou o Paraguai pelo lado do Rio da Prata.

Este é um dos momentos que, com certeza, De Martino não presenciou. A ilustração desta batalha mostra a semelhança entre a descrição interpretativa de sua obra, publicada na imprensa, e a versão dos oficiais de Marinha: o mesmo discurso. Um destes relatos de homens da marinha parece ter sido captado pelo pintor, onde a fragata Amazonas, em conjunto com os outros navios, é alçada a objeto simbólico na construção da memória e ao qual deve ser dirigida a atenção:

...a Jequitinhonha, o maior navio depois do Amazonas...

...Parnaíba e Jequitinhonha. Encalhada esta, em cuja proa deve seguir, a Parnaíba... marcha em seu socorro...

...é terrível o que se passa a bordo da Parnaíba...

...cadáveres mutilados, canhões desmontados e moribundos que exalavam o último suspiro...

...o Marques de Olinda, que inutilizei...

...terminada a luta magnífica de Riachuelo, Barroso desce na portentosa Amazonas e fica de frente do Laranjal de la Torre.⁴

Estes detalhes são relatados na descrição jornalística quando da exposição de suas obras no Salão Imperial do Teatro São Pedro de Alcântara, em 1871, como incorporados ao quadro “O Combate Naval do Riachuelo”.

“[...] lembra imponentemente a hora solene do triunfo para as armas brasileiras, ocupando lugar de honra, sobre o qual convergem todas as atenções a vista, o Amazonas metendo a pique os vapores paraguaios.

Ao lado direito do painel vê-se o Jequitinhonha encalhado; mais ao longo o Parnaíba, o Marquês de Olinda inteiramente dilacerado e os mais navios a quem coube o mais importante papel nessa memorável e gloriosa ação naval.

É digno de reparar o modo porque o pintor combinou a viveza

de tintas e a moleza das sombras, revelando ao mesmo tempo uma tal certeza matemática nas combinações dos planos e das distâncias, que causou ilusão completa aos olhos antes aos quais parece estar em movimento tudo, principal e acessórios.

Os navios são além de tudo, pintados com rara exatidão: o mais sutil segredo da arte náutica não escapou ao pincel estudioso e elegante do Sr. de Martino.

As nuvens aglomeram-se ao fundo, alvas entre nesgas de horizonte azul, e levemente colorida nos confins do firmamento pelos últimos reflexos do dia fugitivo.

As barrancas sobre as quais lançam-se os paraguaios espavoridos, acompanhados pela metralha e pelo fuzil dos nossos marinheiros: os inimigos bracejando na água revolta com o desespero supremo, a figura heróica e calma do Barão do Amazonas sobre a caixa de roda do seu triunfante navio; os tons diferentes e naturalíssimos de água; a diversidade opulenta dos acessórios, que se perdem até o nevoeiro, do último plano do quadro, são pinceladas de mestre e de talento criador.

O Sr. Edoardo de Martino tomou à ombros uma empresa difícil e levou a cabo com maior inspiração e método possíveis.

Pode-se notar talvez dimensões sensivelmente pequenas nos figurantes do painel: oficiais, soldados, combates preparados em relação aos navios quase que não ferem a vista. Isto porém, cairia de todo desde o momento em que fosse bem considerado o pensamento primordial do pintor. O grande personagem da celebrada ação de Riachuelo foi o Amazonas. Sobre esse navio ativo e ousado é que devem ser dirigidas as atenções principais, e em um quadro de marinha o navio ocupa o primeiro lugar. Além disso, a tela não comporta maiores larguezas.

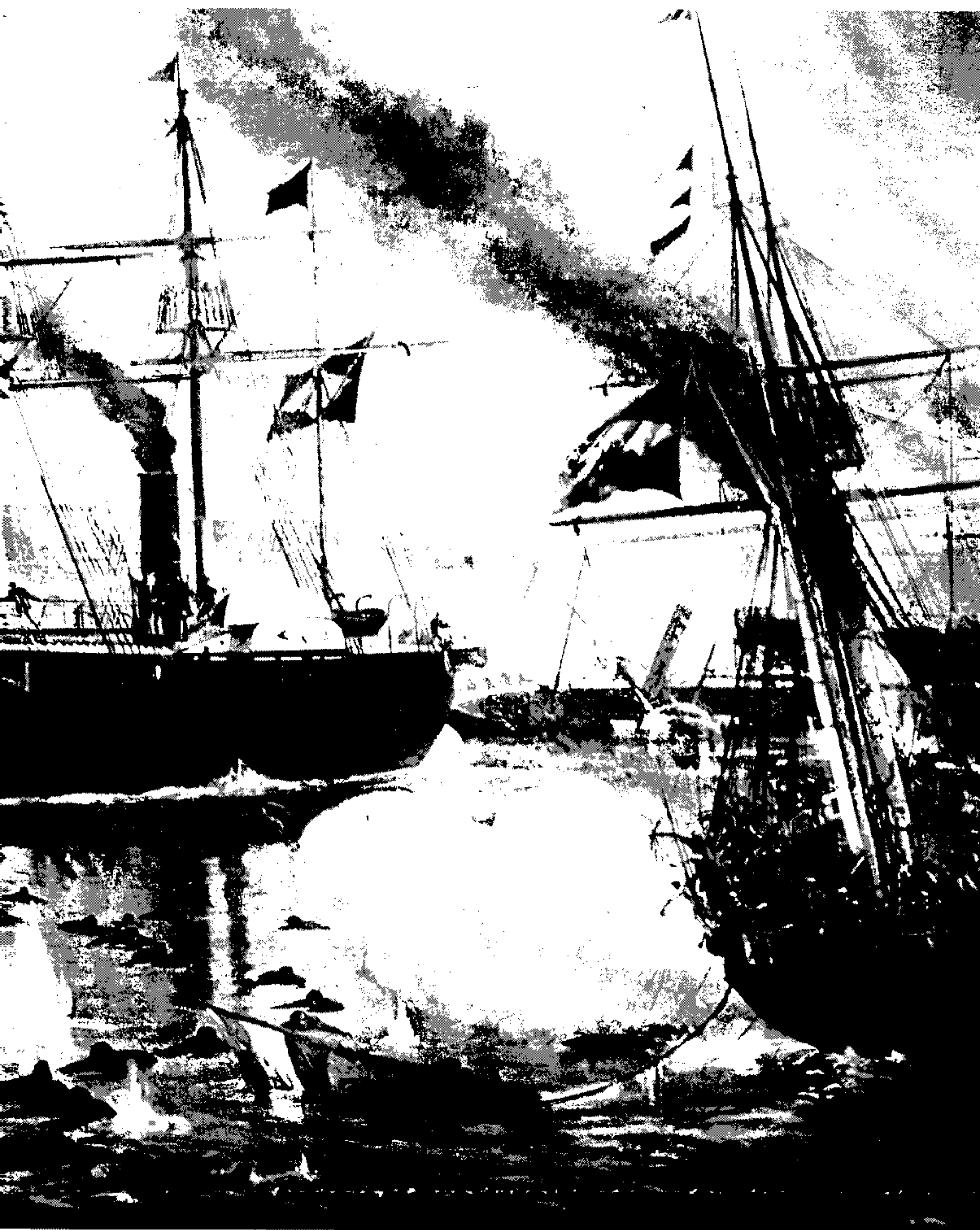
A impressão que causa esse trabalho é viva e penetrante. Sente-se de todas aquelas modificações de tintas admiravelmente combinadas, subir como que um fogo, um movimento, uma expressão enérgica de irresistível atração.”

Seguindo uma ordem cronológica dos acontecimentos, o quadro “Bombardeio de Curuzu” ilustra um dos combates realizados no ano de 1866, com o desembarque aliado no sul do Paraguai, uma ação combinada entre a Marinha e o Exército que culmina com o desastre de Curupaity, paralisando a contra-ofensiva aliada. Esta tela, embora sem indicação de data precisa, confirma também que De Martino aí não estava presente. Observa-se uma curiosidade: no plano dimensional, esta tela projeta um distanciamento – uma abertura – do plano da tela “Combate Naval do Riachuelo”, tratando-se aparentemente do mesmo cenário, ampliado. Evidentemente, os tipos de embarcações e suas posições fazem a diferença. Mas o objeto é o mesmo, cenas de uma armada poderosa e triunfante, avançando sobre terras e homens paraguaios para tomar-lhes as bandeiras, troféus de guerra.

Os dois quadros seguintes, “Abordagem do Encouraçado Barroso e Monitor Rio Grande do Sul” e “Abordagem dos Encouraçados Cabral e Lima Barros”, ambos pintados em 1868, referem-se a episódios dentro do conjunto de operações da Campanha de Humaitá (1867-1868). Os dois quadros, que marcam a tendência de De Martino de pintar ambientes noturnos onde há presença constante da luz do luar, fazem pensar na figuração da beleza da paisagem para o pintor; sugerindo também que a luz necessária para clarear o combate é a mesma luz que ilumina as telas nas salas de exposição, numa corte ainda iluminada a gás.

Uma outra tela que sobressai no espaço é o belo e representativo quadro que mostra o lado terrível do conflito: “Acampamento brasileiro no Chaco”. Como descrito no “Diário do Rio de Janeiro”, esta pintura dá a idéia do sentimento cristão digno de um país civilizado, numa carga dramática que projeta não só o sofrimento do inimigo, mas o do soldado brasileiro triste e respeitoso. Pintado depois do fim da Guerra, o quadro reporta o aspecto religioso, presente também na Guerra, ressaltado pela presença dos dois capuchinhos.

“A tela consagrada ao Chaco comemora um episódio cheio de religião e de melancolia. Os paraguaios fugidos de Humaitá e encurralados no Chaco mal suportam os rigores a que se acham reduzidos. Espalham-se no quadro três ou quatro tendas, um mangrullo, feridos que estendem os braços, famintos que desfa-



Combate naval do
Riachuelo (detalhe)
óleo sobre tela
Edoardo De Martino,
1870
Museu Histórico Nacional

lecem e mortos estendidos na planície. Os dois frades capuchinhos que acompanharam o exército imperial fazem os últimos sacrifícios da religião junto aos corpos dos infelizes.

Um dos frades lê a oração última no breviário, o outro deixa cair a água santificada no moribundo. A luz do archote que os aclara é de um efeito prodigioso: dir-se-ia que corre fumaça da resina incendiada. Atrás do frade, encostada à espingarda, com a fronte baixa, triste e respeitosa, está a figura da sentinela. Ao longe, no fundo do quadro, aparece a lua entre nuvens, refletindo a água do rio, e de sinuosidades em sinuosidades dando a cada grupo o seu aspecto essencial. É esse um dos primores, senão o maior primor, da excelente obra. Nenhum acessório escapou à musa fértil e largamente poética do artista. Com raríssima habilidade em jogo da perspectiva e das sombras, foi elevado junto aos frades um grupo de árvores, que fazem contraste com a luz sanguinolenta e baça do archote e com os reverberos suaves da lua, que ilumina o segundo plano.

Sente-se uma impressão profunda em face deste tão inspirado quanto corretamente desenvolvido trabalho. O poeta e o pintor associaram-se pela imaginação.”⁶

Mais uma vez esta cena se repete, num quadro denominado “Cenas do Gran Chaco – Os capuchinhos enterrando os Mortos”, que, segundo consta, pertence ao acervo do Museu de Arte do Rio Grande do Sul. A Memória da Guerra não enaltece só a glória e o triunfo, também envolve o culto à honra e à coragem daqueles que sofreram e morreram pela Pátria. O soldado desconhecido estava nas telas. Monumento aos mortos.

A pintura de De Martino mostra por trás da vitória um ambiente soturno caracterizado na imagem de submissão dos derrotados às forças imperiais. Nota-se a descrição do ato piedoso e cristão do vencedor pela atuação dos padres capuchinhos. Esta tela, de características religiosas, vem comprovar e demonstrar o ritual de cristandade nos campos de guerra, onde “todos os domingos havia missa às 9 horas no acampamento brasileiro. Formados em colunas, os soldados se ajoelhavam, com a cabeça descoberta e as armas voltadas para o chão. Quando o sacerdote levantava a hóstia as cornetas tocavam e as bandas iniciavam o hino nacional”.⁷

Ao fazer este breve percurso, se nos colocássemos diante de cada quadro, qual seria nossa percepção? O fenômeno político da Guerra está iluminado pelo imaginário. O espetáculo visual torna desnecessárias as palavras. Seja no “Combate Naval do Riachuelo”, no “Acampamento no Chaco”, ou no “Bombardeio de Curuzu”, está formulada uma história idealizada a serviço do poder. O Império e o Imperador garantem a ordem e a passagem para o mundo civilizado. A ordem era a modernização e para isso a Guerra contribuía com o seu destino civilizador, desprezando seus horrores numa sociedade machucada embora orgulhosa de um conflito sangrento.

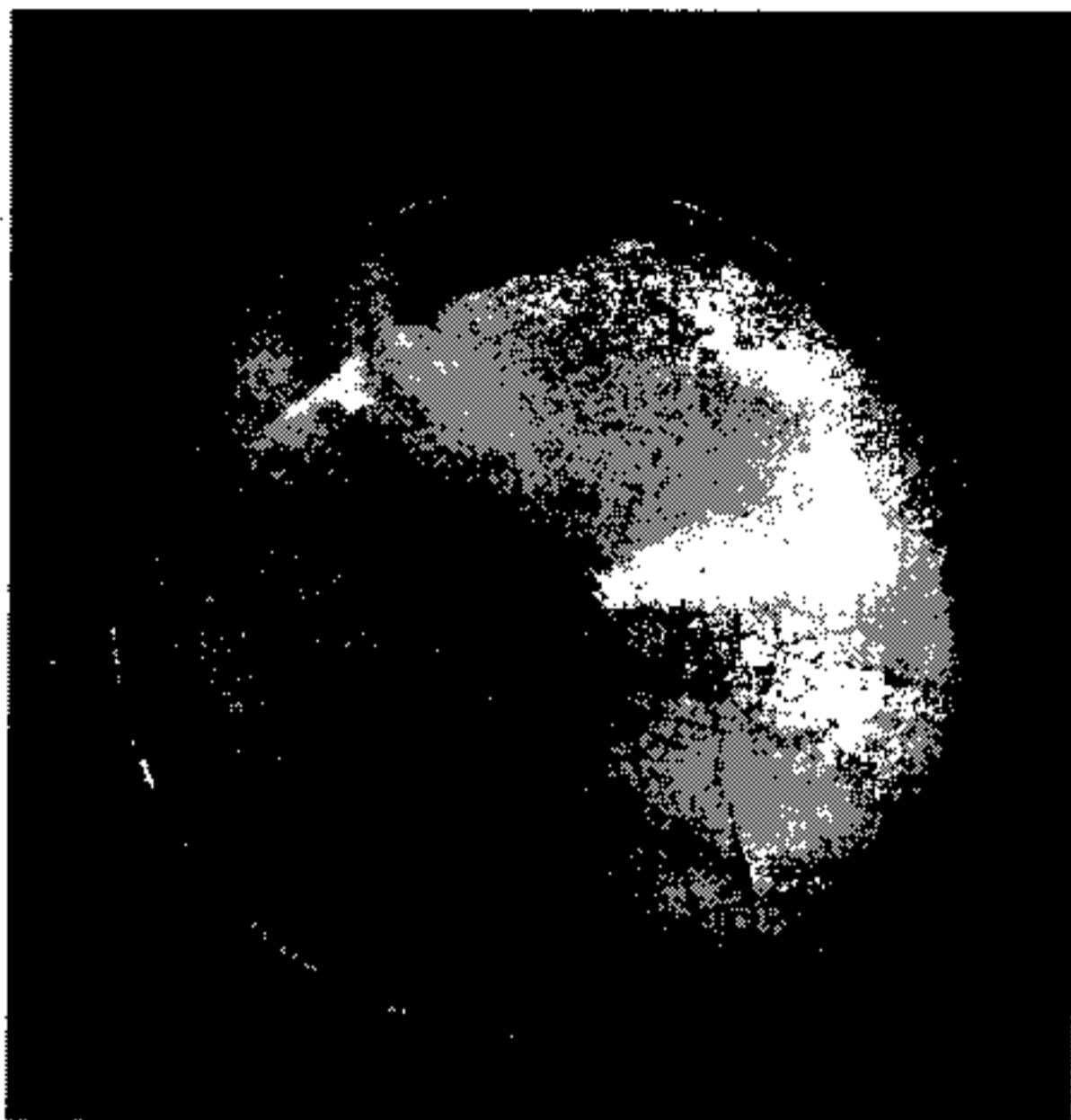
Os governados são os espectadores das imagens de uma Nação “poderosa” - termo que não combinava com a realidade social. Os quadros operam como meios de comunicação e esta realidade social não pode estar presente neles. Veja o imenso quadro de Pedro Américo, “Batalha do Avañy”, exposto no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, que se reporta ao evento da Guerra do Paraguai. Embora ao contrário de De Martino, mostra com maior precisão o vulto humano, mas não detalha em momento algum a figura do negro.

O que pensam grande parte das pessoas que hoje vão não só ao Museu Histórico Nacional, mas ao Museu Nacional de Belas Artes, e se postam diante de uma pintura histórica ou de um espaço representativo da Memória nacional? Seja numérica seja ideologicamente, não podemos fazer uma analogia com a multidão do século XIX. Hoje, o Museu, ao realçar a Memória Nacional através deste espaço, procura fomentar a compreensão e o conhecimento de um tempo que significava sentimentos profundos de pertencimento a uma Nação e a um

Povo. A obra de De Martino dá forma a este elo. A arte, definindo-se como instrumento de dar vistas a História, soube dar conta do imaginário.

NOTAS

1. LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas : Ed da Unicamp, 1996.
2. BRASIL, Museu Nacional de Belas Artes. Documentos da Academia Imperial de Belas Artes
3. BRASIL, Museu Nacional de Belas Artes. Anotações anexas à palestra do CMG Max Justo Guedes no Serviço de Documentação Geral da Marinha. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes.
4. Anotações do livro de bordo do Almirante Inácio da Fonseca apud COSTA, Dídio. *Riachuelo*. Rio de Janeiro : Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1959. A opção por esta descrição não significa que De Martino a tenha tomado como referência. Faço esta observação, uma vez que outras anotações sobre os fatos não fogem da mesma descrição.
5. Diário do Rio de Janeiro. 31 de janeiro de 1871. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro.) Setor de Periódicos, Microfilmes.)
6. Anotações do livro de bordo do Almirante Inácio da Fonseca apud COSTA, Dídio. *Riachuelo... Op. cit.*
7. TORAL, André. *Adeus, amigo brasileiro: Uma história da Guerra do Paraguai*. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.



Taça do tipo Junyao
China, século XII
Coleções M. Calmann - R. Vandier - R. Joppert



Terrina
Serviço dos Pavões
China, era Qianlong 1736-1795
Museu Histórico Nacional



SIMBOLISMO DA CERÂMICA E DA PORCELANA CHINESAS:

Latente (You) e manifesto (Ming) através da
monocromia e da policromia

Ricardo Joppert *

Dedicado ao Imperador SONGHUIZONG

Na longa história chinesa, a atividade de colecionar objetos de arte está atestada já em séculos anteriores aos de nossa era. Em 1976, descobriu-se em Anyang, província de Henan, intacta, a tumba de Fu Hao, consorte do rei Wuding, da dinastia dos Shang, e que data de cerca de 1200 antes de nossa era. Entre outros objetos deste tesouro inestimável, estavam peças de jade do período neolítico, bem como artefatos de outras áreas da China, o que demonstra um sentido de coleção de antigüidades e de arte exótica pela ocupante da tumba. Mas não era pendor isolado. No túmulo do aristocrata Huang Junmeng, que data do século VII antes de nossa era, escavado também no Henan, encontraram-se não só escultura neolítica em jade de uma cabeça humana, mas também um par de discos, igualmente em jade, que são réplicas - contemporâneas do defunto - da peça neolítica anterior. O achado revela assim, a um só tempo, o hábito de colecionar e a recriação artística, com base na antigüidade remota (gênero dito do Fang Gu

* Diplomata. Vice-Diretor do Museu Histórico e Diplomático/Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ.

- arcaísmo, interpretação do passado - cuja voga permanece até hoje). O imperador Han Wudi (140-87 a.C.), por sua vez, fez erigir um pavilhão especial para seu acervo de caligrafia, pintura e bronze.

Com efeito, a China valoriza a atividade de colecionar objetos de arte como um respeito à tradição, que, entretanto, é viva e não se confunde com um conservadorismo esclerosado. A tradição é vista como fonte renovadora, Substância (ti) que deve necessariamente inspirar o exercício funcional (yong) do presente e do futuro. Assim, é o espírito do Fang Gu - arcaísmo.

Não é pois surpreendente que a dinastia dos Song (960 a 1279) tenha sido testemunha de intensa atividade de pesquisa, que levava a escavações, coleta de antigüidades espalhadas pelo Império, catalogações precisas, epigrafia - enfim, a todo um movimento cultural dedicado à recriação, nos padrões da época, de objetos da antigüidade. “Tais estudos [...], durante o período Song do Norte (960-1127), constituem uma das realizações mais espantosas da intelectualidade chinesa [...]; esse conhecimento expandiu-se [...] seis séculos depois [...] e o avanço maior posterior só viria no século atual, com o advento da arqueologia moderna [...]”¹ As coleções de arte, na China, têm um poder simbólico que age sobre a psique de todo o povo: sacralizam a legitimidade de uma missão, quer seja ela do Governo do país, da educação coletiva ou individual ou da transmissão de uma verdadeira linhagem cultural ou espiritual.

A posse da arte manifesta, em suma, o conceito de Dao Tong: “transmissão do caminho (dao = a verdade absoluta) dos reis/sábios da Alta Antigüidade”.

A lição chinesa seria a da valorização do patrimônio cultural, com o objetivo de contribuir para a elevação espiritual do povo. E, através da divulgação de coleções, públicas ou privadas, o encontro de afinidades. “Quando as pessoas extraordinárias e as obras excepcionais se põem em harmonia, o modelo ideal da Humanidade oferece-se, então, ao mundo”, escreveu, no século XI, Liu Jing, fino letrado. E Henri Focillon, em *Vida das Formas*: “[...] a uma certa ordem de formas corresponde uma certa ordem de espíritos [...] somos necessariamente conduzidos à noção de *famílias espirituais* [...] vê-se assim que se reconhecem entre si e se chamam uns aos outros os homens da mesma

têmpera [...]; [é] o jogo [...] das afinidades de eleição no mundo das formas [que] se exerce [...]. Cada homem é, logo de início, o contemporâneo de si próprio e de sua geração, mas é também o contemporâneo do grupo espiritual de que faz parte [...], esses ancestrais (espirituais) e esses amigos são, não lembrança, mas presença [...] assim explica-se particularmente o papel dos museus, no século XIX” (que nada mais eram, naqueles primórdios, que coleções particulares mais amplas): “[...] *ajudaram as famílias espirituais a se definirem e a se ligarem, além do tempo e além do espaço [...]*”.²

É dentro do espírito de valorização do acervo artístico para contribuir, através da apreciação estética com pleno conhecimento de causa, para uma melhor aproximação entre pessoas afins, que julgamos pertinente o trabalho a seguir. Através da análise de exemplos significativos - o primeiro, peça única em coleção particular; o outro, um grupo homogêneo em instituição pública, ambos no Brasil - penetrar no circuito fechado da arte da cerâmica e da porcelana chinesas, que, desde o Descobrimento, participam tão ativamente da vida quotidiana brasileira e são hoje, portanto, *lastro cultural* nosso.

O primeiro dos exemplos abordados é uma taça de grés ressonante do tipo Junyao, do século XII. Esclareça-se que, para os chineses, emitir som é a fronteira que separa a cerâmica (tao) da porcelana (ci). O objeto tem corpo acinzentado, tornado avermelhado em áreas não recobertas de verniz, azul-celeste monocromático realçado por zona violeta-púrpura, e que forma desenho abstrato na borda interna da taça. Pertenceu à prestigiosa coleção Michel Calmann, hoje no Museu Guimet, em Paris. A taça é um dos raros objetos do acervo do grande colecionador ainda em mãos particulares; certamente é a única no Brasil. Michel Calmann presenteou-a à Nicole Vandier-Nicolas, grande sinóloga francesa, no início da década de setenta. Em 1987, com o falecimento da senhora Nicolas, a peça passou, em legado, ao autor do presente artigo, seu aluno, em cuja coleção permanece até hoje.

O segundo exemplo analisado é representado por grupo homogêneo de três peças (terrina, travessa e pequeno prato), policrômicas, em esmaltes da “Família Rosa”, remanescentes do célebre “Serviço dos Pavões”, da era Qianlong (1736-1795), que teria pertencido a D. João VI e foi incorporado ao acervo brasileiro em consequência da

Transmigração da Família Real, em 1807/1808. Pertencem ao Museu Histórico Nacional, onde as peças receberam os números SIGA 262 e n.º do tombo SIGA 118 (travessa) e SIGA 3.573 (prato).

Em conjunto, a peça única monocromática do século XII e o grupo de objetos policrômicos do século XVIII simbolizam magnificamente o universo em circuito fechado da arte da cerâmica e da porcelana chinesas: a depuração do grés recoberto de verniz azul-celeste, com zona abstrata violeta-púrpura, acha-se em oposição complementar à decoração exuberante, policrômica e realista em esmaltes da “Família Rosa”, aplicados sobre fundo claro: *o aspecto latente* (yin) - etéreo e quase virtual (you) - das essências do mundo integra-se no *aspecto manifesto* (yang) - particularizado, visível e atual (ming) - do mesmo mundo, visto como um todo orgânico de fundo e forma, encerrado em si mesmo, fechado (mas sobre o Absoluto); a que os chineses chamam de *dao*. Abstrato e concreto, sugestão e afirmação, éter e matéria: unidade na multiplicidade - as forças (ling) pelas quais opera o princípio permanente da vida (shen). Eis o profundo simbolismo que se deve esclarecer, para uma melhor adequação do patrimônio brasileiro de cerâmica e porcelana chinesas à sua missão educacional, hoje e sempre.

O Neolítico e o Jade: legado para os grés monocromáticos

Durante o neolítico, na China, como em todo núcleo da humanidade nesse seu período de infância, a cerâmica reinou como um dos expoentes da arte. Do vale do rio Amarelo (sítios do Banpo e Miaodigou I - quarto e terceiro milenários antes da nossa era) ao limiar dos desertos do Turquistão, por onde, mais tarde, passaria a Rota da Seda, na atual província de Gansu (sítios de Majiayao, Banshan e Machang - terceiro milênio a.C.), desenvolveu-se o horizonte cultural de Yangshao, caracterizado por objetos de argila amarelada ou avermelhada, feitos à mão, de paredes grossas, levados a cozer a cerca de 1000°C em fornos de encosta. A decoração, quase sempre na parte superior das peças, era zoomórfica ou geométrica, com movimentos espiralados, utilizando pigmentos minerais negros, vermelhos ou violáceos, traçados por meio de um pincel de ponta afilada, *que era praticamente o mesmo ainda hoje empregado para a pintura e a caligrafia*

dos chineses. Duas alças laterais completam essas peças e dão às urnas troncônicas a sugestão de representarem o ser humano, pois seriam estilização dos braços. Uma tampa em forma de cabeça vedaria tais urnas, que tinham uso não só funerário, mas também doméstico, para armazenamento. A matéria-prima da cerâmica de Yangshao era o “loess” - depósito de sedimentos trazidos por ação dos ventos e que constitui a “terra amarela” da China. A cultura de Yangshao legou-nos assim objetos simbólicos do embasamento de toda uma civilização.

A partir do terceiro milênio antes de nossa era, um segundo horizonte cultural neolítico, o de Longshan, passou a conviver com o de Yangshao. Longshan fazia verdadeira oposição complementar a Yangshao: no campo da cerâmica, legou-nos peças negras, de textura fina, bem cozidas, lustrosas e sem qualquer pintura. Por suas paredes delgadas, os objetos podem ser considerados como os ancestrais da porcelana “pele-de-ovo”, que, mais tarde, iria ser tão apreciada no Ocidente como modelo mesmo da melhor manufatura. Os restos materiais da cultura de Longshan mostram-se estratigraficamente superpostos aos da de Yangshao, no vale do rio Amarelo (sítio de Miaodigou II, o que indica, pois, uma sucessão cultural). Mas a grande expansão desse horizonte cultural ocorreu para leste, para a atual província de Shandong, costeira ao mar Bohai, que separa a China da Coréia.

Irmanado ao global da humanidade na idade da pedra polida, pelos laços naturais da indústria lítica e fabricação da cerâmica, o neolítico chinês mostrou, entretanto, características que lhe foram próprias: a utilização do pincel típico de escrita, que passou aos milênios futuros sem quebra de continuidade, e com o qual se traçavam, sobre certos objetos de Yangshao, os proto-pictogramas ancestrais da escrita e da arte caligráfica peculiares à China; bem como o desenvolvimento das técnicas de polimento lítico no sentido de reconhecer o jade como pedra das pedras, substância fundamental, onde, acreditam os chineses, pode-se ler as chaves da lógica das leis de organização do mundo.

Com efeito, por intermédio de um pincel de pelo animal, afilado na ponta, e cujo tufo se deixa impregnar pela tinta negra, liberada com maior ou menor intensidade de pressão, traçaram os chineses, no dis-

tante neolítico, grafismos (marcas de oleiro? siglas de clãs?) que já dão os elementos básicos da língua gráfica (wenyan: “o dizer pelas grafias”) que iria estabelecer-se como escrita ritual por volta de 1.500 antes de nossa era. Esse pincel (bi), tão maleável, imprime aos grafismos e desenhos sobre as urnas neolíticas o impulso da vida: milênios depois, se contemplados, traduzem o movimento dos dedos do executante e deixam-nos ainda participar do ritmo da ação do manejo, efemeridade eternizada pelos pormenores dos traços, que registraram a integral energia do momento criativo.

“Ritmo célere de um vôo, rapidez no movimento e instantaneidade da inspiração”, assim descreveu Nicole Vandier-Nicolas o trabalho do pincel chinês de escrita.³ Por outro lado, o neolítico chinês marcou o início de um processo de observação e valorização do jade, que se estende, igualmente sem quebra de continuidade, até nossos dias. Por isso, muitos especialistas prefeririam chamar de “Idade do Jade” ao neolítico chinês.

Num primeiro tempo, deu-se atenta observação da pedra ordinária: era necessário, para as lides diárias, conhecer a estrutura lítica interna, a fim de que o instrumento principal de que se valia o *homo sapiens* de então pudesse atingir rendimento a nível ótimo. Como escreveu Léon Vandermeersch (1977/1980): “[...] a praxis chinesa [...] começa pela pesquisa da estrutura conformativa da realidade exterior [...], estrutura à qual deve adaptar-se [...] toda forma [...]; o paradigma do raciocínio é o trabalho do lapidário, que pesquisa as disposições internas da pedra [...]”⁴ Concluiu o ilustre sinólogo francês que a civilização chinesa estaria, desde os primórdios, marcada pelo “Espírito da Lapidagem”. “Tanto é assim que o *Logos* chinês, o Princípio de Inteligibilidade do mundo, define-se pelo picto-ideograma LI, cujo significado primeiro é, justamente, o ordenamento da trama de veios internos do jade e das pedras que lhe são análogas. ‘Esplendor de forma, que é resplendor de substância’, dizia Mme. Vandier-Nicolas [...]”⁵. Jade (chinês: *yu*) é a designação geral de dois tipos de minerais, com características de pedras preciosas, que compartilham certas qualidades físicas mas são quimicamente diversos: nefrita, do grupo dos anfibólitos, formado de cristais fibrosos que se entremeiam; e jadeíta, do grupo dos piroxênios, constituída de cristais granulares que se en-

trelaçam. A coloração da nefrita varia do branco leitoso ao cinza (predominância de silicatos de cálcio e magnésio), mas estende-se ao verde, amarelo e amarronzado (quando há presença de ferro em substituição ao magnésio). A melhor jadeíta, de verde esmeraldino intenso, deve esse tom a partículas de crômio, mas aparece também em tons que vão do branco ao amarelo, laranja-avermelhado e até ao lavanda. O jade arqueológico chinês é sempre a nefrita; a jadeíta só passou a ser empregada a partir do século XVIII. A nefrita apresenta uma superfície de brilho opaco, de aparência untuosa; a jadeíta mostra textura vítrea e é transparente ou semi-transparente.

O jade fascinou pela textura, luminosidade, coloração e pelas qualidades de tato e sonoridade. Mas igualmente pelo desafio da estrutura interna: trama de veios, fibrosidade ou granulação dos cristais, exigentes de pesquisa apurada, de intuição do caminho a seguir, “para que, da massa bruta, surja a forma ideal”, já preexistente, predestinada mesmo. O virtual, o latente (you) já presente no que irá manifestar-se (ming) de acordo com uma razão intrínseca (li = *logos*) de concretização, sempre, de antemão, “firmemente determinada” (shen zhuó), como escreveu o Imperador Song Huozong (século XII). Razão compenetrada.

A elaboração filosófica da importância da morfologia *lato sensu*, no ajuste entre fundo e forma da realidade deu-se, é óbvio, em fase de maturidade do pensamento chinês. O início foi, naturalmente, fruto de necessidade prática. Mas o certo é que a matéria lítica representou fator essencial na formação de uma mentalidade coletiva: durante os milênios de sua civilização contínua, a China permaneceu valorizando basicamente a experiência prática: *a imagem sobre a imaginação*. Em suma, fez suprema a experiência da morfologia, o real objetivo sobre a teoria subjetiva. E, há cerca de seis mil anos, os chineses do horizonte cultural neolítico de Hongshan, nas áreas das atuais Manchúria meridional e Mongólia interior (sítios de Niuheliang, Hutougou, Sanxingtala, Dongshanzui) passaram a trabalhar magnificamente o jade, para fins rituais, não-utilitários. Hongshan legou-nos a primeira imagem do Dragão, símbolo fundamental da civilização chinesa: criatura complexa, com cabeça de javali e corpo serpentiforme, que se enrola, para que a extremidade da cauda toque a

boca. Por suas características, a criatura é hoje conhecida como “Dragão Suíno” (Zhulong). As peças foram encontradas em túmulos, mas também associadas, em templos, à estátuas de argila de mulheres grávidas, ocas, que continham ossos humanos. Ligar-se-iam, assim, ao culto da fertilidade. Tais representações de ancestrais femininas seriam a forma primitiva de Hou Tu, a Soberana Mãe-Terra dos tempos já históricos.

Uma outra representação do Dragão (sítio de Sanxingtala: Ongniud Qi) mostra-o mais delgado, muito semelhante à imagem do animal mítico que nos chegou. A simbólica do Dragão Suíno de Hongshan evoluiu, ao combinar os dois tipos - de maneira comprovada pela Arqueologia -, para uma síntese que se integra num complexo persistente portanto até nossos dias. Através do mito de um ente associado à colheita (os suínos ligavam-se ao trovão, que anuncia as chuvas da primavera), representado em jade, substância que “irradia calor” em superfície “untuosa e densa” (runze) e responde ao tato como “fonte de energia” (lingquan), o Dragão Suíno afirmava-se, para aquelas populações, como símbolo de vida.

Praticamente em todo o território chinês atual, o neolítico trabalhou o jade e deixou-se levar por sua magia. Na região do baixo rio Yangzi, a cultura de Liangzhu (3400 a 2250 a.C.) desenvolveu, em técnicas elaboradíssimas de escultura e polimento, outras formas que iriam permanecer nos milênios seguintes: o disco BI, perfurado no centro, visto como símbolo do céu; e o tubo de paredes exteriores quadrangulares ou retangulares, cilíndricamente oco no interior, CONG, que veio a representar a Terra na cosmologia. O jade, em Liangzhu, era também de uso ritual e funerário; marcava o *status* do defunto, visto como “divindade que conectasse a terra à forças cósmicas”. Sem gramática decorativa marcante, os discos BI apresentam todavia por vezes tênues motivos incisos que sugerem um culto cósmico centralizado no Sol. Os tubos CONG, além destes mesmos temas, mostram nítidos desenhos em relevo ou incisão que representam figuras antropozoomórficas de divindade ancestral e do totem animal, em íntimo processo de mútua transformação.

O fascínio pela pedra de magia, veículo de forças espirituais, levou a China a uma verdadeira “reverência pelo jade” (chong yu). Há

cerca de 36 séculos, idealizaram os chineses atingir, na arte da cerâmica, um sucedâneo do jade natural. Obcecados pela energia essencial (jing qi), que, acreditavam, se transmitia através do jade, imaginaram captá-la igualmente capturando, pela argila, a cor verde-azul do jade. Entretanto, como cedo descobriram, a coloração não poderia ser transposta para um corpo de cerâmica friável, levado a cozer em temperatura baixa (terracota). Observaram porém que uma espécie de argila oriunda do granito decomposto permitia a fabricação de objetos de cerâmica dura, impermeável, capazes de serem recobertos de um verniz à base de feldspato, matéria oriunda de rochas ígneas e que contém alumina e sílica. Pela presença de uma certa proporção de óxido de ferro (de 1% a 3%) o verniz feldspático torna-se, pelo cozimento, esverdeado. Estava criado o ancestral do grés verde-azul que conhecemos, no Ocidente, como “céladon”. Em chinês, diz-se “qing ci”: grés da cor qing, “o aspecto dinâmico do azul” (Xunzi. Séc. III a.C.) O azul do éter atmosférico tem sua contrapartida no verde-azul dos oceanos e dos lagos; o jade representa o estado cristalizado do éter e dos mares...

A Dinastia dos Song (960-1279), o Taoísmo Renovado e seu Papel na Tradição. O Imperador Song Huizong.

O grés monocromático verde-azul continuou a desenvolver-se ao longo dos séculos, e a familiaridade com o jade antigo é essencial para compreendê-lo. Durante a dinastia dos Tang (618-907), foi incorporado ao ritual do chá, bebida considerada como dotada de grande energia espiritual. Foi o apogeu dos chamados “céladons de cor secreta” (mise yao), reservados à corte do reino de Wu-Yue, na China Central, que realçavam a cor da infusão. Durante a dinastia dos Song (960-1279), sob o governo do Imperador Huizong (1082-1135), novo impulso, com os tipos Ruyao e Junyao, sob patrocínio oficial. A arte, na China, é inseparável de um conceito superior de política, pois se quer reflexo da grande ordem cósmica e é via de acesso (dao) à consciência; busca espelhar uma harmonia fundamental que confirma justamente o carisma indispensável ao soberano: é contrapartida dos estados ideais da Grande Paz (taiping) e da Grande União (datong).

Song Huizong permanece como o mais refinado dos monarcas chineses de todos os tempos. Pintor e calígrafo de extremo talento, foi

igualmente colecionador apaixonado: sua busca de tesouros do passado acarretou uma pesquisa de antigüidades que, no século XII, “[...] beirou o que a hoje se chamaria de arqueologia [...]”.⁶ Catálogos anotados de obras de arte foram então organizados. O imperador foi, finalmente, poeta, deixando-nos belíssimos poemas cantados (CI), bem como filósofo, pois legou-nos comentários do Livro de Laozi, sem os quais o Taoísmo talvez não possa ser compreendido em sua essência pura e original. O Imperador Huizong favorecia de modo especial a recriação artística com base na tradição, mas insistia sempre em que se procurasse uma *idéia significativa* (YI), um símbolo (XIANG), atrás da forma aparente das coisas e dos seres. A arte dos Song revelou-se intimista, miniaturizada; sua cosmovisão foi lapidada ao detalhe. As cores eram discretas e as formas, diluídas.

Os fornos de fabricação do Ruyao foram localizados em 1986, na província setentrional do Henan. Constatou-se que o Junyao tinha lá, igualmente, uma de suas fontes de origem. Ambos os tipos, que se aparentam pela pasta e pelo verniz, destinavam-se ao uso palaciano; eram, portanto, oficialmente patrocinados. De um modo geral, o corpo desses grés ia do amarelo-cinza à cor de camurça ou ao branco acinzentado e tornava-se avermelhado nos locais não recobertos de verniz, cujas nuances cromáticas se situavam em torno do verde e do azul. Pela primeira vez, na cerâmica chinesa, as fendas de craqueluras (resultantes da diferença no coeficiente de dilatação entre o corpo e o verniz no momento de esfriamento) foram usadas de maneira significativa: evocam os veios internos que, nas pedras e principalmente no jade, indicam o Caminho (DAO) da morfologia natural. A monocromia dos “céladons” pertence ao Mundo das Essências que jazem, virtuais, “[...] antes da manifestação da vida particularizada. Universo latente (YOU): “[...] além das alternâncias sazonais do vento e da chuva, do trovão ou do orvalho, além mesmo do curso regular dos astros, estende-se a imensidão sem fronteiras do verde-azul (CANG-CANG) [...]”⁷. É o sutil jogo entre matéria e espírito, a fronteira entre ausência e presença.

Se o Ruyao mostra monocromia pura, o Junyao apresenta, sobre o verniz verde-azul, zonas de violeta-púrpura (causadas por gotas de óxido de cobre pingadas no líquido de vitrificação, onde domina o

óxido de ferro). Os efeitos cromáticos de tais áreas poderiam ser comparados com os desenhos do abstracionismo expressionista da pintura ocidental do século XX.

Muito se tem conjeturado sobre o simbolismo de tais manchas do Junyao. A teoria mais atual e convincente vem-nos de James C. Y. Watt, do Metropolitan Museum de Nova York, formulada em "Possessing the Past", obra que acompanhou a Exposição dos Tesouros do Museu Nacional do Palácio, de Taipei, nos Estados Unidos. Watt sugeriu que os efeitos coloristas do Junyao evocariam "[...] as névoas violáceas ou púrpura vistas pelos taoístas como emanções que acompanhavam o aparecimento de Taoístas imortais [...]", segundo lendas consignadas na literatura chinesa.

Na verdade o Taoísmo, doutrina atribuída a Laozi, foi importante sob os Song. Para o Taoísmo, existe uma ordem universal fundamental - que equivale à realidade integral - e se caracteriza por uma necessidade lógica que é o poder de realização (de). Trata-se de um processo, um contínuo cósmico (jun), que forças inerentes, imanentes (yin-yang), impelem sempre a um desenvolvimento sem interrupção: a "mola" interna, ou "potencialidade dinâmica permanente" (ji) do processo decorre da estrutura mesma da realidade e articula-se numa alternância entre movimento (dong) e repouso (jing), entre latente (you) e manifesto (ming). Dentro desse raciocínio, nenhuma necessidade há de intervenção de um Criador supremo. O processo é a única realidade e, em sendo absoluto, regula-se a si próprio. Independente do espaço-tempo age, todavia, no espaço-tempo. A ordem do mundo, em consequência, pode exigir que, em determinadas ocasiões, o Céu (tian) tome o rumo (dao) da forma humana, para ajustar situações que possam irremediavelmente comprometer a lógica do contínuo. O pensamento antigo já admitia uma divindade antropomórfica - o "Supremo Augusto": Shang Di - com o qual, acreditava-se, era possível comunicar-se, através de toda uma série de ritos. A dinastia dos Song identificou o "Imperador de Jade" (Yu Huang), figura central do panteão taoísta, ao "Supremo Augusto", realizando o sincretismo das crenças da Antigüidade. O Taoísmo dava ênfase à meditação e ao ritual, com objetivo de comunicações visuais com as entidades desse panteão. Igualmente, certos fenômenos meteorológicos, como as nuvens e as névo-

as, eram vistas como expressões de significados esotéricos que o mundo espiritual transmitia aos humanos, através de configurações e colorações específicas, que podiam ser interpretadas. Os monarcas das dinastias deixaram-se influenciar por tais visões, que lhes vinham sob roupagens oníricas e de êxtase. A história registra, por exemplo, uma dessas manifestações da entidade taoísta “Venerável Celeste” (Tian Zhen) ao Imperador Huizong, em 1113. Tais divindades terminaram por identificar-se aos ancestrais dinásticos, fortalecendo a noção de legitimidade da casa real dos Song. A nova hermenêutica Song considerava assim tais figuras mitológicas do passado remoto da China como “daimon” (intermediários) entre ancestrais e descendentes, consolidando a tradição dentro da mais pura idéia da “Sucessão do DAO” (o Absoluto), garantida por uma linhagem espiritual de monarcas. Tal embasamento lendário é essencial para a compreensão da cerâmica Song, como se verá a seguir.

A Taça Junyao das Coleções M. Calmann - V. Nicolas - R. Joppert. O Simbolismo do aspecto latente (you) do processo vital.

O objeto é típico do grupo Junyao do início do século XII (reinado de Song Huizong). Mede 18 cm de circunferência na borda superior e 7 cm de altura. Apresenta um reforço (trabalho nitidamente chinês: liuding) de cravos de ferro em local onde ocorreu, no passado, um trincado. Uma etiqueta colada à superfície externa indica, em datilografia, seu número na Coleção Michel Calmann: 6-31-70-7(?), bem como o nome do *connaisseur* e seu endereço: “65 Rue Pergolese 75 Paris (16) France”. À mão, M. Calmann escreveu, em tinta vermelha: “Pour Mme. Nicolas-Vandier”.

A pasta é de grés cinza-amarelado, tornado marrom-férreo junto à base (oxidação na fase do esfriamento). Pincelada de tinta negra atravessa cerca de metade do centro da base. O corpo apresenta-se recoberto, a até cerca de 1 cm da base, por espesso verniz azul-celeste mate, opalescente, difusor da luz, onde o verniz, por denso, sofreu contração, pequenos pontos negros em depressão mostram o corpo e são sinais de autenticidade. A extremidade inferior da zona vitrificada mostra-se amarronzada (oxidação). O azul é consequência da presença

de fosfato de ferro, o que permite a classificação do objeto como “céladon”, segundo Koyama e Leach. Se examinado sob lente, o azul mostra não representar um campo compacto: sob ele, há uma base tonal de branco-acinzentado, onde o azul parece flutuar. O verniz rareficou-se em torno da borda superior, deixando visível o corpo acinzentado, mas coagulou-se irregularmente a pouca distância da base, eternizando a efemeridade do gesto do oleiro, há oito séculos, no momento em que imergiu o objeto no líquido de vitrificação: “[...] como o verniz é basicamente uma forma de vidro, não se trata, em termos técnicos, de sólido e podemos imaginar que há um movimento descendente, através do tempo [...].”⁸ A superfície mate, de azul-celeste, nebuloso, é recortada por uma teia de craqueluras negro-violáceas que formam traçados evocativos de “pinças de caranguejo”. Contempladas em perspectiva diagonal, as linhas externas de uma borda ajustam-se perfeitamente às linhas internas da outra, em fluxo contínuo (jun, expressão da obra taoísta Liezi, século III a.C.) Perto da borda interna da taça, vê-se desenho abstrato - evocativo, diriam alguns -, de um peixe, que forma uma condensação nebulosa de violeta e púrpura. Como já foi citado, Watt interpreta esse tipo de mancha como símbolo das nuvens que anunciam a chegada de Imortais taoístas. A idéia encontra fundamento em textos literários, dentre os quais o Guanyinzi, obra taoísta antiga, cujo texto original já teria sido perdido na dinastia dos Han (206 a.C. a 220 d.C.), mas da qual possuímos versão posterior. Yinxi era Guardião do Passo de Xiangu, hoje identificado com o sítio de Louguantai, a cerca de 70 km de Xi’An, no Shaanxi, onde ainda existe conglomerado de templos taoístas. Laozi, fundador presumido da doutrina, desejava retirar-se do mundo por aquele local. Antes de sua chegada, Yinxi notou que nuvens de violeta-púrpura ali se condensavam. Efetivamente, logo depois apareceu Laozi, montado em boi negro, e deixou ao Guardião o seu livro, base do Taoísmo e mais tarde conhecido como “Daodejing” (“Livro do Absoluto e de sua Manifestação Energética”). Segundo certas lendas, Laozi dirigiu-se para o Ocidente, “onde iria tornar-se o Buddha, para converter os bárbaros”.

Reflexos da tendência de interiorização da época Song, os monocromos, de sutis tonalidades que se adentram no verniz, simbolizam, pela cor verde-azul, “[...] o nível mais etéreo do sensível, no

limite do perceptível e abrindo para as profundezas do Infinito [...]”⁹ No mundo em circuito fechado da cerâmica e da porcelana chinesas, podemos vê-los como associados às essências (wu) que se acham latentes (you) no processo vital, mas determinam e governam o rumo do manifesto (ming). Por suas manchas nebulosas de violeta-púrpura, flutuantes no azul de verniz, as peças do tipo Junyao evocariam a hermenêutica taoísta que prevaleceu no período Song do Norte (960-1127), um dos mais ricos, artisticamente falando, da História da China, sob a inspiração do Imperador Huizong, o mais refinado dos monarcas.

A partir do século XI, uma região da China central - Raozhou, na parte setentrional da atual província do Jiangxi - testemunhou os primórdios dos fornos de porcelana de Jingdezhen (grafia antiga: Ching-te chen), que iriam marcar essa indústria chinesa até nossos dias. Mas a filosofia de Jingdezhen era diversa da que inspirara a manufatura dos “céladons” monocromáticos. O corpo passou a ser de argila branca, por ser livre de impurezas como o ferro, oriunda da encosta de Gaoling, nas proximidades, associada a um material feldspático derivado das rochas ígneas, o petuntse (chinês: baidunzi, “tijolinhos brancos”). O Gaoling (caulim) é matéria refratária, não-fusível. É o petuntse que, por dissolver-se, vai circundá-lo, possibilitando a argamassa da estrutura da porcelana verdadeira, no sentido ocidental, translúcida. “Ossos e carne” da porcelana, dizem os chineses. Sobre esse corpo de pasta branca, vão os chineses de Jingdezhen colocar, num primeiro tempo, uma vitrificação azul muito clara, transparente, que caracteriza o tipo Yingqing ou Qingbai (“Sombra de Azul” ou “Branco Azulado”). Mas é a pintura em azul-cobalto diretamente sobre o corpo e sob o verniz - técnica oriunda do Oriente Médio -, que irá, mais tarde, direcionar Jingdezhen para uma policromia em esmaltes de motivos evocativos da efemeridade da vida em processo manifesto: flores e plantas, personagens em atitude de momento, dragões que explodem em relâmpago de energia. Mundo em cores sobre fundo branco, em oposição complementar à monocromia etérea dos “céladons”, a exuberância cromática da policromia vai fechar o circuito vital descrito pela cerâmica e porcelana da China: latente e manifesto completam um processo vital que vai da raiz (ben) aos galhos (mo) dos fenômenos, da estância subjacente (wei) à eclosão de superfície (ming), do virtual ao atual...

Foi justamente a porcelana azul-e-branca do período Ming (1368-1644) de Jingdezhen que primeiro fascinou o Ocidente, trazida por Vasco da Gama (1499), que a adquiriu em Calicute, nas Índias. Desde a viagem de Cabral, achou-se o comércio de porcelana chinesa firmemente estabelecido em Lisboa. No Brasil, a porcelana já era muito valorizada nos séculos XVI e XVII e constava dos inventários de Maria Gonçalves (1599), Melchior Carneiro e Diogo Machuca (1613).

Não seria excessivo lembrar que a denominação “Companhia das Índias” é genérica (as “Índias” eram o Oriente como um todo); na verdade, designa louça fabricada na China (e, em menor escala, no Japão), embarcada para a Europa, geralmente via Brasil, em navios das várias empresas de comércio criadas para assegurar o intercâmbio com o Oriente. Azul-e-branca no início, tornou-se eminentemente policrômica mais tarde. Nos primórdios, a decoração pouco se distinguia da usada para consumo chinês, mas gradualmente se desenvolveram padrões ao gosto europeu, feitas, no Oriente, por encomenda ocidental (“Chine de Commande”). Finalmente, serviços completos de mesa, com representação armoriada européia foram manufaturados para atender à demanda crescente.

A reação do Príncipe Regente D. João ao Bloqueio Continental napoleônico resultou, como se sabe, na transferência da Família Real para o Brasil, em 1807. As circunstâncias de urgência do embarque não permitiram uma consignação pormenorizada dos bens efetivamente transportados. Brancante registra que desapareceu o arquivo dos Condes de Redondo, administradores da Real Ucharia, que continha a relação minuciosa do que foi embarcado em Lisboa. Jorge Getúlio Veiga ressalta: “[...] o conhecimento sobre essa bagagem - sobretudo no que diz respeito à porcelana - é extremamente falho [...]”¹⁰ Por outro lado, sabe-se que a fazenda Santa Cruz, pertencente aos jesuítas, abrigava aparelhos de porcelana chinesa. E, em 1760, foi a propriedade transformada em Fazenda Real, em consequência da expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, em 1759. O confisco poderia ter acarretado a incorporação da porcelana aos bens da Coroa. Finalmente, os célebres leilões de bens do Paço de São Cristóvão e da Fazenda Santa Cruz (8 de agosto, 20 e 27 de outubro de 1890), após o golpe republicano, não mencionam especificamente porcelana chinesa. Além disso, os arqui-

vos do leiloeiro, Joaquim Dias dos Santos, foram destruídos em incêndios. Presume-se entretanto com fundamento, principalmente em características de estilo e em estudos de Gustavo Barroso, Pedro Calmon e Gastão Penalva, que foram os seguintes os serviços trazidos por D. João VI de Portugal: “Pastores”, “Galos”, “Pavões”, além de serviço de chá com imagens do Príncipe Regente e de D. Carlota, possivelmente comemorativo do enlace matrimonial (1790), mas que também poderia referir-se à assunção à Regência (1792).

O “Serviço dos Pavões” - de que existem de cinco a seis variantes; algumas, peças de reposição, encomendadas do Brasil - pertence caracteristicamente ao tipo da “Família Rosa” (chinês fencai: “cores pulverizadas”) da era Qianlong (grafia antiga: K’ien-long. 1736-1795) destinado principalmente à exportação.

As três peças do Museu Histórico Nacional, escolhidas aqui como modelo dos elementos do serviço trazido originalmente de Portugal, compartilham características comuns. São elas uma terrina, uma travessa ovalada (NOG 918.3, n.º de tombo 51.13) e um pequeno prato circular (NOG 253).

A pasta é de Gaoling ferruginoso (fato comum na louça de exportação); apresentando pois zonas avermelhadas pela oxidação. Sob as bases, saibro aderente ou suas marcas, resultante de contato com o solo no esfriamento. O corpo foi recoberto de vitrificação branca, às vezes ligeiramente esverdeada, com alguns orifícios negros e sobre a qual se aplicaram esmaltes policrômicos; onde predominam tons de rosa, resultantes da presença de sal de ouro precipitado e tornados opacos por adição de óxido de estanho (“Púrpura de Cassius”, introduzida na China em 1719, vinda da Europa - Limoges e Alemanha meridional). O cozimento deve ter-se realizado entre 650°C e 1.000°C. “Acima desse limite, o sal de ouro volatiliza-se e a cor desaparece.”¹¹ Ao esmalte rosa assim alcançado associa-se palheta secundária: azul, verde-malva, amarelo, branco-mate.

Na China, o pavão, a “criatura florida” (hua chong), liga-se à peônia (mudan), que representa o mês de março e a primavera. Um outro nome da peônia é *fugui*, expressão que tem os mesmos sons das palavras “riquezas e honrarias”, de que a flor se tornou símbolo. Nada é gratuito, na arte chinesa: tal decoração do serviço veicula votos de

felicidade. A terrina e a travessa são ovaladas, de contorno octogonal e cantos chanfrados, com quatro festões florais; o pequeno prato é circular, de borda recortada, igualmente com quatro festões: são as características das peças originais do serviço vindo de Lisboa. A terrina apresenta pega, pintada a ouro, de motivo floral (lírio emborcado), circundada de friso de flores-de-lis. Na tampa, quatro ramos de flores, em esmaltes variados, inclusive raro violeta. Friso em “rouge-de-fer”, azul e ouro termina a tampa. As alças são em forma de cabeça de suíno (típicas da era Qianlong), pintadas em coral-férreo. A decoração principal, comum às três peças, baseia-se no tema de um casal de pavões, em meio perfil, sobre pedras escalonadas, de cor cinza (evocativas de monolitos trabalhados pelas marés do lago Taihu, apreciados pelos letrados para jardins e bibliotecas). Os pavões vestem-se de gama cromática da Família Rosa, do verde, azul com pormenores em dourado, “rouge-de-fer”, verde-abacate. Diante das aves, um moital exuberantemente florido: peônias em Família Rosa e doze outras flores menores, dentre as quais um lótus amarelo. Há pontos de vegetação rasteira, mais escura, sobre solo verde-abacate claro. Em torno da base da terrina e no cavado interno da travessa e do prato, frisos de flores-de-lis.

A porcelana policrômica chinesa representa um espetáculo para a visão - de que “é Senhor o olhar discriminante” (limitado ao concreto), no dizer do Imperador Song Huizong (século XII): simboliza o aspecto manifesto (ming) dos seres, das coisas e situações; a vida submissa ao efêmero das circunstâncias do tempo, localizadas no espaço. A porcelana dita “das Índias”, que brilhava em nossos antigos salões, é o ponto extremo dessa arte de excessos. Mas a policromia só se completa através do contraponto da monocromia das essências que estão subjacentes a todo o processo da vida: tais essências são a “mola”, a “potencialidade dinâmica permanente” (ji) das aparências, “o que pode ser atingido, mas não através da visão” (e sim, pelos mecanismos de introspeção), como prosseguiu o Imperador, em seu comentário ao capítulo XIV do livro de Laozi. “A Grande Mutação que ainda não se manifestou, eis o Sopro Vital Infinito (qi)” (em estado virtual), concluiu Huizong, em preclara consciência. Entretanto, para a China, cerâmica e porcelana simbolizam o circuito fechado da vida: latente (you) e manifesto (ming) são verso e reverso - opostos complementares - de uma realidade integral, sempre em processo.

NOTAS

1. WATT, James C. Y. et al. *Possessing the past*. New York/Taipei : 1996.
2. FOCILLON, Henri. *Vie des formes*. Paris : PUF, 1988.
3. VANDIER-NICOLAS, Nicole. *Peinture chinoise et tradition lettré*. Fribourg : Office du Livre, 1983.
4. VANDERMEERCH, Léon. *WANG DAO ou La Voie Royale*. Paris : EFEO, 1980.
5. JOPPERT, Ricardo. *A porcelana chinesa*. Rio de Janeiro : Artlivre, 1985.
6. WATT, J. C. Y. et al. *Op. cit.*
7. JULLIEN, F. *Procès ou Création*. Paris : Seuil, 1980.
8. WATT, J. C. Y. et al. *Op. cit.*
9. JULLIEN, F. *Op. cit.*
10. VEIGA, Jorge Getúlio. *A porcelana da Companhia das Índias nas coleções particulares brasileiras*. Rio de Janeiro : 1986.
11. Idem.



ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE MISSIONAÇÃO DOS JESUÍTAS NO BRASIL

Jorge Couto*

As estratégias de missionação da Companhia de Jesus no Brasil conheceram sucessivas reformulações no sentido de as adaptar às características das sociedades ameríndias das florestas tropical e equatorial e, conseqüentemente, de lhes conferir crescente eficácia.

Podemos distinguir três fases distintas. A primeira, que vigorou até finais da década de cinquenta de Quinhentos, alicerçava-se nos princípios da “conversão pelo amor”, procurando divulgar a mensagem cristã sem interferir significativamente nos padrões de organização econômicos e sociais das comunidades indígenas. A segunda, adotada por volta dessa época, baseou-se na aplicação do “suave jugo de Cristo” aos grupos tribais autóctones, considerado indispensável para viabilizar a ação evangelizadora. Finalmente, a terceira, que se baseava na criação de aldeamentos isolados do contato com os colonos e as autoridades locais e régias, concentrando nos missionários os poderes espiritual e temporal.

Os Primórdios da Missionação

Logo a 1 de maio de 1500, o autor da Carta do Achamento recomendava vivamente a D. Manuel I que enviasse religiosos à Terra de Santa Cruz, a fim de promover a conversão dos aborígenes, sendo a “principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar”¹.

* Historiador. Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal. Presidente do Instituto Camões.

As primeiras experiências de evangelização dos ameríndios brasílicos foram empreendidas por Franciscanos que, no entanto, devido ao seu caráter episódico, acabaram por se revelar pouco frutuosas. Deve-se salientar, contudo, a tentativa efetuada em Porto Seguro, em 1503, por dois frades menores que foram mortos por grupos locais dois anos mais tarde, sendo considerados pela hagiografia cristã como “protomártires do Brasil”².

Após o fracasso dessas efêmeras diligências, verificou-se um longo hiato nas tentativas efetuadas por religiosos no sentido de promover a difusão do cristianismo entre as populações nativas da Terra de Santa Cruz. Com o início do processo de colonização desencadeado pela expedição de Martim Afonso de Sousa, de que resultou a fundação de São Vicente (1532), e posteriormente com a implantação do sistema de donatarias (1534-1536), vários clérigos seculares rumaram para terras brasílicas, do Maranhão a São Vicente, mas dedicaram-se apenas à prestação de assistência espiritual aos colonos³.

Nóbrega, em carta redigida no princípio do ano de 1550, refere-se a uma nova tentativa de evangelização encetada, pouco tempo antes em Porto Seguro, novamente por dois frades menores:

“Estiveram aqui dois Padres de Santo António, que ficaram algum tempo neste Porto Seguro e deixaram muito bom exemplo de si suas virtudes e eram italianos. Mas querendo passar adiante aos Gentios, desejosos de padecer pela fé, perto daqui dez milhas, se afogou num rio [que por esse motivo passou a ser designado por rio do Frade] (que eu próprio agora passei com bem pouco perigo); e por isso o outro voltou a procurar um companheiro. Parece que Nosso Senhor com estes sinais nos chama a nós agora a estas empresas. Queira ele dar-nos as forças e a graça para o servir em toda a parte”⁴.

Somente na altura da criação do governo-geral, D. João III (1521-1557) aproveitou o ensejo para solicitar aos Jesuítas o envio de missionários com destino à Província de Santa Cruz, à semelhança do que já acontecia com o Estado da Índia, para onde tinham partido, a 7 de abril de 1541, Francisco Xavier e dois companheiros (Paulo Camerte e Francisco Mansilhas) que, decorridos alguns meses, deram início aos trabalhos apostólicos da nova congregação no Oriente⁵.

O padre Simão Rodrigues, Provincial de Portugal e co-fundador da Companhia de Jesus com Inácio de Loiola, Francisco Xavier, Pedro Fabro e outros, decidiu inicialmente dirigir ele próprio a missão ao Brasil; mas devido ao falecimento do seu presuntivo sucessor, padre Martinho de Santa Cruz, e às reticências do primeiro Geral, acabou por designar o padre Manuel da Nóbrega (1517-1570), bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, para chefiar o primeiro grupo de inacianos destinado à América. Os seis religiosos, quatro padres (Nóbrega, Leonardo Nunes, António Pires e João de Azpilcueta Navarro) e dois irmãos (Vicente Rodrigues e Diogo Jácome), partiram de Lisboa na armada do primeiro governador-geral, Tomé de Sousa (1549-1553), tendo viajado na nau comandada pelo provedor-mor, António Cardoso de Barros.

Quando os primeiros religiosos da Companhia desembarcaram, a 29 de março de 1549, na Bahia, foram confrontados com a existência de escravos indígenas. Em carta redigida em Porto Seguro, a 6 de janeiro de 1550, o padre Manuel da Nóbrega informava o Provincial de Portugal que no Brasil “a maior parte dos homens tinha a consciência pesada por causa dos escravos que possuía contra a razão”, motivo pelo qual muito poucos podiam ser absolvidos por não se encontrarem na disposição de renunciar aos escravos ilegítimamente adquiridos. O problema tornava-se ainda mais grave pelo fato do povo e dos sacerdotes seculares se oporem às suas tentativas para obter a libertação dos Índios injustamente escravizados. Nóbrega solicitava a intervenção régia no sentido de enviar inquisidores e comissários com o objetivo de “fazer libertar os escravos, ao menos os que são salteados”⁶.

As primeiras preocupações dos discípulos de Inácio de Loiola centraram-se na imposição de normas de conduta aos colonos, nomeadamente através da persuasão individual e de críticas do púlpito às situações de poligamia em que incorriam muitos dos moradores da Vila do Pereira (Velha).

Em 1550, Nóbrega enviou Leonardo Nunes em missão às capitânicas de Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente. Tomou ainda a iniciativa de solicitar ao Provincial de Portugal que mandasse mais Jesuítas para o Brasil e que desenvolvesse diligências junto a D. João III, no sentido de ser nomeado um bispo ou pelo menos um vigário-geral para a cidade do Salvador, de modo a disciplinar o comportamento do cle-

ro secular, pouco conforme com as normas da moral cristã e com o espírito da reforma católica; e a impulsionar a obra de cristianização dos indígenas. Apelou também para que fossem transferidas órfãs para terras brasílicas, a fim de permitir aos colonos constituir legalmente família.

O Superior do Brasil efetuou, entre julho de 1551 e janeiro de 1552, uma missão pastoral à capitania de Pernambuco, acompanhado do padre António Pires, tendo sido favoravelmente acolhido pelo respectivo donatário, Duarte Coelho, e pela generalidade da população, lançando assim os alicerces da presença da Companhia a norte do rio de São Francisco⁷.

Desde 1514 o Brasil estava incorporado à área de jurisdição do bispado do Funchal. No prosseguimento da sua política de solicitar ao papado a criação de novas dioceses no espaço imperial português, D. João III obteve de Júlio III (1550-1555) a ereção da diocese de São Salvador, na Bahia, com jurisdição sobre todo o território brasílico, através da bula *Super specula militantis ecclesiae*, de 25 de fevereiro de 1551, tendo sido nomeado D. Pero Fernandes Sardinha para seu primeiro titular. Concluiu-se, assim, a arquitetura institucional da Província de Santa Cruz no período joanino⁸.

A 22 de junho de 1552 aportou na Bahia a esquadra que transportava o primeiro bispo do Brasil. A chegada do antístite e de alguns membros do seu cabido libertou Nóbrega de muitas das funções pastorais que até então desempenhava informalmente, pelo que ficou mais disponível para se dedicar ao seu objetivo primordial: a conversão do gentio.

Aproveitando a circunstância de Tomé de Sousa partir em inspeção às capitanias situadas a sul da Bahia, Nóbrega embarcou na armada do governador-geral e visitou Ilhéus, Porto Seguro, Espírito Santo, baía da Guanabara e São Vicente, pregando e aprovando a fundação de casas da Companhia de Jesus em algumas dessas regiões.

Na capitania vicentina, solucionou amigavelmente a disputa existente entre Brás Cubas, fundador de Santos, e o colégio local, a propósito dos bens do irmão Pêro Correia, morto pelos aborígenes. Ao verificar que a vila de São Vicente se encontrava muito afastada das aldeias indígenas, decidiu criar uma base que facilitasse o acesso aos Índios do sertão, aos Carijós e ao Paraguai, uma vez que projetava fundar um colégio na cidade de Assunção.

Após transpor a serra de Paranapiacaba, Nóbrega escolheu o planalto localizado entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú, “onde Martim Afonso primeiro povoou”. Este local - distanciado cerca de dez léguas do litoral - tinha a vantagem de se situar nas margens do rio Tietê, um dos principais afluentes do Paraná, permitindo, por conseguinte, o acesso à bacia hidrográfica platina. O superior dos Jesuítas reuniu os membros de três comunidades indígenas que aceitaram o cristianismo e fundou, a 29 de agosto de 1553, a aldeia de Piratininga, confiando a respectiva chefia a Martim Afonso Tibiriçá, morubixaba tupiniquim. Nesse empreendimento contou também com a colaboração de João Ramalho, genro do chefe índio, alcaide de Santo André e guarda-mor do sertão. Conjuntamente com alguns sacerdotes e irmãos oriundos de São Vicente e da Bahia, Nóbrega iniciou a catequese dos Índios, criou uma Escola de Meninos - que confiou ao irmão António Rodrigues - e fundou o Colégio de São Paulo, onde foi celebrada a primeira missa na igreja do novo estabelecimento a 25 de janeiro de 1554.

Em Roma e Lisboa tinham, entretanto, sido tomadas algumas decisões importantes referentes à missão da Companhia de Jesus em terras americanas. Assim, anteriormente a 6 de abril de 1553, Inácio de Loiola elevou a Missão do Brasil à categoria de Província, integrada na Assistência de Portugal, e, por carta-patente de 9 de julho, nomeou o padre Manuel da Nóbrega “Provincial dos Índios do Brasil”.

As Estratégias de Evangelização dos Índios

Uma das primeiras questões que se colocou aos Jesuítas dizia respeito à concepção, generalizada entre os colonos, de que os nativos americanos não possuíam natureza humana. A prática da antropofagia pelos grupos tribais da floresta tropical levou muitos europeus a considerar que os índios, ao matar e comer os seus semelhantes, excediam em crueza “os brutos animais”, pelo que aquelas comunidades se encontrariam mais próximas de “todos os outros animais que não participam da razão”¹⁰ do que das sociedades humanas.

Importa sublinhar que, alguns anos antes, o provincial da Ordem dos Pregadores na América, frei Domingos de Betanzos, resolvera recorrer a Roma, tendo encarregado frei Domingos de Minaja de expor a situação das populações ameríndias ao Sumo Pontífice e de lhe solici-

tar uma declaração solene comprovativa de que os índios eram homens racionais da mesma espécie e natureza que os demais, aptos para receber os sacramentos, sendo, por conseguinte, livres por natureza e senhores das suas ações. Das diligências empreendidas pelos dominicanos espanhóis resultou a promulgação, pelo papa Paulo III (1534-1549), do breve *Pastorale officium*, de 29 de maio de 1537 e da bula *Sublimis Deus*, de 2 de junho do mesmo ano. Nas letras apostólicas reconhecia-se que...

“O inimigo comum da humanidade, que sempre se opõe às boas obras para que pereçam, excogitou um processo inédito e impedir que a palavra de Deus se pregasse aos gentios e estes se salvassem. Dispôs para tal objetivo alguns servidores, ansiosos de satisfazerem as suas cobiças, os quais procuram sustentar, volta não volta, que os Índios ocidentais e meridionais, bem como os outros povos cuja existência só agora tem chegado ao nosso conhecimento, devem ser tratados e ao nosso serviço submetidos como bestas, com o fundamento de que são inábeis para a fé católica. E assim, reduzem-nos à servidão e quase os vexam com mais opressões do que os próprios animais brutos de que se servem. Ora nós exercemos, ainda que indignamente, o lugar de Deus na terra e procuramos sollicitamente juntar no seu aprisco, com todas as outras, aquelas ovelhas, aos nossos cuidados confiadas, que andam fora do seu rebanho. E atendendo a que esses Índios, como verdadeiros homens, não só têm capacidade para a fé cristã, mas correm para ela prontissimamente, segundo nos informam; desejando, por outro lado, providenciar sobre a matéria com soluções adequadas; determinamos e declaramos, pelas presentes letras, com a autoridade apostólica, e não obstante o que quer que seja em contrário, que os referidos Índios, como todos os povos cuja existência depois chegar ao conhecimento dos cristãos, ainda que estejam fora da lei de Cristo, não estão privados, nem devem sê-lo, quer da sua liberdade, quer do domínio sobre as suas coisas. Pelo contrário, podem livre e licitamente usar, possuir e gozar essa liberdade e domínio, e não devem ser reduzidos à servidão. Declaramos irritado e nulo o que em contradição com isto sê fizer, e que os Índios e os outros gentios devem ser atraídos

*à fé cristã com a pregação da palavra divina e com o exemplo da vida honesta*¹¹.

O primeiro Provincial dos Jesuítas no continente americano esforçou-se por divulgar no Brasil a doutrina pontifícia sobre os Índios. Na linha de pensamento de Francisco de Vitoria (1483-1546), lente de Prima de Teologia na Universidade de Salamanca, cuja Faculdade de Cânones Nóbrega freqüentara no período compreendido entre 1534 e 1537, tendo assistido às suas lições considerava que os ameríndios eram papel branco em que poderia ser gravada a mensagem cristã. Ao sublinhar que a alma humana era como uma tábua rasa, o mestre salmanticense introduziu um elemento de compreensão no estudo dos grupos humanos, uma vez que admitia que o conhecimento ou as idéias que a mente viesse a adotar se obtinham pelo processo de inculturação¹².

O Regimento do governador-geral, aprovado em Almeirim em 17 de dezembro de 1548, continha disposições relativas à cristianização dos índios, uma vez que, afirmava o soberano, “a principal cousa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil, foi para que a gente delas se convertesse à nossa Santa Fé Católica”:

*«Porque parece que será grande inconveniente, os gentios, que se tornaram cristãos morarem na povoação dos outros, e andarem misturados com eles, e que será muito serviço de Deus e meu apartarem-nos de sua conversação vos encomendo e mando que trabalheis muito por dar ordem como os que forem Cristãos morarem juntos, perto das povoações das ditas Capitánias, para que conversem com os Cristãos e não com os gentios, e possam ser doutrinados e ensinados nas cousas de nossa Santa Fé. E aos meninos, porque neles imprimirão melhor a doutrina, trabalhareis por dar ordem como se façam Cristãos, e que sejam ensinados e tirados da conversação dos gentios; e aos Capitães das outras Capitánias direis, de minha parte, que lhes agradecerei muito ter cada um cuidado de assim o fazer em sua Capitania; e os meninos estarão na povoação dos Portugueses, e em seu ensino folgaria de se ter a maneira que vos disse.*¹³

A análise das instruções régias permite detectar a estratégia delineada pela Coroa com a finalidade de incrementar a difusão do Evan-

gelho entre os gentios. Ressalta, em primeiro lugar, a divisão das comunidades indígenas em função da reação dos seus membros à religião cristã, incentivando a formação de aldeias separadas para crentes e não crentes. Os neófitos deveriam ser agrupados em núcleos autônomos, situados na vizinhança das povoações de portugueses, de modo a sofrerem o efeito da aculturação, designadamente de caráter religioso. Incentivava-se, por conseguinte, uma reorganização espacial das tabas, introduzindo-se um elemento alienígena no modelo tradicional de estruturação das comunidades ameríndias. Salienta-se, em segundo lugar, a prioridade concedida à doutrinação das crianças, suscetíveis de apreenderem mais facilmente as inovações civilizatórias e religiosas de que os europeus eram portadores, partindo sempre do princípio de que as suas mentes se assemelhavam a papel branco em que se poderia mais facilmente gravar a mensagem cristã, conforme se deduz do uso da expressão “porque neles imprimirão melhor a doutrina”.

O Método de Conversão Através da “sujeição pelo amor”

Uma das prioridades instrumentais da atividade missionária consistia na aprendizagem da língua tupi, pelo que Nóbrega incumbiu o padre João de Azpilcueta de a aprender. Por outro lado, encarregou o irmão Vicente Rodrigues de ministrar a doutrina cristã aos curumins (meninos indígenas) e de assegurar o funcionamento de uma “escola de ler e escrever” destinada tanto aos filhos dos colonos como aos dos aborígenes. Enquanto não dominavam o tupi, os inacianos pregavam, doutrinavam e confessavam com recurso a intérpretes, utilizando os serviços de Diogo Álvares, o Caramuru.

Outro dos alvos essenciais dos Jesuítas era a conversão dos morubixabas (chefes das aldeias). Neste aspecto seguiam, por um lado, a longa tradição cristã de procurar conquistar os dirigentes como forma de facilitar a adesão dos súditos e, por outro, a doutrina expendida por Vitória. No ano letivo de 1537-1538, o mestre de Salamanca, na *relectio* “De temperantia”, defendeu que não se justificava qualquer atuação dos príncipes cristãos contra os gentios a pretexto de combater a idolatria, os sacrifícios humanos ou os vícios dos nativos. “Todavia, os chefes gentios podem coagir os próprios vassallos ao abandono desses e de outros costumes semelhantes”, uma vez que competia aos governos supri-

mir costumes e usos contrários ao bem comum. “Convertendo-se à fé, um chefe gentio não comete injustiça contra os súbditos, se proibir a idolatria e outras práticas anti-naturais. E até está obrigado a fazê-lo, dentro das suas possibilidades.” Além disso, um chefe nativo convertido poderia modificar as regras, harmonizando-as com a lei natural e com o Evangelho, obrigando os seus súbditos a respeitar algumas normas morais reveladas, mesmo que não derivassem da lei natural, como por exemplo a mentira e a prática sexual fora do casamento¹⁴.

Os inacianos compreenderam rapidamente que a doutrinação dos tupis somente teria um caráter perdurável se concentrassem seus esforços na educação das crianças. Daí o seu empenhamento na fundação de “Colégios de Meninos”, onde os filhos dos nativos fossem instruídos nos valores e crenças católicos.

Os missionários, logo que se aperceberam do papel proeminente que o canto - uma vez que era através deste que rememoravam as suas tradições mitológicas - desempenhava no sistema mágico-religioso das sociedades ameríndias da floresta tropical, resolveram aproveitar essa circunstância para incrementar o trabalho de evangelização. Começaram a utilizar com grande frequência e intensidade a música e os cantos litúrgicos nas cerimônias religiosas e nas tarefas pastorais. Com o objetivo de tirar partido dessa via de atração dos indígenas ao Cristianismo, pediram o envio de “meninos dos Colégios do Reino” para ensinarem cânticos aos curumins. Os inacianos adotaram, ainda, a tática de, nas visitas às aldeias de não crentes, serem precedidos por crianças que tocavam instrumentos e entoavam hinos.

A propósito da eficácia deste método de evangelização, Vieira, um século mais tarde, descreveu da seguinte forma sua aplicação com sucesso junto às populações da Serra de Ibiapaba:

«Mas depois que os Padres lhes ensinaram os mesmos mistérios, que compuseram em versos e tons muito acomodados, viu-se bem com quanta razão dizia Nóbrega, primeiro missionário do Brasil, que com musica e harmonia de vozes se atrevia a trazer a si todos os gentios da América.»¹⁵

A ânsia de salvar as almas dos indígenas que se encontravam em risco de vida transformou-se, durante algum tempo, num obstáculo ao sucesso da missionação, uma vez que os pajés aproveitaram o fato para

espalhar a crença de que quem recebia a água batismal adoecia e quem seguia a doutrina dos padres morria.

Contrariamente às pretensões de muitos colonos, o primeiro Provincial do Brasil da Companhia de Jesus defendia que os ameríndios deveriam ser tratados como “próximo”, uma vez que todo o homem tinha a mesma natureza, podendo, por conseguinte, conhecer Deus; e afirmava que, apesar das suas bestialidades, possuíam alma, porque todos os homens haviam sido feitos à imagem e semelhança do Criador, sendo, nessa medida, suscetíveis de se converter ao cristianismo, concluindo que “...tanto vale diante de Deus por natureza a alma do Papa, como a alma do vosso escravo Papaná”¹⁶. A “experimentação antropológica” conduzira assim, do lado europeu, Nóbrega - seguido por Montaigne - a sublinhar a natureza humana dos índios brasílicos¹⁷.

Na obra “Diálogo sobre a Conversão do Gentio”, redigida por volta de 1557, em que coloca em confronto duas perspectivas antagônicas - a pessimista, encarnada pelo irmão Gonçalo Álvares, trombeta (intérprete) na capitania do Espírito Santo; e a otimista, representada pelo irmão ferreiro Mateus Nogueira - Nóbrega observava que, após uma fase inicial de grande entusiasmo pela facilidade com que vários grupos tribais ameríndios aceitaram a mensagem cristã, alguns missionários esmoreceram porque “vinham cuidando de converter a todo brasil [no sentido de homem e não de terra] em uma hora, e vêem-se que não podem converter um em um ano, por sua rudeza e bestialidade”. Muitos “imaginavam-se um S. João Baptista junto de um rio Jordão a batizar quantos a eles viessem”¹⁸.

De acordo com a visão de Nóbrega, um dos elementos que dificultava a difusão da religião cristã era a pretensa inexistência de crenças entre os ameríndios, não interpretando como manifestações identificativas de religiosidade os elementos essenciais do sistema mítico dos tupis.

A este propósito coloca na boca de Mateus Nogueira a seguinte reflexão:

“Se tiveram rei, puderam-se converter ou se adoraram alguma coisa. Mas como não sabem que coisa é crer nem adorar, não podem entender a pregação do Evangelho, pois ela se funda em

*fazer crer e adorar a um só Deus e a esse só servir; e como este gentio não adora nada, nem crê nada, tudo o que lhe dizeis se fica nada.*¹⁹

Na “Informação das Terras do Brasil”, redigida em 1549, observava o primeiro Provincial da Companhia de Jesus em terras americanas que aquela “...gentilidade a nenhuma coisa adora, nem conhecem a Deus, somente aos trovões chamam Tupã, que é como quem diz coisa divina”:

“Trabalhei por me ver com um feiticeiro, o maior desta terra, o qual todos mandam chamar para curar as suas enfermidades. Perguntei-lhe in qua potestate haec faciebat se tinha comunicação com Deus, que fez o Céu e a terra e reinava nos Céus, ou com o demônio, que estava nos infernos? Respondeu-me com pouca vergonha que ele era deus e que havia nascido deus e apresentou-me ali um a quem dizia ter dado saúde, e que o Deus dos Céus era seu amigo, e lhe aparecia em nuvens e trovões, e em relâmpagos, e em outras coisas muitas”²⁰.

Segundo as teses de vários etnólogos (particularmente Alfred Métraux, Léon Cadogan e Egon Schaden), Tupã (“pai que está no alto”) era uma figura secundária na mitologia tupi, correspondendo apenas a um gênio ou demônio do raio e do trovão, cujas deslocações provocavam tempestades. Atribuem, por outro lado, um papel central a Monan. Todavia, de acordo com uma recente proposta reinterpretativa, os povos do tronco Macro-Tupi não privilegiavam nenhuma dessas personagens míticas nem lhes prestavam qualquer tipo de culto, reconhecendo a Monan uma parcela da responsabilidade no processo de criação do mundo e atribuindo a Tupã a função de destruição quer pelo fogo quer pela água.

O binômio Monan (divindade criadora) e Tupã (divindade destruidora) constituiria o cerne da religião dessas populações, com predominância para o último, devido à crença numa nova e inevitável destruição da Terra²⁰. De fato, quase todos os textos quinhentistas e mesmo posteriores sublinham o papel relevante concedido a Tupã na mitologia tupi, considerando-o inclusive como a sua principal personagem.

No contexto da mitologia tupi-guarani figuravam heróis-civilizadores, transmissores de técnicas, ritos e regras sociais que permitiram aos homens ultrapassar o estado de bestialidade. Entre estes destacava-se Sumé, “grande pajé e caraíba”, a quem era atribuída a instituição da agricultura de coivara e da organização social. De acordo com algumas interpretações, Monan, Maíra e Sumé representariam vários desdobramentos de uma mesma personagem. A conclusão da atividade organizadora desses entes, bem como a prestação de auxílio aos humanos, cabia a dois gêmeos míticos ou, na versão tupinambá, a dois irmãos, filhos de Sumé: Tamendonare (o bom, antepassado dos Tupinambás) e Aricoute (o mau, avoengo dos Temiminós)²¹.

Os missionários quinhentistas e seiscentistas identificaram Sumé, personagem da mitologia tupi-guarani, com São Tomé, o apóstolo que teria atingido o Novo Mundo para divulgar a mensagem cristã:

“Dizem eles que Santo Tomé, a quem chamam Zomé, passou por aqui. Isto lhes ficou por dito de seus antepassados. E que as suas pisadas estão assinaladas junto de um rio, as quais eu fui ver por mais certeza da verdade, e vi com os próprios olhos quatro pisadas mui sinaladas com seus dedos, as quais algumas vezes cobre o rio, quando enche. Dizem também que quando deixou estas pisadas, ia fugindo dos Índios, que o queriam frechar, e chegando ali se lhe abriu o rio, e passara por meio dele, sem se molhar, à outra parte. E dali foi para a Índia. Assim mesmo contam que quando o queriam frechar os Índios, as frechas se tornavam para eles e os matos lhe faziam caminho por onde passasse”²².

Uma das dificuldades que mais atrapalhou a ação dos Jesuítas na difusão do cristianismo dizia respeito às dificuldades de apreensão, por parte dos ameríndios, de aspectos dogmáticos da religião cristã, em especial os de caráter mais abstrato, devido à mentalidade predominantemente concreta, habituada a captar o real. Era particularmente difícil aos indígenas apreender mistérios essenciais do Novo Testamento como os da Santíssima Trindade, da Paixão e morte de Jesus, da virgindade de Maria, da presença real no Santíssimo Sacramento e da Ressurreição geral.

Estes obstáculos incitaram os missionários a procurar afanosamente fórmulas que conferissem eficácia às tarefas da evangelização. Assim, desenvolveram gradualmente uma metodologia adequada às comunidades ameríndias da floresta tropical. Quanto à forma de transmissão da mensagem cristã aos indígenas, a pregação deveria ser singela, clara e breve, usando um estilo chão, com períodos breves e de construção direta, e adotando o modelo de uma conversação familiar entre amigos e não o tom de uma declamação em público. Quanto à doutrina, eliminaram todos os elementos de complexidade acessórios, atendo-se exclusivamente ao essencial. A doutrina cristã foi simplificada, sendo sistematicamente repetida, sempre de forma idêntica, de maneira a tornar-se mais facilmente apreendida e memorizada. Administrada em doses pequenas e freqüentes, mas rigorosamente análogas, de forma a inviabilizar o aparecimento de dúvidas, o que revela uma grande preocupação pela uniformidade dos conteúdos da doutrina e dos métodos de catequização²⁴.

O Método de Conversão Através do “jugo de Cristo”

As infrutíferas tentativas para alcançar os objetivos da conversão exclusivamente pela via da persuasão - a “sujeição pelo amor” - induziram os inacianos a concluir que a eficácia da ação missionária dependeria da colaboração das autoridades régias, uma vez que a tarefa mais difícil não era a de operar a adesão dos aborígenes à religião cristã, mas a de convencê-los a abandonar o seu modelo de organização social e cultural, que colidia frontalmente com os princípios do Evangelho (antropofagia, poligamia e existência de feiticeiros).

Já em finais de março de 1555, o irmão José de Anchieta, em carta dirigida ao Geral da Companhia, Inácio de Loiola, chegara à conclusão que:

“Não se pode portanto esperar nem conseguir nada em toda esta terra na conversão dos gentios, sem virem para cá muitos cristãos, que conformando-se a si e a suas vidas com a vontade de Deus, sujeitem os Índios ao jugo da servidão e os obriguem a acolher-se à bandeira de Cristo”

Nos “Apontamentos de cousas do Brasil”, concluídos a 8 de maio de 1558, o primeiro Provincial do Brasil propôs que fosse pro-

mulgada uma lei, aplicável aos ameríndios, que contivesse as seguintes normas: proibição de comer carne humana; de guerrear sem licença do governador e de terem mais do que uma mulher; obrigatoriedade da utilização de vestuário, pelo menos para os que fossem cristãos; eliminação dos pajés (feiticeiros) e aplicação da justiça régia tanto no interior das comunidades indígenas como nas relações destas com os colonos. Finalmente, dever-se-ia fixá-los em aldeamentos, conceder-lhes terras para cultivo e vedar-lhes o nomadismo, ou seja, sedentarizá-los.²⁶

Tratava-se de dotar os agrupamentos indígenas de uma nova organização social - sem o que todas as tentativas de cristianização seriam efêmeras -, aplicando-lhes o “suave jugo de Cristo”, baseado na seguinte passagem do Novo Testamento: “Vinde a mim os que estais cansados e sobrecarregados e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim porque sou manso e humilde de coração; e achareis repouso para as vossas almas. Porque meu jugo é suave e o fardo é leve”.

As recomendações do fundador da Província do Brasil da Companhia de Jesus tiveram acolhimento na corte e junto do terceiro governador-geral, Mem de Sá (1557-1572), que adotou a estratégia preconizada pelo Jesuíta, a fim de promover a conversão do gentio. Segundo o testemunho do Irmão António Blasquez, datado de 30 de abril de 1558:

«[...] depois de haver chegado [Mem de Sá] começou logo a pôr a terra em ordem, assim aos Christãos como os Gentios [...] Aos Gentios também começou a ordenar, porque fez o ajuntar quatro aldeias em uma grande [...] começou já a castigar alguns e começa a pô-los em jugo, de modo que se leva outra maneira de proceder que até agora não se teve, que é por temor e sujeição [...]»²⁷

Com o objetivo de conferir eficácia à sua atuação junto às populações indígenas e, simultaneamente, de protegê-las das investidas dos colonos em busca de mão-de-obra, os discípulos de Inácio de Loiola optaram por reunir os índios em aldeamentos, localizados nos arredores das povoações portuguesas, onde não era permitida a presença de europeus. Aos aborígenes aldeados, chefiados por morubixabas, estavam vedadas as práticas tradicionais que se mostrassem contrárias à moral cristã. Para garantir a subsistência das comunidades ameríndias, os inacianos solicitaram aos governadores e à Coroa a concessão de sesmarias.

Os aldeamentos - onde normalmente residiam um padre e um irmão designados pelos indígenas por abaré ("homem diferente"), expressão que pretendia traduzir as peculiaridades dos religiosos (uso de roupeta, celibato, etc.), mas também a diferença de comportamento face à generalidade dos colonos - destinavam-se a promover a aculturação e a evangelização dos nativos, incluindo a difusão da concepção cristã do trabalho considerada como uma via de salvação espiritual, sendo, por outro lado, a ociosidade apresentada como a "... origem de todos os males..."²⁸, geradora de condições que potencializavam a prática de atividades pecaminosas, designadamente de natureza sexual.

A visão cristã e europeia do trabalho, de que naturalmente se encontravam imbuídos os membros da Companhia de Jesus, levava-os a condenar persistentemente o ócio e a procurar incutir nos aborígenes cristianizados a prática do trabalho como valor em si mesmo, e não exclusivamente destinado a assegurar a mera subsistência.

De acordo com um historiador da missionação Jesuíta, a formação dos aldeamentos quinhentistas conheceu diversas fases: "a de 1556, mais a título de ensaio, a de 1560-1561, intensiva, mas sem condições estáveis; e a reconstituição definitiva depois da epidemia e fome de 1563-1564."²⁹ Entre 1557 e 1562, os inacianos formaram, na capitania da Bahia, onze aldeias que, no último ano, tinham uma população da ordem dos 34.000 índios.

Entre os Jesuítas surgiram diferentes interpretações sobre a questão indígena. No Caso de Consciência (1567), o primeiro Provincial do Brasil rebateu o parecer demasiado permissivo do padre Quirício Caxa, professor de Teologia Moral do Colégio da Bahia, relativamente às situações em que os índios poderiam ser legalmente reduzidos à escravidão.

Nóbrega combateu a tese de que os ameríndios, por serem descendentes de Cam, deveriam ser perpetuamente escravos de outros povos; declarou a escravatura "contra a natureza"; pronunciou-se contra a possibilidade do pai poder vender o filho em caso de grande aflição, somente o considerando possível em situação de "extrema necessidade" e deu parecer negativo à possibilidade de um indígena se vender a si próprio, porque o homem só poderia alienar a liberdade para salvar a alma e não por qualquer preço.²⁹

No seu afã de "salvar almas", o padre Nóbrega adotou uma es-

tratégia de missionação que continha inovações - algumas bastante polêmicas - e que incorporava vários elementos da cultura tupi, o que esteve na origem das suas divergências com o primeiro bispo do Salvador, que reprovava a utilização de intérpretes na confissão, os métodos de catequização dos curumins e os enterramentos dos indígenas cristianizados em igaçabas na tradicional posição fetal. O Jesuíta atribuía essas diferenças de ponto-de-vista ao fato do prelado - que era "mui zeloso da reformação dos costumes dos cristãos", mas "...quanto ao gentio e sua salvação se dava pouco, porque não se tinha por seu bispo, e eles lhe pareciam incapazes de toda a doutrina por sua bruteza e bestialidade, nem as tinha por ovelhas do seu curral..."³¹

Com a colaboração da Companhia de Jesus foram levadas a efeito, a partir de meados dos Quinhentos, intensas ações destinadas a promover a aculturação dos indígenas, visando transformá-los em fiéis cristãos, em súditos válidos do rei e, finalmente, em elementos úteis que participassem, através da sua força de trabalho, do processo produtivo. Os Jesuítas, com o apoio da Coroa, realizaram esforços destinados, por um lado, a defender os "brasis" de atuações isoladas, violentas e imediatistas por parte dos colonos ou de angariadores de mão-de-obra e, por outro, a integrá-los na sociedade colonial.

Em carta redigida em São Vicente a 16 de abril de 1563, dirigida ao segundo Geral - Diogo Laínez (1558-1565) - o irmão Anchieta, referindo-se à investida dos Tupiniquins rebelados do planalto de Piratininga que puseram em risco a Casa de São Paulo, além de sublinhar as vantagens que advieram da revolta (principalmente o fato dos neófitos se terem visto forçados a fixarem-se ao redor do estabelecimento dos padres, ficando, assim, sob a sua alçada direta), também tirou a conclusão que:

«Parece-nos agora que estão as portas abertas nesta capitania para a conversão dos Gentios, se Deus Nosso Senhor quizer dar maneira com que sejam postos debaixo do jugo, porque para este género de gente não há melhor pregação do que espada e vara de ferro, na qual mais do que em nenhuma outra é necessário que se cumpra o compelle eos intrare (Lucas, XIV, 23)»³²

O princípio do *compelle intrare*, já patente nos textos de Santo

Agostinho e de São Tomás de Aquino, defende o postulado da legitimidade da imposição quer da ortodoxia da fé aos hereges quer do cristianismo aos infiéis e gentios.

Os inacianos desenvolveram um intenso trabalho no domínio educativo e cultural, assegurando o funcionamento de escolas destinadas à formação dos seus quadros e aos indígenas, mas que eram também abertas aos filhos dos colonos, bem como elaboraram os primeiros vocabulários, gramáticas, catecismos e sermões em línguas indígenas.

A língua tupi constituiu um veículo privilegiado de contato entre europeus e ameríndios, estendendo-se a áreas de outras formações lingüísticas americanas. Funcionou, na prática, como uma verdadeira língua geral, designação que, contudo, somente começou a ser utilizada na segunda metade do século XVII. Até então era referida por “língua do Brasil”, “língua da terra” e, sobretudo, “Língua Brasílica”³³.

Os primeiros Jesuítas dedicaram particular atenção à língua tupi, estudando-a e elaborando, ainda nos Quinhentos, algumas obras sobre o tema. O primeiro “Vocabulário na Língua Brasílica” foi composto pelo padre Leonardo do Vale (circa 1538-1591), que viveu quase quarenta anos entre grupos tribais da Bahia, Porto Seguro e São Paulo; tendo sido, no início da década de setenta, nomeado lente de Língua Brasílica no Colégio da Bahia. Elaborou ainda uma “Doutrina Geral na Língua do Brasil” (1574), bem como sermões e avisos para a educação e instrução dos índios na Língua do Brasil.³⁴

O padre José de Anchieta redigiu a primeira “Arte de Grammatica da Lingoa”, mais usada na costa do Brasil, que circulou manuscrita largo tempo, tendo merecido honras de impressão em Coimbra, em 1595, na oficina de António de Mariz. Esta obra, de carácter fortemente comparatista com o latim, “representa uma nova estratégia de abordagem das línguas exóticas que entram no colóquio universalizante do Mundo descoberto.”³⁵ Compôs, ainda, o “Dialogo da Doctrina Christã”, o “Confessionário Brasílico”, sermões, poesias, canções e outras obras em língua tupi.

Doenças correntes entre os europeus, que geralmente não causavam a morte, como a gripe, o sarampo ou a papeira, provocaram verdadeiras hecatombes nas populações indígenas, que não possuíam

defesas imunológicas para resistir às novidades patológicas. Por seu turno, a varíola esteve na origem dos surtos epidêmicos que mais fortemente contribuíram para dizimar a população aborígine, fato que pode ser ilustrado pelas devastações que provocou nos aldeamentos jesuíticos no Recôncavo Baiano, em 1562-1563, vitimando cerca de 30.000 índios no curto espaço de dois a três meses. A introdução de escravos negros no Brasil originou também a propagação do vírus da febre-amarela e do paludismo.³⁶

O Método de Conversão por Redução

Os desastrosos resultados provocados pela facilidade de propagação das epidemias nas grandes concentrações de ameríndios situadas nas áreas próximas das povoações litorâneas, bem como as pressões exercidas pelos colonos no sentido de lhes ser facultado acesso à mão-de-obra dos aldeamentos indígenas controlados pelos inacianos, levaram os Jesuítas a modificar, no século XVII, a sua estratégia de missionação.

Em 1651, desembarcou em Lisboa o procurador da Província do Brasil, padre Francisco Ribeiro, proveniente da Bahia, com a missão prioritária de solicitar o apoio da Coroa para retomar o projeto de evangelização no Estado maranhense, então já liberto da dominação holandesa. Entretanto, chegou de Roma o padre Francisco Gonçalves, que na capital do Império recebeu a nomeação para 18^o Provincial do Brasil (1652-1655). A análise dos documentos permite deduzir que os emissários jesuítas recorreram aos préstimos do pregador régio, o padre António Vieira, que, nessa ocasião, assumiu as pretensões da sua congregação e usou toda a sua influência junto do soberano para apoiar os seus companheiros brasílicos.

As diligências encetadas pelo pregador régio ao longo do ano de 1652 foram coroadas de êxito, tendo o monarca concedido 350.000 réis anuais para sustentar dez missionários, provenientes do rendimento dos dízimos da Bahia e do Rio de Janeiro; além da administração de uma aldeia de índios nas capitanias do Maranhão, Pará e Gurupá, e de verbas da Fazenda Real destinadas a financiar a empresa evangelizadora (pagamento do caravelão que transportaria os religiosos, 420.000 réis de viáticos e 1.000 cruzados para a edificação de igreja e casa em cada uma daquelas capitanias).

Garantido o beneplácito régio para a instalação da milícia inaciana

no norte do Brasil e assegurada a sua viabilidade financeira, Vieira, que fora nomeado pela Companhia de Jesus para Superior da Missão, empenhou o seu rendimento de pregador régio (50.000 réis anuais) para se sustentar a si próprio e a outro companheiro. Como afirma numa carta dessa época: “um punhado de farinha e um caranguejo nunca nos pode faltar no Brasil e em quanto lá houver algodão e tujucos também não nos faltará de que fazer uma roupeta da Companhia.”³⁷

A expedição missionária contou com um efetivo de 15 religiosos, sendo 10 padres e 5 irmãos. O primeiro e mais numeroso grupo, chefiado pelo padre Francisco Veloso, desembarcou no porto de São Luís em novembro de 1652. Vieira e os companheiros restantes partiram de Lisboa a 22 de novembro, alcançando o seu destino a 16 de janeiro de 1653.³⁸

O padre António Vieira, através de uma persistente atuação junto a D. João IV, obteve para a Companhia de Jesus o exclusivo das missões no Estado do Maranhão, bem como o monopólio da administração temporal das aldeias de índios livres. Essas concessões tinham como finalidade última convencer os nativos que viviam nas matas a estabelecer-se em povoações dirigidas por inacianos, com vista a promover a sua “civilização” e cristianização. O projeto vieiriano consistia em criar missões auto-suficientes, sem contatos com os colonos e situadas em locais isolados, de forma a constituir comunidades guiadas temporal e espiritualmente pela regra de Inácio de Loiola.

A edificação dos aldeamentos de “brasis” convertidos atraiu anualmente, dos mais recônditos sertões, novos grupos indígenas com os quais aumentava o número dos cristãos. No entanto, todo esse esforço seria inútil se os regulares que os tiraram dos matos não vivessem no seu seio, doutrinando-os, ensinando-lhes os mistérios da Santa Fé e bons costumes, bem como batizando-os, administrando-lhes os demais sacramentos e procurando construir casas e igrejas em que os pudessem juntar para aprenderem a doutrina cristã.

O papel de relevo desempenhado por Vieira na elaboração da Lei de 9 de abril de 1655, sobre a liberdade e administração dos índios, provocou a contrariedade de outras ordens religiosas (Franciscanos, Carmelitas e Mercedários), de algumas autoridades eclesiásticas e das câmaras, representantes dos interesses dos colonos. Os conflitos

agudizaram-se, originando, em 1661, a deflagração de motins no Maranhão e no Pará, que culminaram com a expulsão dos inacianos para o Reino.

Posteriormente, a Coroa concedeu aos superiores da Companhia de Jesus e aos padres de Santo António (Franciscanos) a jurisdição espiritual e temporal nas aldeias de índios, conforme constava do § 1º do Regimento das Missões do Estado do Maranhão, aprovado em Lisboa a 21 de dezembro de 1686:

«Os Padres da Companhia terão o governo, não só espiritual que antes tinham, mas o político, & temporal das aldeas de sua administração, & o mesmo terão os Padres de Santo António, nas que lhes pertence administrar, com declaração, que neste governo observarão as minhas Leys, & Ordens, que se não acharem por esta, & por outras reformadas, tanto em os fazerem servir no que elas dispoem, como em os ter promptos para acodirem à deffensa do Estado, & justa guerra dos Certoens, quando para ela sejam necessarios»³⁹.

O dispositivo legal foi posteriormente reforçado pela Carta Régia de 3 de fevereiro de 1701, assinada em Salvaterra de Magos por D. Pedro II (1683-1706). A adoção destas medidas régias possibilitou que fosse praticado, durante largas décadas, o método de missionação preconizado por Vieira desde meados dos Seiscentos, que resultou em um significativo sucesso.

NOTAS

1. CAMINHA, Pêro Vaz de. "Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o Achamento do Brasil." Ed. de M. Viegas Guerreiro e Eduardo Nunes. Lisboa : Imprensa Nacional, 1974. P.83.
2. ILHA, Manuel da (Frei). *Narrativa da custódia de Santo Antônio do Brasil 1548-1621*. Petrópolis : Vozes, 1975. PP.66-70. VANDER VAT, Odolfo (Frei). *Princípios da Igreja no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1952. PP.21-43.
3. COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: Ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos*. Lisboa : Edições Cosmos, 1995. PP.219-230.
4. "Carta ao P. Simão Rodrigues, Porto Seguro, 6 de Janeiro de 1550." In: *Cartas do Brasil e mais escritos do Padre Manuel da Nóbrega (Opera*

- Omnia*). Coimbra : 1955. P.78. ANCHIETA, José de (Padre). *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões* (1554-1594). Belo Horizonte/São Paulo : Editora Itatiaia/EDUSP, 1988. PP.320-321.
5. RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*. Porto : 1931. T. I, vol. 1, pp.264 e 270.
 6. ANCHIETA, José de (Padre). *Op. cit.* P.61.
 7. COUTO, Jorge. "Um estabelecimento jesuíta no nordeste do Brasil: O Colégio do Recife." In: Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian. *Mélanges Offerts à Frédéric Mauro*. MARTINIÈRE, Guy - coord). Paris : Centro Cultural Calouste Gulbenkian, 1995. Vol. XXXIV, pp.571-573.
 8. ALMEIDA, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal*. Porto : Portucalense, 1968. Vol. II, p.23.
 9. COUTO, Jorge. *Op. cit.* Vol.34, pp.571-573.
 10. ALMEIDA, Fortunato de. *Op. cit.* P.23.
 11. VASCONCELOS, Simão de. *Chronica da Companhia de Jesu no Estado do Brasil*. Lisboa : 1865. 2ª ed., pp. XCV-XCVII.
 12. URBANO, Francisco Castilla. *El pensamiento de Francisco de Victoria: Filosofía política e indio americano*. Barcelona : Antrophos, 1992. P.271.
 13. Publicado em MALHEIRO, Carlos Dias. *História da colonização portuguesa no Brasil*. Porto : 1924. Vol. 3, p.350. (Doravante HCPB).
 14. HÖFFNER, Joseph. *Colonização e Evangelho: Ética da colonização espanhola no Século de Ouro*. Rio de Janeiro : Presença, 1986. P.360.
 15. VIEIRA, Antônio (Padre). "Relação da Missão de Ibiapaba." In: *Vozes Saudozas*. Lisboa : 1736.
 16. NÓBREGA, Manuel da (Padre). *Diálogo sobre a conversão do gentio*. Lisboa : 1954. P.88.
 17. ALENCASTRO, Luís Filipe. "A interação europeia com as sociedades brasileiras entre os séculos XVI e XVIII." Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Nas vésperas do Mundo Moderno*. Brasília/Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991. P.98.
 18. NÓBREGA, Manuel da (Padre). *Op. cit.* P.75.
 19. Idem. P.74.
 20. ANCHIETA, José de (Padre). *Op. cit.* P.56.
 21. CLASTRES, Hélène. *La terre sans mal: Le prophétisme tupi-*

- guarani. Paris : Éditions du Seuil, 1975. PP.27-34.
22. MÉTRAUX, Alfred. *A religião dos Tupinambás e suas relações com as demais tribos tupi-guaranis*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1979. 2ª ed., pp.21-30. (1.ª ed. 1928).
23. ANCHIETA, José de (Padre). *Op. cit.* P.66.
24. BORGES, Pedro (Padre). *Métodos misionales en la cristianización de América: Siglo XVI*. Madrid : CSIC, 1960. PP.78-79.
25. LEITE, Serafim (ed.). *Monumenta Brasiliae*. Roma : Monumenta Historica Societatis Iesu, 1957. Vol. II, (1553-1558). P.207.
26. ANCHIETA, José de (Padre). *Op. cit.* PP.277-292.
27. Cartas Jesuíticas II - Cartas Avulsas. Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1931, p.188.
28. Regras da Companhia de Iesu. Lisboa, por António Ribeiro, 1582, fl.14 v.
29. LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro : 1938. Vol.2, p.59.
30. ANCHIETA, José de (Padre). *Op. cit.* PP.397-429.
31. Idem. PP.319-320.
32. ANCHIETA, José de (Padre). *Op. cit.* PP.196.
33. RODRIGUES, Aryon Dall'igna. *Línguas brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo : Edições Loyola, 1986. PP.99-102.
34. SERAFIM LEITE, "Leonardo do Vale, autor do primeiro vocabulário na Língua Brasílica." *Verbum* (Vol.1, 1944.) Rio de Janeiro : 1944. PP.18-28.
35. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *A galáxia das línguas na época da Expansão*. Lisboa : Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992. PP.150-153.
36. RUFFIE, Jacques e SOURNIA, Jean-Charles. *As epidemias na história do homem*. Lisboa : Edições 70, 1985. PP.152-162.
37. "Carta LV. Ao Padre Provincial do Brasil, 14 de Novembro de 1652." In: VIEIRA, António (Padre). *Cartas*. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1925. T.I, pp.274-279.
38. LEITE. Serafim. *História da Companhia...* *Op. cit.* Vol.4, p.336.
39. Regimento, & Leys sobre as Missoens do Estado do Maranhão & Pará, & sobre a Liberdade dos Indios. Lisboa Ocidental. Na Oficina de António Manescal. MDCCXIV, fl.2.



EM BUSCA DE UM BRASIL EDIFICADO: a fundação de uma prática de proteção patrimonial

Márcia Chuva*

Legitimidade e Atualidade do Aparato Legal de Preservação Cultural

Os anos 30 e 40 foram marcados por um grande investimento na concretização de projetos culturais, através da gestão do ministro Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Saúde (MES). Foi nesse contexto que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) - criado em 1937 para gerir as ações de preservação cultural no Brasil - teve as condições para legitimar essa nova área de intervenção do Estado e consolidar suas bases legais com a publicação do Decreto-lei n.º 25, em 30 de novembro de 1937.

A discussão em torno de uma legislação para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional ganhou moldes mais precisos a partir de 1936, com a produção de um *Anteprojeto* por Mário de Andrade, atendendo a uma encomenda de Capanema. No mesmo ano deu-se também a criação do SPHAN, em caráter experimental, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que ocuparia este posto pelos 30 anos subsequentes. O *Anteprojeto* teve um caráter mediador na produção do Decreto-lei 25, devido ao papel fundador que teve neste processo, bem como aos vínculos entre os agentes envolvidos, até se chegar ao texto legal definitivo. Esse caráter se confir-

*Historiadora. Doutora em História, Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora, Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN, Rio de Janeiro, RJ.

mou também ao se detectar, na prática do SPHAN regida pelo Decreto-lei 25, vestígios das idéias contidas no *Anteprojeto*, conformadas em novos moldes.

Apesar do papel decisivo atribuído ao *Anteprojeto*, outros textos também mediaram a produção do Decreto-lei 25. Figura chave em todo esse processo, Rodrigo Mello Franco de Andrade assumiu o papel de articulador dos debates que já vinham ocorrendo desde os anos 20, inclusive na forma de projetos de lei apresentados ao Congresso Federal, além do caráter referencial da legislação francesa de 1913, que instrumentalizou várias dessas propostas. No entanto, vale destacar que a referência a uma possível influência estrangeira não foi reconhecida por aqueles que viveram de perto aquele momento, ao contarem a história da produção do texto legal, cuja memória histórica tem priorizado sobremaneira a influência de Mário de Andrade nesse processo.

Nesse sentido, se a participação de Mário de Andrade não deve ser minimizada, por outro lado, para uma melhor compreensão das estratégias adotadas, deve-se considerar o empenho de Rodrigo M. F. de Andrade para manter-se na linha de frente da temática patrimonial de seu tempo, considerando as diversas proposições existentes, fazendo novas apropriações das mesmas.

Em seu *Anteprojeto*, Mário de Andrade revelava, ao elaborar uma “política de preservação”, seu projeto de ação estatizada, que deveria ser capaz de proteger efetivamente toda diversidade e pluralidade do patrimônio nacional, através da atuação de intelectuais gestores do espólio da cultura da nação. Para tanto, o *Anteprojeto* preocupou-se em definir os diferentes tipos de profissionais considerados necessários para apoiar as decisões da Direção do Serviço. A concepção do *Anteprojeto* fundava-se na idéia da competência técnico-profissional, através da qual, para seu autor, o Serviço seria legitimado, instrumentalizando-se em termos de quadros profissionais de excelência técnica. Ao que parece, o aprendizado a respeito das relações entre saber e poder fez-se marcadamente presente na trajetória pessoal e profissional de Mário de Andrade. Nesse sentido, ele expressava sua crença na valorização da competência técnica, com a pretensão de garantir, através dela, a manutenção do conflito de interesses em disputa cir-

cunscrito à esfera da própria agência, que estaria autorizada, através dessa legitimidade e *reconhecimento*, a dirimir quaisquer dúvidas, questionamentos e controvérsias no exercício das suas tarefas. Se por um lado Mário de Andrade propunha uma política de preservação, seu *Anteprojeto* não continha contudo os instrumentos legais para efetivar a intervenção na propriedade que caracterizou a ação do SPHAN.

O Decreto-lei 25 foi, na verdade, a primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade, criando o instituto do **tombamento**, um ato administrativo que originou a *tutela* do Estado sobre o *patrimônio histórico e artístico nacional*, em virtude do valor cultural que lhe fosse atribuído através do SPHAN. Dessa maneira, o tombamento impõe uma delimitação a propriedades, públicas ou privadas, sem no entanto promover a desapropriação ou impedir sua alienabilidade. O detalhamento apresentado no *Anteprojeto* a respeito das categorias de arte patrimonial foi então substituído, no Decreto-lei 25, pela generalidade e subjetividade, permitindo a consideração de qualquer objeto no interior da categoria de *patrimônio histórico e artístico nacional*, tornando-se, sem dúvida, mais abrangente, qualidade que lhe tem garantido atualidade ainda nos dias de hoje. Esse aspecto assemelha-o ao texto legal francês, em que os imóveis passíveis de *proteção* são aqueles que apresentem “*un intérêt public du point de vue de l’histoire ou de l’art*”. Portanto, não fazendo alusão nem à natureza nem à anciandade do *patrimônio*, possibilita a proteção de qualquer bem, móvel ou imóvel.

Sem dúvida, o contexto de implantação do Decreto-lei 25 durante o Estado Novo foi fundamental para garantir ao Serviço recém-criado as condições necessárias para a efetiva institucionalização das ações de proteção ao patrimônio cultural no Brasil até o final da ditadura Vargas. Foi nesse período que foram construídos os meios e técnicas necessários para sua aplicação, execução e legitimação, consagrando a idéia da preservação cultural nas mãos do Estado.

No entanto, o vigor do Decreto-lei n.º 25 ultrapassou a contemporaneidade do Estado Novo, sendo efetivamente uma lei que “pegou”, ao conquistar legitimidade a partir das práticas constituídas desde seu momento fundador. Vale lembrar que, de 1937 a 1946, o SPHAN, aplicando o tombamento, protegeu legalmente mais de 40%

de todo o acervo de bens tombados em nível federal até hoje. Ao completar 60 anos, esse texto legal se mantém atual, tendo sido constantemente uma referência fundamental às legislações que lhe seguiram, constituindo um perfil jurídico-institucional e uma nova área de ação pública, persistindo na atualidade como referencial dessas ações em âmbito nacional e mesmo internacional.

Desde sua aprovação, o Decreto-lei 25 sofreu apenas duas modificações. A primeira delas se deu ainda no Estado Novo, dispondo sobre a possibilidade de cancelamento do tombamento de bens do *patrimônio histórico e artístico nacional*, pelo Presidente da República, mediante a aplicação da noção de *utilidade pública*, conferindo assim plenos poderes ao Chefe do Executivo - momento em que ficou patente o poder de barganha relativo do SPHAN frente a poderosos interesses econômicos e políticos em jogo. A modificação mais recente data de 1975, ao se introduzir a necessidade de homologação ministerial no procedimento de tombamento, visando maior controle sobre as ações autônomas institucionais.

Na verdade, transformações significativas vinham ocorrendo desde então. Notadamente a partir do final dos anos 70 e começo dos 80, pode-se identificar uma ampliação da noção de patrimônio, processada no Brasil e no mundo, que foi acompanhada de uma ampliação da ação pública relativa à preservação cultural, com o aumento significativo da rede de agentes e agências de poder envolvidos com a temática. Foi nesse período que o IPHAN ampliou suas redes de forma considerável, criando novas sedes regionais, do mesmo modo que os poderes municipais e estaduais começaram a atuar neste âmbito, patrocinando institutos e conselhos de preservação patrimonial em suas esferas político-administrativas. Entidades representativas da sociedade civil, tais como as associações de bairro, que proliferaram nesse momento, começavam a buscar na preservação um recurso para enfrentar poderes econômicos especulativos imobiliários, ou para valorizar e “resgatar”, “recuperar” suas identidades de grupo. Empresas públicas também começaram sua sanha preservacionista, criando setores para construção de memórias institucionais tais como a “Memória da Eletricidade” da Eletrobras e o PRESERF da Rede Ferroviária Federal S.A.; além da proliferação de museus, como o Museu do Telefone; Museu da Light; o Museu do Bonde, dentre muitos outros.

Acompanhando essas transformações, o Decreto-lei n.º 25 se revela um instrumento legal de extrema eficácia, pois tem sido permanentemente atualizado por diferentes formas de apropriação de seu conteúdo e reapropriações que o mesmo possibilita. Em 1987, quando se comemoravam os 50 anos da instituição, a assessora jurídica da SPHAN, então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sônia Rabello de Castro, assim considerava acerca do tombamento, no debate promovido pela *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*:

“existe preservação no Brasil, mais ou menos desejável, mas existe. Então acho que só o aspecto histórico dessa lei [Decreto-lei 25/37] mostra que é uma lei que pegou, que teve legitimidade, além de ser a primeira lei que veio intervir na propriedade, dando ao uso social da propriedade cunho prático.”

Essa ampliação da noção de patrimônio foi consagrada pela Constituição Brasileira de 1988, momento em que o Decreto-lei 25 foi reinvestido de atualidade, na medida em que os agentes envolvidos com a preservação cultural adaptaram sua aplicação aos novos preceitos constitucionais, que definiram de forma mais detalhada e ampla o que seria merecedor de proteção tutelar; assim como novas formas para sua efetivação além do tombamento, embora até hoje não regulamentadas por lei (Artigo 216 da Constituição Federal Brasileira).

A legitimidade alcançada pelo SPHAN ao longo dos anos fez com que fossem circunscritos em torno do Decreto-lei 25 os debates jurídicos a respeito dessa ação - consagradamente uma questão de política pública - e também que o mesmo servisse de base ou parâmetro para a maioria das legislações criadas por estados e municípios. No debate jurídico sobre o assunto, destacam-se os trabalhos de Sônia Rabello de Castro e o de Carlos Frederico Marés de Souza Filho. Os aspectos relacionados à propriedade privada, no que tange à proteção de *bens culturais*, são tratados por Castro considerando os vários dispositivos constitucionais que interagem com a matéria. O tema da *propriedade* aparece relacionado aos aspectos relativos à questão do *interesse público*, a partir da noção de “função social da propriedade”, presente em todas as constituições desde 1934, quando a matéria da preservação patrimonial tornou-se item constitucional. Sônia R. de

Castro, portanto, reconstrói - reatualiza na memória -, a partir de uma discussão jurídica relacionada aos tempos de hoje, os fundamentos político-ideológicos que embasaram a produção do referido Decreto-lei. Visando mantê-lo no universo da *doxa*, lugar que todo texto legal tensamente ocupa, ainda que seja, na verdade, construção ideativa historicamente determinada, assim entende:

“Nesse sentido, entendemos que nenhum direito individual explicitado, como é o direito de propriedade, pode ser tido como mais fundamental do que outro direito, ainda que não explicitamente mencionado, mas cujo sentido se possa inferir do conjunto de normas constitucionais. Se, por um lado, a Constituição faz nascer o direito à propriedade individual, este direito já nasce limitado em função de um outro dispositivo da própria Constituição, que dispendo sobre a ordem econômica e financeira determina a necessária presença de interesse público e social para o seu exercício.”²

Carlos F. Marés de Souza Filho, com preocupações de ordem bastante diversa em termos das possibilidades de intervenção no mundo social, acrescenta um novo olhar ao problema, sem necessariamente antagonizar com a referida autora, ao considerar a atualização da noção de patrimônio:

“o bem cultural - histórico ou artístico - faz parte de uma nova categoria de bens, junto com os demais ambientais, que não se coloca em oposição aos conceitos de privado e público, (...) porque ao bem material que suporta a referência cultural ou ambiental (...) se agrega um novo bem, imaterial, cujo titular não é o mesmo sujeito do bem material, mas toda a comunidade. Este novo bem que surge da soma de dois, isto é, do material e do imaterial, ainda não batizado pelo Direito, vem sendo chamado de bem de interesse público, e tem titularidade difusa, e talvez outro nome lhe caiba melhor, como bem sócio-ambiental, porque sempre tem de ter qualidade ambiental humanamente referenciada”³

A temática patrimonial, sem dúvida, comporta uma gama de abordagens, recortes e olhares que corresponde não somente às diver-

sas especializações através das quais se analisa o assunto, mas, principalmente, a diferentes posicionamentos frente ao problema, gerados no interior de uma luta acirrada, relacionado que está, diretamente, à configuração do mundo capitalista ocidental.

Em detrimento de uma análise dos debates jurídicos atuais sobre o tema, que por si só já evidenciariam posições distintas no campo político, optou-se aqui por uma abordagem histórica a respeito do processo de institucionalização da preservação cultural no Brasil, considerando em especial a criação de museus pelo SPHAN nos anos 30 e 40 como parte das políticas de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

A Construção do Patrimônio Nacional: as coleções de semióforos da nação

O SPHAN insere-se num universo de “instituições de memória”, cujos objetivos genericamente assemelham-se à construção da “nação brasileira”, pela instrumentalização da história como legitimadora de ações e amálgama da sociedade, através da produção de discursos em busca das raízes e origens da nação, inserindo-se no contexto mais amplo de formação do Estado e construção da nação. Dentro deste vasto universo, as tarefas atribuídas ao SPHAN, definidas no Decreto-lei 25, circunscreveram-no na problemática da cultura material, assemelhando-se, sob este aspecto, à questão mais tradicionalmente colocada pelos museus. Eles participaram conjuntamente do processo de construção de um “patrimônio nacional”, pressupondo um recurso ao concreto – a cultura material – que deveria informar sobre um passado selecionado.⁴

No entanto, suas especificidades administrativas, caracterizadas no referido Decreto-lei, a partir da aplicação do instituto do tombamento com exclusividade pelo SPHAN, imprimiram-lhe uma atuação bastante diferenciada das outras instituições afins, inclusive dos museus, promovendo a criação de um campo novo em que atuava o Estado, diante da tarefa comum de produção do “patrimônio nacional”. Em termos legais, tal distinção deve-se ao fato de o SPHAN ser a única organização administrativa – dentre todas as do gênero – fundada na relação de tutela e no conseqüente “poder de polícia”. O poder daí

originado implicou em garantir o monopólio dos atos de definir e controlar o que fosse - ou não - o patrimônio nacional sobre o qual tal poder incidiria. No que se refere ao aspecto jurídico da tutela, Sônia R. de Castro, acima citada, assim esclarece:

“os valores e interesses coletivos, de diversas ordens - higiene, saúde, segurança, cultura e outros, são o objeto das restrições e limitações administrativas, tuteladas pela administração pública através do seu poder de polícia administrativa.”

Em termos simbólicos, tais distinções evidenciam outros aspectos relevantes. Os objetos materiais, ao serem considerados “patrimônio nacional”, transformam seu valor de uso, tornando-se suportes materiais de idéias - **semióforos** - que têm um valor de troca adquirido de acordo com os novos significados que lhes são atribuídos, não devendo portanto ser destruídos para serem exibidos seus novos atributos. Torna-se “visível”, desta forma, aquilo que seria a princípio “invisível”.⁶ A grande maioria do que ficou consagrado como “patrimônio nacional” pode ser considerado uma grande coleção de “semióforos monumentais”, como *objetos arquitetônicos imóveis* que permanecem fisicamente em seus lugares de origem, mantendo inclusive, em muitos casos, seu valor de uso. Nesse sentido, algumas distinções devem ser feitas com relação aos *objetos móveis*, basicamente constituintes de coleções de museus e que foram extraídos fisicamente de seu uso diário para serem expostos como **semióforos**.

Então, vejamos. Os museus nacionais, que constituem suas coleções mediante doação, compra ou nacionalização de coleções particulares pelo Estado, são constituídos por coleções de bens móveis extraídos de seu uso cotidiano para neles serem expostos, quando tornam-se semióforos. Eles assumem o papel de assegurar a preservação de objetos materiais móveis tornados “patrimônio nacional”, sendo que o caráter público desses museus, em geral, exprime-se também pelo fato de, ao contrário das coleções particulares, serem abertos a todos.

A tarefa de proteção de um *patrimônio* desse tipo pelo SPHAN deu-se mais efetivamente com a criação de museus sob sua direção. No que se refere à aplicação do tombamento a bens móveis dispersos em propriedades particulares, essa atribuição legal foi secundarizada e, por vezes, evitada.

As práticas de *proteção do patrimônio* incidem pois, principalmente, sobre objetos arquitetônicos implantados no território, estabelecendo objetos de exibição, sem com isso deslocá-los de seu contexto de origem ao incluí-los na categoria de *patrimônio histórico e artístico nacional*. Tais objetos, pensados também como semióforos de uma grande coleção espalhada no território, não se constituem contudo em propriedade da agência pública, como se dá no caso dos museus. Essa coleção adquire especificidades próprias, na medida em que é justamente o aspecto de sua permanência no contexto em que foi produzida - sua fixação no espaço - que vai caracterizá-la, distinguindo assim as coleções museológicas da “coleção patrimonial”.

Dessa forma, a ação de proteção ao *patrimônio histórico e artístico nacional*, selecionando e garantindo a permanência, no tempo e no espaço, de objetos monumentalizados, engendra uma territorialização particular da nação, pela manutenção de espaços cheios e vazios, isto é, de uma paisagem arquitetônica. O SPHAN, ao prescrever as características dessa paisagem, a um só tempo distingue, padroniza, homogeneiza e classifica de forma hierarquizada os significados materializados nos objetos arquitetônicos. Essa territorialização - entendida como circunscrição da ação humana dentro de um determinado espaço cultural e sobretudo geográfico e de um determinado tempo histórico - buscou demarcar um Brasil *edificado*, no duplo sentido que se pode dar ao termo.

Trata-se portanto de uma “coleção”, cuja particularidade está no fato de sofrer uma descontextualização exclusivamente simbólica; e não a partir de sua retirada física de seu lugar próprio de uso. Na verdade, até mesmo essa descontextualização pode não ocorrer, como na maioria das centenas de casas residenciais tombadas no Brasil. Elas não perderam seu valor de uso, mas a este foram acrescentados outros valores - como objetos em exposição, que condensam a identidade de um grupo-nação. Por outro lado, em inúmeros casos, se as peças dessa coleção ganham novo valor de troca em função dos significados que lhe são atribuídos, muitas vezes elas têm diminuído seu valor de troca dentro do mercado imobiliário, pois passam a ser consideradas “casas velhas”, que não podem ser alteradas, modificadas ou destruídas - estratégia de desvalorização do imóvel absolutamente perversa para uma

sociedade que também sustenta-se no fetiche do “sempre novo” como símbolo de progresso.

Contudo, sem dúvida, os bens tombados pelo SPHAN adquirem um novo valor de troca relativo aos significados que passam a conter quando incluídos na categoria de *patrimônio histórico e artístico nacional*, garantindo a eles o lugar de preservação das lembranças, e sua dialética lembrar/esquecer, estabelecendo-se também a inclusão/exclusão do que deve ser público e comum. Tais bens tombados, pretende-se, figuram como marcos referenciais que consolidam tais lembranças, permanentemente atualizadas e reatualizadas para ganhar significação presente. Desta forma, as ações implementadas junto ao SPHAN forjam uma idéia de permanência no tempo, fazendo crer na possibilidade do passado ser visto e experimentado no presente.

Assim, o *patrimônio histórico e artístico nacional* presentifica um passado e, ao mesmo tempo, o concretiza cotidianamente, por estar inserido na própria paisagem. Ao promover a permanência de determinadas paisagens, o SPHAN está também definindo padrões para a ocupação da mesma, demarcando pontos de referência simbólica, criando quadros de referência para um *enquadramento* da memória. Portanto, pode-se dizer que não somente a dimensão material do patrimônio, mas particularmente a dimensão espacial que lhe é associada, é também um aspecto fundamental do processo civilizatório, na medida em que determina formas particulares de relação com o espaço, e formas de comportamento daí advindas que territorializam toda uma população anônima, transeunte, passante.

Os Museus do SPHAN: afirmação de uma política de proteção patrimonial

Considerando esses aspectos, compreender a criação de museus pelo SPHAN nos anos 30 e 40, como parte das políticas de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, é revelador das estratégias adotadas no sentido de territorialização da nação, e, conseqüentemente, das concepções que embasaram a musealização do “patrimônio nacional”. A criação de museus vinculados ao SPHAN, no período do Estado Novo⁷, teve um caráter estruturante das concepções e práticas que vinham se constituindo, ao se formular uma vertente museológica

para o SPHAN que conjugasse as representações espaciais que ao imóvel-sede do museu pudessem ser atribuídas, com o acervo que nele seria exposto.

Segundo Lígia Martins Costa, em 1937 esse assunto foi levado a Rodrigo M. F. de Andrade pelo arquiteto Lucio Costa, que, a pedido do Diretor do SPHAN, havia viajado para São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, a fim de averiguar o estado em que se encontravam as ruínas das antigas missões jesuíticas. Ao retornar, o arquiteto propôs, além dos trabalhos de contenção e recuperação arquitetônicas, a constituição de um pequeno museu, para “dar ao visitante uma impressão tanto quanto possível aproximada do que foram as Missões”.⁸ Para Lígia M. Costa, tais recomendações haviam sido decisivas para Rodrigo M. F. de Andrade, vindo este museu a se tornar um “padrão-ideal para os museus regionais monográficos que [o SPHAN] iria organizar”.⁹

Os monumentos e os objetos móveis, ambos como semióforos, tornavam-se também ícones da idéia de cultura. Nesse sentido, a “coletividade” que a nação representava devia ser protegida através da conservação daquilo que ela possuísse. Os objetos recolhidos aos museus mudavam do *status* de propriedade particular, papéis velhos, móveis antiquados, artefatos, objetos de um tempo passado, para o *status* de arte, ou seja, deixavam de ser vistos como vestígios de um “outro” particular, para serem incluídos como parte integrante da cultura tradicional da nação - monumentos de uma história ancestral. Dessa forma, proteger o patrimônio cultural como algo pertencente à coletividade do grupo-nação implicava em fazer o inventário do que se possuía, a aquisição de tudo aquilo que se mostrasse autêntico, genuíno e representativo do ser nacional e, por fim, sua proteção, pelo isolamento dessa propriedade por regras especiais e pela construção de museus nacionais, onde deveriam ser expostos.

O Museu das Missões seria instalado numa construção, projetada para esse fim por Lucio Costa, reconstituindo uma das seções dos antigos alpendrados que formavam a Praça do Povo de São Miguel. A obra foi executada pelo arquiteto Lucas Meyerhofer, que prestou serviços ao SPHAN, no Rio Grande do Sul. Seu acervo foi constituído, basicamente, de artefatos dos jesuítas nas Missões e peças artesanais

produzidas pelos indígenas reduzidos, encontrados na região e reunidos para proteção e exibição no museu.

Mas a partir disso algumas questões se colocam: qual história da nação será contada? Deveria a dizimação dos indígenas ser lembrada ou esquecida? E a tomada de posição da Metrópole portuguesa ao expulsar os jesuítas, aqueles que, segundo um série de bens arquitetônicos tombados posteriormente, firmaram um dos pilares da nacionalidade?

Para Lucio Costa, a recuperação da “ambiência”, com a consolidação das ruínas de São Miguel, e a construção de um museu teriam uma função educativa:

“Aliás, para que os visitantes - geralmente pouco ou mal informados, ‘compreendam’ melhor a significação das ruínas, sintam que já houve vida dentro delas (...) parece-me indispensável a organização de uma série de esquemas e mapas, além da planta de São Miguel, acompanhados de legendas que expliquem de maneira resumida, porém clara e precisa, a história em verdade extraordinária das Missões, e como eram as casas, a organização dos trabalhos nas estâncias e oficinas, as escolas de ler e de música, as festas e os lazeres - a vida social da comunidade, em suma. Com datas e nomes, mas tudo disposto de forma atraente e objetiva, tendo-se sempre em vista o alcance popular.”¹⁰

Entendia que, através dessa dupla construção - didática e física -, seriam reafirmadas a forte influência de um padrão artístico erudito europeu e a “docilidade” daqueles indígenas que ali experimentaram uma vida distinta. Sua forte admiração à empreitada jesuítica fazia crer na insanidade destruidora de obra tão cara a toda a humanidade, com a qual a nação seria obrigada a conviver, passando a reconhecer nesses fatos “antigos fratricídios” - necessários para consolidação de um sentimento nacional.¹¹ Eles seriam (re)lembrados como uma história própria e familiar, embora relativa a um tempo em que a nação nem sequer existia. Assim observava Lucio Costa:

“Não encontramos, porém, nas peças estudadas, vestígios, senão muito vagos, de influência indígena (...) a maneira especial de ‘ornamentar’ provém não só da falta de experiência dos ‘operários’ (...) mas, também, da colaboração de escultores do centro e

*do norte da Europa - que não foram poucos os que vieram juntamente com italianos e espanhóis, trazendo com eles aquele renascimento retardatário e impregnado ainda de gosto gótico e até mesmo românico, que durante tanto tempo se manteve ali, lado a lado com o desenvolvimento da escola erudita e latina;(...). Este [o elemento nativo], vencida a primeira fase de rebeldia, deixou-se moldar com docilidade pela vontade poderosa do jesuíta. Parece mesmo não ter havido da parte dos irmãos, cientes da superioridade de sua própria técnica, compreensão e simpatia pelo que as interpretações dos indígenas pudessem apresentar de imprevisto e pessoal, o que desprezavam como errado tudo que fingisse às receitas do formulário europeu, estimulando, pelo contrário, as cópias servis - a que, aliás, eles se entregavam de bom grado e com muito 'proveito' - e impondo, assim, junto com a nova crença e a nova moral, uma beleza já pronta.*²¹²

Nessa mesma trilha, aberta ainda em 1937, foram idealizados mais dois museus em Minas Gerais: o Museu da Inconfidência, de Ouro Preto e o Museu do Ouro, de Sabará. Ambos seguiram a proposta de aproveitamento de prédios cuja história tinha vinculação com a temática definida para o museu. No primeiro caso, sua sede foi a antiga Casa de Câmara e Cadeia de Ouro Preto, edifício doado à União pelo Estado de Minas Gerais, cujas obras de restauração e adaptação para o novo uso foram feitas pelo arquiteto do SPHAN Renato Soeiro. Por seu turno, o Mausoléu para abrigar, dentro do Museu, os despojos dos Inconfidentes - com os restos mortais de Tiradentes, trasladados para o Brasil - foi concebido por José de Souza Reis, também arquiteto do SPHAN, em 1942. Junto ao mausoléu foram reunidas peças relacionadas ao martírio do "herói nacional", assim como os autos da Devasa, sua condenação e os remanescentes da forca. O Museu reuniu peças de Aleijadinho, além de um acervo variado da arte *barroca* mineira.

O Museu do Ouro teve como sede a antiga Casa da Intendência do Ouro, previamente restaurada pelo SPHAN. Na proteção do patrimônio cultural como bem da nação, pretendia-se reunir em seu acervo testemunhos da cata, pesagem e quintagem do ouro, e peças miniaturas reproduzindo a evolução dos antigos processos extrativos do metal, mantendo ainda uma biblioteca especializada. Valorizava-se

o empenho daquela heróica empreitada mineradora, cujos recursos materiais primitivos de exploração colonial e escravista, que caracterizaram os métodos da metrópole portuguesa - poder simbolicamente abrigado nesse imóvel -, importava esquecer; ou talvez quem sabe mesmo lembrar, mais uma vez, como reafirmação do fratricídio que era necessário conceber, para construção de uma história nacional.

Esses foram passos decisivos para a consagração do tempo, recortado como origem da nacionalidade, e seus ícones, representados pela Inconfidência Mineira e seus protagonistas, assim como por objetos expressivos do extrativismo do ouro, do garimpo e da tradição artística do período, em Minas Gerais. Foram valorizadas as temáticas relativas ao período colonial, como mais um exemplo dos inúmeros investimentos feitos no sentido da consagração e do *reconhecimento* da história contada pela agência pública, reafirmando as Minas Gerais do século XVIII como marco desse processo de fundação da nação. Além disso, na proposta de museus temáticos, esse investimento caracterizou-se pela conjunção da concretização dessa história selecionada numa materialidade que a autenticava, através de objetos tanto arquitetônicos quanto móveis. Destaca-se nesse aspecto o fato de que, nos três casos, a implantação dos museus envolveu obras de restauração e/ou construção, feitas por arquitetos do *Serviço*, cuja marca se daria pelo resgate de sua feição original, ponto crucial da afirmação das características “genuinamente” brasileiras, transpostas para o conceito de restauração arquitetônica.

No segundo governo Vargas, foi criado o Museu do Diamante, subordinado à então DPHAN (Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em Diamantina, cidade natal de Juscelino Kubitschek, na ocasião governador de Minas Gerais. Persistindo assim na temática mineira, as finalidades expressas para esse museu visavam por um lado o reconhecimento de um “patrimônio natural da nação”, através de suas “riquezas minerais”; recolhendo, classificando, conservando e expondo elementos característicos das jazidas, formações e espécimes de diamantes existentes no Brasil. Por outro lado, objetivavam a reunião de objetos considerados de valor histórico e artístico – bem cultural da nação - documentos comprovadores de uma história que permanentemente se desejava construir, relativa ao desen-

volvimento técnico e tecnológico do qual a nação era herdeira, advindas da fração portuguesa, considerada majoritária no processo de formação de uma herança material nacional.

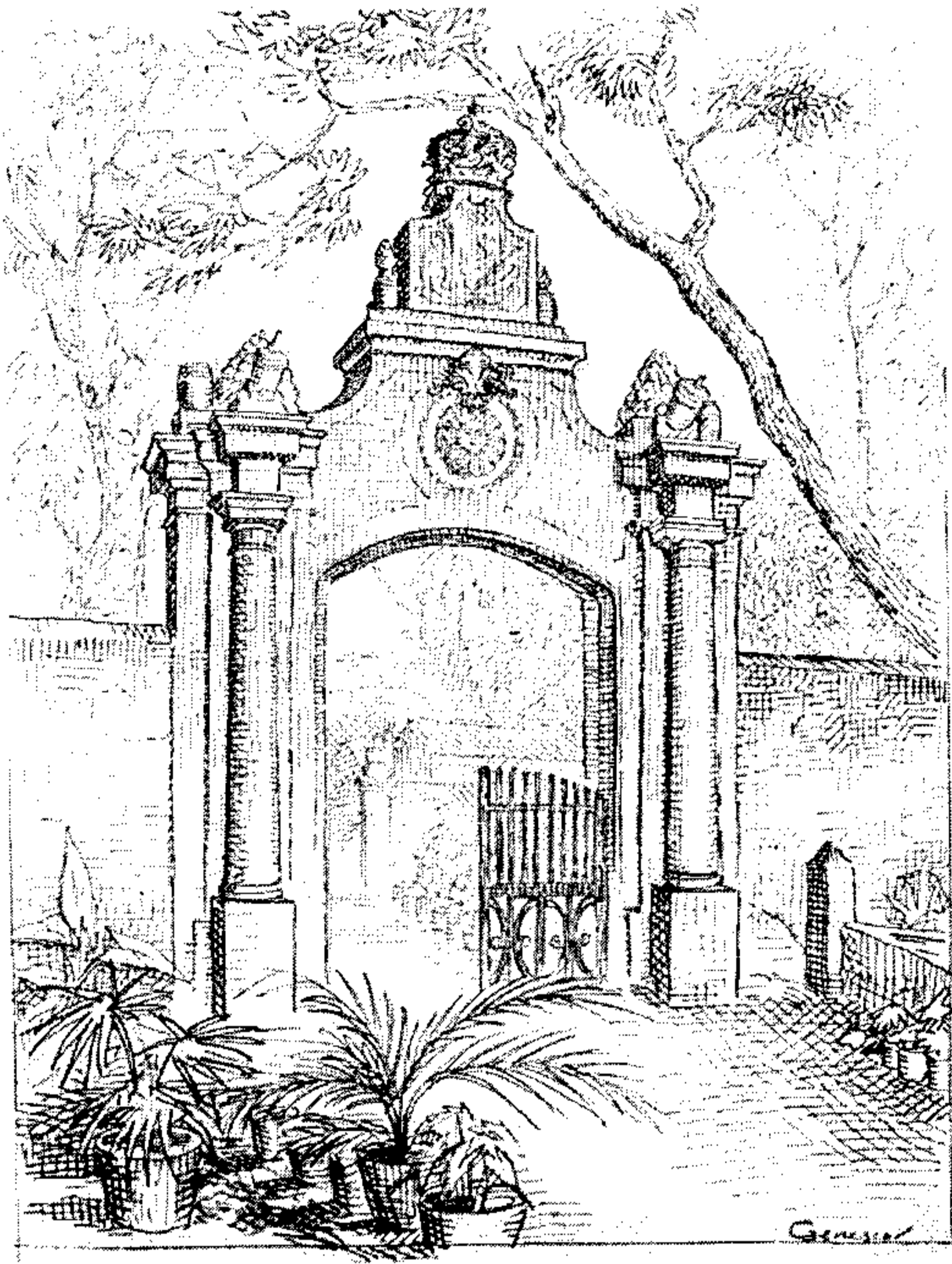
Sua sede seria no imóvel de propriedade da União, “já restaurado na sua feição colonial pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, segundo o próprio texto da lei.¹³

A rede burocrático-administrativa que se constitui em torno da temática patrimonial consegue reunir, num curto espaço de tempo, agências e subagências; e criar seus dispositivos legais, em boa medida distanciados das proposições contidas no *Anteprojeto* de Mário de Andrade - como já dito, um dos mentores da idéia de preservação cultural no Brasil. Seus projetos para criação de museus ligados a um *Serviço de Patrimônio Artístico Nacional*, conforme havia idealizado, guardam longa distância do que foi concretizado pelo SPHAN, cuja tônica recorrente - e quase uníssona - nada se aproximou da multifacetada perspectiva cultural daquele intelectual que, não sem percalços no caminho mas ainda assim tenazmente, foi um dedicado “funcionário”. Seu projeto totalizante de conhecimento e preservação da “cultura brasileira” esteve à margem do que efetivamente se constituiria no *Serviço*.

Diferente também do que propunha Mário de Andrade, aos poucos os principais postos da estrutura técnico-administrativa do SPHAN foram sendo ocupados principalmente por arquitetos, tornando-se um mercado de trabalho privilegiado para esta categoria profissional, conforme pôde-se perceber, inclusive, nas diferentes oportunidades de execução de projetos e obras para os museus do SPHAN. Na sua direção, um intelectual, advogado de formação, jornalista e profundo conhecedor daquilo que denominaram “história da arte tradicional” no Brasil, e, essencialmente, um articulador político cuja competência maior foi, sem dúvida alguma, a capacidade de entrelaçar redes de relações em torno da “causa” do *patrimônio*.

NOTAS

1. CASTRO, Sônia Rabello. "Mesa-redonda: Tombamento." *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. (N.º22, 1987.) P.70.
2. CASTRO, Sônia Rabello. *O Estado na Preservação de Bens Culturais*. Rio de Janeiro : Renovar, 1991. P.11.
3. SOUZA F.º, Carlos Frederico Marés. *Bens Culturais e proteção jurídica*. Porto Alegre : Unidade Editorial, 1997. P.18.
4. Como por exemplo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, cujas origens remontam ao século XIX, e o próprio Museu Histórico Nacional, criado em 1922.
5. CASTRO, Sônia Rabello. *Op. cit.* P.34.
6. Conforme POMIAN, Krzysztof. "Coleção." In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. (Vol.1 Memória-História) Lisboa : Imprensa Nacional, 1984.
7. No Estado Novo foram criados os seguintes museus: Museu das Missões, em 1940, pelo Decreto-lei n.º 2.077; Museu da Inconfidência e Museu do Ouro, respectivamente, pelo Decreto-lei n.º 965, de 1938 e pelo Decreto-lei n.º 748 de 1945; e no segundo Governo Vargas, o Museu do Diamante, pela lei n.º 2.200, de 12 de abril de 1954. (Conforme *Legislação brasileira de proteção aos bens culturais*. Rio de Janeiro : MEC/DPHAN, 1967).
8. BRASIL, IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Catálogo geral. Relatório de Lucio Costa, de 20 de dezembro de 1937. (Pasta de personalidades - Lucio Costa.)
9. COSTA, Lígia Martins. "O pensamento de Rodrigo na criação dos museus do SPHAN." In: BRASIL, IBPC. *Ideólogos do Patrimônio*. Rio de Janeiro : IBPC, 1991. P.121.
10. BRASIL, IPHAN, Arquivo Noronha Santos. Catálogo geral. Relatório de Lucio Costa...
11. Para um aprofundamento dessa noção, conforme ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: Reflexions on the origins and spread of nationalism*. London/New York : Verso, 1991.



Portão da Residência de verão
de D. João VI, em Paqueta
Nanquim
Genesco Murta, c.1930

D. PEDRO I

ESTADISTA DE DOIS MUNDOS

Seleção de Alguns Artigos que constaram do Seminário Internacional, realizado no Museu Histórico Nacional em outubro de 1998.





UMA DÁDIVA E MUITAS DÚVIDAS

Maria Augusta Machado da Silva*

A Dádiva

No acervo do Museu da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro existe um quadro de factura erudita e forte marca alegórica, cuja descrição sumária é a seguinte:

“No eixo vertical central, D. Pedro I, em traje de gala, com banda e decorações e espada à cinta, o joelho direito apoiado numa pedra, é amparado ou soerguido pelo braço direito por uma figura feminina alada, armada de lança e escudo, com o qual empurra a imagem da morte - esqueleto vestido de mortalha, empunhando foice e ampulheta - tudo isso encimado por uma figura de mulher jovem, entronizada em capuchos de nuvens, vestida com uma túnica branca de mangas compridas e com um manto azul celeste que lhe cobre a nuca e as costas e lhe envolve as pernas, e que traz na mão esquerda uma grande cruz latina, da qual pende uma flâmula branca onde se lê “GLÓRIA”; sobre sua cabeça paira uma fileira de cinco rosas vermelhas (talvez uma grinalda em perspectiva frontal, num erro de composição inadmissível numa obra de pintor erudito como essa); seu braço direito está abaixado em direção ao grupo a seus pés, que ela aponta com o dedo indicador.

* Museóloga. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

À esquerda desse conjunto ascendente de figuras, aparece a da Imperatriz Leopoldina, com a banda imperial e chapéu de plumas, cavalgando com garbo, o rosto e o braço esquerdo erguidos em direção à mulher jovem que encima o conjunto. Curiosamente, essa figura tão importante está incompleta - só aparecendo a parte da frente do cavalo - como se tivesse sido incluída por último, no pequeno espaço disponível na composição.

À direita, um cavalo escapa deixando cair uma sela - pequena e modesta alusão à queda de cavalo sofrida pelo Imperador, num quadro que aparentemente a tem como assunto principal.

A figura da Imperatriz é sobreposta ao prédio da Fazenda do Macaco que se vê ao fundo. O cavalo do Imperador foge em direção ao Paço de São Cristóvão.

Na parte inferior do quadro, uma legenda em latim menciona o acidente, dá ênfase aos autores da obra - A. M. Taunay e seu sobrinho F. E. Taunay, que completou o quadro após a morte do tio (o que também é mencionado na legenda) e o classifica explicitamente de Ex-voto.”

A legenda, que nada informa sobre o ano do acidente (que se sabe ocorreu em 1823), registra que o quadro só foi completado em 1827. Ou seja, quatro anos após o acidente e meses depois da morte da Imperatriz. Não foi encontrado o registro de como foi feita a doação do quadro para o tesouro da Imperial Irmandade de Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Certamente não o foi de maneira grandiosa nem solene, como se poderia esperar de uma dádiva

A. M. Taunay, escultor parisiense, dera o primeiro traço desta obra “Pedro I, fundador do Império Brasileiro, escapando por pouco da fúria de desenfreado cavalo.” A morte o arrebatou...

Felix Émile Taunay levou a cabo, no ano do Senhor de 1827, o nobre propósito do queridíssimo tio com este quadro de cores vivas. Ex-voto. (N.A.)



imperial que tanto acrescentava à boa reputação da Santa como intercessora de milagres.

Ficha de Identificação do Quadro

Do Guia Catálogo do Museu da Imperial Irmandade de N. Sra. da Glória do Outeiro¹ consta a seguinte ficha de identificação elaborada pela Irmã Yolanda Marcondes Portugal:

“D. Pedro sustido pelo anjo da guarda que com lança e escudo afugenta a morte que tenta aproximar-se do monarca. À esquerda a imperatriz Dona Leopoldina, a cavalo, invoca N. Sra. da Glória que aparece sobre nuvens. À direita, cavalo em disparada, corre em direção ao paço de São Cristóvão, que se vê parcialmente. Embaixo, à esquerda, a seguinte inscrição:

‘Husus operis (cum equi radiem, indomiti Petrus I Brasilici Imperi conditor pene salvus evassit). Primum dispossurat adumbrationem A. M. Taunay sculptor parisiensis mors interceptit... Carissimi avunceli nobilis propositatum hac tabula vivis expressit coloribus Felix Emilius Taunay anno Domini MDCCCXXVII. Ex-voto’¹

‘Menciona acidente ocorrido em 30 de julho de 1823. O desastre aconteceu de volta da fazenda do Macaco, próximo do paço de São Cristóvão, que se vê, parcialmente na tela. O imperador sofreu, segundo narra o historiador, “fratura da sétima costela do lado direito, na terceira do lado esquerdo, na extremidade externa da clavícula esquerda, grande contusão no quadril com forte tensão nos músculos da articulação e dores do nervo’. Foi-lhe aplicado o tratamento da época: 19 sanguessugas num dia e 12 no dia seguinte e mais os aparelhos necessários’. O doente restabeleceu-se rapidamente. A 7 de agosto deu audiência no paço. A 9, ouviu missa na igreja do Outeiro, visitando depois os Arsenais da Marinha e da Guerra.” (Notar que as expressões ‘anjo-da-guarda’ e ‘invoca N. Sra. da Glória’ são inferências da Irmã Yolanda Marcondes Portugal, certamente inspiradas pela condição de ex-voto atribuída ao quadro.)

Ex-Votos: O que são?

Um lembrete de interesse para o eventual leitor deste texto: ex-votos são expressões materiais de agradecimento por graças alcançadas,

que podem abranger desde monumentos como igrejas e capelas ou jóias verdadeiras, alfaias e adornos, até o uso de roupas especiais, como os meninos vestidos de São Sebastião nas procissões das festas do santo.

Na sua absoluta maioria, porém, são objetos colocados em locais de culto, em paga de milagre obtido; testemunho de graça alcançada; agradecimento por curas e outras intervenções milagrosas em casos de doença grave, risco de vida ou de perda de bem patrimonial. Incluem-se entre esses objetos as placas com legendas narrando o milagre, o nome do milagrado e o do Santo intercessor do milagre.

Mais modernamente, esses testemunhos passaram a incorporar os bons resultados em concursos, em relações amorosas, em conseguir emprego, na aquisição de casa própria, etc. - o que enche as capelas dos santos mais milagreiros de fotocópias de diplomas, de véus e grinaldas, carteiras de trabalho, fotos e miniaturas de casas - uma boa demonstração do novo espectro de dificuldades cujo enfrentamento só é considerado possível com ajuda vinda "de cima".

De maior interesse cultural e artístico são os ex-votos escultóricos e os pintados ou cênicos. Os ex-votos escultóricos são geralmente representações das partes do corpo atacadas pela doença - pernas, pés, mãos, olhos, seios, barriga, coração, etc. -, e não contêm nenhuma referência ao milagrado nem a quem agradece o milagre, e nem mesmo ao santo; o testemunho/agradecimento se materializa em anonimato, pela deposição do objeto no local de culto. Assim, a publicidade do evento milagroso é cumprida pela presença do objeto, e o agradecimento ao santo pela deposição do objeto no seu santuário.

A grande quantidade de representações de cabeças (algumas inclusive parecendo "retratos") não autoriza pensar que se refiram a doenças nesta parte do corpo ou mesmo doenças "sediadas" na cabeça (nervosas, psíquicas ou algo assim).

Duas hipóteses podem ser aventadas em relação a essas figuras: a) são ex-votos que dão testemunho da recuperação da saúde ou de alguma outra graça, inespecificamente; b) não são ex-votos e, como no caso das velas, trata-se de figuras votivas, colocadas nos locais de culto como símiles do devoto, que deseja expressar sua devoção permanente; ou seja: são figuras de orantes, de arcaica tradição.

Os ex-votos pintados ou cênicos - cujo registro mais antigo re-

monta ao século XIV - até o Séc. XV eram pintados por artistas da norma culta, tão devotos quanto seus clientes. Já no Séc. XVI essa conexão foi-se desfazendo, uma vez que a grande arte foi-se tornando privilégio das classes ricas e a arte popular foi-se “comercializando” e ocupando seu lugar entre as camadas mais pobres. Em seu “Elogio da Loucura” Erasmo de Roterdã dedica a essa prática para-religiosa comentários sarcásticos.

Os ex-votos pintados apresentam as seguintes características comuns e obrigatórias para a sua tipificação:

a) identificam quem os mandou fazer, mas não os que materialmente os fizeram, geralmente artesãos anônimos, fazedores-de-milagres com oficina instalada nas proximidades do local de culto. Não são “assinados”;

b) descrevem a graça alcançada, pictoricamente e/ou em legenda do tipo “F estando em grande perigo apegou-se com o santo X e foi atendido”; ou “Estando F em grande perigo, B orou ao santo X e logo foi salvo”;

c) apresentam em todos seus atributos, tal como é conhecida por todos os devotos, a imagem do santo ou santa a quem se atribui o milagre ou fazem referência expressa a ele ou ela;

d) apresentam a figura do milagrado na cena do milagre ou fazem alusão a ambos na legenda;

e) não bastasse serem depositados nos santuários específicos, expressam claramente o agradecimento de quem recorreu ao santo e foi atendido;

f) sua validade como testemunho de graça alcançada implica que, na época de sua deposição no local do culto, estejam vivos o agradecedor e o objeto do milagre, pois não teria sentido que um morto pudesse dar testemunho ou que - à época da feitura do objeto - o milagrado já tivesse morrido. Milagre e ex-voto são coisa de quem está vivo. Por isso, após a morte de um dos personagens envolvidos, esses objetos podem, devem, e de fato são destruídos, a menos que um colecionador os resgate.

As Dúvidas

Mesmo envolvendo majestades e artistas famosos, o quadro jamais mereceu maior consideração por parte dos estudiosos da vida social e política do Império.

O fato é compreensível, afinal tudo indica que se trata de um episódio menor da vida do fundador do Império, uma manifestação de fé religiosa da Imperatriz; enfim, nada muito relevante. Mas, em nosso modo de ver, o quadro até poderia passar como um simples documento pictórico como outro qualquer, não fosse o elenco de dúvidas que suscita, exatamente por lhe ter sido atribuída, na legenda que lhe dá nome e assinatura, a condição de ex-voto.

Primeira Dúvida

Será que estamos realmente defronte de um ex-voto, mandado pintar pela Imperatriz, para agradecer a N. Sra. da Glória ter ela salvo o Imperador do risco da morte decorrente de uma queda de cavalo?

Para um ex-voto, o quadro - claramente uma alegoria, ao estilo da pintura francesa da primeira metade do Séc. XIX - peca nos seguintes detalhes:

- a figura que representaria N. Sra. da Glória - a mulher jovem que domina a cena - não apresenta qualquer dos atributos que identificam essa invocação da Mãe de Deus;

- se a figura alada é a representação do Anjo da Guarda, teria havido duas intercessões para o mesmo milagre; um exagero, já que tanto a Mãe de Deus como o Anjo da Guarda, isoladamente, teriam esse poder perante Deus. Além disso, ao Anjo da Guarda se atribui o poder de livrar seu protegido do perigo "antes" que ele ocorra, ou seja, evitando o perigo, sem que seja necessário invocá-lo, já que é esta a sua missão;

- a legenda em latim, que tanta ênfase dá aos artistas que o pintaram, apenas menciona o acidente *como título do quadro* - "Pedro I, fundador do Império Brasileiro, escapando por pouco da fúria de desenfreado cavalo." Faltam-lhe a referência expressa ao milagre e à intercessão da Santa, e a manifestação de agradecimento pela graça;

- foi pintado quatro anos após o acidente e terminado um ano após a morte da Imperatriz que - como se fez constar - o teria encomendado.

Segunda Dúvida

Por quê, dispondo de todas as informações necessárias para representar N. Sra. da Glória de maneira imediatamente reconhecível, os dois artistas a representaram sem seus atributos, como uma intri-

gante figura alegórica de mulher?

Quem quer que conheça, ainda que superficialmente, a iconografia mariana, não reconhecerá nessa figura feminina a representação de N. Sra. da Glória do Outeiro.

Não há qualquer sustentação iconográfica ou canônica para os elementos referenciais da cruz latina, de onde pende a flâmula branca com a palavra GLÓRIA; da cor das vestes; ou da fila de rosas vermelhas acima da cabeça da figura, como impossível coroa floral.

Todas as imagens da Mãe de Jesus nesta invocação apresentam a justaposição das devoções orientais da dormição/assunção/coroação e das devoções ocidentais baseadas no Evangelho de São Lucas, segundo o qual, cumprindo a Lei mosaica, ela apresentou o filho no templo para a cerimônia da purificação, que ocorria 40 dias após o parto.

A iconografia de N. Sra. da Glória tem regras específicas: a imagem está em posição ereta e sustenta o menino no braço esquerdo; na mão direita segura uma vela ou círio, ou um cetro floral com rosas e lírios - atributo relacionado com o ritual da Purificação.

Quando se tornou uma devoção de reis, a imagem passou a poder ostentar na cabeça: uma coroa simples; uma coroa real, com interferências florais (lírios e rosas), e, com grande frequência no imaginário barroco, uma coroa imperial; sendo que, nesta última versão, mãe e filho estão coroados.

O filho sustenta na mão esquerda o globo representativo do poder imperial e com a mão direita executa o gesto de bênção.

As vestes de ambas as figuras são recamadas de rosinhas de Malibur ou apresentam brocados de ouro e prata, identificadores de sua majestade. O manto da Virgem é preso por um rico broche em formato de jóia e, no período barroco, é azul-cobalto por fora e vermelho-púrpura por dentro, cores que simbolizam a realeza do céu e da terra. São frequentes os estofados em estrelas ou os florões, igualmente folheados a ouro.

Outras Dúvidas

A figura feminina alada, em trajes gregos, é mais uma Vitória, de claro recorte “pagão”, que um anjo ou arcanjo na versão cristã.

A figura do Imperador, orientada em eixo ascendente, exprime

antes exaltação e arrebatamento que contrição ou devoção. E a postura genuflecta (um joelho sobre uma pedra, como sobre uma almofada), tem tudo de reverência ritual, e não devocional.

O Imperador, que certamente possuía roupas apropriadas de montaria (e estava voltando de uma fazenda ou da Chácara da Joana), é apresentado em traje de gala, com banda, decorações e espada à cinta.

Terceira Dúvida

Não sendo a imagem de N. Sra. do Outeiro, a que ou quem se refere a figura de mulher que ocupa a posição dominante do quadro, vestida de azul e branco e “coroadada” de flores?

Dois dos atributos dessa figura - a cruz latina sustentando a flâmula branca com a palavra “Glória” e a suposta coroa de rosas vermelhas - são símbolos da maçonaria do 4º grau, que derivou para o rito francês dos rosacruz, instalado na França em 1611 e que, no recém-criado Império brasileiro, atuava como o Grande Poder Oculto no qual - segundo consta - o Imperador foi iniciado, ocupando, por razões óbvias, o mais alto grau.

As cinco rosas vermelhas em fila horizontal que pairam sobre a cabeça da figura não formam uma coroa, por inadmissível - porque grosseiro - erro de perspectiva. Além do que, as coroas florais geralmente são constituídas de rosas e lírios.

Como símbolo, a rosa carrega uma variedade enorme de significados alquímicos, esotéricos, religiosos, maçônicos, cabalísticos. Segundo F. Portal, “a rosa e a cor rosa constituiriam um símbolo da regeneração, em virtude do parentesco semântico de rosa com ros (a chuva, o rocío). A rosa e sua cor eram os símbolos do primeiro grau da regeneração e da iniciação nos mistérios. O asno de Apuléio recobra a forma humana, comendo uma coroa de rosas vermelhas com que fora presenteado pelo alto sacerdote de Isis”.

“É o simbolismo da regeneração que está por trás do costume de, desde a mais alta antigüidade, se depositarem rosas sobre os túmulos”.

“Um símbolo rosacruziano figura **cinco rosas** no centro e uma em cada braço da cruz.”²

Quanto às cores azul e branco que vestem a mulher no quadro, embora apareçam nas figuras de Nossa Senhora pintadas por Murilo

(nunca porém sentadas e ostentando cruz e flâmula) elas só passaram a ser definitivamente incorporadas às imagens da Virgem após a promulgação do dogma da Imaculada Conceição (1858), que se seguiu às visões de Bernadette Soubirous.

Mas são cores relacionadas com o culto de Isis, a regeneradora da vida, amplamente difundido em todo o Império Romano no período ptolomaico.

Em face de tais referências e evidências, parece que estamos lidando com a possibilidade - historicamente sustentada - de que o quadro seja um alegoria à iniciação do Príncipe D. Pedro, vestido com seus trajes de gala, nos ritos maçônicos.

Nesse caso, a figura feminina seria a própria Maçonaria, valendo lembrar que o título de “Imperador”, com que passou a reinar o novo monarca, foi decidido numa reunião maçônica.

Nessa hipótese, as figuras de fundo - Imperatriz, cavalo em disparada e mesmo a Morte, todas em fortes tons escuros - teriam sido acrescentadas ao esboço original para dar ao quadro a desejada condição de “ex-voto”, em agradecimento pela sobrevivência do Imperador a uma queda de cavalo ou, de acordo com a legenda do quadro, por ter Sua Majestade “escapado por pouco da fúria de desenfreado cavalo” (frase, aliás, que nem mesmo passa a idéia de queda).

Voltaremos a essa hipótese no final, com outros dados contextuais.

Quarta Dúvida

A principal fonte histórica sobre a queda do Imperador é o relato do médico Dr. Carron du Villards, escrito entre 1859 e 1861, “cerca de 40 anos após a ocorrência.”

Trata-se ensaio biográfico encomiástico das virtudes científicas, cívicas e morais do Dr. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto, Barão de Iguaraçu que, no curso de uma brilhante carreira na Corte, foi feito em 1825 (dois anos depois do acidente da queda de cavalo) Cirurgião-mor do Império. Por sua dedicação e competência, era homem de confiança e protegido do Imperador que, inclusive, em 1827 lhe concedeu generosa pensão, o que lhe permitiu continuar seus estudos em Paris, onde conheceu o Dr. Carron du Villards, a quem narrou

todos os fatos relacionados com os aspectos médicos da família imperial - nascimentos, mortes, embalsamentos e principalmente acidentes com o Imperador.

Sua volta de Paris decorreu de questões políticas, como nos informa o Dr. Carron du Villards: “[...] mas assim como o Dr. Peixoto, eu não tinha contado com as revoluções. De há muito recebia ele desfavoráveis notícias do Brasil, cujo horizonte político se cobria de nuvens. Já lhe tinham tirado a pensão que devia à munificência do Imperador, assim como o lugar de cirurgião-mor do Império e os ordenados correspondentes.”³³

Entre os fatos narrados pelo Barão de Iguaraçu a seu amigo Carron du Villards, cabe destacar os seguintes, relacionados com o príncipe e, depois, Imperador D. Pedro I:

“Um incidente de que foi vítima o príncipe real teve grande influência na carreira do Dr. Peixoto. S. A. Real, ao chegar à tribuna da capela por ocasião de uma festividade, se feriu no lado esquerdo da testa, com um varal de ferro que sobre ele caiu casualmente, fazendo um talho e interessando toda a espessura da pele, no comprimento de uma polegada [...] O Dr. Peixoto preveniu as conseqüências, ordinariamente tão graves em uma parte tão melindrosa, e obteve uma cicatriz regular sem deformidade.

Em julho de 1823, vindo pela chácara da Joana deu o Imperador uma grande queda de cavalo, com fratura de duas costelas; Dr. Peixoto o tratou por espaço de um mês pouco mais [...]

[...] cabendo-lhe igual honra na ocasião em que Sua Majestade se feriu no pé com a própria espada, quando em exercício de tropa no campo de S. Cristóvão.”³⁴

Outra fonte de dados sobre o acidente com o cavalo é “O Rio de Janeiro”, do médico e historiador Moreira de Azevedo (1832-1903), cuja primeiro tomo saiu publicado em 1861 - também cerca de 40 anos após o acidente.

Obra de pesquisa minuciosa em arquivos, empresas, cenóbios, irmandades, dá uma versão do acidente que parece o que hoje seria um “press release” oficial, e que é praticamente a interpretação escrita do

ex-voto, com detalhes que só o acidentado poderia saber e que, ao que parece, jamais contou a ninguém:

“Recolhia-se o Imperador da Fazenda do Macaco, quando ao chegar à ladeira próxima do Paço de S. Cristóvão, correu o selim para a garupa do cavalo, em que vinha montado, que começou a corcovear e disparou. Receando resvalar com o selim, e ser maltratado pelos coices do animal, especialmente faltando-lhe o apoio da crina, que se rebentara pelo esforço que praticara para deter o cavalo, tomou D. Pedro a resolução de deitar-se abaixo, o que executou pelo lado esquerdo. Na violenta queda, bateu com as costas no barro duro, e só depois de muito esforço pôde levantar e pedir socorro, que prestaram-lhe os soldados do telégrafo. Chegando a Imperatriz com o seu criado, apeou-se e tratou de conduzir o Imperador para o Paço, onde examinado pelos médicos Drs. Domingos Ribeiro dos Guimarães Peixoto e Antônio Ferreira França, reconheceram estes que havia fratura na sétima costela do lado direito, na terceira do lado esquerdo, grande contusão na extremidade externa da clavícula esquerda, grande contusão no quadril com forte tensão dos músculos da articulação e dores gradativas no nervo ciático. Por ocasião da queda, ficara amassado um punhal que o imperador trazia consigo.”⁵

O tratamento foi prescrito, segundo essa versão, não apenas pelo Dr. Guimarães Peixoto, mas por uma junta médica, ou seja, usando-se todos os recursos da medicina daquele tempo. (Afinal, tratava-se de um Imperador.)

Tendo em conta que D. Pedro apresentava “febre, dores agudas e irritação do sistema nervoso” o tratamento consistiu de: “sangria, praticada pelo Dr. Guimarães Peixoto, após a qual o imperador adormeceu; no dia seguinte, dezenove sanguessugas ao quadril, onde havia dores agudíssimas e ventilou-se a sangria; e também foram aplicadas dozes sanguessugas sobre a 12^a costela e sobre o dorso; com este tratamento e aparelhos convenientes foi de dia para dia aliviando o doente que restabeleceu-se.”⁶

Com tal tratamento, parece que o que a Imperatriz agradeceu à Virgem no ex-voto foi não ter morrido o Imperador nas mãos dos médicos. O relato prossegue informando que já no dia 17 de julho...

“[...] o Imperador se vestiu para dar alguns passos em sua quinta; em 7 de agosto tirou-se pela última vez o aparelho das ligaduras, e

dois dias depois dava o Monarca audiência no Paço da Cidade.

A oficialidade de diversos corpos da guarnição da Corte dirigira-se a cavalo a São Cristóvão para acompanhar o Imperador pela cidade, o qual depois de ouvir missa na Igreja da Glória do Outeiro deu audiência; e terminada esta, visitou os Arsenais de Marinha e Guerra, regressando a São Cristóvão com numeroso séquito.”⁷

Seguiram-se festas e comemorações pela cidade e “em 24 de agosto, a Guarda de Honra do Imperador mandou celebrar na Igreja de São Francisco de Paula um *Te-Deum* em regozijo pelo restabelecimento do Soberano, orando nesta solenidade o padre mestre Monte Alverne.”⁸

Continua o Dr. Moreira de Azevedo, que evidentemente acreditava na medicina aplicada ao Imperador e não acreditava muito em milagres:

“Julgando a Imperatriz, mui devota da Senhora da Glória, que por seu patrocínio se salvara o Imperador, mandou fazer o quadro relatando o fato e colocá-lo na Igreja do Outeiro. Tem o painel uma inscrição em latim.”

Como o leitor pode observar, há discrepâncias significativas entre os dois relatos. Segundo o Dr. Carron, com base no testemunho do Barão de Iguaraçu, o Imperador vinha “pela chácara da Joana”, mas, no relato do Dr. Moreira Azevedo, ele “recolhia-se da Fazenda do Macaco”. Uma simples confusão de endereços, se a Chácara da Joana não fosse onde vivia D. Domitila de Castro Canto e Mello (a amante que a opinião pública exigiu que o Imperador depois repudiasse) e a Fazenda do Macaco, o local de repouso do casal imperial, quando dos longos passeios a cavalo.

Dessa forma, cabe a suspeita de que, no “relato oficial”, foi feita a troca de endereços, para resguardar a honra da Imperatriz, ocultando o relacionamento adúlterino do Imperador.

Enquanto o Barão de Iguaraçu - testemunha e contemporâneo - minimiza os efeitos do acidente: “com a fratura de duas costelas” - o Dr. Moreira Azevedo, certamente alimentado por fontes de documentação oficial, se derrama em detalhes que magnificam o acidente, alguns dos quais só o acidentado poderia saber:

“Receando resvalar com o selim, e ser maltratado pelos coices do animal, especialmente faltando-lhe o apoio da crina, que se rebentara pelo esforço que praticara para deter o cavalo, tomou D. Pedro a resolução de deitar-se abaixo, o que executou pelo lado esquerdo.”¹⁰

A quem D. Pedro teria narrado esta parte do desastre?

A extensão e a dramaticidade das lesões amplificadas no relato do Dr. Moreira Azevedo fazem um bom contraste com a rápida recuperação do Imperador, e “autorizam” o comentário final, encomiástico: “[...] provam estes fatos a atividade do fundador do Império que, depois de tão penosa enfermidade, no primeiro dia que saía, julgava-se com forças para fazer prolongados exercícios.”¹¹

Outras Dúvidas

Segundo consta do relato de Moreira Azevedo, a Imperatriz estava no Paço de São Cristóvão (embora, no quadro, sua figura apareça cavalgando para os lados da Fazenda do Macaco) quando foi informada do acidente, e de onde partiu a cavalo ao encontro do Imperador. Portanto, não estava na cena do acidente a tempo de formular um voto a N. Sra. da Glória, suplicando pela vida do marido.

O punhal que se teria amassado na queda nem sequer é sugerido no quadro.

Por que a Imperatriz, uma mulher culta, teria encomendado o quadro a um escultor e por que sua encomenda não foi logo atendida, tendo a obra sido terminada em 1827, 4 anos após o acidente e meses após a morte da Imperatriz?

Quanto às datas: segundo o relato do biógrafo do Barão de Iguaçu, endossado por Moreira Azevedo, o acidente ocorreu em 30 de julho de 1823. No entanto, segundo o mesmo Moreira de Azevedo, em 10 de julho a Assembléia Constituinte mandou sete membros ao Paço de São Cristóvão para significar o pesar de que se achava possuída pelo desastre; “em 17, vestiu-se D. Pedro para dar alguns passos; em 7 de agosto tirou-se pela última vez o aparelho das ligaduras, e dois dias depois dava o monarca audiência no Paço.”¹²

Uma boa hipótese neste caso é admitir-se um simples erro de grafia

“junho-julho”, porque, só no caso de o fato ter ocorrido em 30 de junho faz sentido a informação de que o Dr. Guimarães Peixoto tivesse tratado o jovem Imperador “por espaço de um mês pouco mais.”

(In)Conclusões e Dúvidas Finais

Os anos seguintes à Independência, especialmente o de 1823, ano da queda do cavalo - quase uma metáfora para a queda do Monarca - foi um período difícil para o novel Imperador, um português no trono do Brasil, um governante de temperamento duro, embora de tendência liberal, num País que começava a assumir sua autonomia e a desenhar os contornos de uma identidade nacional, de perfil cada vez mais americano e menos europeu.

As crises com a Assembléia Constituinte, que culminaram com a sua dissolução e promulgação de uma Constituição outorgada, de cuja redação participou o próprio Imperador, e que levaram os Andradas para a oposição, empolgavam a opinião pública, o que exigia do Imperador exibições de poder e autoritarismo, que já começavam a não ser bem aceitas como padrão de atuação política.

Às claras, ou à boca pequena, circulavam pelo país e pela Corte acusações e restrições que afetavam não apenas a imagem do Imperador como governante, mas também sua vida privada.

As aventuras amorosas do jovem príncipe já não eram mais tão simpáticas no Imperador: o adultério - antes um capricho de um futuro rei de Portugal - era agora um intolerável defeito no Imperador do Brasil, especialmente no pai do futuro Imperador genuinamente brasileiro, meta nacionalista que deu suporte ao movimento da Independência e criou a maior parte das dificuldades enfrentadas por Pedro I no seu período de 9 anos à frente do Império por ele fundado.

Progressivamente desgastado e impopular, Pedro I teve de se livrar da amante politicamente inábil, que foi despachada para a província, e do chamado “Gabinete Secreto”, mandando seus validos, entre eles o famoso intrigante Chalaça, para vilegiaturas na Europa.

Nesse quadro, crescia o prestígio da Imperatriz - grande partícipe da engenharia política da Declaração da Independência e, desde 1825, a mãe do herdeiro brasileiro do trono. É lógico que contar com o seu beneplácito passou a ser essencial para o Imperador, que precisava de

apoio interno, mas também do reconhecimento das nações européias e de Portugal. E, no plano externo, era preciso conquistar a simpatia de Francisco José, Imperador da Áustria e pai da Imperatriz brasileira, que se opunha às idéias liberais de Pedro I.

A imprensa não poupava o Monarca, e na boataria das ruas seu temperamento irascível e explosivo era atribuído a uma síndrome epileptóide que justificaria os acidentes por ele sofridos, como a cabeçada no varal de ferro na capela real, o ferimento no pé “com a própria espada, quando em exercício de tropa no campo de S. Cristóvão” (difícil entender como a espada conseguiu traspasar a bota que ele certamente calçava) e a queda de cavalo que acabou dando em falso ex-voto.

Finalmente, e felizmente para o paciente leitor deste ensaio cheio de dúvidas, é possível levantar uma hipótese repleta de inferências, mas não de todo desapojada de documentação.

De início, o quadro teria sido esboçado como alegoria pelo escultor A. M. Taunay, talvez como projeto de uma estátua que deveria celebrar a iniciação do Príncipe Real nos mistérios da Maçonaria - o Poder atrás do Trono - da qual ele, segundo consta, foi o Grão Mestre, sob o codinome de Guatemozim. A estátua nunca foi feita, mas o esboço foi preservado.

Em 1823, vindo o Imperador da casa da amante, ocorre a queda, na verdade sem muita gravidade, mas logo transformada politicamente, para efeito junto às Embaixadas e o público em geral, em grande desastre sofrido quando voltava da Fazenda do Macaco.

Todas as providências são tomadas para comover a opinião pública e arrecadar a simpatia e solidariedade da Assembléia Constituinte, então já em franco confronto com o monarca, e dos militares, que já “arreganhavam os dentes” para o Imperador.

Sua cura “rápida e satisfatória” era uma demonstração inequívoca de sua saúde de ferro ou, como ficou registrado nos documentos oficiais compulsados por Moreira de Azevedo, da “atividade do fundador do Império que, depois de tão penosa enfermidade, no primeiro dia que saía, julgava-se com forças para fazer prolongados exercícios”¹³.

Em 1826, morre a Imperatriz, segundo os boatos em decorrência de um empurrão de seu impulsivo e amantíssimo esposo.

Temos agora um Imperador viúvo, necessitando de uma nova Imperatriz, que terá de ser buscada entre as Princesas das casas reinantes da Europa, cujos embaixadores não estão no Rio de Janeiro a passeio. E o Imperador do Brasil precisa melhorar a sua imagem, dando provas de boa saúde, bom gênio e religiosidade, e de ter sido sempre bom marido.

Quem melhor que a Imperatriz defunta, para dar testemunho dessas preciosas virtudes? Infelizmente, como se sabe, os mortos não dão testemunho. Não?

Só quem jamais ouviu falar em Maquiavel (ou não sabe das manipulações da mídia, modernamente praticadas por todos os governos) rejeitará, como absurda ou descabida, a hipótese que fecha estes comentários e considerações.

Morta a Imperatriz, o pintor Félix Émile Taunay é chamado para pintar um quadro de exaltação das virtudes maritais e religiosas do Imperador, e desenterra de seus arquivos o esboço de seu tio, que ele então completa, adaptando-o para servir de ilustração do acidente ao qual o Imperador sobrevivera milagrosamente. Acrescenta as figuras do cavalo em disparada (com o selim solto); da Imperatriz a cavalo (resolvendo mal o problema de inseri-la na cena, pois só tinha espaço para meio cavalo); e da Morte em representação convencional.

A presença da Imperatriz no quadro tem por referência a parte do relato em que se diz que ela veio do Paço em socorro do acidentado, e é a “prova” do quanto seu augusto esposo era por ela amado: um recado para as Princesas que talvez desconfiassem de um turbulento monarca tropical.

Na legenda, o pintor preferiu não exagerar e apenas relatou o processo de produção da obra - iniciada por seu tio e levada a cabo por ele em 1827 - à qual deu um título anti-climático: “Pedro I, fundador do Império Brasileiro, escapando por pouco da fúria de desenfreado cavalo.” E acrescentou o rótulo final: EX-VOTO, palavra-chave que demonstrava ainda mais o apaixonado envolvimento da Imperatriz; mas palavra fatal, porque deu ensejo a todo este já longo esforço - quem sabe inútil e frustrado - de romper o silêncio do tempo.

Com a paciente anuência do leitor.

NOTAS

1. BRASIL, Imperial Irmandade de N. Sra. da Glória do Outeiro. *Guia Catálogo do Museu da Imperial Irmandade de N. Sra. da Glória do Outeiro*. Rio de Janeiro : 1949. PP.16-17 e 52.
2. PORTAL, apud CHEVALIER, G. e GHEERBRAND, A. *Dicctionaire des Symboles*. Paris : Seghers Ed., 1974. PP. 113-118. Grifo no original.
3. VILLARDS, Carron du. *Galeria dos Brasileiros Ilustres* (Os contemporâneos). Biblioteca Histórica Brasileira, Rio de Janeiro : Livraria Martins Editora. Tomo I.
4. Idem.
5. AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Cia. Editora Nacional. 2.ª ed., 1965 (1.ª ed., 1861).
6. Idem.
7. Idem.
8. Idem.
9. Idem.
10. Idem.
11. Idem.
12. Idem.
13. Idem.



D. PEDRO E O LIBERALISMO EM PORTUGAL

Luís A. de Oliveira Ramos *

Ao longo do século XIX, desde os funerais do coração de D. Pedro para o mausoléu da Igreja da Lapa, a parenética exaltou a memória do Príncipe, por ter dado aos portugueses a Carta Constitucional de 1826. Pela minha parte, quero vincar nesta Lei seu tônus de liberdade - legado que, em mais de século e meio de constitucionalismo, nem as ditaduras nem as tragédias da guerra ou os impasses da política lograram apagar. Quero ainda vincar que, através de outras leis por ele assinadas, D. Pedro provocou uma profunda revolução política e social; cuja implementação é responsável pelo definitivo colapso do regime absoluto e por variados desenvolvimentos da sociedade contemporânea.

A esta luz, o controverso e desconcertante¹ filho de D. João VI e D. Carlota Joaquina, com todos os seus apregoados defeitos e enormes virtudes, surge-nos como emblema e agente de um tempo e de uma política, assumida na paz e na guerra, com continuada bravura, poder de decisão e sagacidade intermitente.

Assim, quando cinge a Coroa de Portugal em 1826, renova temporariamente uma impossível união dinástica com o Império constitucional brasileiro, por ele proclamado e ao qual deu preferência, abdicando em favor de sua primogênita, D. Maria II - não sem antes outorgar ao reino a Carta Constitucional.

* Historiador. Professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Mais tarde, obrigado a deixar o Brasil (1831), volta à Europa e assume a regência na menoridade da referida rainha, para lhe reconquistar a coroa a partir da ilha Terceira, nos Açores.

Nas agruras da guerra civil que desencadeou, durante a organização do exército libertador nos Açores e sobretudo no curso do heróico cerco do Porto (1832-1833), estabelece-se uma funda empatia entre D. Pedro e a cidade que em definitivo o entrelaça com as suas gentes e com o Portugal liberal. Graças aos dotes de “força” e “nobreza”, que, criticando-o, Oliveira Martins reconhece, torna-se, perante a opinião pública liberal, um genuíno herói. Sobe então os degraus mais altos do processo histórico, ao sudar à sua pessoa o dinamismo social transformador de uma guerra dinástica entre as tropas de dois irmãos, num “diferendo de contexto político” (Joel Serrão) de que era a personificação e o garante.²

E, no entanto, D. Pedro desprezara a Pátria dos seus maiores, vituperara e perseguira os portugueses, dera-se por inteiro ao Brasil como um dos pais da independência; iniciando, com letras que o futuro dourou, a descolonização lusíada, um processo mundial que os Estados Unidos despoletaram nos finais do século XVIII, ao vencerem a Inglaterra pelas armas (1776-1783). Na Europa, em clima internacional favorecido pelo advento da monarquia de Julho em França, restaurou, com o apoio dos governos inglês e francês, a liberdade - fruto da revolução portuense de 1820 e ultimamente consagrada na Carta Constitucional - defendendo-a contra as forças do absolutismo até à vitória final, facilitada pelas transformações institucionais verificadas em Espanha.³

Na definitiva vigência do cartismo, o regime absoluto desvanecese progressivamente, primeiro no campo do direito público e da guerra e, por último, em consequência das transformações do direito privado decorrentes de novas leis, de nova jurisprudência e, enfim, pela entrada em vigor do Código Civil de 1867, concebido pelo jurista António Luís de Seabra.⁴

Na perspectiva do nosso tempo, qual o peso histórico, para a identidade de Portugal, da memória de D. Pedro, quando se sabe que Alexandre Herculano considera este monarca e Mousinho da Silveira figuras de excelência no oitocentismo⁵, ou seja, do século em que se desenrola o liberalismo, movimento assente na filosofia da liberdade?

Para entender, nos seus justos limites, a resposta à questão formulada, importa vincar algumas idéias.

A nosso ver, a esfera política tem uma autonomia própria e constitui o ponto de convergência de diferentes fatores decisórios. Ao optar por uma diretriz, o político considera ou está condicionado pelo influxo de forças profundas. Todavia, a maneira de ser e as qualidades do homem público permitem-lhe ou não tirar partido dessas forças graças a rasgos de inventiva, senão de antecipação ou de utopia. Conforme o caso, a capacidade de mando torna-os capazes de infletir a marcha dos acontecimentos que a realidade parece determinar.⁶

Ora, o enraizamento do liberalismo em Portugal graças à intervenção de D. Pedro, ao querer dos liberais e à evolução da situação internacional, livrou o país do passado, ultimamente revivido sob a opressão miguelista, e dotou-o de um regime aberto através do qual, pelas heranças, pela crítica e pela inovação, chegamos à democracia livre de agora.

A ação em prol da independência do Brasil e a proclamação do regime constitucional entre os povos de língua portuguesa, ou seja, o banimento do absolutismo, caro aos ultras, inimigos dos liberais e de todas as experiências libertárias, aconteceu num mundo onde persistiam as diretrizes do Congresso de Viena (1815). O Congresso restaurara a legitimidade monárquica e o equilíbrio europeu, e refizera o mapa das nações européias, esquecendo o movimento das nacionalidades, em progressão na Europa e nas Américas. Por outro lado, em Viena estabeleceu-se a Santa Aliança, tutelada pela Áustria, Rússia, Prússia; e aconteceu a celebração, em segredo, da Quádrupla Aliança daquelas potências, junto com a monarquia avançada da Inglaterra.⁷ Ora, frente aos velhos reinos conservadores, D. Pedro - o liberal, intérprete da independência brasileira - e seus amigos são personagens suspeitas, hostis; assim como inimigos essas potências antes viam os liberais do Portugal vintistas (1820-1823).

De resto, tal convicção, por parte dos ultras, vinha de trás e tornara-se pública, camuflada pelo anonimato e pelo lugar da divulgação. Demonstra-o a controvérsia em torno de suas qualidades régias e de sua maneira de ser, desencadeada pelo jornal da emigração portuguesa em Londres, "O Português", ainda antes de 1820. Nesse periódico acusa-

se o príncipe, então com 21 anos, de falta de aptidão para subir ao trono. As supostas indignidades do herdeiro de D. João VI - no caso o gosto pelas cavalgadas e pelos touros - foram refutadas pelos londrinos "Correio Brasiliense" e "Campeão Português"⁸, numa correspondência de resposta, cujo autor, Frei Francisco de S. Luís Saraiva (1766-1845), veio a ser um prócere do liberalismo e, por último, cardeal patriarca de Lisboa. Quer dizer, já então se temiam as parcas mas indiscutíveis leituras de D. Pedro e as preferências liberalizantes que, muito em privado, preocupavam a sua dedicada esposa, D. Leopoldina de Habsburgo, filha dum sustentáculo da Santa Aliança, o imperador Leopoldo de Áustria.

Os pormenores criticáveis da sua vida privada e a imprevisibilidade do príncipe-imperador e rei, amiúde divulgados, distorcidos e aumentados, não nos podem levar a enganos. Hoje em dia, numa época de prementes cuidados pelo social nas democracias, as suas batalhas pela liberdade e contra o Antigo Regime, apesar de insuficientes para democratas e mais ainda para concepções socialistas, guardam valor inapagável, enquanto luta travada (por quem devia ser rei absoluto) a favor do regime liberal, em prol de um direito fundamental da pessoa humana, herança do liberalismo e de acordo com os seus conceitos concebida.

Ao contrário do que escrevemos noutros ensaios, neste texto, repito, importa não só assinalar essa faceta como falar do carácter simbólico do cerco do Porto (1832-1833) na existência de D. Pedro e na vitória do liberalismo, não sem olhar bem de perto alguns aspectos das "componentes fundamentais da vida política"⁹, decorrentes do liberalismo cartista.

Quanto ao Cerco, anote-se, para começar, que foi nos Açores e no Porto que o Príncipe se afeiçoou a um lugar maior na posteridade lusa por atos e leis. Demais, lembre-se que uma das questões bem resolvidas pelo regente e seu Executivo, nos Açores, foi a escolha do lugar de desembarque no Porto do exército libertador, cidade cujo "espírito decididamente liberal a isso convidava os invasores e não menos o descuido do inimigo, que ali seria completamente surpreendido, não por falta de tropa que tivesse, mas porque lá não esperava ser atacado, não tendo, como tal, levantado fortificações algumas em que se defendesse, podendo, por conseguinte, ser levado de assalto e afugentado pelo fogo de

terra e mar. O Porto, com as vantagens acima descritas, reunia também a de ser o mercado onde aflui uma grande parte dos cereais que se colhem na laboriosa província do Minho, de que é incontestável senhora, pelo seu comércio com o interior duriense, pela sua grande população, que podia até fornecer recrutamento de bastante vulto para o exército, pela vastidão dos seus edifícios e crescido número de casas religiosas, ministrando, por meio delas, os quartéis e hospitais militares de que se precisasse, pelo estabelecimento militar do seu trem, pelas muitas munições de guerra que ainda tinha e, finalmente, pela margem que também dava a levantar-se ali algum empréstimo em caso de precisão, ao passo que pelo lado do mar os seus defensores se achariam em relação com todo o universo”¹⁰, explica Luiz Soriano.

O velho burgo correspondeu, de fato, às melhores expectativas uma vez ocupado, sem luta, pelo corpo de exército que zarpara dos Açores até às praias de Portugal. D. Pedro estadeou, de contínuo, no Porto, de 9 de julho de 1832 até 26 de julho de 1833, conseguindo através de mudanças nos comandos e mediante uma exemplar conduta nos postos de combate galvanizar os liberais e vencer a massa disforme do poder miguelista.

Para começar, a urbe recebeu-o com aplauso, ainda que com funda apreensão, por ser pequeno e mal armado o exército liberal e por temer as sangrentas represálias apanágio do miguelismo.

No Porto, a rua de Cedofeita e o bairro adjacente passam a ser o núcleo central das casas do governo presidido por D. Pedro, cujo pouso inicial foi no palácio das Carrancas.

Em prédios diferentes de Cedofeita funcionaram as secretarias de estado, a da guerra e estrangeiros e a da justiça, bem como a repartição do ajudante general do exército, nessa rua morando os ministros da guerra, da justiça e da fazenda e o administrador da Alfândega, bem como o titular da repartição castrense citada. Na rua da Torrinha estava a secretaria do reino e, noutra casa, deliberava a Comissão Municipal; na quinta da Figueiroa, a Santo Ovídio, a da fazenda.

“O secretário militar do exército, Cândido José Xavier, e o quartel-mestre-general, Baltasar de Almeida Pimental, trabalhavam no Paço, com os seus funcionários”.

Laborava pois no bairro de Cedofeita todo o maquinismo do ministério e da burocracia liberal, prolongando-se por um lado até Vilar, onde se estabelecera a repartição da armada, e por outro até à Ramada Alta, onde sediava a comissão encarregada de prover sobre a arrecadação dos bens dos conventos abandonados, sob a presidência do padre Marcos, capelão do imperador.

O general conde de Vila-Flor ficou na rua da Trindade, e António Bernardo da Costa Cabral, juiz dos órfãos, na rua do Almada.

O território portuense, dominado pelos liberais de D. Pedro, englobava a cidade do Porto e espraiava-se até à distância de uma légua. Daí o duque imperador confessar, a 4 de setembro de 1832: “O exército que tenho a glória de comandar está no melhor estado de disciplina; mas [...] estamos completamente cercados pelo da usurpação.”

Tal como já acontecera nos Açores, D. Pedro mostra-se incansável, inexcedível. Assiste, “dirigindo, colaborando nas obras de fortificação e defesa da cidade. Aparece em toda a parte, percorre toda a extensão das linhas, ele próprio maneja muitas vezes as ferramentas de trabalho e aponta os canhões. Com a barba crescida, casacão até aos pés, botas altas, [...] dá ordens, conselhos, é o primeiro no exemplo de se não poupar a fadigas”, diz Alberto Pimentel.

Conforme a sua idiossincrasia, tomando amor a uma idéia ninguém o excedia em obstinação. Até dinheiro, que amiúde o tornava mesquinho, larga ao sabor das necessidades.

Uma coisa é certa, “D. Pedro tinha, desde criança, o gosto da vida militar”. Deliciava-o escutar os feitos portugueses na Guerra Peninsular. Carecia, porém, de preparação. Nada conhecia de “balística, de estratégia, de tática”. Pretendia ser um general, e invejava tal glória, sem a conseguir. Daí só de nome ocupar o comando em chefe do exército. Para agradar, “faziam-no acreditar que todos os triunfos se deviam às suas observações e aos seus talentos”.

Mas então que foi ele como militar? Foi deveras “um soldado, um artilheiro por vocação, um sapador incansável, às vezes até um faxina”, nunca um cabo de guerra, afirma um contemporâneo. “Os trabalhos e perigos da guerra não o assustavam; pelo contrário, seduziam-no. Com uma educação adequada talvez viesse a ser um ilustre

general, “amante de feitos romanescos, como Saldanha, que tanto lhe agradava por isso mesmo”.

Por ser um genuíno soldado, torna-se emblemático e emblematiza a sua causa em prol da rainha, da liberdade e da Carta. “Desde que chegou ao Porto, D. Pedro levava uma vida de polé”. Certas noites repousa cinco horas, sai antes do almoço, passa nas fortificações e nos hospitais, trabalha após o almoço com os ministros, com os oficiais generais, com o seu primeiro ajudante de campo. Sai para rondas militares. Uma vez no gabinete, retoma o despacho e as audiências. Janta das dez para as onze horas, posto que confabula sobre a guerra com os seus, antes de se recolher depois da meia-noite. Há dias em que madruga com o sol.

O imperador conduz-se assim. Os generais e soldados excedem-se em valor. Os soldados também, posto houvesse um ou outro desertor. Que os varões portuenses assumiram um papel fundamental no cerco, batendo-se pela causa liberal, abonando a fazenda dessa causa, é fato muitas vezes referido, com verdade e honra. Decênios volvidos, Ramalho Ortigão relembra os burgueses do Porto, ufanos do seu decisivo papel na defesa da cidade, pimpando por trás dos balcões de suas lojas ao lembrarem esses tempos. Por sua vez, os historiadores vincam a importância política e econômica do Porto desde o cerco liberal até ao 31 de janeiro republicano.

Sem embargo, o esforço de guerra desenvolve-se coletivamente, envolvendo até mulheres e crianças. Cabe à mulher papel heróico e perigoso durante o cerco. Demais, às “três grandes calamidades - a fome, a cólera-morbus e o inverno”, jungiram-se às balas e cutiladas dos miguelistas, sem que “o espírito heróico dos portuenses de ambos os sexos se acovardasse”¹¹, nem tampouco o da esmagadora maioria da tropa, que se revia no exemplo de D. Pedro.

Olhando agora alguns aspectos dos “componentes essenciais da vida política”, refira-se que esses componentes englobam, segundo René Rémond, o quadro institucional, as forças em ação e os problemas.¹²

Definem a cena política as leis reguladoras do quadro institucional, a começar pela Carta Constitucional, obra de D. Pedro e dos seus próximos, a partir da Carta francesa outorgada por Luís XVI e da Constituição do Brasil de 1824.¹³

Em tal quadro age um conjunto de forças, ordenadas em pirâmide, cujos atores têm no cume a pessoa singular do monarca, chefe do poder moderador, e na base os cidadãos. Depois, entre os seus membros, figuram os próceres dos poderes executivo, legislativo e judicial e as demais entidades políticas, desde as chefias lisboetas aos maiores da província, desde os deputados e pares até aos camaristas ou edis, aos chefes políticos locais, aos militantes de base. Ora, como regente na menoridade de D. Maria II, sagrou-se como imperante singular do regime liberal.

Para compreender o que se passa na cena política e a forma como funcionam os respectivos atores, torna-se importante averiguar também a natureza das forças coletivas, da opinião pública e das ideologias em jogo.

Não menos relevantes e a ter em conta são os problemas que vão surgindo, uns internos, outros externos, posto que sujeitos a interações.¹⁴

Ora, em Portugal, D. Pedro, com os altos e baixos próprios dos condicionalismos e da sua alma latina, sofreu revezes devastadores, mas acabou por se impor e vencer os adversários nos momentos decisivos.

Finalmente, relembre-se que as relações entre os vários setores, a saber: o quadro institucional, as forças em ação e os problemas, são fundamentais para compreender tudo o que diz respeito ao governo dos homens e à forma como quem quer que seja exerce tal mando.

Durante a vigência do liberalismo e quanto ao primeiro aspecto, a partir de 1834 e durante largos decênios, impera, em matéria institucional, o articulado da Carta, que já o dissemos, o rei D. Pedro IV ajudou a redigir, em poucos dias, no Rio de Janeiro. Visto à distância de mais de século e meio, seu texto revela-se, na insuspeita opinião do Doutor Mário Soares, “vincadamente liberal” e eivado de tópicos sociais.¹⁵

Apesar de exhibir, na letra do preâmbulo, um ato de favor régio e não a soberania da nação; apesar de conferir ao rei exclusivo poder moderador e a chefia do executivo; apesar de optar pela existência de uma Câmara dos Pares ao lado da Câmara dos Deputados; apesar de preferir o voto censitário do país legal ao voto do país real; apesar de

deixar para o último título as “garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses”, apesar disto tudo a Carta exprime, no artigo 145, os direitos originários da liberdade, nomeadamente na esfera da expressão do pensamento e da educação, da segurança individual, da propriedade, bem como outros direitos de “conteúdo social”: o direito aos socorros públicos, o direito de defesa e, se bem que mantenha “a nobreza hereditária, e as suas regalias” (§ 31), o direito à igualdade - ainda que a Carta, como antes a Constituição de 1822, exclua a igualdade do número dos direitos originários.¹⁶

O fato de também introduzir o poder moderador ao lado do executivo, legislativo e judicial, pretende reforçar a capacidade mediadora do rei, obstando, em teoria, ao excesso de intervencionismo dos restantes mandos. Na prática, este 4º poder acabou por ser determinante na morte e desprestígio da monarquia em novecentos, ou seja no processo que conduziu à proclamação da República em 1910.

Numa palavra, embora filha de uma filosofia de liberdade e definidora dos poderes do Estado, a das suas múltiplas relações, a Carta fica deveras aquém do cariz democrático da Constituição de 1820, decorrente da soberania da nação. Assim, para a “consciência democrática, a Carta era uma graça régia e uma dissimulação da soberania”.¹⁷

Todavia, é a Carta - e não a Constituição de 1822 - que D. Pedro doa à nação e defende de armas na mão à frente de um exército liberal politicamente motivado, constituído majoritariamente por nacionais mas integrado por contingentes estrangeiros de soldados da liberdade, então disponíveis na Europa, e que aparecem em múltiplos confrontos; quer na vaga liberal iniciada em 1820; quer na vaga liberal de 1830, em que os franceses depõem Carlos X e entregam o trono a Luís Filipe de Orleans; quer ainda nas revoluções de 1848.

Qual a razão da conhecida longevidade da Carta na história portuguesa?

O Professor Joaquim de Carvalho dá-nos uma explicação. “No seu momento, a Carta impõe-se como ponto de convergência das forças políticas, que simultaneamente defendiam as posições conquistadas e procuravam evitar a reação apostólica absolutista. Por ela se bateu e sofreu uma das grandes gerações de Portugal e cometeríamos

uma injustiça e uma ingratidão se não nos inclinássemos com respeito perante os sacrifícios, o nobre idealismo e o espírito de civilização dessa geração gloriosa que deu alma ao Portugal contemporâneo”.¹⁸

De fato, além de claramente liberal, por ser um contraponto dos arbítrios do absolutismo, a Carta vale pelo seu funcionamento ao longo de setenta e muitos anos, independentemente dos defeitos intrínsecos, da ambigüidade de conteúdos, da discordância mais ou menos acentuada, em circunstâncias várias, entre a letra e a prática. Como qualquer outra constituição ou lei, no transcurso do século XIX, as aplicações que suscitou “variam conforme as disposições dos homens políticos, a urgência e a gravidade dos problemas, a evolução geral da situação”,¹⁹ isto é, de acordo com os componentes da vida política. Não aconteceu, sob a sua capa, a ditadura do regente D. Pedro, nos Açores, que possibilitou a legislação revolucionária de Mousinho da Silveira - não foi pelas armas, e não na paz, que a Carta venceu para marcar o quotidiano político do nosso século XIX? A este propósito, no processo histórico objeto de análise, convém vincar a estreita relação entre os imprevistos da guerra e da política. Bem o sentiram os absolutistas, melhor o reconheceram os liberais.

Quanto à legislação de Mousinho, grupo que deu asas a D. Pedro, urge notar, com brevidade, as profundas mudanças que, em Portugal, desencadearam na administração, na justiça e nas finanças de Portugal. Modelos de 1832, afeiçoados pelas necessidades, chegaram até aos nossos dias, pois Mousinho enfrentou as mais graves questões sociais e políticas e está na origem de uma profunda revolução, transformadora da sociedade. Conforme o exemplo francês, pretendeu-se garantir a eficácia do Estado, à luz de critérios “racionais e geométricos”, mas também de uma administração “hierárquica, uniforme e centralizada”, (hoje gasta), capaz de aplicar as decisões políticas e de garantir a vigência da legalidade.²⁰

Na justiça, acontece a nova divisão judicial do território, “as duas instâncias de tribunais, com o Supremo no vértice e juizes de paz eletivos na base”. Reforma-se o processo civil e criminal, cria-se o júri e regulamenta-se o exercício do cargo de juiz.

Na fazenda, para colmatar as extinções levadas a cabo, o Tribunal do Tesouro Público foi erigido e organizado, criou-se a lista civil e

o apanágio da Coroa, enquanto a nova Junta do Crédito Público se volvia em dependência do ministério.

Na administração, Portugal ficou dividido em províncias, comarcas e conselhos, com junta geral de província, junta de comarca e câmara municipal, corpos eletivos indiretamente sufragados, com escassas atribuições, por contraposição com os amplos poderes de que dispunham os representantes do governo que, em breve, avultarão sob a designação de governadores civis e administradores.

O regente que, por proposta de Mousinho da Silveira, extinguiu os dízimos, antes de morrer, em 1834, assina o decreto que extingue e seculariza os bens das ordens religiosas, a seguir vendidos em hasta pública, decreto de conseqüências determinantes na estrutura da sociedade, no apoucamento material do clero, como também na sua subordinação ao poder político, fato este mais tarde importante no aticar da questão religiosa, cujas incidências vão definhar a Igreja e o Estado monárquico.²¹

Da sua regência data o corte de relações com a Santa Sé, a poda da estrutura da Patriarcal, o chamado cisma por causa dos bispos afastados e das nomeações eclesiásticas impostas, situação de durável ressonância, tanto no Reino como no Além Mar.

Em prejuízo das estruturas antigas do absolutismo, diplomas base do Portugal hodierno, abordam questões de natureza econômica e social, em ordem à institucionalização jurídica da liberdade individual e ao benefício dos direitos da inteligência.

No Antigo Regime, tomavam-se à puridade as grandes decisões políticas. O critério pertencia a um pequeno núcleo, da confiança do monarca. Com o advento do liberalismo, tal como agora subsiste, a política torna-se coisa aberta, pois diz respeito aos cidadãos. Ora, os cidadãos carecem de informação, devem estar a par do que acontece, têm o direito e o dever de saber a razão das decisões, para bem participarem na política. Esta, desde o liberalismo, cobra novo significado em termos morais e de importância psicológica.

Por outro lado, a vida política decorre num ambiente de debate e conflito sobre os problemas públicos e acerca da maneira como são tratados.

Função singular têm, então como hoje, a opinião pública, os jornais, o recurso às eleições, eleições doravante utilizados para escolher os ocupantes de cargos de relevo.

Com o liberalismo generaliza-se também a deliberação pública, como acontece na labuta dos deputados. As assembleias e os outros órgãos colegiais estão subordinadas a regulamentos que estabelecem as regras do jogo.

No mundo da política afirmam-se as tendências, os conventículos e os clubes, ou seja, as correntes e as associações políticas, conhecidas umas, secretas outras (é o caso da maçonaria), a que pertencem os cidadãos mais ativos da cena pública. Uma vasta gama de relações passa a existir entre núcleos ativos e os poderes locais e centrais.²²

Ora, é bom notar que, entre os soldados e oficiais do cerco do Porto, figuram algumas personalidades notáveis dos tempos futuros e mesmo vultos da história portuguesa, a par de muitos outros indivíduos dignos de menção. (Daí os fiéis de D. Pedro não constituírem um bando de maltrapilhos como consta de alguma historiografia facciosista).

Por que dignos de menção estes indivíduos? Por uma razão simples: os homens que as balas pouparam deram ou vão dar corpo à teorização do liberalismo, à vigência de novas instituições, à renovação da sociedade, à mudanças na economia, à transformação da vida política; segundo princípios que vigoram nas nações livres da Europa oitocentista e aqui assumem peculiaridades a não esquecer, tanto mais que, em diversos aspectos, prevalecem na vida política atual.

Por virtude de tais reformas, estabelecidos ficaram os fundamentos do Portugal oitocentista e eliminadas foram a maior parte dos órgãos e disposições vigentes na administração e na justiça do absolutismo, incluindo antigas magistraturas locais, mesmo “as mais democráticas e participativas”.

Por ser deveras centralizador, o regime erigido conduziu, de futuro, à oscilação entre o centralismo jacobino-napoleônico e a descentralização liberal, mas também municipalista, que marcou a história portuguesa de então aos nossos dias.

No seu afã de simplificar, morigerar, libertar e criar adeptos - tirando-os a D. Miguel - Mousinho e o Regente D. Pedro tornam os

empregos públicos pessoais e não transmissíveis por hereditariedade com benefício para os serviços, e eliminam as obsoletas segunda e terceira linhas do exército, pondo cobro a privilégios despóticos.

Noutro plano, quis o legislador implantar em Portugal, “medidas de libertação da terra e dignificação da atividade agrícola”.

A fim de defender os direitos de propriedade e proclamar a liberdade econômica, Mousinho mandou levantar todos os seqüestros de bens de adeptos ou adversários de D. Miguel. Em diploma especial garantiu, “taxativamente, a inviolabilidade dos direitos de propriedade” e as penas a que ficava sujeito quem os ferisse.

Por decreto, nos Açores, reduziu os dízimos aos cereais, às frutas e ao vinho e preconizou, num anúncio de intenções, a sua aplicação a todo o Reino.

Ao mesmo tempo, surge a lei da libertação das terras vinculadas, isto é, a eliminação dos morgadios e capelas de rendimento inferior a 200 mil réis. De um golpe, Mousinho desbrava os caminhos que, no porvir, conduzirão à completa extinção dos morgadios.

A fim de garantir a livre circulação dos produtos, legisla-se para “eliminar os obstáculos, sobretudo de ordem fiscal, que dificultavam as transações”. A sisa, velho e iníquo imposto, perde amplitude e passa a incidir sobre a venda e troca de bens de raiz. Ao mesmo tempo, derroga “toda a forragem da legislação histórica, origem de embaraço no comércio interior” do país. Sempre com o intuito de incrementar a permuta livre, o ministro da Fazenda autorizou também as exportações por qualquer porto das mercadorias nacionais, mediante o pagamento de 1% e procedeu à reorganização das alfândegas.

Escreveu Mousinho que “o grande princípio da economia pública é desfazer quantos obstáculos se opuserem ao máximo desenvolvimento da faculdade de trabalhar”. Ora, o fruto do labor dos portugueses era, em muitos casos, percebido por uma pequena parcela da nação. Para o conseguir, levou a cabo, como prometera nos Açores, a generalizada extinção dos dízimos. O clero perdeu assim uma vultuosíssima fonte de rendimento, enquanto o grosso da população se desembaraçava de um gravame que incidia sobre a produção bruta. Visando idêntica meta, Mousinho extinguiu, no arquipélago açoriano, grande número de conventos e afetou ao Estado, como bens nacionais, o patrimônio das casas suprimidas.

Aboliu também as doações dos chamados bens da Coroa. Essa diretriz tem a ver com a reforma agrária e preconiza que “os encargos tributários, necessários à administração do Estado”, sejam “equitativamente distribuídos por todos os cidadãos”. No mesmo âmbito determina que as terras e edifícios em que estavam impostas as obrigações “ficariam livres e alodiais em benefício de quem estivesse satisfazendo essas obrigações, podendo dispor deles como quisesse”.

Ainda conforme a política de dignificação do trabalho, que para ele era a base de todas as virtudes, por contraposição às prerrogativas de nascença que persistentemente flagelou, o governante banuiu o privilégio da Companhia do Alto Douro, baluarte de um monopólio e de regalias atentatórias do livre comércio, da livre iniciativa.

Quer dizer, ao outorgar a Carta, ao proclamar a liberdade dos cidadãos, D. Pedro IV abriu caminho a uma pluralidade de reformas em vários setores. Teve hesitações, cometeu erros, às vezes, ficou-se pela teoria, mas com o fito, pelos seus ministros interpretado, e pelos seus soldados e adeptos assumido, de acertar a vida do país e o grau de dignidade e de labor dos portugueses, pelos relógios da cultura e civilização da Europa liberal e individualista.²³

Em conclusão, desde a juventude aos nossos dias, por omissão ou afirmação, o imperador-rei D. Pedro configura decerto, na paz e na guerra, o mais controverso príncipe da sua velha estirpe, pois julgavam-no destinado a reinar à moda antiga.

Posições suas, ora imaturas, ora surpreendentes, ora de importância capital, polarizam um sem-número de conflitos de idéias, de pessoas, de facções, até de exércitos. A proclamação da independência no Brasil (1822), a vitória emblemática, em Portugal, sobre o absolutismo miguelista, a partir da vitória no cerco do Porto (1832-1833), exprimem conflitualidades, constituem eventos fulcrais de empatia com o destino dos brasileiros e dos portugueses, desde logo incrustando a liberdade, traduzida pela lei, nas respectivas trajetórias. Da seqüência efetiva de legislação vária que ele assinou, decorrem, por outro lado, facetas vitais da história dos dois países.

Afeiçoada pela sua maneira de ser, a identidade de D. Pedro extravasa de tais legados, em oitocentos apanágio dos movimentos liberal e das nacionalidades, mas contrários à lição ultraconservadora

do Congresso de Viena. Inseridos no processo coletivo a que pertencem, são legados régios às vezes mais esquecidos que as “originalidades” de conduta do soberano, mas vivos e de referência no ideário das sociedades do nosso tempo.

NOTAS

1. O escritor portuense, Alberto Pimentel, figura de proa do liberalismo, fiel à memória e às opções políticas de D. Pedro, caracteriza-o assim: “Dom Pedro IV, filho de português e espanhola, era um destes temperamentos meridionais, especialmente peninsulares, impressionáveis e arrebatados, expansivos e volúveis, que contrastam essencialmente com a fleuma, a concentração, a atividade fria, metódica, das raças do norte. Custam a compreender estes temperamentos, umas vezes egoístas até à intransigência, outras vezes generosas até ao sacrifício, umas vezes violentos até à cólera, outras vezes afáveis até à bonomia, umas vezes pertinazes, outras vezes submissos, mas quase sempre inclinados a aceitar e a defender um ideal, embora mal compreendido, de justiça, de liberdade e de progresso, porque a bondade ingênita é como que o fundo das organizações meridionais, aliás tão caprichosas e contraditórias”. Conforme PIMENTEL, Alberto. *A Côrte de D. Pedro IV*. Lisboa : 1972. P.47-48.
2. MARTINS, Oliveira. *Portugal contemporâneo*. Lisboa : 1953. Vol.2, p.268.
3. SERRÃO, Joel. *Diccionário de História de Portugal*. Lisboa : s/d. Vol.3, verbete “D. Pedro IV”.
4. COSTA, Mário Júlio de Almeida. *História do Direito português*. Coimbra : 1989. P.386-393.
5. Cf. HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*. Lisboa : 1982. Vol.1, p.294.
6. DUROUSELLE, J.B. *L'Europe de 1815 a nos jours*. Paris : 1964. PP.225 e seguintes.
7. Idem. PP.84-88.
8. Conforme *Campeão Português*. Londres : 1819. Vol.4, n.º4, pp.130-138. Ver SOUSA, Octávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Belo Horizonte : 1988. PP.122-124. Atente-se, em particular, na carta de D. Leopoldina a seu pai, o Imperador Leopoldo I de Austria, datada

de 9 de junho de 1821, onde se lê: “[...] meu esposo, Deus nos valha, ama as novas idéias”.

9. RÉMOND, René. *La vie politique en France, 1789-1848*. Paris : 1965. PP.7-17.

10. SORIANO, Simão José da Luz. *História do cerco do Porto*. Porto : 1884-1885. Vol.1, p.561.

11. A doutrina e as citações precedentes constantes do texto seguem Alberto Pimentel, *op. cit.*, pp.157-206.

12. RÉMOND, René. *Op. cit., loc. cit.*

13. CAETANO, Marcello. *Constituições Portuguesas*. Lisboa : 1978.

14. RÉMOND, René. *Op. cit., loc. cit.*

15. SOARES, Mário. *Diccionario de História de Portugal*. Lisboa : s/d. Vol.1, pp.494-497, verbete “Carta Constitucional”.

16. Idem, ibidem. Ver também RAMOS, Luís de Oliveira. *Os vintistas e a igualdade* (Apontamentos). Porto : 1992.

17. CARVALHO, Joaquim. A formação da ideologia republicana. Apud SOARES, Mário, *op. cit.*, vol.1, p.495.

18. Idem, ibidem.

19. RÉMOND, René. *Op. cit., loc. cit.*

20. Conforme RÉMOND, René. *Introdução à História do nosso tempo*. Lisboa : 1995. PP.155-162 e 176 e seguintes.

21. Sobre as matérias relativas às reformas de 1832, RAMOS, Luís A. de Oliveira. *Sob o signo das “Luzes”*. Porto : 1988. P 162 e seguintes.

22. Sobre os assuntos atrás mencionados, ver RÉMOND, René. *La vie politique...* *Op. cit.* e RÉMOND, René. *Introdução à História...* *Op. cit.*

23. A propósito dos temas objeto das medidas legislativas de D. Pedro, ver RAMOS, Luís A. de Oliveira. *Sob o signo...* *Op. cit.* Fundamental é consultar o estudo clássico de HERCULANO, Alexandre. *Mousinho da Silveira ou la Révolution Portugaise*, já citado; bem como MARTINS, Oliveira. *Portugal Contemporâneo*, também referido. Nesta exposição extraímos frases sintomáticas de ambos, hoje patrimônio do saber comum. Servimo-nos ainda de PERES, Damião. *História de Portugal* (Organização Econômica). Barcelos : 1934. Vol.7.



CARLOTA JOAQUINA E A POLÍTICA DO PRATA

Francisca L. Nogueira de Azevedo *

Ao tratar da trajetória política de Carlota Joaquina, mãe de D. Pedro I, é impossível não mencionar o imaginário coletivo que a identifica, sustentado por vasto anedotário, que traça seu perfil não somente como mulher mas também como esposa, mãe e princesa regente. Na história luso-brasileira praticamente não há personagem que tenha sido tão severamente criticada e desmoralizada. Sua historicidade é sempre avaliada sobre as marcas de uma legenda negra.

Com o objetivo de questionar esta visão estigmatizada, embora este não seja especificamente nosso objeto para este trabalho, torna-se importante lembrar o avanço de estudos sobre questões gênero, que ao invés de simplesmente situar as mulheres como vítimas ou heroínas, buscam estabelecer sua trajetória histórica em função da realidade específica, assim como compreender as atuações de homens e mulheres e a relação entre ambos como sujeitos históricos, sem definir *a priori* seus papéis.

A partir destas referências gerais sobre relações de gênero, podemos pensar no papel político desempenhado pela “Princesa do Brasil” no período em que esteve no Rio de Janeiro. Antes, porém, é necessário ressaltar algumas características sobre as quais se insere o espaço feminino em Portugal no século XIX. Pesquisas sobre o tema demons-

* Historiadora. Doutora em História, Universidade de São Paulo. Professora, Universidade Federal do Rio de Janeiro

tram que, na sociedade portuguesa da época, as mulheres eram consideradas através de modelos paradigmáticos que oscilavam entre os limites da imagem negativa de Eva, a pecadora, e seu modelo corretivo, Maria. Nesse universo, não restava às mulheres outros espaços a não ser os claustrais do lar ou do convento, nos dois desempenhando sempre o mesmo papel, com dedicação exclusiva ao esposo terreno ou divino. A violação dessas normas significava a perda definitiva do respeito social. Uma ampla avaliação historiográfica sobre a princesa Carlota Joaquina revela que a ela coube o papel de pecadora, princesa e rainha maldita. A imagem de mulher perversa e ambiciosa se contrapõe a do marido, o bondoso e pacato príncipe regente.

Carlota Joaquina, neta de Carlos III da Espanha e filha de Carlos IV e Maria Luiza, nunca gozou de prestígio entre a corte bragantina, que costumava chamá-la de “A Espanhola”, em referência a sua nacionalidade, calcada na eterna rivalidade entre as duas monarquias. Por outro lado, o caráter resoluto e altivo da princesa parecia contrariar os padrões comuns às mulheres da corte lusitana, a qual chegara em 1775 com apenas 10 anos, para contrair matrimônio com o infante D. João, filho da rainha D. Maria I. Não restam dúvidas de que uma série de fatores dificultaram à nobreza portuguesa aceitar uma infanta espanhola como regente. São anteriores à “Restauração” as disputas e a competição entre as duas nações ibéricas. Além do mais, não se pode desconsiderar o grande exclusivismo social que caracterizava a nobreza portuguesa, zelosa na conservação dos cargos superiores da monarquia¹. Além de carregar o fardo de ser espanhola na corte de Bragança, Carlota Joaquina era uma mulher de temperamento explosivo, forte personalidade e especial gosto pela política.

Desde 1798, por exemplo, quando se deu a crise entre as duas coroas ibéricas, Carlota Joaquina destaca-se como protagonista nas negociações da paz na península. Na ocasião, a princesa recebe uma correspondência do pai, então rei de Espanha, ameaçando Portugal. Imediatamente, envia resposta a Carlos IV, criticando energicamente as medidas tomadas e, talvez por antecipação profética, alerta o rei do perigo de envolver-se em uma política de aliança com Napoleão: “[...] *quien asegura a V. M. Señor que el dicho Gobierno pues estando aparente felicidades con una mano; con la otra esta armando en y años, ese que sesta*

forcoso caer? [...] V. M., pues me parece, que estas viendo con mismos ojos lo que el Gobierno Frances ha es en su plan de revolucion Universal.”²

A desenvoltura e a aguçada sensibilidade para assuntos relativos aos problemas diplomáticos e políticos explica de certa forma a proeminência que conquistou junto a parte da nobreza portuguesa que, preocupada com os longos períodos de depressão do príncipe, encontrava em Carlota Joaquina a energia necessária para dirigir os tempos de crise.³ O fato de nunca ter aceito abandonar Portugal no momento da invasão, além de seu permanente desejo de voltar à Europa, onde deixara amigos e correligionários, fez com que o grupo que assessorava D. João no Brasil, temendo sua influência sobre o marido, procurasse de todas as maneiras afastá-la do regente. Por outro lado, a desconfiança que a Inglaterra nutria contra ela desde os tempos de Lisboa só fez agravar o tratamento hostil que recebia na corte do Rio de Janeiro.

Quando voltou a Portugal, sua negativa em assinar a Constituição – que acabou implicando em seu exílio – e a luta à frente dos miguelistas para colocar a coroa dos Bragança na cabeça de seu filho caçula, D. Miguel, lhe rendeu o eterno rancor dos liberais e aprofundou o fosso entre ela e a Inglaterra que defendia o trono para D. Pedro I do Brasil. Assim, a historiografia liberal que vai contar tanto a história de Portugal quanto a do Brasil desenha, com imagens e palavras, o perfil daquela que deveria representar o absolutismo monárquico em tempos de advento do liberalismo. Escreve Oliveira Lima...

“A simples menção d’este nome traz à imaginação um cortejo de caprichos dissolutos e de intrigas políticas. Um dos maiores, senão o maior estorvo da vida de D. João VI. [...] Não há memória, em toda a História portuguesa, de um rei que fosse, como D. João, tão ignosamente enganado pela esposa [...]”⁴

O cronista carioca Luis Edmundo é ainda mais mordaz ao descrevê-la:

“[...] Chega a causar espanto Carlota Joaquina, ao procurar os seus amantes; além disso, nem o senso da escolha tinha. Tudo lhe servia, tudo, desde que tivesse a forma aproximada de um homem. Até os subalternos da Quinta do Ramalhão não escapa-

ram à sua depravação messalínica. [...] Na Corte de Lisboa, a mulher de D. João lembrava uma gata, eternamente no cio, a latejar luxúria."⁵

No Brasil, Carlota Joaquina vai viver a mais importante aventura política de sua vida. Mal se instala no Rio de Janeiro, a princesa recebe a notícia de que Napoleão Bonaparte havia usurpado a coroa dos Borbóns espanhóis, colocando no trono o irmão, José Napoleão; e que seus pais e irmãos encontravam-se prisioneiros na cidade francesa de Bayone. Com o apoio do comandante da esquadra inglesa no Rio de Janeiro, Sir Willian Sidney Smith, comandante das tropas navais inglesas sediadas no Rio de Janeiro, e de alguns exilados bonaerenses que encontravam-se na cidade, Carlota Joaquina passa a presidir um movimento político em defesa dos direitos e domínios da dinastia espanhola. Como única herdeira dos Borbons em liberdade, a infanta Carlota Joaquina postulou-se depositária dos direitos da coroa que pertencia a seu pai.

A frágil estrutura nacional e colonial espanhola explode com crise política criada pela vacância do poder monárquico, fazendo surgir Juntas Governativas em várias províncias espanholas e americanas que, por diferentes motivos, requerem a supremacia política. Tanto na Espanha quanto na América, reconhecer o direito de regência de Carlota Joaquina significava, de certa maneira, repudiar e negar o direito que a Junta de Sevilha julgou ter para assumir o controle do governo espanhol. Um objetivo comum que animava a criação dessas juntas era a eminente necessidade de organização da resistência à invasão francesa; sendo assim, a maioria delas jurou fidelidade ao filho do rei, Fernando VII, que dias antes da invasão napoleônica liderara um levante contra o pai. Apesar do desgaste político e social que nos últimos anos vinham sofrendo os monarcas espanhóis, a violência da atitude de Napoleão Bonaparte contra a família real e contra o povo espanhol reacendeu os sentimentos patrióticos na metrópole e nas colônias, demonstrando que a monarquia ainda gozava de certo prestígio no âmbito do império.

Na Espanha, a possibilidade da ascensão de Carlota Joaquina ao trono dos Borbons é facilitada pelo reconhecimento da abolição da lei Sálica em 1778, que proibia a ascensão das mulheres ao poder. Neste



D. Carlota Joaquina
desenho em sépia
Jean Baptiste Debret, 1816
Museu Histórico Nacional

contexto, verifica-se súbita ascensão política de Carlota Joaquina, ame-
drontando os liberais espanhóis e complicando os interesses luso-in-
gleses na região platina. Ao convencer D. João de partir para o Brasil,
o embaixador inglês Lord Strangford defende a concretização do anti-
go desejo português de conquistar as colônias espanholas do Rio da
Prata. A vinda da família portuguesa para a América, na realidade, põe
em execução o projeto de construção de um amplo império, arquiteta-
do por D. Rodrigo de Souza Coutinho - Conde de Linhares -, então
primeira pessoa do Gabinete de D. João que, com o apoio de Lord
Canning, Ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, decide atra-
vés da Convenção Secreta de Londres tornar o Brasil, “[...]um empó-
rio para suas [inglesas] mercadorias, destinadas ao consumo de toda a
América do Sul.”⁶

Estrategicamente, o controle e ocupação da região platina tor-
nam-se peça fundamental do projeto. Prova disto é que, antes mesmo
da queda dos Borbóns de Espanha, D. Rodrigo dá andamento ao pla-

no de expansão da fronteira sul. Em correspondência ao Cabildo de Buenos Aires, participando a chegada de D. João ao Rio de Janeiro, o Ministro português critica a Espanha por sua sujeição a França e oferece a proteção do Príncipe Regente a todo o Vice-Reinado, sob ameaça de que, não sendo atendido, usaria a força, auxiliado por tropas inglesas. A arrogância do ofício português exemplifica a opção de uma política agressiva e determinada de conquista e ocupação das províncias espanholas do sul do continente. Carlota Joaquina reprova enfaticamente essa atitude e, em carta ao príncipe, critica duramente as decisões do Gabinete do marido, pedindo que se corte qualquer contato direto com a administração colonial espanhola.⁷

Nesse contexto, Carlota Joaquina, apoiada por Sidney Smith, coloca em execução o plano para se tornar regente da Espanha, tendo o Vice-Reino do Rio da Prata como sede da monarquia. O Ministério português não aceita a participação de Carlota Joaquina nas negociações com as províncias do Rio da Prata. Como alternativa, sugere o nome do infante D. Pedro Carlos - primo de D. Carlota e sobrinho de D. João, criado na corte de Bragança e assim muito ligado aos interesses portugueses e ao regente. A política platina vai acirrar as divergências entre os partidos do príncipe e da princesa na corte. De um lado estão Sir Sidney Smith e D. Carlota Joaquina e alguns seguidores; de outro, apoiando D. Pedro Carlos, o Príncipe Regente, D. Rodrigo de Souza Coutinho e o resto do Gabinete. A única exceção é Lord Strangford que, na realidade, não vê com simpatia nenhum dos dois partidos, uma vez que tem nítida preferência pela independência. O ministro britânico está certo de que negociará melhor os benefícios comerciais ingleses no Rio da Prata com regime republicano apoiado pela Inglaterra.

Embora o plano de Sidney Smith não agrade nem ao gabinete português nem à Grã-Bretanha, encaixa-se perfeitamente à nova realidade política das colônias espanholas da América. Num cenário onde questiona-se a legitimidade das Juntas Governativas, mas não a do monarca, a regência de Carlota Joaquina torna-se a solução plausível, numa conjuntura onde a crise social e política ameaçava a estabilidade não só da administração colonial metropolitana, mas também da elite *criolla*, que desde a segunda metade do século XVIII vinha sendo cons-

tantemente ameaçada por revoluções indígenas e camponesas. Talvez enveredando por esse caminho se possa explicar o apoio de influente portenho Saturnino Rodrigues Peña, exilado no Rio de Janeiro por ter apoiado a invasão inglesa a Buenos Aires em 1906. Ao decidir abraçar o “carlotismo”, Rodrigues Peña escreve aos amigos em Buenos Aires justificando seu apoio a causa da princesa:

[...] q. seria una suerte si el Ser Supremo no nos hubiera traído incolumnes a nuestro Continente um ramo principal de la familia Real de Espanha? - No hay duda la infanta de España, Carlota Joaquina q. escapó prodigiosamente con su Esposo y familia Rl de Portugal de las redes del Exterminador de los Borbones, se halla cerca de nosotros en el Brasil..... La Señora D. Carlota, Princesa de Portugal y del Brasil è infanta de España, tiene una educación ilustrada, y los sentimientos mas heroicos. Esta muger singular, y tanto que la creo unica en su clase, me parece dispuesta a sacrificarlo todo , por alcanzar la noble satisfacción de servir de instrumento à la felicidad de sus semejantes. Es imposible oir hablar de esta Princesa sin amarla; no posee una sola idea que no sea generosa, y jamas dio lugar à las que infunden contanta facilidad en estas personas, la adulación y el despotismo: en una palabra parece prodigiosa la venida da digna Princesa, su educacion, intenciones y demas extraordinarias circunstancias que la adornan; en cuya virtud n odudo, ni V.S. deben dudar que esta sea la heroina que necessitamos, y la que seguramente nos conducirá al mas alto grado de felicidad , pero para conseguirlo es absolutamente necesario que V.S. apartado toda preocupación, se dediquem a meditar con reflexion sobre sus deberes intereses generales y urgentisimas circunstancias del dia, y despues suplicar a su A.R. la Princesa se designe ampararlos y protexerlos.”⁸

O fato destas demonstrações terem partido de Rodrigues Peña, líder do movimento “liberal” e pró-inglês no Rio da Prata e conhecido como “agente confidencial” do partido republicano, confunde a definição do quadro político-ideológico em que se insere o “carlotismo”. O que se pode questionar, então, é em que medida Rodrigues Peña realmente estava envolvido no projeto “carlotista”. Uma denúncia

anônima ao presidente do Cabildo de Buenos Aires menciona a realização de uma reunião secreta na qual o irmão de Rodrigues Peña, Nicolas, afirmou a Martín de Alzaga - rico comerciante espanhol radicado em Buenos Aires - que a regência de Carlota Joaquina seria o primeiro passo para a independência da região.⁹ No entanto, em carta a Canning, Strangford declara que foi Sidney Smith quem convenceu Saturnino Rodrigues Peña a abandonar seus ideais revolucionários e aderir à causa de D. Carlota.¹⁰ O certo é que praticamente todos os auxiliares de D. Carlota Joaquina, inclusive seu secretário particular Jose Presas, eram pessoas vinculadas a idéia do livre-comércio britânico no Rio da Prata e em sua maioria exilados no Rio de Janeiro após as nefastas invasões inglesas de 1806 e 1807 ao Vice-Reino platino.

O envolvimento do almirante Sidney Smith também é difícil de se definir. Explicar sua adesão ao plano simplesmente pela existência de um relacionamento amoroso com a princesa, como sugerem alguns historiadores, é argumentação muito frágil, considerando ser Sidney Smith conceituado militar, de grande prestígio na corte inglesa. Foi designado para comandante das forças navais britânicas em Portugal e encarregado de manter a segurança da família real, missão de extrema importância dado o cenário político e diplomático da época. O que fica claro é que o almirante desenvolve uma política independente da de Lorde Strangford. Segundo depoimento do próprio Sidney Smith ao Conde de Linhares, ele tinha autorização do governo inglês para agir com autonomia, declaração que criou grande constrangimento para Strangford junto ao gabinete do Príncipe Regente. Esta discordância de diretriz política entre os dois titulares da diplomacia inglesa na corte brasileira pode ser entendida pela existência de dissidências no interior do próprio Ministério de St. James, e/ou como resultado da luta de poder por supremacia política na corte bragantina.

Quanto à participação de Manuel Belgrano, que posteriormente veio a ser o patriarca da independência Argentina, o envolvimento num projeto de solução monárquica não se contrapõe aos ideais que defendia. O General Belgrano, descendente de família abastada, estudou na Europa e foi aluno do cônego Juan Baltasar Maziel, exemplo significativo de renovação intelectual no Rio da Prata. Entretanto, as propostas "modernizadoras" de Maziel servem como exemplo do es-

forço da intelectualidade rio-platense, especialmente dos centros universitários, em tentar conciliar o “novo” sem alterar os princípios básicos de sustentação da monarquia.¹¹ Frente a esta conjuntura política, pode-se concluir que a adesão de Belgrano ao “carlotismo” representou uma atitude coerente.

Manuel Belgrano vai engrossar significativamente a base de apoio à regência de Carlota Joaquina. Suas manifestações efetivas ao projeto de regência iam do apoio formal (“*Lo que puedo asegurar à V.A.R., desde aora, es, que no hay un hombre de bien que no mire en su Rl. Persona el sosten de la Soberania Española, el apoyo delos derechos dela nacion y delos Vasallos, y el unico refugio que le queda á esse Continente pa. gozar tranquilidad, y llegar al grado ventajoso al que es capaz*”)¹² até a incitação à desobediência a Junta Central da Espanha, que tomava medidas para coibir a ascensão de Carlota Joaquina ao poder: “[...] *No puede ser otra la decision qe. V.A.R. tome mas conforme à todos los principios mas sagrados que la de venir à mandar plocamarse, y hacer reconocerse por Regenta de estos dominios, superando todos os obstaculos que puedan presentarse.... valgase V.A.R. de las armas que le presta su sexo: recuerde à su digno Esposo el amor filial, y descubrale los intereses qe. deben moverlo por sus mismos hijos, pr. su seguridad, y engrandecimiento de la Casa de Bragança: convensale V.A.R. de las necesidad q. hay de apersonarse en estos dominios.*”¹³

A participação de Manuel Belgrano resultou em ampla divulgação do movimento, fazendo com que a propaganda “carlotista” invadisse os domínios espanhóis da América às Filipinas.

Apesar das objeções de lorde Strangford e do Conde de Linhares, Sidney Smith, animado pela participação dos “patrícios bonaerenses”, torna-se o principal mentor e o divulgador do “partido carlotista”. Na Espanha e na América a conquista de importantes nomes da nobreza e da elite colonial animam os “carlotistas” a ampliar sua base de apoio, produzindo material de apelo popular, como os panfletos criados por Manuel Belgrano, onde, em forma de diálogo, “Hum habitante da ilha de Leon e um provinciano emigrado” defendem o direito legal da infanta ao trono de Espanha:

“*Leonez: - Pergunta-me vossa mercê, Senhor Provinciano o*

motivo por que querem disputar á Princeza do Brazil o direito de sucessão á coroa de Hespanha, na falta da varonia reinante.

Provinciano: - Fico inteirado do verdadeiro objecto que se presenta ás Cortes, e bem persuadido de que os interesses da Princeza Infanta de Hespanha não pódem soffrer alteração alguma, estando radicado em Direito á sucessão do Reino.”¹⁵

Na Espanha o movimento em favor da infanta também cresce, conseguindo juntar nomes dos mais proeminentes da nobreza castelhana; porém, a metrópole em guerra e o confuso e fragilizado quadro político não permitem a formação de um grupo hegemônico capaz de efetivar a solução regencial. Vários fatores também contribuíram para dificultar a concretização do projeto carlotista. O medo de uma nova União Ibérica com preponderância portuguesa talvez seja o primeiro deles; o segundo, mas não menos importante, seria a situação subalterna que a metrópole ficaria em relação as colônias. A experiência portuguesa mostrava que a presença do monarca na América deixaria Portugal em situação humilhante. São inúmeras as queixas da nobreza e de comerciantes portugueses sobre os privilégios que agora tinha o Brasil. Por outro lado, apesar da infanta espanhola ter assegurado várias vezes que não compactuava com a política hostil do Príncipe Regente, e que seu objetivo era apenas a preservação dos domínios espanhóis na América, ao que parece suas afirmações não convenceram aos governantes espanhóis.

Com o objetivo de neutralizar tanto a atuação luso-inglesa quanto as relações de Carlota Joaquina com as colônias americanas, a Junta Central designa embaixador para o Brasil, como representante legítimo do governo espanhol na corte portuguesa. O Marquês de Casa Irujo chega ao Rio de Janeiro com instruções precisas, já enviadas ao Vice-Rei, de neutralizar a influência de Carlota Joaquina, removendo-a da intenção de transladar-se para o Rio da Prata: “[...] *q. no sea recevida y q. sin emplear una fuerza q. tenga... se usen todos los buenos medios q. dictarla dulzura la decencia y la calidad dela persona se dala negativa.*”¹⁶

Na América, incendiada por revoltas populares de índios e *comuneros*, o vazio no poder metropolitano esfacela o único elo que neutralizava os conflitos latentes entre os grupos oligárquicos regio-

nais, exigindo solução política imediata. Felipe Contucci - rico comerciante português em Buenos Aires - escreve a D. Carlota informando, entre outras coisas, que o Cabildo está convencido de que não poderão tardar em reconhecê-la como regente. Em correspondência dirigida ao Conde de Linhares, Contucci informa que “[...] cree llegado el momento del traslado de la princesa Carlota al Plata, el que debe realizarse sin demoras. Ella revivará la Monarquía española en el continente americano.”¹⁷

Entretanto, a demora nas negociações e a sistemática negativa do príncipe em permitir a partida de D. Carlota às províncias platinas complica o quadro político da região. Em maio de 1810 estoura a famosa “Revolução de Mayo”, ponto de partida da independência da futura Argentina. A radicalização fornece indícios de que a solução monárquica não tinha mais espaço na região e que os revolucionários caminhavam a passos largos para uma forma republicana de governo. Nesta época, o incidente causado pela detenção da fragata “Mary”, proveniente do Rio de Janeiro, põe por terra as bases do “partido carlotista”. Após receber denúncia, as autoridades de Montevideu encontram em posse do médico e agente inglês James de Paroissien documentos que comprometiam seriamente os mais íntimos auxiliares da princesa, especialmente Saturnino Rodrigues Peña e Sidney Smith. Paroissien levava, com a anuência de Sidney Smith, correspondência secreta ao irmão e amigos de Rodrigues Peña em Buenos Aires, com a proposta de angariar apoio junto à administração metropolitana, o Vice-Rei, presidente do Cabildo e clérigos “[...] que tem incomparável influência, especialmente entra as classes baixas” - segundo advertência do próprio Peña - para propagar o plano de revolução. A denúncia foi feita pelo comerciante espanhol Julián de Miguel, que embarcara no mesmo navio do agente inglês com uma carta denúncia de Carlota Joaquina para o Vice-Rei Santiago de Liniers. Na verdade, o episódio nunca ficou bem esclarecido, pois todos os envolvidos negaram comprometimento com os ideais republicanos. Foram presos apenas James Paroissien e Rodrigues Peña

A leitura que a historiografia faz do episódio é de que D. Carlota traiu os amigos ao denunciar Rodrigues Peña. Entretanto, o que se conclui da leitura de várias e diferentes fontes é que na realidade havia

uma diferença radical entre os planos dos patrícios bonaerenses e os de Carlota Joaquina, e não apenas no que diz respeito ao caráter absolutista ou não do projeto. Carlota Joaquina, em suas correspondências muitas vezes demonstra respeito às Cortes, e mantinha acordo com pessoas adeptas do liberalismo colonial. O que se apresenta como mais provável é a divergência entre o desejo de independência política dos revolucionários platinos, republicanos ou monarquistas, e o de D. Carlota, que pleiteava a regência espanhola e assim lutava pela integridade dos domínios de sua família. É importante ressaltar que Carlota Joaquina tinha vencido várias etapas para chegar ao governo da Espanha, e que até praticamente 1813 ainda esperava sua indicação à regência. Para Carlota Joaquina, a América seria apenas sede temporária da monarquia, foco de resistência contra os franceses. A documentação e suas atitudes comprovam que jamais pensou em criar um reino independente com os *criollos*. O cenário político europeu estava muito confuso, a vitória de Napoleão e a perda definitiva do território espanhol na Europa era dados como certos, do mesmo modo que a morte do rei Fernando VII não era hipótese descartada na opinião dos espanhóis. Neste contexto, Carlota Joaquina pretendia, a exemplo da corte bragantina, criar um governo paralelo na América até a definição do quadro político europeu; e o Rio da Prata naquela conjuntura parecia o local mais favorável.

Como previram muitos dos correligionários do “carlotismo”, a revolução de Buenos Aires se dissemina pelas outras províncias do Vice-Reino; e a administração colonial, agora sediada em Montevideu, passa a exigir da Espanha rápida decisão sobre a regência. Entretanto, o governo espanhol continua negando o apoio a Carlota Joaquina. Diante do agravamento da crise colonial e de sua obstinação em salvar o que restava dos domínios espanhóis, Carlota Joaquina passa a agir, desconhecendo as restrições da Espanha. Restabelece contatos com as lideranças realistas da cidade de Montevideu e envia a Felipe Contucci instruções para que prepare seu desembarque na capital da Banda Oriental. Os termos definidos para as transações revelam a intenção conciliatória da infanta, uma vez que atendem integralmente à proposta da resistência realista. Entretanto, o Cabildo de Montevideu, fiel às determinações metropolitanas, recusa a proposta de D Carlota. Em

sua maioria comerciantes com fortes vínculos com o monopólio comercial espanhol, os cabildantes temiam tanto as relações de Carlota Joaquina com o comandante inglês - e conseqüentemente a possibilidade do livre comércio - quanto uma possível invasão de tropas portuguesas posicionadas na fronteira do Rio Grande.

As conjunturas européia e colonial sinalizam o fim do “carlotismo”. Na Espanha os exércitos aliados conseguem vitórias; a Rússia anuncia sua saída da guerra; em Buenos Aires a revolução se radicaliza e muitos dos antigos aliados, como Manuel Belgrano, anunciam a formação de um partido republicano. No Rio de Janeiro, as articulações entre Lord Stragford e o Conde de Linhares com a corte britânica retiram do Rio de Janeiro o almirante Sidney Smith, e Carlota Joaquina perde seu principal estrategista político e militar.

Ainda assim, D. Carlota não se rende aos obstáculos, e não mede esforços para manter viva a resistência metropolitana. Quando soube, por exemplo, que o marido se negou a liberar recursos para Montevideu, reúne no palácio quatro dos comerciantes mais ricos do país e lhes pede ajuda, oferecendo suas jóias como cautela. Como os comerciantes não aceitaram a proposta, D. Carlota convoca o embaixador espanhol, Marquês de Casa Irujo, e lhe entrega suas melhores e mais raras jóias, para que fossem enviadas a Montevideu. Também no palácio as dificuldades são imensas: o Conde de Linhares procura obstruir todos os seus planos e qualquer contato com o regente. Muitas vezes é obrigada a transgredir e flexionar posições, a fim de conseguir suporte para os realistas da Banda Oriental.

[...] aunque no acostumbra a hacer demandas al Principe su Esposo, en esta ocasión se separó de la regla general se la pidió con toda la energia de su caracter. El Principe que dexado a si mismo sería un bueno amigo y aliado, accedió inmediatamente a la demanda pero su Secretario de Estado... se opuso en cierto modo... No obstante la Princesa ha insistido con tal tezon y perseverancia, que anoche me hizo la honra de asegurarme habia conseguido”¹⁷, relata o Marquês de Casa Irujo.

A situação de Montevideu torna-se crítica frente às investidas das tropas portenhas, e faz com que o Cabildo aprove com urgência a decisão de chamar D. Carlota a assumir a regência, procurando evitar cair nas mãos dos revolucionários. A única exigência que faz é de que

Carlota Joaquina reconheça a soberania das Cortes e observe suas leis. Porém, mais uma vez o governo espanhol veta a entrada da princesa na região. Gaspar de Vigodet, governador de Montevideu, sem alternativa insiste nos pedidos de ajuda à cidade; entretanto nesta época, doente e isolada no palácio, Carlota Joaquina não tem mais poder nem dinheiro para mobilizar recursos e forças e assim atender os apelos do governador.

Nas colônias da América espanhola a revolução se generaliza. Jose Artigas, denominando-se chefe dos orientais e caudilho militar, nega obediência ao governo de Montevideu e invade os territórios do interior, obrigando as tropas realistas a abandonar toda a Banda Oriental do Rio da Prata. Em 14 de julho de 1814, chega a notícia da rendição de Montevideu. A Espanha perde para sempre as províncias platinas; no entanto, a monarquia portuguesa e depois a brasileira não abandonam o antigo projeto de estender a fronteira por toda a margem oriental do Rio da Prata.

Quando a revolução liberal portuguesa exige a volta dos monarcas e D. Pedro fica no Brasil, primeiro como regente e depois como imperador, irá dar continuidade a política externa bragantina em relação a fronteira platina. As disputas pela Colônia do Sacramento e as Guerras Cisplatinas são provas disto. Em carta ao pai, em 1822, D. Pedro informa ao rei que “[...] Monte Vidêo se quis voluntariam se unir ao Brazil de q. m. já se conta parte componente deste vasto reino.”¹⁷ Sua mãe seguramente não concorda com essa medida.

Carlota Joaquina esteve perto de ser rainha da Espanha - as conjunturas políticas certamente foram muito mais responsáveis por sua derrota que qualquer outra razão ligada a seu temperamento ou ideologia. Ainda durante alguns anos (praticamente o tempo em que permaneceu no Brasil), mesmo muito doente tentou ajudar o irmão - Rei Fernando VII, que havia assumido o governo da Espanha - a reprimir os movimentos revolucionários e recuperar as províncias do antigo Vice-Reino do Rio da Prata para os espanhóis. Entretanto, as políticas portuguesa e inglesa na região reforçaram o movimento republicano. Apesar de abatida pela doença e pelas derrotas políticas e emocionais, Carlota Joaquina não perdeu o gosto pela política e, ao voltar à Europa, entra com vigor no jogo pelo poder, lutando contra a

constituição liberal e, depois da morte do marido, arregimentando forças para coroar o filho, D. Miguel, rei de Portugal.

O que é surpreendente ao se avaliar a história da mãe de D. Pedro I, seja na esfera pública seja na privada, é o desprezo e até certo ódio que os historiadores lhe dedicam. Da mesma forma, é espantoso verificar as discrepâncias entre as interpretações historiográficas e as informações fornecidas pelas fontes; assim como as ambigüidades e contradições encontradas muitas vezes numa mesma obra. Os historiadores parecem querer negar ou aceitar qualquer informação ou interpretação que possa valorizar Carlota Joaquina. Quase todos são unânimes, por exemplo, em considerá-la com personalidade e boa sensibilidade política, porém também afirmam que toda sua atuação pública foi gerada por desenfreado desejo de poder.

Seus filhos não têm mãe, seus netos não têm avó. Isto é facilmente verificável nas biografias de D. Pedro I e D. Pedro II. Os biógrafos de ambos procuram tornar sua personagem invisível. D. Pedro I é filho apenas de D. João, D. Carlota aparece apenas como identificação de maternidade - até porque dão muito destaque ao fato de ser D. Miguel seu filho predileto. “[...] Pedro é o preferido da infanta, porém quando nasce d. Miguel [...] Nasce conquistando, usurpando as branduras, o afago e as preferências da mamã. Usurpador desde pequenino [...]”¹⁹

Ainda com o intuito de denegrir a imagem de D. Carlota e D. Miguel, o autor faz referência a crise de sucessão da monarquia portuguesa gerada pela morte de D. João VI.

Os livros didáticos também procuram não entrar em muitos detalhes sobre a mãe do fundador do império, como se a menção de seu nome pudesse manchar nosso passado histórico. As esposas - D. Leopoldina e depois D. Amélia - modelos de virtude - de certa forma ocuparam o espaço feminino reservado à mãe de D. Pedro I. Entretanto, o avanço da historiografia e de estudos sobre gênero abriram caminhos para que, ao comemorarmos o bicentenário de D. Pedro I, pudessemos resgatar pedaços da história da mulher que lhe deu a vida.

NOTAS

1. Luis Torgal apud MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa : Editora Estampa, 1992. Vol.5, p.66.
2. Carta de Carlota Joaquina a Carlos IV. 1801 (Arquivo Histórico Nacional. (Madri) - Est. Leg. 4459 - 2-3).
3. Em 1806, durante longo período de reclusão de D. João no mosteiro de Mafra, a oposição, liderada pelo Conde de Sabugal e pelo Marquês de Ponte Lima, planejou destituir o príncipe e entregar a regência do reino a Carlota Joaquina.
4. LIMA, Manuel de Oliveira. *D. João VI no Brasil (1808-1827)*. Rio de Janeiro : Ed. Melhoramentos, 1908. P.261.
5. EDMUNDO, Luis. *A Corte de D. João no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1940. Vol.1, p.220
6. Instrução 3 para a conclusão do Tratado de Comércio.
7. Carta de Carlota Joaquina a D. João. Arquivo Histórico Nacional. (Madri) - Est. Leg. 5837. N.36.
8. Carta de Saturnino Rodrigues Peña a um amigo em Buenos Aires. 4.10.1808: Coleção Lavradio: Arquivo General de la Nación Argentina. Vol. 1, p.179.
9. Relatório. Anônimo. 1809 - Arquivo Histórico Nacional. (Madri) - Estado Leg. 5837. Caixa 1.
10. Strangford a Canning, carta de 2 de julho de 1809. Apud HUMPHREYS, R. A.. *Liberation in South America (18-6-1827): The career of James Paroissien*. Londres : The Athlone Press, 1952. P.26.
11. AZEVEDO, Francisca L. Nogueira de. *Igreja e emancipação das colônias espanholas da América*. Texto apresentado no Simpósio Regional da ANPUH. Vassouras, 1998. (Mimeo.)
12. BRASIL, Museu Imperial, Arquivo Histórico. *Catálogo geral*. I-POB 117 Bel c.1-3 809. Carta de Manuel Belgrano a Carlota Joaquina.
13. Idem, ibidem.
14. BRASIL, Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Obras Raras. "Hum habitante da ilha de Leon e um provinciano emigrado." Panfleto por Manuel Belgrano. Rio de Janeiro : Imprensa Régia, 1811.
15. Instrução da Junta Central ao Vice-Rei do Rio da Prata. Sevilha, 1809. Arquivo Histórico Nacional. (Madri) - Est. Leg. 5837. Caixa 1.

16. Idem.
17. Carta do Marquês de Casa Irujo a D. Eusebio Bardaxi y Azara. 4.9.1810. Arquivo Historico Nacional. (Madri) - Est. Leg. 5837.
18. BRASIL, Fundação Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos. *Catálogo geral*. Reg. I - 33,29,9. Carta do Príncipe D. Pedro a D. João VI. 14 de maio de 1822.
19. EDMUNDO, Luis. *Op cit.* P.260.

FONTES

- ACEVEDO, Walter Alexandre. *A Missão Secreta do Marechal Curado ao Rio da Prata (1808-1808)*.
Revista do IHGB, Rio de Janeiro, julho/setembro, 1946.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- Archivo General de la Nacion. *Politica Lusitana en el Rio de La Plata - 1808-1815*. (Coleção Lavradio) - 3Volumes. Buenos Aires, 1961.
- ASSADOURIAN, C. S. e Beato, C. & Chiaramonte J.C. *Argentina: de la Conquista a la Independencia*. Buenos Aires: Hyspamerica, 1986.
- BENTLEY, Richard. Ed. *Memoirs of Admiral Sir Sidney Smith, K.C.B., & c.* London: Richard Bentley, 1839.
- _____. *Britan and the Independence of Latin America 1812-1830 - Selectec Documents from the Foreign Office Archives*. 2 Volumes
Londres: Oxford University Press, 1938.
- CALMON, Pedro. *O Rei do Brasil, a vida de D. João VI*. Rio de Janeiro: Jose Olympio Editora, 1935.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *D. Carlota Joaquina e "El año diez"*. Rio de Janeiro, *Revista do IHGB*. Tomo especial: A Política Exterior do Império, 1927.
- _____. *Política Exterior do Império*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1927.
- CASTELAO, Ofelia. *Poder y Privilegios en la Europa del Siglo XVIII*. Madrid: Editorial Sintesis, 1992.
- CASTELOE, Michael P. *Spain and the Spanish American wars of Independence: The Comisión de Reemplazos, 1811-1820*. *J.Lat.Amer.Stud.* 13,2; 1982.

- CHARTIER, Roger. *Espacio Público, Crítica y Desacralización en el Siglo XVIII*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.
- CHEKE, Marcus. *Carlota Joaquina, A Rainha Intrigante*. Rio de Janeiro; Jose Olympio Ed., 1949.
- CIDADE, F. de Paula. *Lutas, ao sul do Brasil, com os espanhóis e seus descendentes (1680-1828)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.
- Coleção Lamolo. *Politica Lusitana en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: 1963
- Correspondência de Lord Strangford y de la Estacion Naval Britanica en el Rio de la Plata*. Buenos Aires: Archivo General de la Nacion, 1941
- Correspondência de Luis Joaquim dos Santos Marrocos*. Anais da BN, Volume 56, 1934.
- DONGHI, T. Halperin. *Historia de America Latina 3 - Reforma y dissolución de los imperios ibéricos (1750-1850)*. Madrid: Alianza Ed., 1985.
- _____. *Historia da Argentina: de la revolución de la independencia a la confederación rosista*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1989.
- DUBY, George e Perrot, Michelle, Perrot. (dir.) *História das Mulheres*. 4 Volumes, Porto: Edições Afrontamento, 1992.
- ELSTHAIN, J.B. *Public Man, Private Woman: woman in social and political thought*. Oxford: Martin Robertson, 1991.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: 2ª ed., Editorial Estampa, 1995.
- ETCHEPAREBORBA, Roberto. *Entretelones del Proceso Carlotino*. *Historia*, N. 8.
- _____. *Felipe Contucci y el Carlotismo*. *Anuario del Instituto de Investigaciones Históricas Universidad Nacional del Litoral*. Rosario, N.4; 1960.
- _____. *Política Luso-Platense, 1810-1812*. Buenos Aires: H. Consejo Deliberante, 1961.
- FERNANDEZ, Ariosto. *Manuel Belgrano y la Princesa Carlota Joaquina*. Buenos Aires: Talleres Graficos "Lumen", 1956.
- FERREIRO, Felipe. *Ideas e Ideales de los partidos y tendencias que actúan en el campo de lo político del reino de Indias de 1808 a 1810*. *II Congreso Internacional de Historia de América de la Academia Nacional de la Historia*. Buenos Aires, 1938.
- FLORES, Estrada. *Examen Imparcial de las Disenciones de la America con la España*. Cadiz: Jimenez Carreño, 1812.

- FONTANA, Josep. *La Crisis del Antiguo Régimen (1808-1833)*. Barcelona: Editorial Crítica, 1992.
- FREITAS, Caio de. *George Canning eo Brasil (influência da diplomacia inglesa na formação brasileira)*. 2 Volumes. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- GANDÍA, Enrique de. *La Princesa del Brasil, la diplomacia inglesa y el Reino de Buenos Aires*. Anales de la Sociedad Científica Argentina, t.cxliv. Agosto, 1947.
- GODECHOT, J. *Europa e América no Tempo de Napoleão (1800-1815)*. São Paulo: Pioneira Ed., 1984.
- KELLY, John. *Women History and Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- LEVENE, R. (org.) *Correspondência de Lord Strangford y de la estacion naval britanica en el Rio de la Plata com el Gobierno de Buenos Aires 1810-1812*. Buenos Aires: 1941.
- LEVENE, Ricardo, *Ensayo Historico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno*, 2 vols., Buenos Aires: Alianza, s/d.
- LIMA, M. de Oliveira. *Dom João VI no Brasil, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1908.
- LOPES, Maria Antonia. *Mulheres, Espaços e Sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989
- LYNCH, John, *Las Revoluciones Hispanoamericanas, 1808-1826*. Barcelona: Alianza Editorial. 5ªed., 1989.
- _____. *British Policy and Spanish America, 1783-1808*. J.Lat.Amer. Stud. I, I.
- MADARIAGA, Salvador de. *El Auge y el Ocaso del Imperio Español en América*. Madrid: Espasa-Calpe, 1986.
- MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal - O Antigo Regime*. 5 Volumes. Lisboa: Ed. Estampa, 1992.
- MENDONÇA, Renato de. *História da Política Exterior do Brasil*. 1º Tomo (500 a 1825), México: Inst. Panamericano de Geografia e História, 1945.
- MITRE, Bartolome. *Historia de Belgrano y de la Independência*. Argentina; Buenos Aires; Ed. Anaconda, 1950.
- MOLANO, Elías Díaz. *Belgrano y la Idea Revolucionaria*. Anuario del Instituto de Investigaciones Históricas-Universidad Nacional del Litoral. Rosario, n.4, 1960.
- MOLINARI, Diego Luis *Antecedentes de la Revolución de Mayo*. 3 vols. Buenos Aires: 1922.

- PRESAS, Jose. *Juicio Imparcial sobre las Principales Causas de la Revolución en America Española*. Burdeos: Imprenta R. Laguillotièrre y Comp, 1828.
- _____. *Memórias Secretas de D. Carlota Joaquina*. Rio de Janeiro; Irmãos Pongetti & Zélio Valverde Ed., 1940.
- PUYRREDÓN, Carlos Alberto, 1810, *La Revolución de Mayo, segun amplia documentación de la epoca*. Buenos Aires: El Ateneo, s/d.
- QUESADA, Vicente G. *Diplomacia Americana - El Brasil y el Rio de la Plata (1808-1812)*. Nueva Revistade Buenos Aires.
- ROCHA, Arthur Renato da. *História Diplomática do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Brant, 1927.
- _____. *História Diplomática do Brasil- Segunda Conferencia*. Rio de Janeiro, Revista do IHGB, n.LXVIII - v.130. 1930.
- RUBIO, Julián María. *La Infanta Carlota Joaquina y la Política de España en América (1808-1812)*. Madrid: Imprenta de Estanislao Maestre, 1920.
- RYDJORD, John. *British Mediation Between Spain an her Colonies: 1811-1813*. HAHR, 21:1; feb.1941.
- SAAVEDRA, Cornelio; BELGRANO, Manuel; RODRÍGUEZ, Martin e GUIDO, Tomás. *Los Sucesos de Mayo Contados por sus Actores*. Buenos Aires; El Ateneo, 1938.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1988
- SOARES, Texeira. *A Diplomacia do Império no Rio da Prata, 1680-1865*. Rio de Janeiro: Editora Brant, 1955.
- STOETZER, O.Carlos. *La Révolution Française et les Bouleversements Politiques dans le Río de la Plata au Début du XIX Siècle*. in *Les Revolutions Ibériques et Ibéro-Americaines à laube du XIX Siècle*, Actes du Colloque de Bordeaux, 1986.
- STREET, J. *Lord Strangford and Rio de La Plata, 1808-1815*. HAHR, 33:4, Nov.1953.
- VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2ª ed., 1969.
- VICENTE, Antonio Pedro. *Política Exterior de D. João VI no Brasil*. Estudos Avançados 7(19), 1993.
- WEBSTER, C.K (editor). *The Foreign Police of Castlereagh, 1812-1815*. Londres: Oxford University Press, 1931.

RESUMOS



Dossiê

D. João VI

O PRÍNCIPE D. JOÃO E O MUNDO DE QUELUZ

Despotismo ministerial, tensões estamentais e sacralização do Estado na crise do Antigo Regime português

Oswaldo Munteal Filho

O artigo examina as “sociedades de corte” que se multiplicaram pela Europa entre os séculos XV e XVIII, eternizando formas de sociabilidade, padrões de comportamento e de etiqueta, e, essencialmente, o combate perseverante dos soberanos em torno da unidade do poder do Estado. Por esta via, examina a crise do antigo regime ibérico como reflexo das transformações observadas no seio da própria sociedade lusa, principalmente após a queda do Marquês de Pombal. Observa o autor que os movimentos das cortes mariana e joanina, instaladas no Paço de Queluz, na América, foram resultado de um ambiente cultural, político e intelectual ao mesmo tempo hostil e tributário do legado pombalino.

DA REPULSA AO TRIUNFO

Idéias francesas no império luso-brasileiro, 1808-1815

Lúcia Maria Bastos P. Neves

Este texto examina como, em 1808, no novo cenário que a Corte de Portugal inaugurou no Rio de Janeiro, não estava ausente a necessidade básica de criação de uma sociedade culta e ilustrada. Ao mesmo tempo, a instalação na cidade de uma sociedade de corte, cujos hábitos e exigências tendiam a difundir-se pela população, iria contribuir para aquilo que Nobeit Elias denominou de “processo civilizador”. Por fim, a autora aborda a recriação do aparelho central do Estado português em terras americanas como fator de mobilização da antiga colônia para uma modernização segundo padrões europeus.

A "MARCHA CIVILIZADORA" NOS TRÓPICOS: PERCALÇOS E PARTICULARIDADES

Grandjean de Montigny, as festas reais e a Praça de Comércio
Angela Cunha da Motta Telles

Neste trabalho, a autora procura compreender a cidade como uma grande representação da condição humana, conforme proposto pelo teórico Aldo Rossi. A arquitetura, nessa percepção, é a "cena fixa mais profunda", onde o fato urbano se torna semelhante à obra de arte. Paralelamente, é examinado o processo de fixação da Corte portuguesa no Brasil e os esforços da administração metropolitana em civilizar os trópicos, em que esteve engajado o arquiteto francês Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny, chegado ao Rio de Janeiro em 1816 como integrante da Missão Artística Francesa e autor do projeto da Casa da Praça de Comércio, ícone maior do projeto de civilização da administração portuguesa.

O TRIÂNGULO DA DESORDEM NO RIO DE JANEIRO DE D. JOÃO VI

Escravos, senhores e policiais
Carlos Eugênio Líbano Soares

Este artigo discute a complexa realidade do jogo triangular - observado a partir da transferência da corte joanina para o Rio de Janeiro - que envolvia cativos, senhores e agentes de polícia. Esse jogo desvela a face oculta do conflito entre particulares e o Estado, em uma nova fase da formação do Estado Nacional. Também objetiva revelar, a partir das informações oriundas principalmente da corporação policial, as estratégias escravas e senhoriais de driblar a nova ordem policial nas ruas. Finalmente, pretende o autor colocar em discussão algumas abordagens já tradicionais da historiografia sobre escravidão no Rio de Janeiro, e que, de tanto serem reiteradas, passaram ao *status* de pontos pacíficos para alguns estudiosos.

LUZES DAS CIÊNCIAS NA CORTE AMERICANA

Observações sobre o periódico "O Patriota"

Maria Rachel Fróes da Fonseca

Este estudo propõe-se a reconstituir as principais expressões do pensamento científico no Rio de Janeiro das primeiras décadas do séc. XIX, analisando seu significado no processo de conscientização de uma nacionalidade. Busca a autora recuperar os antecedentes da história da emancipação no Brasil, através do estudo da forma pela qual um grupo social - o dos cientistas - compreendeu o papel do conhecimento científico no direcionamento da sociedade. Em termos mais pontuais, pretende-se perceber a forma pela qual a ciência era compreendida enquanto significado social, destacando-se a produção científica divulgada no periódico "O Patriota".



Museu Histórico Nacional 1998-1999

O MUSEU VISITA O RIO DE JANEIRO

As leituras sobre cidade nos *Anais* do Museu Histórico Nacional

Aline Montenegro Magalhães

Elizabeth dos Santos Rabello

Através da leitura de artigos publicados nos *Anais* do Museu Histórico Nacional, a partir de 1940, as autoras buscam demonstrar como a cidade do Rio de Janeiro passou por uma série de reformas nos primeiros anos deste século, de modo a se constituir como uma cidade moderna do século XX, exemplo de desenvolvimento, progresso e civilidade. Tomam por marco obras de princípios da década de vinte, lideradas por Carlos Sampaio, prefeito do Distrito Federal (1920-1924) que, preocupado em dar continuidade ao processo de remodelação urbana iniciado por Pereira Passos (1903-1906), implementa novas reformas de embelezamento e saneamento, que varreram os chamados "resquícios do atraso colonial", como se pode observar na derrubada do morro do Castelo.

O VISCONDE E O INTENDENTE

Reflexões acerca da trajetória memorialística e
representação de classe (Rio de Janeiro, 1772-1889)

Cesar Augusto Ornellas Ramos

O presente artigo pretende desenvolver algumas reflexões a respeito do binômio família-poder, no contexto do ideário e das relações sociais de segmentos da elite Colonial e Imperial brasileira, com ênfase para a interpretação crítica da memória familiar, da representação de classe e do processo de configuração do poder de Estado, a partir da análise das coleções de documentos particulares oriundos das famílias Carvalho e Mello & Fernandes Viana, poderosos núcleos familiares do Rio de Janeiro no século XIX, que integram o acervo do Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional.

INDUMENTÁRIA INFANTIL NO MHN

Camila Perlingeiro

Vera Lúcia Lima

O Museu Histórico Nacional possui uma significativa coleção de indumentária civil e militar compreendida entre os séculos XIX e XX. Fazendo parte da indumentária civil, há uma pequena mas importante coleção de indumentária infantil, composta até o momento de 100 peças. Com base nessa coleção, as autoras tecem considerações sobre a indumentária infantil desde a antiguidade, passando pelas práticas medievais, nas quais as crianças, mal saíam dos cueiros, passavam a trajar-se como adultos de sua condição, até chegar aos tempos atuais, nos quais as roupas infantis de *griffe* são lançadas constantemente.

E FEZ-SE A MEMÓRIA NAVAL

A coleção Edoardo de Martino no Museu Histórico Nacional

Walter Luiz C. de M. Pereira

O texto discute o movimento de construção da Memória através de monumentos iconográficos, neste caso através da pintura histórica. Os monumentos têm a propriedade de conservar informações nas relações com a História. Nesta, segundo o autor, os quadros são transformados em documentos históricos e a obra de arte é transportada ao campo da observação histórica e ao local de preservação da

Memória: o Museu Histórico. O Museu é o campo no qual tudo o que é exposto é produto da sociedade e suas relações com o poder. Essas características são estudadas por intermédio do exame das encomendas feitas ao pintor Edoardo De Martino, dentro dos parâmetros estabelecidos pela arte academicista, que regulava e controlava a produção artística sob supervisão estatal, com fins políticos e ideológicos.

SIMBOLISMO DA CERÂMICA E DA PORCELANA CHINESAS:

latente (You) e manifesto (Ming) através da monocromia e policromia

Ricardo Joppert

A porcelana policrômica chinesa representa um espetáculo para a visão que, segundo o autor, simboliza o aspecto manifesto (MING) dos seres, das coisas e situações. O artigo demonstra como a porcelana dita “das Índias”, é o ponto extremo dessa arte de excessos, mas que esta policromia só se completa através do contraponto da monocromia das essências que estão subjacentes a todo o processo da vida. Para a China, cerâmica e porcelana simbolizam o circuito fechado da vida: latente (YOU) e manifesto (MING) são verso e reverso - opostos complementares - de uma realidade integral, sempre em processo.

ESTRATÉGIAS E MÉTODOS DE MISSIONAÇÃO DOS JESUÍTAS NO BRASIL

Jorge Couto

O texto examina as sucessivas reformulações por que passaram as estratégias de missionação da Companhia de Jesus no Brasil, no sentido de se adaptarem às características das sociedades ameríndias, conferindo-lhes assim crescente eficácia. Distingue o autor três fases distintas: a primeira, que se alicerçava nos princípios da “conversão pelo amor”, procurando divulgar a mensagem cristã sem interferir significativamente nos padrões de organização das comunidades indígenas; a segunda, que se baseava na aplicação do “suave jugo de Cristo”, considerado indispensável para viabilizar a ação evangelizadora; e por fim a terceira, que se baseava na criação de aldeamentos isolados do contato com os colonos e as autoridades locais e régias, concentrando nos missionários os poderes espiritual e temporal.

EM BUSCA DE UM BRASIL EDIFICADO:

a fundação de uma prática de proteção patrimonial

Márcia Chuva

A autora discute o contexto em que é criado e consolidado o SPHAN, nos anos 30 e 40. Observa como a rede burocrática, originada tendo como base um grupo de servidores em torno da temática patrimonial, consegue reunir, num curto espaço de tempo, agências e subagências e criar seus dispositivos legais, embora distanciados das proposições contidas no “Anteprojeto” de Mário de Andrade - um dos mentores da idéia de preservação cultural no Brasil. A questão básica discutida no artigo é que os projetos para criação de museus ligados a um “Serviço de Patrimônio Artístico Nacional”, conforme idealizado, guardam longa distância do que foi concretizado pelo SPHAN, cuja tônica recorrente nada se aproximou da multifacetada perspectiva cultural daquele intelectual. Seu projeto totalizante de conhecimento e preservação da cultura brasileira esteve à margem do que efetivamente se constituiria no “Serviço”.



Seminário D. Pedro I - Estadista de Dois Mundos (outubro de 1998)

UMA DÁDIVA E MUITAS DÚVIDAS

Maria Augusta Machado da Silva

A autora analisa um quadro atualmente exposto no Museu da Imperial Irmandade do Outeiro da Glória, classificado como ex-voto, depositado em agradecimento ao fato do imperador D. Pedro I ter escapado de um acidente com um cavalo. A partir da descrição da obra e do levantamento de testemunhos de época, levanta a possibilidade de que o quadro represente, de fato, a expressão de uma tentativa de implementar a popularidade do imperador, então abalada pelos rom-

pantes autoritários aos quais era dado, e também pelos casos amorosos que vivia, que o desgastavam e o tornavam impopular. A autora levanta a hipótese de que a antipatia que a população votava a D. Pedro tenha tornado necessário que esse adquirisse o beneplácito da imperatriz, inclusive como forma de angariar a simpatia do imperador da Áustria.

D. PEDRO E O LIBERALISMO EM PORTUGAL

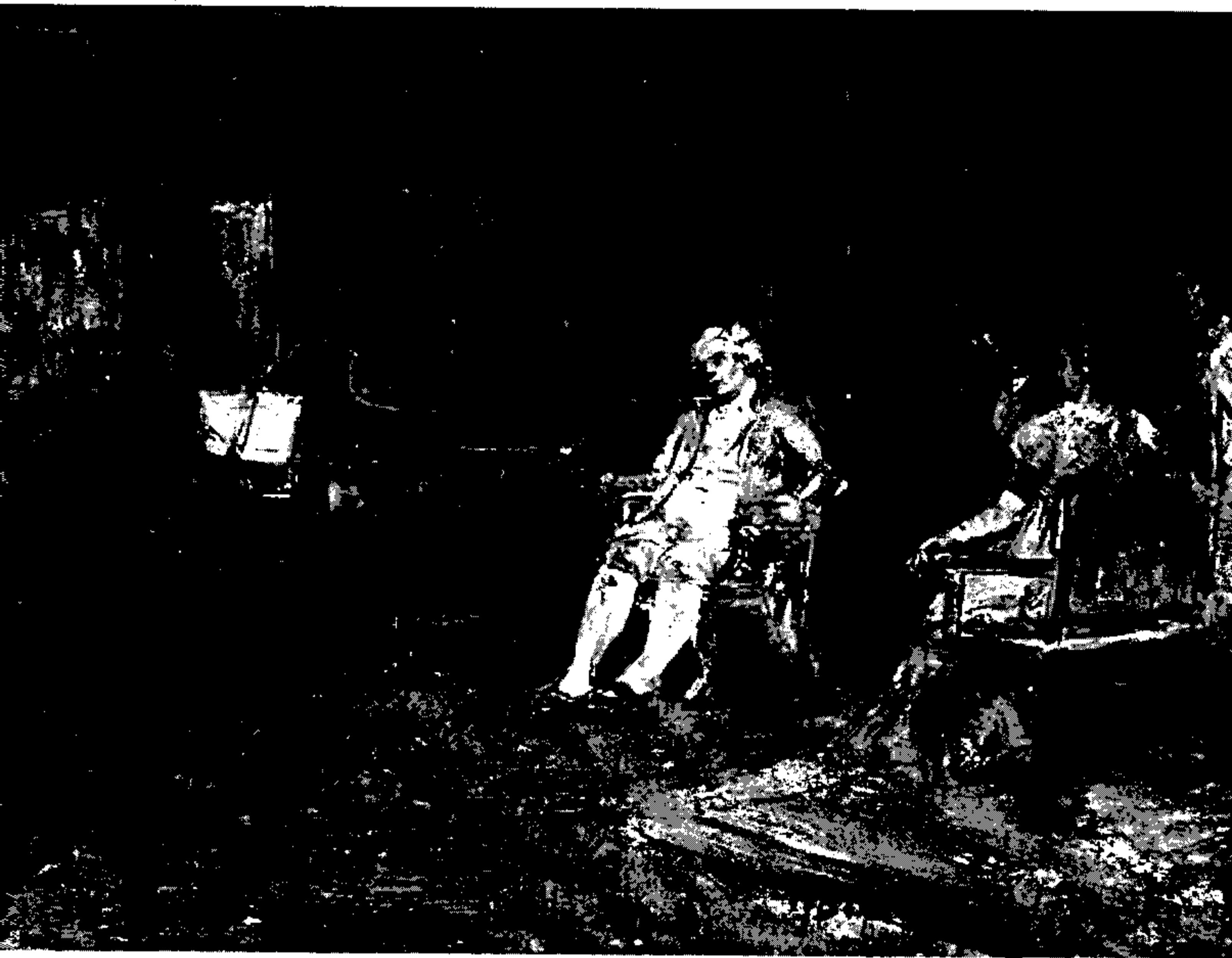
Luís A. de Oliveira Ramos

O autor discute o fato de que D. Pedro sempre foi exaltado por ter dado aos portugueses a Carta Constitucional de 1826, que, em mais de século e meio de constitucionalismo, não chegou a ter sua importância diminuída. Também busca frisar o fato de que, através de outras leis assinadas por ele, D. Pedro provocou uma profunda revolução política e social, cuja implementação é responsável pelo definitivo colapso do regime absoluto e por variados desenvolvimentos da sociedade contemporânea. A esta luz, o filho de D. João VI e D. Carlota Joaquina surge, nas reflexões do autor, como emblema e agente de um tempo e de uma política, assumida na paz e na guerra, com continuada bravura, poder de decisão e sagacidade intermitente.

CARLOTA JOAQUINA E A POLÍTICA DO PRATA

Francisca L. Nogueira de Azevedo

O texto examina a trajetória política de Carlota Joaquina, mãe de D. Pedro I, com especial atenção ao imaginário coletivo que a identifica, traçando seu perfil não somente como mulher, mas também como esposa, mãe e princesa regente. Na história luso-brasileira praticamente não há personagem que tenha sido tão severamente criticada e desmoralizada. Sua historicidade é sempre avaliada sobre as marcas de uma lenda negra. A autora busca questionar esta visão estigmatizada, tentando, em sintonia com as modernas tendências historiográficas, estabelecer sua trajetória histórica em função da realidade específica, assim como compreender as atuações de homens e mulheres e a relação entre ambos como sujeitos históricos, sem definir *a priori* seus papéis.



D. João VI ouvindo o Padre José Maurício ao cravo
óleo sobre madeira
Henrique Bernardelli, s.d.
Museu Histórico Nacional

ABSTRACTS



Dossier

D. João VI

THE PRINCE D. JOÃO AND THE WORLD OF QUELUZ

Ministerial despotism, tension and sacring of the State in the crisis
of the Portuguese Ancient Regime.

Oswaldo Munteal Filho

The article examines the “court societies” that multiplied in Europe between the XV and XVIII Centuries, eternizing patterns of behavior, formalities conventional rules and mainly the everlasting fight of sovereigns towards the unity of the State power. Following in this way, it also examines the crisis of the Iberian ancient regime as a reflection of the changes occurred amidst the Portuguese society, mainly after the fall of Marquês de Pombal. The Author points out that the movements of the “mariana” and “joanina” courts, settled in the Paço de Queluz in America, came as a result of a cultural, politic and intellectual environment, at the same time hostile and interited from the “pombalino” legated.

FROM REBUFF TO TRIUMPH

French ideas in the Luso-brazilian empire 1808-1815

Lúcia Maria Bastos P. Guimarães.

This text examines how in 1808, at the new scenary that the Portuguese crown inaugurated in Rio it was not absent the basic need to create issuing from a cultivated and educated society. At the same time the settling in the town of a Court society with habits and needs that tend to spread through the population, would contribute to what Norbert Elias called “the civilizing process”. The Author also brings up the question of recreation of the center equipment of the Portuguese State in South America as na element to mobilize the previous colony to modernize according to European patterns.

THE "CIVILIZING MARCH" IN THE TROPICS: DISTURBANCES AND PARTICULARITIES

Grandjean de Montigny, the royal parties and the Commerce Square.

Angela Cunha da Motta Telles

In this paper the Authors tries to understand the town as a representation of the humor condition according to Aldo Rossi. The architecture in this perception is the deepest fixed set where the urban fact is similar to an art work. Siding it, there is a view of the settlement of the Portuguese crown in Brazil and the efforts to civilize the Tropics, issuing from administration and supported by the French architect August Henri Victor Grandjean de Montigny who arrived in Rio de Janeiro in 1816 as a member of the French Artistic Mission and author of the project House of Commerce Square, icon of the civilizing project of the Portuguese administration.

THE TRIANGLE OF DISORDER IN D. JOÃO VI'S RIO DE JANEIRO

Slaves, lords and police officers.

Carlos Eugênio Líbano Soares

This article approaches the complex reality of a triangle - observed since the arrival of the Portuguese Court in Rio de Janeiro - involving captives, lords and police agents. This game reveals the hidden face of the conflict between civilians and the government state in a new phase of the shaping of the National State. It also shows, based on information from the police corporation, the slaves and lords strategies to avoid the new restraining order of the streets. The Author also intends to open a discussion about some of the traditional approaches about slavery in Rio de Janeiro, so rooted that they already achieved the status of "certainties" to some researches.

SCIENCE LIGHTS IN THE AMERICAN COURT

Observations about "O Patriota"

Maria Rachel Froes da Fonseca

This article proposes to reconstitute the mai lines of the scientific views in Rio de Janeiro during the first decades of the Nineteenth Century, analysing its means in the process of conscietization of Nation. The Author tries to recover the abtededents of the history of emancipation in Brazil through analysing the way of a social group -

the scientists – understood the meaning of social knowledge to the route of society. It also will approach the way science was understood as social expression, point out the scientific production appearing in the “O Patriota” scientific magazine.



Museu Histórico Nacional 1998-1999

THE MUSEUM VISITS RIO DE JANEIRO

Reading about the city at the “Anais do Museu Histórico Nacional”

Aline M. Magalhães

Elizabeth dos Santos Rabello

Through the articles published in the “Anais do Museu Histórico Nacional” since 1940, the Authors try to show how the city of Rio de Janeiro underwent several changes in the first years of this Century towards becoming a modern city of the Twentieth Century, example of development, progress and civility. As markpoints, the works from the beginning of the Twenties, led by Carlos Sampaio, mayor of the Federal District (1920-1924) who wanted to pursue the urban remodelation process initiated by Pereira Passos (1903-1906) and so continues with embellishment and sanitation works that swept away the remainders of the colonial backwardness as it can be observed in the destruction of the Morro do Castelo.

THE VISCOUNT AND THE INTENDENT

Reflections on the Memorialistic trajectory and class representativeness (Rio de Janeiro, 1772-1889)

César Augusto Ornellas Ramos

The article intends to develop some thoughts concerning the binomial family-power in the context of the social relations of some segments of the Colonial and Imperial elite, stressing the critical interpretation of family memory, class representation and the process of configuration of State power based in the analysis of private collections of documents from the Carvalho e Mello and Fernandes Viana families,

powerfull merchants and public servants in Nineteenth Century Rio de Janeiro. The collections are available in the Historical Archive of Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

CHILDREN CLOTHING IN THE MHN

Camila Perlingeiro

Vera Lúcia Lima

The Museu Histórico Nacional has significant collections of civil and military clothing from Nineteenth and Twentieth Centuries. As part of the civilian collection there is a small but important number of children clothing (about 100 items). Taking it as a starting point the article has considerations about children clothing since Ancient Ages going through Middle Ages practices when young infants were dressed as the adults of their social and economic standing, and arriving in our time when clothing are continuously being introduced in the marked.

AND NAVAL MEMORY IS MADE

The Edoardo de Martino Collection in the Museu Histórico Nacional

Walter Luiz C. de M. Pereira

The text brings up the idea of the building of memory through iconographic monuments and in this case through historical paintings. Monuments have the quality of retaining information in its relations with history. According to the Author, the paintings become historical documents and the art work is taken to the field of historical observation and to the site of preservation of Memory: the History Museum. The Museum is the place where everything it exposes is the product of society and its relations with power. As is analysed through studying the ordering made to artist-painter Edoardo de Martino, obbeing the parameters established by the Academicist art, that controlled and regulated all the artistic production under the State supervision, aiming for political and ideological objectivities.

SYMBOLISM OF THE CHINESE CERAMIC AND PORCELAIN

Latent (YOU) and Manifest (MING) through monocromy and policromy

Ricardo Joppert

Chinese policromic Porcelain constitutes a magnificent sight to viewer that according o the Author is symbolic of manifest aspect (MING) of beings, things and situations. The Article shows how the

Porcelain known as “Companhia das Indias” is the extreme point of this Art of excess the policromy only will be completed through the counterpoint of the monocromy that pervade all the processes of life. To China, Ceramics and Porcelain symbolize the closed circuit of life: latent (YOU) and manifest (MING) are verse and reverse - opposite and complementary - of a whole reality, always in developments.

STRATEGIES AND METHODS OF THE JESUITIC MISSIONARY WORK IN BRAZIL

Jorge Couto

The text examines the several reformulation of the strategies of the missionary work of the Companhia de Jesus in Brazil, trying to adequate to the Amerindians societies, becoming thus more efficacious. The Author distinguish three phases: the first one based in the principles of “conversion by love”, divulging the Christian message without interfering much in the organization patterns of the native communities. The second, based in the “soft submission to Christ, indispensable to allow for the evangelization action and, finally, the third, based on the creation of villages isolated from the settlers and local authorities concentrating in the Missionaries the Spiritual and Temporal powers.

LOOKING FOR AN EDIFIED BRAZIL

The creation of patrimonial protective action

Marcia Chuva

The author brings up the context in which it is created and consolidated the SPHAN in the years 30 and 40, pointing out the bureaucratic net originated from a group of civil servants that are able to reunite in a short time agencies and sub-agencies to create the legal devices, all in the name of Patrimony, although very far away from the propositions of the “Anteprojeto” conceived by Mario de Andrade - one amongst the founding fathers of the idea of cultural preservation in Brazil. The main point is that the project for the creation of Museums connected to a Service of National Artistic Patrimony as idealized, is very much apart from the reality through SPHAN and that intellectual's project not being actually integrated to the “service”.



Seminary D. Pedro I - A Statesman of two Worlds

A GIFT AND MANY DOUBTS

Maria Augusta M. de Carvalho

The Author analyses a painting that is in exhibition at the Museu da Imperial Irmandade do Outeiro da Glória (Imperial Brotherhood of Our Lady of Gloria - Rio de Janeiro) often classified as an “ex-voto”, and so given as to express the gratitude towards the fact that there was an accident and D. Pedro I escaped in good health. From the description and from witness at the time, these might be a possibility that the painting reflects in fact the means used to lighten the Emperor’s image and enhance his popularity, endangered by his authoritarian ways and love affairs.

D. PEDRO AND THE LIBERALISM IN PORTUGAL

Luís A. de Oliveira Ramos

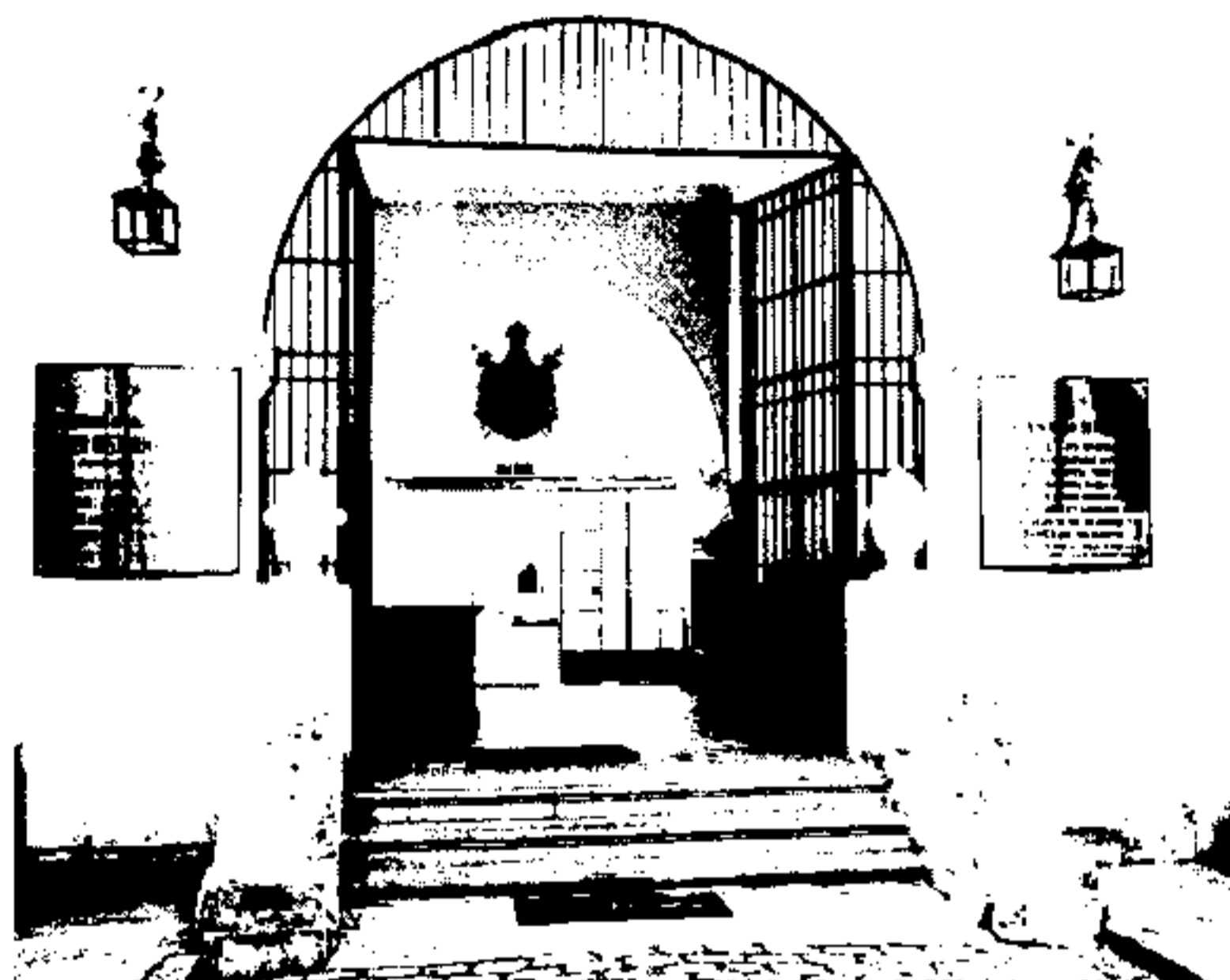
The Author analyses the fact that D. Pedro was always praised because he gave the Portuguese the Constitution of 1826, which in over more than a Century and a half of constitutionalism did not have its importance diminished. He also brings up the fact that through other laws signed by him, D. Pedro provoked deep political and social changes leading to the fall of the Ancient Regime and the several developments of the contemporary Society. The son of D. João VI and D. Carlota Joaquina emerges as a badge and an agent of a period and of a policy taken over in peace and in war, courageously with statecraftness and sagacity.

CARLOTA JOAQUINA AND THE PRATA POLICY

Francisca L. Nogueira de Azevedo

The text examines the political trajectory of Carlota Joaquina, D. Pedro I’s mother, with special attention to the collective imaginary that identifies her not only as a woman but also as wife, mother and

princess. In the portuguese-brazilian history there is probably not another character so severely criticized. There is always a black stain attached to her. The Author questions this view, and following the modern trends in history tries to establish her historical trajectory according to on specific view of reality try in also to understand the behavior of men and woman, their relationship as historic subjects without establishing a priori their given functions.



Beco dos Tambores, portaria do MHN, *ca.* 1940

Este volume dos Anais do Museu Histórico Nacional, de número 31, foi composto e impresso entre setembro e outubro do ano de 1999, 499° do Descobrimento, 177° da Independência, 110° da Proclamação da República, 77° da criação do Museu Histórico Nacional.

Impresso na Gráfica Laerka, na cidade do Rio de Janeiro, em papel offset 75g/m².

**MINISTÉRIO
DA CULTURA** 

 **IPHAN**

**INSTITUTO DO
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO
E ARTÍSTICO
NACIONAL**